

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO
NAS ORGANIZAÇÕES CIVIS SOLIDÁRIAS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, Área de Concentração em Organizações e Sociedade.

Orientador: Dr. Emil A. Sobottka.

Porto Alegre
2007

GEDOVAR NAZZARI

**A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO
NAS ORGANIZAÇÕES CIVIS SOLIDÁRIAS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, Área de Concentração em Organizações e Sociedade.

Orientador: Dr. Emil A. Sobottka.

Porto Alegre

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N337q Nazzari, Gedovar
A questão da participação nas organizações civis
solidárias. / Gedovar Nazzari. – Porto Alegre, 2007.
203 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.
Orientação: Prof. Dr. Emil A. Sobottka.

1. Organizações Civis Solidárias. 2. Participação Social.
3. Democracia Participativa. 4. Democracia Liberal.
5. Cidadania. I. Título.

CDD 321.8

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

FOLHA DE APROVAÇÃO

GEDOVAR NAZZARI

A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES CIVIS SOLIDÁRIAS

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, Organizações e Sociedade.

Aprovada em 31 de Julho de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka.

Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Alves Müller

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Pedrosa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a **Deus Pai Providente** por me dar a graça de me sentir protagonista de seu reinado e de sua paternidade; e desta forma, trabalhar e sonhar com um mundo mais solidário e humano.

No decorrer de minha vida profissional, tive a possibilidade de me dedicar a atividades no âmbito social, no **Centro de Promoção da Infância e da Juventude no bairro Restinga em Porto Alegre - RS; Hospital Sagrado Coração de Jesus em Anaurilândia – MS; Centro Educacional e Sanitário de Marituba e Hospital Divina Providencia em Marituba – PA; e atualmente no escritório central do Instituto P.S.D.P. – RS.** Agradeço em todas estas atividades as pessoas que encontrei e que com elas sonhamos em deixar a vida um pouco melhor do que encontramos; sem dúvidas que foram estes momentos de atividade reflexiva que me impulsionaram a buscar novos caminhos para uma ação social mais coerente com meus princípios, posso dizer que esse trabalho é síntese das reflexões feitas no decorrer deste caminhar.

Agradeço ao Orientador Prof. **Dr. Emil A. Sobottka**, pela grande estima, compreensão, paciência, estímulo, no decorrer deste trabalho.

Aos Professores **Dra. Márcia Ribeiro Dias e Dr. Ricardo Mariano** Coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais desta Universidade, pela compreensão e paciência.

Agradeço a todas as pessoas amigas pelos debates que travamos em torno de assuntos relacionados com a este trabalho.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram com seu apoio na realização deste trabalho meu obrigado eterno.

A PARTICIPAÇÃO

Conseqüência característica da subsidiariedade é a participação, que se exprime, essencialmente, em uma série de atividades mediante as quais o cidadão, como indivíduo ou associado com outros, diretamente ou por meio de representantes, contribui para a vida cultural, econômica, política e social da comunidade civil a que pertence: a participação é um dever a ser conscientemente exercido por todos, de modo responsável e em vista do bem comum.

Ela não pode ser delimitada ou reduzida a alguns conteúdos particulares da vida social, dada a sua importância para o crescimento, humano antes de tudo, em âmbitos como o mundo do trabalho e as atividades econômicas nas suas dinâmicas internas, a informação e a cultura e, em grau Máximo, a vida social e política até o nível mais alto, como são aqueles dos quais depende a colaboração de todos os povos para a edificação de uma comunidade internacional solidária. Nesta perspectiva, torna-se imprescindível a exigência de favorecer a participação sobretudo dos menos favorecidos, bem como a alternância dos dirigentes políticos, a fim de evitar que se instaurem privilégios ocultos; é necessário ademais uma forte tensão moral para que a gestão da vida pública seja fruto da co-responsabilidade de cada um em relação ao bem comum. (...).

A participação na vida comunitária não é somente uma das maiores aspirações do cidadão, chamado a exercitar livre e responsabilmente o próprio papel cívico com e pelos outros, mas também uma das pilstras de todos os ordenamentos democráticos, além de ser uma das maiores garantias de permanência da democracia. O governo democrático, com efeito, é definido a partir da atribuição por parte do povo de poderes e funções, que são exercidos em nome, por sua conta e em seu favor; é evidente, portanto, que toda a democracia deve ser participativa.

(COMPÊNDIO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA, 2005, p. 114, 115).

Um mapa do mundo que não inclua utopia não vale nem a pena ser olhado... Progresso é a realização de utopias.

(WILDE, 1981).

A vida não se apossa do globo pelo combate, mas sim pela formação de redes.

(MARGULIS e SAGAN, 1986).

RESUMO

NAZZARI, Gedovar. *A questão da participação nas organizações civis solidárias*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

A presente dissertação objetiva analisar as percepções de representantes das Organizações Civas Solidárias tendo em vista apreender se o modo como as Organizações Civas Solidárias prestam seus serviços propicia a participação dos atores sociais envolvidos. Tratam-se de um Centro de Educação Profissional, de um Sindicato de Gráficos e de uma Federação de Associação de Moradores. O primeiro capítulo busca na literatura as principais contribuições sobre as transformações contemporâneas do sistema mundial, a reestruturação produtiva, a reforma do Estado, o surgimento do terceiro setor, a noção de solidariedade voluntária e a presença crescente das organizações sociais, que, entre outras iniciativas, combatem as injustiças sociais. O segundo capítulo tem como assuntos a sociedade pluralista e o acoplamento interorganizacional. Destaca as novas concepções de público e privado, as construções das globalizações alternativas, os caminhos da democracia participativa, os movimentos de filantropia social e empresarial, a nova lógica do paradigma informacional e as redes associativas entre Estado e sociedade. O terceiro capítulo discorre sobre os conceitos e formas de participação na análise de Pateman, especialmente sobre a democracia participativa e a participação na teoria contemporânea da democracia. O quarto capítulo discute os principais aspectos do capital social e a participação cívica. O quinto capítulo apresenta a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. No sexto capítulo, são apresentados os dados da pesquisa de campo, que enfatizam prioritariamente a prática da democracia participativa nas Organizações, mas que também denotam a presença da democracia liberal. Os entrevistados das Organizações mostram-se interessados em incentivar os demais componentes a participarem efetivamente, pois expressam que a participação é uma forma de praticar a cidadania no ambiente de trabalho, de eleger os representantes e de conquistar os direitos sociais.

Palavras-chave: Organizações Civas Solidárias; Participação; Democracia Participativa; Democracia liberal.

ABSTRACT

NAZZARI, Gedovar. A Question of Participation in solidary civil organizations. *Dissertation* (Post graduation in Social Sciences)–College of Philosophy and Sciences Human beings of the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

The aim of the present dissertation is to analyse the perceptions of representatives of the solidary civil organizations in view of apprehending if the way as the solidary civil organizations gives its services propitiates the participation of the involved social actors. It deals with the Center of Professional Education, an Union of Graphs and a Federation of Association of Inhabitants. The first chapter searches in literature the main contributions on the contemporaries transformations of the global system, the productive reorganization, the reform of the State, the sprouting of the third sector, the notion of voluntary solidarity and the increasing presence of the social organizations, that, among others initiatives, fight against the social injustices. The second chapter has the multifacted society and the inter organizational coupling as subjects. It detaches the new conceptions of private and public, the constructions of the alternative globalisations, the ways of the democracy participations, the movements of social and philanthropic enterprises, the new logic of the informal paradigm and the associative networks between the state and the society. The third chapter discourses on the concepts and forms of participation in the analysis of Pateman, especially on the participating democracy and the participation in the contemporary theory of the democracy. The fourth chapter argues the main aspects of the capital stock and the civic participation. The fifth chapter presents the methodology used for the accomplishment of the research. In the sixth chapter are presented the data of the field research, that first and foremost emphasize the practical one of the participating democracy in the Organizations, but that also they denote the presence of the liberal democracy. The interviewed ones of the organizations were interested in stimulating the excessively component ones to participate effectively, therefore they express that the participation is a form to practise the citizenship in the job environment, to choose the representatives and to conquer the social rights.

Keywords: Solidary Civil Organizations; Participation, Participating Democracy; Liberal Democracy .

LISTA DE SIGLAS

GATT	Acordo Geral sobre Tarifa e Comércio.
BM	Banco Mundial.
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade.
CORAS	Comissão Regional de Assistência Social.
CEDICA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
CMAS	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
EUA	Estados Unidos da América
FASC	Fundação de Apoio Social e Comunitário.
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.
FEGAM-RES	Federação Gaúcha de Associação de Moradores.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FRACAB	Federação Rio Grandense de Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros.
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio.
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.
M.A.U.S.S	Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais.
ONU	Organização das Nações Unidas.
OEA	Organização dos Estados Americanos.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
ONGs	Organizações Não-Governamentais.
OSFL	Organizações Sem Fins Lucrativos.
PIB	Produto Interno Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores.

SASE	Serviço de Apoio Sócio Educativo.
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Social.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
SERASA	Serviços dos Bancos de Sociedade Anônima.
SPM	Sugestão Para Melhorias.
TRS	Teoria das Representações Sociais.
TMR	Teoria de Mobilização de Recursos.
TNMS	Teoria dos novos Movimentos Sociais.
UAMPA	União das Associações de Moradores de Porto Alegre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 AS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO SISTEMA MUNDIAL	6
1.1 PROJETO NEOLIBERAL	11
1.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	12
1.3 MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO	15
1.4 REFORMA DO ESTADO	19
1.5 MUDANÇAS NAS RESPOSTAS À “QUESTÃO SOCIAL” E O SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR	23
1.6 CONCEPÇÕES SOBRE O TERCEIRO SETOR	24
1.6.1 Segmentação entre Estado, mercado e sociedade civil (transmutada em terceiro setor)	29
1.6.2 A noção de solidariedade voluntária aparece como um argumento central na defesa do Terceiro Setor	30
2 SOCIEDADE PLURALISTA E ACOPLAMENTO INTERORGANIZACIONAL	34
2.1 AS NOVAS CONCEPÇÕES DE PÚBLICO E PRIVADO	36
2.2 GLOBALIZAÇÃO ALTERNATIVA E CONTRA-HEGEMÔNICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	41
2.3 OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	44
2.4 A NOVA LÓGICA ORGANIZACIONAL DO PARADIGMA INFORMACIONAL	55
2.5 REDES ASSOCIATIVAS: LAÇOS MEDIÁTICOS ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE	58
2.6 AS ORGANIZAÇÕES CIVIS TRANSFORMAM-SE NO LADO FORMAL DA ESFERA PÚBLICA	63
3 CONCEITOS E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	69
3.1 A TEORIA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	70
3.1.1 A participação em Rousseau	70
3.1.2 A participação em John Stuart Mill	74
3.1.3 A participação em G. D. H. Cole	78
3.1.4 Síntese da teoria da democracia participativa	81
3.2 A PARTICIPAÇÃO NA TEORIA CONTEMPORÂNEA DA DEMOCRACIA	82
3.2.1 Berelson	86
3.2.2 Dahl	88
3.2.3 Sartori	90
3.2.4 Eckstein	92
3.2.5 Síntese da Teoria Contemporânea da Democracia	94
3.3 COMPARAÇÃO ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂ- NEA E PARTICIPATIVA	96
3.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	106
4 CAPITAL SOCIAL E EFICIÊNCIA GOVERNAMENTAL	119
4.1 PARTICIPAÇÃO CÍVICA E CAPITAL SOCIAL	121

4.1.1	Participação cívica: o alicerce para o desenvolvimento do capital social.....	123
4.1.2	Os atributos fundamentais do capital social.....	125
4.1.2.1	Cooperação.....	125
4.1.2.2	Confiança.....	126
4.1.2.3	A reciprocidade.....	127
4.2	CAPITAL SOCIAL E REDES.....	130
5	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	134
5.1	TIPO DE PESQUISA.....	134
5.2	UNIVERSO DA PESQUISA.....	136
5.3	SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	136
5.4	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	136
5.5	TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	137
5.6	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	138
6	A PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES CIVIS.....	141
6.1	INFORMAÇÕES GERAIS.....	141
6.1.1	Faixa etária.....	141
6.1.2	Gênero.....	142
6.1.3	Formação.....	142
6.1.4	Tempo de atuação na Organização.....	142
6.2	PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS QUANTO ÀS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO.....	142
6.2.1	Participação nas tomadas de decisões.....	142
6.2.2	Graus de participação na organização.....	143
6.2.3	A comunicação existente na Organização.....	144
6.3	REDES DE RELAÇÕES PARTICIPATIVAS.....	144
6.4	ENTREVISTA.....	145
6.4.1	O sentido da ação da Organização quanto à ampliação da participação.....	146
6.4.1.1	No Centro de Educação Profissional.....	146
6.4.1.2	No Sindicato dos Gráficos.....	149
6.4.1.3	Na Federação das Associações de Moradores.....	152
6.4.2	Estratégias dos integrantes da organização visando a participação.....	154
6.4.3	Motivação dos componentes da organização à participação dos Movimentos.....	160
6.4.3.1	No Centro de Educação Profissional.....	160
6.4.3.2	No Sindicato dos Gráficos.....	162
6.4.3.3	Na Federação das Associações dos Moradores.....	164
6.4.4	Prática participativa na organização e participação na sociedade.....	167
6.4.4.1	No Centro de Educação Profissional.....	167
6.4.4.2	No Sindicato dos Gráficos.....	168
6.4.4.3	Na Federação das Associações dos Moradores.....	169
6.4.5	Fatores internos e externos que dão impulso à participação.....	171
6.4.5.1	No Centro de Educação Profissional.....	171
6.4.5.2	No Sindicato dos Gráficos.....	172
6.4.5.3	Na Federação das Associações dos Moradores.....	174
6.4.6	Fatores internos e externos de resistência à participação.....	177
6.4.6.1	No Centro de Educação Profissional.....	177

6.4.6.2 No Sindicato dos Gráficos.....	179
6.4.6.3 Na Federação das Associações de Moradores.....	180
6.4.7 Condições de trabalho no mundo atual e participação.....	185
6.4.7.1 No Centro de Educação Profissional	185
6.4.7.2 No Sindicato dos Gráficos	186
6.4.7.3 Na Federação das Associações dos Moradores	187
7 CONCLUSÃO	190
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	193
ANEXOS:.....	204

INTRODUÇÃO

No decorrer de nossa experiência pessoal e profissional estivemos muito envolvidos com programações de prestação de assistência social, educacional e de saúde de vários segmentos da população brasileira, serviços estes prestados com o apoio de Organizações Cívicas. Talvez isto tenha nos levado a realizar os dois cursos de Pós-graduação, Especialização – na área de administração hospitalar e na área do Terceiro Setor – e, atualmente, o Mestrado em Ciências Sociais.

Nessa trajetória acadêmica tivemos oportunidade de elaborar algumas reflexões teóricas. Uma delas relacionou-se a uma investigação bibliográfica sobre as *Organizações filantrópicas no âmbito da prestação de assistência médica ambulatorial e hospitalar no estado do Pará*. Foi nesse contexto que identificamos a importância da rede de estabelecimentos/instituições filantrópicas de saúde, que se constituem em estruturas fundamentais para a execução de ações de assistência médica, sendo muitas vezes a única alternativa de determinados segmentos populacionais.

Uma outra atividade acadêmica importante foi a elaboração de uma monografia com o objetivo de levantar informações bibliográficas a respeito do denominado “terceiro setor”¹, a fim de compreender os significados que lhe são atribuídos no atual contexto de reestruturação produtiva do capital. Obviamente, numa sociedade dividida em classes sociais evidenciam-se as divergências de debates a respeito de determinados fenômenos sociais. Este é também o caso das concepções sobre o terceiro setor, que variam de acordo com a óptica adotada, constatando-se que os argumentos sobre a origem, as características e o modo de conceituar o chamado terceiro setor não são unívocos.

¹ Diversos autores, como Montañó (2003, p. 16) utiliza o termo “terceiro setor” entre aspas por considerar um termo ideológico. Nesta dissertação também se entende o “terceiro setor” um termo ideológico, mas, após esta explicação, a não ser nas citações do autor, não se grafará o termo entre aspas por seguir uma padronização própria, uma vez que cada autor referenciado grafa o termo de uma forma específica.

Ao conceituar o terceiro setor, um segmento de estudiosos toma como ponto de partida o próprio conceito terceiro setor, isto é, faz sua apreensão enquanto um fenômeno que se autoproduz ou que é parte de uma dinâmica setorializada – perspectiva interna ou endogenista. Com isso, perde-se a perspectiva de um processo inserido em fenômenos sociais mais amplos que o determinam e o explicam. Dentro do “terceiro setor”, as organizações e as instituições sociais são vistas como esferas isoladas e autônomas, sem determinações de classes e, conseqüentemente, sem a perspectiva de lutas e de confronto – suas lutas seriam travadas numa arena particular, desarticuladas dos processos de lutas da sociedade como um todo.

Diferentemente, um outro segmento de estudiosos compreende o papel e a significação social do terceiro setor como uma particularidade de um processo social mais amplo, inserindo-o num processo histórico, numa totalidade concreta, saturada de determinações, mediações e particularidades interconectadas com as contradições entre capital e trabalho. Nessa perspectiva, trata-se de um processo social que tanto tende a reproduzir sua dinâmica e estrutura (positividade) quanto contém sua negação - a possibilidade de transformação.

Contudo, independentemente dos significados atribuídos ao terceiro setor, a investigação bibliográfica evidenciou que se trata de um fenômeno que envolve algumas dimensões básicas:

- a) o Estado (mesmo que de forma encoberta), ator importante na promoção do “terceiro setor” (tanto no plano legal quanto na esfera financeira) em decorrência da desresponsabilização estatal no trato à questão social;
- b) um número significativo de organizações e instituições: Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), instituições filantrópicas, empresas cidadãs, entre outros;
- c) sujeitos individuais (voluntários ou não) e as lutas sociais na esfera da sociedade civil.

Assim, em nossa trajetória acadêmica fomos progredindo: nossa primeira monografia focou a questão das ONGs; a segunda enfocou o denominado terceiro setor. E, no mestrado, estudamos um referencial teórico proposto por Sobottka (2001), que nos possibilitou construir uma categoria conceitual que

denominaremos Organizações Civas Solidárias. Este tipo de organização se caracteriza como espaço social que potencializa a coordenação das ações a partir da presunção de interesses, normas e valores comuns. E, como tal, podem se constituir em espaços que envolvem a participação.

Para ser realmente humano e dar sentido a sua vida, o homem participa e se relaciona. A participação é um direito universal e um princípio da democracia. E o capital social das organizações civis é aferido pela densidade de sua vida associativa, de suas relações horizontais de cooperação e de reciprocidade. A experiência de interação igualitária no interior das organizações civis – sejam de natureza política, esportiva, recreativa, beneficente, religiosa ou profissional – incentiva o hábito da troca de idéias, reforça a disposição para empreendimentos coletivos e contribui para a estabilidade e a eficiência das instituições.

Foi nesse contexto de reflexão que surgiu a motivação para escolher como tema para a elaboração da dissertação do mestrado *A questão da participação nas Organizações Civas Solidárias*. A escolha do tema tem, portanto, motivação individual, profissional e social.

Tem-se como problema da pesquisa a pergunta: como se viabilizam as formas de participação nas Organizações Civas Solidárias?

O objetivo da pesquisa é analisar as percepções de representantes das Organizações Civas Solidárias, tendo em vista apreender se o modo como as Organizações Civas Solidárias prestam seus serviços propicia a participação dos atores sociais envolvidos.

O universo da pesquisa envolverá três Organizações Civas Solidárias:

O Sindicato dos Gráficos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Porto Alegre. O Sindicato dos Gráficos foi fundado em 12 de maio de 1929 e oficializado pela carta sindical de 1942. Está localizado na Rua Veador Porto n.º 241, Bairro Santana, Porto Alegre/RS. Possui aproximadamente 1.100 sócios contribuintes e sua base territorial compreende os municípios de Porto Alegre, Viamão, Alvorada, Guaíba e Eldorado do Sul. A direção do Sindicato dos Gráficos é composta por 31 membros (incluindo titulares e suplentes). Sua programação inclui os seguintes benefícios: futebol, convênio médico, cursos e excursões, sede campestre localizada no bairro Belém Novo, salão de festas localizado na sede, promoção de eventos como festas em datas importantes, tais

como o mês de Abril, por ser a data base e convenção coletiva de trabalho dos gráficos, Natal, dia da mulher, entre outros.

O Centro de Educação Profissional São João Calábria. Esta Organização Filantrópica foi fundada no ano de 1962 e é mantida pelo Instituto Pobres Servos da Divina Providência. Localiza-se à Rua Aracaju, n.º 650, Bairro Nonoai, Porto Alegre-RS. Sua população alvo são os jovens adolescentes, a partir de 14 anos de idade, economicamente desfavorecidos. Visa à formação profissional para inserção no mercado de trabalho. A Instituição disponibiliza em torno de 1000 vagas em cursos profissionalizantes nas áreas de artes gráficas, chapeação e pintura automotiva, informática, serigrafia, mecânica e elétrica automotiva, marcenaria, padaria e confeitaria, usinagem, entre outros.

A Federação Gaúcha de Associação de Moradores (FEGAM-RES). É uma Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, de finalidades reivindicatórias e representativas da coletividade. A Associação foi fundada em 18 de março de 2006 na rua dos Andradas, 1560, 16.º andar em Porto Alegre-RS. A entidade é composta de número ilimitado de associações representativas de moradores, de cooperativas habitacionais populares e comunitárias e de uniões municipais de associações de moradores e organizações comunitárias. A FEGAM-RS foi criada para substituir a Federação Rio Grandense de Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros (FRACAB).

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada primeiramente a pesquisa documental, envolvendo documentos escritos e iconográficos que contêm informações sobre as organizações pesquisadas: organogramas, fotografias, registros de fontes históricas, estatísticas, estatutos, atas, relatórios ou apontamentos a respeito da realidade investigada. Ou seja, através da análise documental foram investigados documentos existentes nas organizações considerados pertinentes ao tema da pesquisa.

Para a pesquisa de campo foi elaborado questionário composto de cinco partes (Modelo em anexo), sendo quatro partes relativas a perguntas fechadas e uma parte referente a entrevista aberta. Foi realizada com atores sociais envolvidos nas Organizações Civas Solidárias: dirigentes ou representantes das entidades ou gestores e responsáveis pela definição de políticas e programas organizacionais. As mesmas perguntas da entrevista foram apresentadas às seis pessoas abordadas, de modo a assegurar que todos os entrevistados as

respondessem e as respostas pudessem ser mais facilmente comparáveis e analisáveis.

A entrevista foi importante por permitir maior flexibilidade nas explicações e possibilitar que se observasse o que diz e como diz o entrevistado, verificando possíveis contradições, além de ser um instrumental adequado para a revelação de informações sobre assuntos complexos, como as emoções; permitiu também maior profundidade e propiciou uma relação de confiança entre pesquisador-pesquisado, favorecendo o surgimento de outros dados.

Após a coleta dos dados procurou-se articular a teoria com os dados coletados e analisou-se o material. Investiu-se muita atenção na articulação da teoria com os dados empíricos, por se considerar que este exercício é uma das maiores riquezas de pesquisador, que deve estar com um olhar preparado para analisar os dados coletados em relação a um corpo de conhecimento acumulado.

E, finalmente, após a análise escreveu-se o relatório da pesquisa, com o objetivo de permitir a comunicação da pesquisa, que foi sistematizada sob a forma de Dissertação de Mestrado, atendendo às exigências acadêmicas da Universidade.

1 AS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO SISTEMA MUNDIAL

No decorrer do século XVIII, os camponeses viram suas atividades e suas corporações serem invadidas por novas concepções de trabalho que marcaram a passagem de uma civilização agrícola rural para uma civilização industrial urbana.

Dois foram os meios intelectuais responsáveis por essa revolução, como refere Zarifian (2001): os primeiros engenheiros modernos e os fundadores da economia política a partir de Adam Smith.

As novas concepções de trabalho caracterizam-se por três aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, ocorre a separação e a reorganização do que é denominado por Zarifian (2001, p. 37-38) de “dois objetos”, o trabalho e o trabalhador. O trabalho é definido como “um conjunto de operações elementares de transformação da matéria-prima, passível de objetivação, de descrição, de análise, de racionalização, de organização e de imposição nas fábricas e nas oficinas”. O trabalhador é “o conjunto de capacidades que são compradas no mercado de trabalho e mobilizadas para realizar uma parte das operações (..) que a gerência da fábrica lhe pede que execute”. (ZARIFIAN, 2001, p. 37-38)

Em segundo lugar, as novas concepções determinam que o critério central da produção industrial seja o fluxo ou a aceleração da velocidade do trabalho e que o trabalhador execute as suas atividades de modo cada vez mais rápido.

Em terceiro lugar, os trabalhadores passam a ser mobilizados no espaço-tempo. Eles deixam de se deslocar de um lugar para outro, como faz o camponês no campo e passam ao dever de observar os horários e os tempos industriais e a estarem co-presentes no mesmo local e ao mesmo tempo.

Com a Revolução Industrial, que se constitui de inovações tecnológicas ocorridas na Inglaterra no século XVIII, como o surgimento das máquinas, que passaram a realizar o trabalho humano, a indústria artesanal é substituída pela fábrica, e as pessoas passam a produzir para um mercado cada vez maior. Abre-se um novo sistema de produção cuja inovação está no fato de que aqueles que participam do processo produtivo desempenham funções e responsabilidades, ou

seja: de um lado posiciona-se a burguesia proprietária de máquinas, de terra e de matéria-prima. Do outro lado, situam-se os antigos artesãos que passam a vender sua força de trabalho. A partir da Inglaterra, a Revolução Industrial se estende ao Ocidente Europeu (Alemanha, França, Bélgica, Rússia); durante o século XIX, aos Estados Unidos e do século XIX ao século XX (1880 a 1930) se estende a outros países.

Segundo Azevedo (1997, p. 364), a Revolução Industrial² “elevou-se à condição de fenômeno mundial, consolidando definitivamente o modo de produção capitalista (.). Da industrialização decorreu um processo de centralização da economia”.

A sociedade da Revolução Industrial, segundo Offe (1989), rege-se por um trabalho assalariado, desvinculado do contexto doméstico e das formas comunitárias tradicionais. Sua orientação emerge do mercado e não conta com a proteção política. Em tal contexto, o trabalho é um dado social central tão importante que as sociedades se constituem em sociedade do trabalho. Offe questiona este tipo de sociedade e apresenta como alternativa a teoria da ação comunicativa de Habermas³, que substitui o mundo da produção pelo mundo da vida.

Com a quebra da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929, há grande desemprego, estagnação industrial e falência do sistema bancário. A economia norte-americana, em 1933, conta com o *New Deal* (novo acordo), um grande plano de obras públicas possibilitado pela intervenção do Estado na economia, com a finalidade de combater o desemprego. Tal intervenção torna-se conhecida como keynesianismo, pois o plano foi defendido pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946). (SCHILLING,1998).

Segundo Castells (2005), o tipo de trabalho dinamizado pelo modelo keynesiano de crescimento capitalista estimula a maior parte das economias de mercado a prosperar economicamente e a atingir uma estabilidade social que se estende por três décadas após a Segunda Guerra Mundial.

² A Revolução Industrial surgiu no início do século XX. Suas características são a mecanização da produção e uma grande reformulação na concepção do trabalho, de modo a mudar a estrutura social e comercial da época. (CHIAVENATO, 2000; p. 30-31).

³ HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Racionalidad de acción y racionalización social. Madrid. Taurus, 1987.

Contudo, no início da década de 1970, esse modelo atinge as próprias limitações e entra em crise, pois diversos acontecimentos de importância histórica mudaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começa a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado.⁴

De acordo com Castells (2005), no último quartel do século XX, surge um novo sistema econômico em escala global, denominado informacional, global e em rede:

É *informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É *rede* porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. (Castells, 2005, p.119, grifos do autor)

O amadurecimento da revolução das tecnologias da informação introduziu novas formas de divisão técnica e social do trabalho, redefinindo os processos de trabalho e os trabalhadores, bem como o emprego e a estrutura ocupacional. Segundo Castells (2005), as formas de emprego e as profissões passam por mudanças inexoráveis, transformando os conceitos de trabalho e de jornada de trabalho. A comunicação é informatizada, emergindo como um fenômeno econômico e cultural, convergindo para a constituição de um novo meio de comunicação, de pensamento e de trabalho para as sociedades humanas, instaurando profundas mutações no conteúdo do trabalho e causando a perda da centralidade do trabalho como princípio organizador de comportamentos e de ações sociais.

⁴ Castells compreende *tecnologia* como “o uso de conhecimentos científicos para se fazerem as coisas de uma maneira *reproduzível*. Entre as tecnologias da informação, o autor inclui o *conjunto convergente* de tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/rádiodifusão, optoeletrônica e a engenharia genética e seu crescente conjunto de aplicações. A isto se associou, em fins da década de 1990, o poder de comunicação da Internet provocando mais uma grande mudança tecnológica dos microcomputadores por meio dos *mainframes* (...) através da interconexão de dispositivos de processamento de dados, na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida: vivemos em um mundo que se tornou digital”. (Castells, 2005, p. 67, 68 e 89, grifos do autor)

É importante lembrar que muitas das características da Sociedade Industrial mantêm-se nos dias atuais, apesar das transformações próprias da Pós-modernidade e das mudanças tecnológicas e econômicas que fortaleceram o capitalismo, especialmente pela presença de um dinamismo econômico fora das fronteiras políticas.

De acordo com Bauman (2000), a passagem da modernidade para a pós-modernidade se expressa pela destemporalização do espaço social, o que significa dizer que as mudanças são constantes. Se na era Moderna o trabalhador operava 40 horas, sob o modelo de produção fordista, precisando conviver com a rotina, esta era também sinônimo de segurança. Na Pós-modernidade a rotina não existe, pois o próprio direito de trabalhar não é uma garantia. O trabalho não surge para todos.

Segundo Arendt (1983), o tipo de trabalho que desaparece é definido pelas competências e pelas habilidades aprendidas, certificadas, tarifadas, compatíveis com as exigências objetivas e funcionais da maquinaria econômica, causando no trabalhador o sentimento de ser útil, independentemente de sua intenção. Mas, na verdade, configura-se como uma utilidade objetiva, impessoal, anônima, apenas reconhecida pelo salário e pelos direitos sociais associados com a função de assalariado.

Essa modalidade de trabalho, enfatiza Gorz (2004), nunca foi fonte de coesão social nem de integração, pois o laço social estabelecido entre as pessoas é abstrato e frágil, uma vez que os indivíduos são inseridos no processo de trabalho como parte da maquinaria, sem que seja levada em consideração sua dignidade humana.

Contra essa ideologia os trabalhadores se integram em sindicatos para buscar identidade, dignidade, cultura e coesão através das lutas, "com a intenção de transformar, ao mesmo tempo, seu trabalho, sua vida e a sociedade". (GORZ, 2004, p. 68)

De acordo com Gorz (2005), o capitalismo moderno é cada vez mais substituído por um capitalismo pós-moderno, por mudanças que se fazem acompanhar de profundas transformações no mundo do trabalho: o trabalho abstrato simples é substituído pelo trabalho complexo; o trabalho de produção material é substituído pelo trabalho imaterial. Assim, o fornecimento de serviços – trabalho imaterial – transforma-se na forma hegemônica do trabalho, ou seja,

torna-se o centro da criação de valor. E o trabalho material é remetido à periferia do processo de produção.

Nessa perspectiva, como lembra Offe (1989), projetam-se divisões entre as formas de trabalho que produzem bens e as formas de trabalho que geram serviços. Estas últimas tornam-se o fundamento para o surgimento da sociedade pós-industrial de serviços. Desse modo:

Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável. (CASTELLS, 2005, p. 55)

Assinala Vieira (2001) que o processo de globalização causa o enfraquecimento dos Estados nacionais, que perdem a capacidade de formular políticas nacionais autônomas e cessam de garantir os princípios clássicos da ordem estatal internacional, fixados no Tratado de Vestfália.⁵

Nesse contexto de mudanças, a democracia contemporânea, intimamente ligada ao Estado-nação, tem seus alicerces enfraquecidos pela globalização econômica e pelo fim da bipolaridade característica da Guerra Fria, que atinge substancialmente a própria democracia e a cidadania. Os traços territoriais que ligam o indivíduo e os povos ao Estado tornam-se fragilizados, enfraquecendo a identidade nacional, diminuindo a importância das fronteiras internacionais e desestruturando as bases da cidadania tradicional. Desse modo, “aqueles direitos de cidadania tradicionalmente garantidos pelo Estado nacional ficam alterados no mundo globalizado”. (VIEIRA, 2001, p. 25 a 27)

As novas configurações da ordem capitalista sofrem o comando do projeto neoliberal e passam a ter como características: a reestruturação produtiva, as mudanças no mundo do trabalho, a reforma do Estado e o surgimento do chamado terceiro setor. E passa-se a exaltar a relação entre a atual reestruturação do capital, a reforma do Estado e o surgimento do terceiro setor

⁵ “A ordem internacional que conhecemos hoje remonta ao século XVII, mais precisamente a 1648, quando foi assinado o Tratado de Vestfália. Os princípios normativos centrais fixados neste tratado - territorialidade, soberania, autonomia e legalidade – configuram o sistema internacional de Estados. As relações entre Estados igualmente soberanos ficam submetidas ao direito internacional, desde que cada um assim o consinta, já que não há autoridade legal para além do Estado capaz de impor obrigações legais ou a seus cidadãos”. (VIEIRA, 2001, p. 24)

especialmente no que diz respeito à mudança da modalidade de resposta à questão social.

1.1 PROJETO NEOLIBERAL

Segundo Antunes (1998), no contexto atual de crise⁶ o capital reage num duplo movimento caracterizando uma nova estratégia denominada de projeto neoliberal. Verificam-se dois aspectos básicos.

Primeiramente, existe uma forte ofensiva contra o trabalho, visando ao aumento dos níveis de extração de mais-valia, intensificando o trabalho e diminuindo os custos de produção através da diminuição de gastos atrelados ao salário, salários conquistados até o período do pacto keynesiano⁷. Isto significa o aumento da exploração da força de trabalho, que favorece a ampliação da concentração de capital. Neste contexto, ocorrem a flexibilização dos contratos de trabalho, a atenuação da legislação trabalhista, a dificuldade dos direitos sociais por parte dos trabalhadores, a subcontratação ou terceirização das relações de trabalho, a redução do poder sindical, a automação que, juntamente com o aumento do desemprego estrutural, leva a uma constante redução salarial e a insustentabilidade das condições aceitáveis de trabalho e emprego.

Em segundo lugar, verifica-se uma forte tendência para a centralização do capital, própria de períodos de limitada expansão de riqueza ou de crise. Atualmente, além da intensificação da concentração, ocorrem: a centralização de capitais já formados, a exploração do capitalista pelo capitalista; a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Em consequência, surgem as grandes fusões de empresas; a fuga de capitais para o reinvestimento financeiro; as privatizações de empresas estatais como forma de dotar o capital

⁶ A atual crise global se expressa também no colapso do socialismo real (socialismo aplicado na China, na ex-União Soviética, em Cuba e outros países) e na crise do capitalismo democrático (sistema de troca voluntária e comprometimentos políticos com a liberdade e o livre arbítrio individuais), como fases distintas de uma crise do domínio do capital. (PAULO NETTO, 1993).

⁷ O keynesianismo é uma “modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada”. (SANDRONI, 1999, p. 324). É um sistema econômico baseado na livre-empresa e que se desenvolveu na forma de um pacto devido à acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais, objetivando proporcionar ao conjunto dos cidadãos padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais.

“de novas áreas para o investimento produtivo/comercial superlucrativo; o socorro com fundos públicos ao capital (por exemplo, a ajuda aos bancos ‘falidos’ a partir de recursos do Fundo Social de Emergência)”. (ANTUNES, 1998, p.15)

Esses elementos caracterizam o chamado projeto neoliberal enquanto resposta do capital à crise. Este projeto/processo neoliberal representa a estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, diante da crise, do avanço técnico-científico e da reorganização geopolítica e, ainda, diante das lutas de classes que se desenvolvem no pós-70. O capital visa à retomada dos níveis de acumulação esperados e à plena dominação do capital sobre o trabalho.

Em resumo, o processo neoliberal, de forma articulada, se desdobra em três frentes: a chamada reestruturação produtiva; as mudanças no mundo do trabalho (e, conseqüentemente, as leis e políticas trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e a Reforma do Estado, como se explicará nos próximos itens.

1.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Segundo Antunes (2000), na década de 1980 ocorrem profundas transformações e grandes saltos tecnológicos, de modo que a automação, a robótica e a microeletrônica passam a participar do universo fabril e se introduzem nas relações de trabalho e de produção do capital. No âmbito da produção, vive-se um conjunto de experimentos dos quais alguns são mais ou menos intensos e consolidados e outros são embrionários. O fordismo/taylorismo⁸ já não é o único, mescla-se com outros processos produtivos. Surgem novos processos de trabalho, caracterizados pelo cronômetro, e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por outros padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Dentre as práticas de diferentes modalidades de desconcentração industrial, procuram-se novos padrões de gestão da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a gestão participativa, a busca da qualidade total, que se constituem em componentes

⁸ Essas formas de organização da produção apresentam as seguintes características: produção em massa, com linhas de montagem rígidas, produtos mais homogêneos; controle rígido do tempo (cronômetro fordista) e produção em série (taylorista); produção parcelada; fragmentação de funções; separação entre os que elaboram e os que executam – hierarquia; unidades de trabalho verticalizadas; premiação do operário-massa; trabalho fixo e formal; regulamentação e controle do trabalho.

expressivas de vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado, além do Japão. O toyotismo⁹ mescla ou substitui o padrão fordista dominante em várias partes do capitalismo globalizado.

As conseqüências do desemprego estrutural são surpreendentes. Como refere Antunes (2000), no chão da fábrica, deve ocorrer a redução de pessoal, mas isso não deve afetar a comercialização da empresa e a derivada perda de lucro. Por isso o caminho encontrado foi o toyotismo. No modelo fordista a base contratual era a relação de assalariamento. Com o toyotismo, a base contratual passa a ser a relação de subcontratação.

Além disso, assinala Antunes (2000), o contrato de trabalho é modificado para ser flexibilizado. Um contrato que contempla direitos trabalhistas produz custos altos para o capitalista e os sindicatos bem organizados ocasionariam, de acordo com o pensamento neoliberal, resultados negativos. Não somente para o capitalista, que teria que pagar altos custos de produção e que, portanto, perderia lucros e poderia sofrer prejuízos financeiros, mas também para o trabalhador que por causa da rigidez sofreria desemprego, pois, de acordo com os neoliberais, a rigidez do contrato de trabalho causa o desemprego.

Todos estes elementos, diz Antunes (2000), além de provocar o aumento do desemprego estrutural causam a perda da capacidade do poder político-sindical, em dimensões inéditas do capitalismo. Quanto mais cresce a complexificação¹⁰ da produção maior é a complexificação das relações sociais, o que leva a uma heterogeneização dos diferentes campos de atuação dos trabalhadores. Realiza-se, portanto, um ocultamento da maioria trabalhadora. O trabalho, enquanto força, passa a constituir-se numa preocupação tão profunda que, perversamente, o caráter excludente das relações sociais determina que o trabalhador lute para manter-se ou para tornar-se mercadoria. Em outras palavras, a nova base técnica que reforça as forças produtivas se concretiza em relações de exclusão social.

⁹ No toyotismo a produção é variada, diversificada, sustenta-se na existência do estoque mínimo e busca o melhor aproveitamento do tempo de produção. Requer a flexibilização dos trabalhadores - direitos flexíveis, para dispor da força de trabalho em função das necessidades do mercado. O ponto básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras. Há desespecialização e polivalência dos operários, transformando-os em trabalhadores multifuncionais. O trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo-se com o caráter parcelar típico do fordismo.

¹⁰ A complexificação (ou ação de tornar complexo) é entendida aqui como um processo que desenvolve a melhora qualitativa numa organização na qual ocorre gradativo avanço de competências na empresa terceirizada.

Frigotto (2000) comenta que o esgotamento do modelo fordista coincide com a mudança da base técnica do processo produtivo. A microeletrônica, a informática, a microbiologia e a engenharia genética possibilitam a criação de novos materiais e de novas fontes de energia e são os fundamentos da substituição de uma tecnologia rígida por uma tecnologia flexível. Essa mudança qualitativa da base técnica do processo produtivo, que a literatura qualifica como sendo uma nova Revolução Industrial, apressa o aumento da incorporação de capital morto e a redução do capital vivo no processo produtivo. Assim, “a mudança para uma base técnica de tecnologia flexível, informatizada, embora se dê em grau e velocidade diferenciados, é uma tendência do sistema”. (FRIGOTTO, 2000, p. 77)

A reestruturação produtiva provoca alterações na organização da produção, no gerenciamento da indústria, nas relações contratuais de trabalho e na comercialização. Apoiando-se sobre processos e princípios do chamado modelo japonês, e visando à toyotização da produção fordista, o capital, no ocidente, busca reestruturar-se pela redução do tempo, dos custos de produção, pelo enxugamento da empresa, através da externalização de determinadas áreas, pela união com redes de subcontratadas e a terceirização do trabalho. A automação passa a fazer parte das novas estratégias. Em consequência, a “indústria expulsa a força de trabalho (...) o que precipita o desemprego estrutural, aumentando o exército de reserva”. (ANTUNES, 1998, p.18)

As mudanças da base técnica do processo produtivo provocam impactos positivos e negativos no trabalho humano. Elas atingem o conteúdo, a quantidade e a qualidade do trabalho e de novas demandas de qualificação humana. Frigotto (2000) destaca que a nova característica do mundo do trabalho é ter se tornado global. A globalização do mundo do trabalho se dá na mesma medida que ocorre a globalização do capitalismo. A fábrica, que passa a atender o global, muda as formas e significados do trabalho, realiza alterações quantitativas e qualitativas que afetam a dinâmica das forças produtivas, a composição e a dinâmica da classe operária.

1.3 MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

As novas formas de produção trazem mudanças relativas aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a favorecer o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase.

Das grandes mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, na década de 1980, por exemplo, algumas se referem às modalidades de inserção na estrutura produtiva e de representação sindical e política.

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade*, e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*. (ANTUNES, 2000, p. 23, grifos do autor)

Outras grandes mudanças ocorrem no desenvolvimento de novas tecnologias. Segundo Frigotto (2000), estas chegam a um padrão tão sofisticado que produzem a automação da produção. Conseqüentemente, ocorre a substituição da mão-de-obra pela máquina automática ou pelo robô sob o comando do computador.

Se desde a Revolução Industrial a máquina substitui o homem em muitas atividades, por outro lado, o homem nunca pôde ser totalmente excluído do processo produtivo, que sem a manipulação do homem nada poderia fazer. No entanto, a informática passou a desenvolver também este papel, por meio do comando pré-programado de atividades, desenvolvido nos *softwares*. Nesse contexto, não somente o trabalhador manual torna-se supérfluo como também muitos cargos gerenciais, de inspeção, de engenharia industrial e administrativos. Desse modo, o avanço da tecnologia desumaniza pela retirada do homem do processo de produção.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1998) assinalam a ocorrência de grandes transformações na estrutura do emprego na América Latina nos últimos 20 anos. Unindo-se o emprego constituído pelo serviço doméstico, o trabalho por conta própria (excluindo os técnicos e os profissionais) e o emprego originado pelas micro e pequenas empresas (até 10 trabalhadores), esse total, que em 1980 correspondia a 40% do estoque de emprego existente no

conjunto da região, atualmente alcança 60%. Dos novos empregos criados anualmente, 85% se concentravam nesses setores.

Sorj (2000, p. 29) destaca duas mudanças, entre diversas outras que constituem o cenário produtivo na atualidade: A primeira refere-se ao grande crescimento do setor de serviços em detrimento da participação relativa da indústria nas economias contemporâneas. Sua expressão é tão significativa que se poderia chamar de sociedades pós-industriais.

Especifica Sorj (2000, p. 29):

A demanda por serviços de toda espécie – transporte e comunicações, governo e administração, saúde ou educação, serviços financeiros – cresceu de tal maneira que a participação do setor industrial no total de empregos na Grã-Bretanha, por exemplo, caiu de 40% em 1970 para 18% em 1995. Nos Estados Unidos, o setor de serviços, que respondia por 40% do total do emprego no início do século, hoje já ultrapassa a marca dos 82%. No Brasil o setor de serviços congrega mais de 50% da população ocupada, contra 20% na indústria e 25% na agricultura. (...)

Incluem-se nessa categoria, diz Sorj (2000), profissionais, como vendedores de grandes cadeias varejistas, trabalhadores em restaurantes e hotéis, secretárias, corretores de imóveis, enfermeiros, terapeutas, comissários de bordo, caixas de supermercado e lojas, entre outros. Essas ocupações evidenciam uma possibilidade de interação que, ao ser feita com qualidade profissional, transmitem aos consumidores significados positivos sobre o valor do produto, pois o trabalhador se torna parte do produto. Em outras palavras, se os empregados desenvolvem seu trabalho a partir do equilíbrio entre suas características pessoais e sua adequação ao trabalho, tudo o mais, idade, gênero ou educação, além das competências individuais, torna-se potencial produtivo.

Sorj (2000, p. 30) destaca que o setor de serviços torna-se a cada dia mais importante também por outros recursos, como as novas modalidades de controle gerencial da relação empregado/consumidor em um contexto de interação. Uma dessas modalidades é o sorriso estampado no rosto por uma aeromoça, por exemplo, independentemente do que esteja sentindo no momento. Ao sorrir para os clientes de modo amigável e envolvente ela age sob o “trabalho emocional”.¹¹

¹¹ Termo utilizado por HOCHSCHILD, Arlie Russel. *The managed heart: Commercialization of human feelings*. Berkeley, University of California Press, 1983.

Assim como faz a aeromoça, em cada contato, o empregado deve sintonizar seu comportamento com a emoção de cada um dos clientes. Como precisam mudar constantemente de comportamento, os empregados acabam se tornando “analistas culturais”,¹² pois, como enfatiza Sorj (2000, p. 31), precisam assumir uma postura de constante interpretação e modificação de sua interação, “a partir de um julgamento cultural que os situa em diferentes categorias sociais”.

Por outro lado, a gerência das empresas passou a ter um problema para resolver: saber ao certo como regular a interação empregado/consumidor nesse contexto de interação, que ainda continua sendo um desafio.

A segunda mudança diz respeito ao regime de emprego presente no período denominado em geral por “idade de ouro do capitalismo”, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Como parte da mudança, Sorj (2000) sugere hipóteses sobre o regime de emprego.

Primeiramente, refere que o regime de emprego, que surgiu no século passado, tinha como marca um alto grau de padronização, era geograficamente concentrado em grandes empresas, em tempo integral e era referência nos planejamentos, além de unir níveis diferentes de sistema social, como motivações sociais e posições sociais.

Nos dias atuais, lembra Sorj (2000), os empregos com as características acima não estão disponíveis; poucas são as indústrias que oferecem empregos fixos; os novos postos de trabalho são flexíveis no tempo e no espaço e o emprego assalariado tem formas diferentes de contratos de prestação de serviços.

Diante dessas e de outras transformações, surgiram dois movimentos opostos, em relação ao trabalho: um defende que no fundo pouco mudou, com Lipietz (1982) e Boyer (1990). Outro afirma que tudo mudou, com Bauman (1998). Ambos são criticados por Sorj (2000) nos seguintes aspectos:

- a) há mudança fundamental na experiência do trabalho: os trabalhadores estão se percebendo empreendedores e se relacionam com seus empregados como clientes de seus serviços;

¹² Expressão utilizada por LASH, Scott; URRY, John. *Economies of signs e spaces*. Londres, Sage Publications, 1994.

- b) a precariedade do emprego ou a perda da função protetora do Estado estimula o indivíduo a criar suas próprias condições de empregabilidade;
- c) as pessoas procuram realizar investimentos privados para estarem melhor qualificados e sintonizados com o mercado.

Diante do desgaste dos aspectos tradicionais do emprego fixo, Sorj (2000, p. 32) sugere que a empregabilidade pode ser assegurada por algo que denomina de “fontes de informações”, as redes de sociabilidade, que envolvem as famílias, os vizinhos, as igrejas, as associações profissionais, os clubes e os partidos políticos, entre outros.

Para Sorj (2000, p. 32), é precondição de empregabilidade o ato de “participar das atividades sociais que tais redes organizam”, como ocorre com 40% dos trabalhadores da Grã-Bretanha, 35% dos trabalhadores japoneses e 61% dos alto executivos na Holanda.

Nessa perspectiva, Offe (1989) pondera que a sustentação de modelos de sociedade e de critérios de racionalidade centrados no trabalho e na atividade remunerada representa, hoje, uma posição conservadora. As grandes e crescentes margens de variação entre as diversas situações de trabalho-renda, qualificação, estabilidade no emprego, visibilidade e reconhecimento social, carga de trabalho, autonomia, possibilidades de ascensão e de comunicação – são indícios da persistência duvidosa de qualquer relevância do trabalho remunerado dependente.

Além disso, segundo Sorj (2000), já não se aceita passivamente a afirmação de que o trabalho é a referência mais importante a normatizar direitos e deveres diretamente inscritos nas relações de trabalho; também o trabalho não é mais a principal referência dos padrões de identidade e de sociabilidade, de interesses e comportamento político, de modelos de família e de estilos de vida. Outras categorias de análise, como identidades, estilos de vida e movimentos sociais recebem maior atenção, o que indica que o trabalho e a produção já não possuem a mesma capacidade de estruturar posições sociais, mudanças sociais ou interesses e conflitos de padrões.

Para Offe (1989), o próprio trabalho se torna reflexivo na maior parte do setor terciário do trabalho em serviços. É uma das principais características do

trabalho reflexivo em serviços é que ele organiza e sustenta o próprio trabalho, além de realizar a produção no aspecto mental e organizacional.

No que se refere à racionalidade técnica do trabalho em serviços, a crescente incapacidade de sua normatização tem que ser contrabalançada por qualidades, como: capacidade de interação, senso de responsabilidade, empatia e experiência adquirida casuisticamente. Os critérios de racionalidade econômica e estratégica são substituídos por estimativas da demanda e das utilidades adquiridas por convenção, por consenso profissional ou por forma política discricionária. “Esta diferenciação dentro do conceito do trabalho fornece o principal fundamento de que, hoje, não mais se pode falar de uma unidade fundamental ou de um tipo de racionalidade organizando e regendo todo o trabalho”. (OFFE, 1989, p. 28 e 29)

Enfim, como refere Castells (2005), quanto maior é a difusão da tecnologia da informação em fábricas e escritórios maior é a necessidade de contratação de um trabalhador autônomo, que tenha, além da instrução, a capacidade e a disposição para resolver problemas, programar e decidir seqüências inteiras de trabalho. As tecnologias da informação requerem que os trabalhadores tenham maior liberdade para as decisões e, desse modo, alcancem o pleno potencial da produtividade esperada. Assim, o trabalhador atuante na rede torna-se o ator necessário à empresa em rede. (CASTELLS, 2005)

1.4 REFORMA DO ESTADO

O projeto neoliberal surge como alternativa (liberal) contraposta ao keynesianismo, ao Estado de Bem-Estar Social, ao planejamento social estatal, à justiça social e à igualdade substantiva. De acordo com Laurell (1995), no segundo pós-guerra, ele se torna a base do ataque frontal às trajetórias seguidas por países capitalistas avançados, como o intervencionismo estatal defendido por Hayek em *O caminho da servidão*, e o totalitarismo inibidor do sistema de liberdades individuais. O neoliberalismo busca defender os antigos postulados clássicos do liberalismo de um Estado mínimo e da concorrência no livre mercado entendido como único regime de regulação social com capacidade para preservar a liberdade dos indivíduos.

No entender da autora, o processo de globalização política, originado junto com a mundialização da economia, deriva na perda de autonomia e do poder político dos Estados nacionais, subestima o impacto das decisões dos Estados em proposições que afetam o globo ou certas regiões, mas em questões que somente interessem a uma determinada nação. Isso se deve à presença, no cenário político mundial, de organizações transnacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização das Nações Unidas (ONU), o Acordo Geral sobre Tarifa e Comércio (GATT), *North American Free Trade Agreement* Nafta, etc., de instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e de empresas multinacionais, muitas delas com um Produto Interno Bruto (PIB) ou movimentos financeiros maiores que a maioria dos Estados nacionais.

A presença do Estado forte e interventivo não interessa aos neoliberais, mas a existência de um sistema político e econômico globalizado, com Estados nacionais e seus sistemas de governo democráticos com autonomias minimizadas, com relações econômicas que não precisam ser controladas por um organismo central e sem a necessidade de incentivos e complementos salariais para reverter à tendência ao subconsumo, é supérfluo aos neoliberais.

Assim, para Laurell (1995), a proposta de minimização do Estado é justificada pelo aspecto econômico e político, já que não é seu papel intervir na liberdade econômica, nem participar do livre jogo econômico do mercado, nem intervir nas relações trabalhistas, nem controlar os preços dos produtos, nem regular os salários.

Ademais, diz a autora, a não-intervenção estatal nos assuntos econômicos embasou a justificativa para a privatização de empresas estatais, o que significa que o Estado não deve participar na atividade econômica com empresas públicas e, menos ainda, em alguns ramos essenciais da produção e de serviços, detendo o monopólio de certas atividades (telefonia, energia elétrica, combustíveis, segurança pública etc.). A proposta é passar às mãos privadas o que era de propriedade pública. Não é papel do Estado, segundo os neoliberais, investir em atividades econômicas, o que diminui a arrecadação dada à redução da atividade econômica de empresas públicas, agora privatizadas, caindo em definitivo o montante dos recursos estatais.

Uma das conseqüências das privatizações de empresas estatais é a queda da arrecadação do Estado por vias não impositivas, propondo-se a redução do gasto público e, particularmente, a diminuição dos recursos destinados às políticas sociais. Para Laurell (1995), a aparente inviabilidade financeira dos Estados nacionais, que o neoliberalismo pretende denunciar, impulsiona a dedicação do neoliberalismo somente às atividades básicas para que ocorra a liberdade do mercado. Quanto às áreas sociais, devem ser colocadas na esfera da sociedade civil, privatizadas, ou diminuir seus recursos.

A chamada reforma do Estado está articulada com o projeto de

liberar, desimpedir e desregular a acumulação de capital, retirando o controle social da 'lógica democrática' e passando para a 'lógica da concorrência' do mercado. Concebe-se como parte da reforma (flexibilização e precarização) das bases de regulação das relações sociais – políticas e econômicas - isto é, articulada à reestruturação produtiva e ao combate ao trabalho, no seio da reestruturação do capital. É uma verdadeira contra-reforma operada pela hegemonia neoliberal, que procura reverter às reformas desenvolvidas historicamente por pressão e lutas sociais e dos trabalhadores, tendo seu ponto máximo expresso na Carta de 1988. (MONTAÑO, 2003, p. 29, grifos do autor)

O conceito de descentralização torna-se a chave de ações, como a transferência de recursos e competências tanto no plano dos governos centrais quanto dos governos locais, tanto no executivo quanto no legislativo, tanto no Estado quanto nas organizações do mercado e da sociedade civil. A gestão de uma sociedade pluralista não condiz com uma estrutura administrativa centralizada e auto-suficiente. Como lembra Dias Neto (2005, p. 54), no contexto de uma sociedade pluralista, "o falso impasse entre a opção pelo Estado ou pelo mercado se revela no surgimento de novas possibilidades de estruturação do espaço público, mediante parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil". Assim torna-se possível solucionar conflitos que não são os mesmos de antes e, portanto, requerem soluções setoriais.

Um dos aspectos que mais se repercute nos conflitos urbanos é a diversidade social. Portanto, a municipalização é freqüentemente associada como a iniciativa mais importante da descentralização política. Se o centro decisório da gestão se aproxima do ambiente de sua atuação, ocorre uma ativação maior da comunicação entre o Estado e a sociedade. Além disso, a proximidade entre governantes e governados e a experiência mais direta com os problemas podem

estimular o interesse da sociedade civil para as questões públicas. Dias Neto (2005) destaca que essa proximidade contribui para suscitar o interesse da sociedade civil para questões públicas. Em consequência, o local, o município e o bairro destacam-se como território privilegiado para a solução de conflitos, reivindicações e tomada de decisões; e as cidades, as organizações ganham relevância enquanto espaço de identidade política e palco de ações e reivindicações por extensão da cidadania.

Um modelo de desenvolvimento social orientado para o ideal da soberania (*empowerment*) territorial de uma sociedade civil democraticamente organizada, que constitui a fonte máxima de poder em seu espaço de vida, é proposto por Friedman (1992). A vida local torna-se o contexto propício de um modelo de desenvolvimento direcionado ao fortalecimento da autonomia da sociedade civil.

Em um espaço de vida que propicia o desenvolvimento da sociedade civil, comenta Dias Neto (2005), as mobilizações políticas se realizam em torno de questões pontuais e se ampliam para além das fronteiras do partido político, do parlamento e do sindicato; chega aos “espaços cotidianos da escola, das associações de moradores, do hospital, da área de lazer, do orçamento participativo, das iniciativas de defesa do consumidor, dos grupos de segurança comunitária”. (DIAS NETO, 2005, p. 57)

O ideal, portanto, seria a defesa de um governo local que utilizasse os recursos existentes para possibilitar o engajamento da sociedade civil, ou seja, das instâncias que harmonizem uma esfera pública descentralizada. Neste contexto destacam-se as **organizações civis**.

No entanto, assinala Dias Neto (2005), não se deve realizar um discurso de que a democracia local tudo resolve, pois o local faz parte da sociedade pluralista. É sempre com referência ao global que se pensa ou se deveria pensar o local. Os termos “agir local, pensar global”, “pensar local, agir global” ou “pensar global, agir global” (DIAS NETO, 2005, p. 59) são termos bastante utilizados atualmente, mas as idéias se complementam.

1.5 MUDANÇAS NAS RESPOSTAS À “QUESTÃO SOCIAL” E O SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR

As mudanças políticas e econômicas provocam alterações no padrão de resposta às seqüelas da “questão social”¹³, que, segundo Montaño (2003), pesam sobre a perda de direitos de cidadania a serviços e políticas sociais, assistenciais e a uma seguridade social de qualidade (nos países centrais), e pesam sobre sua precarização (nos países periféricos). É uma proposta de remercantilização e refilantropização da questão social que lesa tanto os setores mais carentes quanto o conjunto dos trabalhadores. Neste contexto, surge o chamado “terceiro setor” que se refere

a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (...) princípios neoliberais: um *novo padrão (...) para a função social de resposta às seqüelas da ‘questão social’, segundo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua.* (MONTAÑO, 2003, p. 22, grifos do autor)

Argumenta o autor que no projeto neoliberal o Estado passa a não ter prioritariamente responsabilidade em relação às questões sociais, nem a sociedade por meio do Estado. Aqueles que têm as necessidades é que são auto-responsáveis. Podem contribuir com essa responsabilidade as instituições de ações filantrópicas voluntárias.

Responder às necessidades sociais já não é uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal), nem é um direito do cidadão. Como refere Montaño (2003, p. 22), sob o escudo neoliberal, as questões sociais passam a ser “uma *opção do voluntário* que ajuda o próximo, e um *não-direito* do portador de necessidades, o ‘cidadão-pobre’.” (Grifos do autor)

Tentar encobrir esse processo exigiria a prática de um caminho duplo: De um lado é o caminho

da indução a uma imagem mistificada de construção e ampliação da cidadania e democracia, porém retirando as reais condições para sua

¹³ Montaño (2003, p. 21 e 187) refere-se a “questão social” como “fenômeno encoberto, mistificado pelo ideológico debate do ‘terceiro setor’, como indicadora de uma “etérea cultura da solidariedade social, seja ela dominada de redes de proteção social, de políticas de combate à pobreza, de comunidades solidárias ou de expansão dos programas de assistência social” . Após explicado o sentido, daqui por diante o termo será grifado sem aspas nesta dissertação, a não ser em caso de citações do autor.

efetiva participação. Por outro, o caminho da indução a uma imagem ideológica de transferência de atividades a uma esfera estatal satanizada (...) para um santificado 'setor' supostamente mais ágil, eficiente, democrático e popular (o de uma 'sociedade civil' transmutada em 'terceiro setor'). (MONTAÑO, 2003, p. 22, grifos do autor)

Desse modo, se o Estado se desresponsabiliza quanto às questões sociais, não haveria um vácuo de responsabilização, pois se ampliariam os sistemas privados, como os empresariais e os lucrativos, e os sistemas filantrópicos-voluntários, como o terceiro setor. Na verdade, a partir do tripé constitucional da Seguridade Social – Previdência, Saúde e Assistência – lembra Montaña (2003, p. 23), “o setor empresarial se volta para atender às demandas das áreas da previdência social e da saúde, enquanto o ‘terceiro setor’ dirige-se fundamentalmente à assistência social, especialmente para os setores carentes”.

Com essas medidas, destaca Montaña (2003), atinge-se os objetivos neoliberais de reduzir o gasto social público, eliminar a noção de direitos sociais, re-mercantilizar os bens sociais e garantir o excesso de lucro capitalista. As soluções para a questão social são privatizadas e transferidas à sociedade civil, que venderia e/ou forneceria gratuitamente os serviços sociais. A gratuidade fica na órbita do terceiro setor que, na área social, desenvolveria atividades públicas a partir de espaços e iniciativas privadas.

1.6 CONCEPÇÕES SOBRE O TERCEIRO SETOR

Na passagem dos anos 70 para os anos 80, o termo terceiro setor foi cunhado nos Estados Unidos da América (EUA) e veio diretamente vinculado ao conceito de filantropia. Segundo Loschpe (1997), quem trouxe a bandeira do terceiro setor ao Brasil foi Margarida Ramos, da Fundação Roberto Marinho, que em nome do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)¹⁴ assumiu a Secretaria-Geral do III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, em setembro

¹⁴ GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Órgão de iniciativa privada que atua no fortalecimento do Terceiro Setor, oferecendo apoio a institutos e fundações que realizam investimento social voluntário. (Folder Institucional do GIFE. Textos Internet, 2000)

de 1996, no Rio de Janeiro, cuja pauta era discutir o conceito do terceiro setor, suas formas e limites.¹⁵

O GIFE surgiu através da Câmara Americana de Comércio em São Paulo, que, no Brasil, foi pioneira na introdução da temática da cidadania empresarial e que discute o tema em seus comitês desde meados dos anos oitenta. Foi em seu seio que se formalizou o GIFE, que congrega empresas, fundações empresariais e institutos ligados a empresas, voltados para o apoio de iniciativas sociais. O GIFE é composto por institutos, fundações e empresas que operam no terceiro setor, no Brasil, disponibilizando recursos privados para fins públicos. Representando o segmento da atividade empresarial no terceiro setor, "busca expressar a responsabilidade e conseqüente participação da iniciativa privada na reorganização do espaço público". (Folder Institucional do GIFE, 2000, p.1)

No ano 1996, Ruth Cardoso¹⁶ afirmava que no Brasil, bem como em toda a América Latina, o terceiro setor já estava em processo de fortalecimento, pois já desempenhava um papel insubstituível na mobilização de recursos humanos e materiais para combater a pobreza, a desigualdade e a exclusão social.

Ela refere que foi pelo reconhecimento desse novo campo de iniciativas sociais que foi criado o Programa Comunidade Solidária e que tal experiência ilustra um processo de construção de novos espaços e canais de interlocução entre o governo e a sociedade civil. (CARDOSO, 1997)

Em 1998, na Argentina, no decorrer do IV Encontro Ibero-Americano do terceiro setor foram definidas como organizações do terceiro setor as caracterizadas como privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária. Mas, para Cardoso (1997), o terceiro setor é um campo marcado por uma irreduzível diversidade de atores e formas de organização.

Se na década de 1980 eram as ONGs que, pela disponibilização de recursos e experiências na base da sociedade, ganharam visibilidade como novos espaços de participação cidadã, atualmente é o terceiro setor que apresenta um

¹⁵ Os I e II Encontros Ibero-Americanos de Filantropia foram realizados na Espanha e no México, respectivamente. Os III e IV Encontros Ibero-Americanos do terceiro setor foram realizados no Brasil (1996) e na Argentina (1998).

¹⁶ Doutora em antropologia, ex-primeira dama do Brasil e ex-presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária. A ela coube a abertura do III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, no Rio de Janeiro, em 1996.

conceito mais amplo por envolver as instituições filantrópicas voltadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social. Abrange também as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como as mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, da cultura e do lazer. Reúne, ainda, as múltiplas experiências de trabalho voluntário, no qual os cidadãos manifestam sua solidariedade por meio da doação de tempo, trabalho e talento para as causas sociais. E recentemente observa-se o “fenômeno crescente da filantropia empresarial, por meio do qual as empresas concretizam sua responsabilidade e compromisso com a melhoria da comunidade”. (CARDOSO, 1997, p. 8)

Para Montañó (2003), é consensual a afirmação de que no debate sobre o terceiro setor participa uma ampla gama de autores com perspectivas diversas, desde empresários, acadêmicos, membros de organizações populares, políticos, representantes do capital e do trabalho, de concepções conservadoras e regressivas e de perspectivas progressistas, de ideologia neoliberal e trabalhista, de direita e esquerda. E haveria um grande número de autores escrevendo sobre o terceiro setor. No entanto, nos conteúdos de seus trabalhos há “quase ausência absoluta de novidade” (MONTAÑO, 2003, p. 60) no debate atual sobre o tema, já que suas fundamentações, explícita ou implicitamente, recorrem, entre outros: aos clássicos do liberalismo conservador (Tocqueville)¹⁷; ao neoliberalismo (Hayek)¹⁸; aos críticos da sociedade do trabalho (Habermas)¹⁹; e às interpretações de Gramsci sobre a sociedade civil, quase sempre a partir da

¹⁷ Charles de Tocqueville pertencia à antiga nobreza normanda. Foi ministro (dos Negócios Estrangeiros) do governo de Luís Napoleão Bonaparte. “Concebe a sociedade civil carregada de organizações de associação livre, da qual o cidadão possa participar de acordo com seus interesses privados, vinculando-se com outros por intermédio da ajuda mútua”. (MONTAÑO, 2003, p.68).

¹⁸ Friedrich Hayek em O caminho da servidão, publicado em 1944, coloca-se contra o planejamento central do Estado na intervenção sobre as seqüelas da questão social. As únicas funções de um governo legítimo é prover uma estrutura para o mercado, e prover serviços que o mercado não pode fornecer. As igrejas, as instituições sociais, as ONGs e outras devem encarregar-se das políticas sociais que visem à justiça social e a redistribuição da renda. (MONTAÑO, 2003)

¹⁹ Jurgen Habermas, filósofo alemão, argumenta que a categoria que produz o novo não é o trabalho, mas a linguagem, e o resultado dela não é mais a produção de valores de uso, mas a produção de consensos a partir do agir comunicativo. E o mundo da vida é onde se processa a ação comunicativa que permite estabelecer acordos e consensos - o lugar onde se desenvolve a intersubjetividade. A linguagem e a cultura (não o trabalho) são os aspectos centrais do mundo da vida. (MONTAÑO, 2003).

leitura de Bobbio que é uma forçada interpretação de Gramsci no seu trato da sociedade civil.²⁰

Em sua análise sobre o debate atual a respeito do terceiro setor, Montaño (2003) identificou duas tendências teórico-políticas: a tendência regressiva e a tendência de (suposta) intenção progressista.

A tendência regressiva surge no interior do pensamento neoliberal ou no contexto da chamada "terceira via", que na literatura estuda o "neoliberalismo *light*". Participam dessa tendência autores como Bresser Pereira, Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin (1996), Rubem César Fernandes (1996), entre outros. Para Montaño (2003), as referências teóricas fundantes do debate remetem ao pensamento de Tocqueville e de Hayek. Eles têm a pretensão de diminuir um Estado que é acusado de oscilar entre a solidificação da tirania da maioria e o caminho da servidão. Temem o Estado como garantidor da justiça social e da igualdade, e temem o mercado como promotor da desejada liberdade. Requerem que o mercado seja o regulador em lugar do Estado.

Já a tendência de (suposta) intenção progressista apregoa menos o Estado e mais a sociedade civil. Trata-se, segundo Montaño (2003), de uma tendência vinculada à denominada nova esquerda ou pós-marxismo – postura intelectual que surge devido ao espaço deixado pela esquerda reformista diante do triunfo do neoliberalismo.

Os autores nesta tendência se valem, diferenciadamente, ora de uma forçada interpretação de Gramsci, no seu trato da 'sociedade civil' (por vezes orientada a partir da leitura de Bobbio), ora das análises de Habermas, sua negação à centralidade do trabalho e seu 'mundo da vida' (autonomizado do 'sistema econômico'), ora de uma certa tradição (pseudo)-anarquista, na sua recusa a qualquer forma de controle estatal e sua defesa da autogestão das organizações de base; ora das propostas de Rosanvallon (herdeiro em alguma medida dessa tradição pela via do neo-saint-simonianismo), e de seu espaço 'pós-social-democrata'. (MONTAÑO, 2003, p. 88, grifos do autor)

²⁰ Para o marxista italiano Gramsci, a sociedade civil é o espaço em que se manifesta a organização e a representação dos interesses de diferentes grupos sociais, esfera da elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias (atividades culturais, meios de comunicação, etc.). É uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários. (MONTAÑO, 2003)

A tendência de intenção progressista defende a sociedade civil como instância reguladora, no lugar do Estado. No entanto, acaba por ser funcional ao neoliberalismo, na medida que se resigna com as transformações operadas pelo capital e/ou concorda com as tendências até então descritas. “O caminho, de (aparente) ‘intenção progressista’ reafirma ou legitima o ‘aspecto conservador/regressivo’ da reforma do Estado e do novo trato à *questão social*”. (MONTAÑO, 2003, p. 87, grifos do autor)

Em síntese, ambas as tendências (tendência regressiva e a tendência de intenção progressista) evocam autores diversos que enfocam as relações entre Estado e sociedade, justiça social, igualdade, liberdade, política, economia, público e privado. No entanto, mesmo que o debate ocorra com claras diferenças, por parte de eminentes setores ideopolíticos, por vezes até contrários ou em campos políticos diferentes, os debates sobre o terceiro setor chegam ao mesmo destino, como acentua Montaña (2003, p. 59): parte-se de análises sociais diferentes, de marcos referenciais teóricos não confundíveis e procuram-se objetivos distintos, e se concorda em “aspectos substantivos nas suas considerações sobre o chamado terceiro setor”.

Na tendência considerada conservadora e regressiva incluem-se os defensores do neoliberalismo, que querem o mercado como regulador das relações sociais; argumenta-se a transferência de atividades do Estado para o terceiro setor cuja função social é dar respostas à questão social, com novas responsabilidades e fundamentado nos valores da solidariedade voluntária e da auto-ajuda. A tendência é considerada por Montaña (2003) como de (suposta) intenção progressista e está vinculada à nova esquerda ou ao pós-marxismo. Visa à sociedade civil (o terceiro setor) como espaço privilegiado de interação entre indivíduos, associações, etc., e como instância reguladora, no lugar do Estado. Ambas as tendências defendem a retirada total do Estado keynesiano a fim de deixar o jogo social, político e econômico aberto aos atores sociais. Suas análises concentram-se em estudar o terceiro setor de forma desarticulada da totalidade social, descartando as transformações do capital.

Existem também aqueles autores que se consideram como de posicionamentos críticos frente às teorias hegemônicas. Eles compreendem o terceiro setor como algo embutido numa totalidade concreta e destacam que há uma relação entre a atual reestruturação do capital, as mudanças no mundo do

trabalho, a reforma do Estado e o terceiro setor e que o surgimento do terceiro setor ocorre porque a função social de resposta às refrações da questão social sairia do âmbito privilegiado do Estado e passaria a ser de auto-responsabilidade dos sujeitos portadores de necessidades e da ação solidária-voluntária de organizações filantrópicas. (MONTAÑO, 2003)

Não obstante o debate dominante sobre o Terceiro Setor ser heterogêneo, isto é, com distintas perspectivas teórico-metodológicas e concepções político-ideológicas variadas, ele apresenta pelo menos duas características comuns, quais sejam: a segmentação entre Estado, mercado e sociedade civil, e a noção de solidariedade voluntária que aparece como um argumento central na defesa do terceiro setor

1.6.1 Segmentação entre Estado, mercado e sociedade civil (transmutada em terceiro setor)

Os teóricos do terceiro setor fazem uma segmentação entre Estado, mercado e sociedade civil (transmutada em terceiro setor). No entender de Duriguetto (2005), para os teóricos do terceiro setor de fonte liberal, o Estado intervencionista, concebido como paternalista e todo-poderoso, constituiria uma organização nociva para a liberdade da população. Em outras palavras, a intervenção de uma organização tão forte, na regulação das relações sociais, iria contra a liberdade dos indivíduos.

Com base nessas justificativas surgem as teses da minimização do Estado, das privatizações, dos incentivos à demissão voluntária, do esvaziamento de recursos das políticas sociais, entre outros. Em consequência, a sociedade civil torna-se “instrumento de operacionalização da estratégia do projeto neoliberal de desresponsabilização do Estado e do capital em resposta à ‘questão social’, particularmente no que se refere às políticas sociais”. (DURIGUETTO, 2005, p. 90). E isso ocorre pela transferência dos serviços sociais para a sociedade civil por intermédio de suas entidades públicas não-estatais.

Ao optar pelo termo entidades públicas não-estatais, o sentido de “não-estatais” indica uma terceira forma de propriedade, a pública não-estatal, paralelamente à propriedade privada e a estatal que passariam a compor o denominado “campo do terceiro setor ou da sociedade civil: associações

filantrópicas, grupos e organizações comunitárias, ONGs, ações voluntárias e a chamada filantropia empresarial”. (DURIGUETTO, 2005, p. 90)

Desse modo, a organização da sociedade civil

transmutada em esfera pública não-estatal, em um suposto ‘terceiro setor’, situado para além do Estado e do mercado - passa a ser visualizada como campo de ações e organizações regidas pela lógica ‘solidarista’, ‘filantrópica’, do voluntarismo e do apoliticismo. (DURIGUETTO, 2005, p. 90, grifos do autor)

Assim, propõem-se novas formas de solidariedade e associativismo, no contexto do terceiro setor, para contrapor às formas clássicas de paternalismo do Estado de Bem-Estar.

1.6.2 A noção de solidariedade voluntária aparece como um argumento central na defesa do Terceiro Setor

Montaño (2003) chama a atenção para o conceito de solidariedade expressa pelos autores do terceiro setor. O termo não diz respeito à noção genérica do termo, mas se constitui em uma forma de operacionalizá-la. O debate não ocorre entre aqueles que defendem a solidariedade e aqueles que a negam. O núcleo do debate constitui-se de dois projetos ou dois modos de conceber a organização da solidariedade, ou melhor explicando:

O termo solidariedade pode definir uma obrigação e/ou um direito. Entendida como obrigação, a solidariedade refere-se a uma atividade compulsória, necessária, exigida por leis e operacionalizada por uma instituição geral, que no caso do padrão fordista/keynesiano é o Estado. Entendida como direito (individual), a solidariedade é tida como uma opção: ser solidário remeteria a uma ação voluntária, que exige valores individuais altruístas. (MONTAÑO, 2003, p.166)

No caso da solidariedade optativa, quem a quer precisa solicitar a ajuda de outras pessoas e conformar-se em aceitar o que recebe, da forma como recebe. A solidariedade é uma ação voluntária que parte de pessoas que vivenciam valores de desprendimento e abnegação.

No que se refere à solidariedade como obrigação constitui-se de uma atividade obrigatória operacionalizada pelo Estado. Aquele que doa tem obrigação de doar e o cidadão tem o direito de receber.

Portanto, para Montaño (2003), a verdadeira questão não está na oposição entre defensores e opositores da solidariedade, mas na comparação entre aqueles que defendem uma solidariedade como ajuda individual/organizacional optativa, uma ação voluntária, e os defensores de uma solidariedade como obrigação de todos, com a intermediação da articulação do Estado.

O que está por trás de ambos os posicionamentos? Para Montaño (2003, p. 167), existe tanto a recusa do “princípio de solidariedade particulares, categoriais, voluntárias” quanto “a recusa da solidariedade de classes”. Em outras palavras, o conceito presente nesse debate apóia-se no voluntarismo, na doação, e deixa de lado o direito do cidadão receber assistência e serviços, um modo de entender o conceito de solidariedade que difere daquela defendida pelo keynesianismo e, ao mesmo tempo, no Brasil, é diferente daquela eleita na constituinte, em 1988, que se refere à solidariedade como conquista de classes.

Trata-se de formas particulares e voluntárias de solidariedade, onde o desempregado é solidário com o desempregado, o homossexual com o homossexual, o camelô com os vendedores ambulantes, o sem-teto com os despossuídos de moradia, o assalariado com seus pares, o ambientalista com os demais ecologistas, o morador de um bairro com seus vizinhos. Quer dizer um sistema onde cada um é solidário, desde que a isso se disponha, com seus pares, com seus iguais ou semelhantes, com seu grupo de interesse particular. (MONTAÑO, 2003)

Constitui-se um sistema em que cada grupo passa a se responsabilizar, ou seja, está inserida a idéia de que

cada grupo ou coletivo que apresenta uma necessidade ou carência particular tenha que se *auto-responsabilizar* (direta ou indiretamente) pelo financiamento/prestação da sua resposta; e este é o grande desejo/finalidade do projeto neoliberal. (...) O que se oculta, portanto, neste fenômeno de *auto-responsabilização dos usuários particulares* é um verdadeiro processo de *des-responsabilização estatal (e do capital) com a resposta às seqüelas da ‘questão social’*. (MONTAÑO, 2003, p. 167-168, grifos do autor)

Assim, o conceito de solidariedade empregado no debate hegemônico do terceiro setor baseia-se no voluntarismo e na doação, propondo-se uma solidariedade com poder de integração social, participação cidadã e capaz de impulsionar a nova cultura do colaboracionismo. O que fica claramente evidenciado é que os teóricos do terceiro setor recusam não só o princípio de

solidariedade baseada em direitos universais, mas também recusam a solidariedade de classe. Em substituição, propõem laços de solidariedade particulares, categoriais, voluntários. Trata-se da ideologia da atividade voluntária privada das ONGs que pretende desqualificar o sentido da coisa pública, eliminar a idéia de que o governo tem a obrigação de cuidar de seus cidadãos e, portanto, a desconsideração do direito de receber assistência e serviços. Em oposição ao argumento de que o Estado tem responsabilidade pela coisa pública, as ONGs fomentam a idéia neoliberal da responsabilidade privada. Trata-se de uma concepção de solidariedade diferente daquela erguida no keynesianismo - que no caso brasileiro está plasmada na Constituição de 1988 e que remete a lutas e conquistas de classes. (MONTAÑO, 2003).

O autor destaca que nessa mudança das políticas estatais, como espaço democrático de luta de classes, para o terceiro setor, supostamente supraclassista, ocorre um esvaziamento da noção de conquista e de direito das políticas sociais, que são encobertas pela concessão, e ocorre “a anulação das identidades de classe subsumidas a identidades particulares ou supraclassistas”. (MONTAÑO, 2003, p.168)

Convoca-se a sociedade civil para desresponsabilizar o Estado e procura-se por parcerias, ou seja, contrapondo-se à homogeneização da resposta estatal, a solidariedade proposta pelos teóricos do terceiro setor se responsabilizaria pelo respeito às diferenças (locais e individuais) das demandas; seria a impulsionadora de uma nova “cultura” constituída por altruísmo e colaboração, a ser percebida por empresários, trabalhadores e cidadãos em geral como meio de ajuda ao próximo. Diferentemente do quietismo e do conformismo, que caracterizariam a intervenção estatal, esta nova solidariedade instigaria a participação de cada cidadão, pois cada qual se sentiria responsável em solucionar as necessidades próprias e dos demais.

Como conseqüência da diminuição das respostas estatais às necessidades sociais, proclama-se a ação voluntária entre os particulares, como as mobilizações individuais ou organizacionais para atender aos desabrigados, aos moradores de rua, ao voluntarismo do “Amigo da Escola”, além da “solidariedade empresarial” com seus “trabalhadores, consumidores e vizinhos”. (MONTAÑO, 2003, p.163 e 165)

Enfim, como já assinalamos em trabalho de nossa autoria (NAZZARI, 2004), complementares e de grande importância são, sem dúvida, a mobilização da sociedade contra a fome e a miséria, as diversas ações que, por opção solidária, são desenvolvidas por uma variedade de instituições filantrópicas. São muito importantes por tratar-se de uma rede de organizações filantrópicas que se caracterizam como estruturas fundamentais na execução de ações de assistência, sendo muitas vezes a única alternativa de determinados segmentos populacionais. Porém, são apenas ações complementares, emergenciais e movidas por uma solidariedade intrínseca no sentido de livremente dar respostas assistenciais, mas que não resolvem as causas da fome, da miséria, do desemprego em massa, da violência pública, entre outras. (NAZZARI, 2004)

E, nessa perspectiva, no mesmo trabalho, propusemo-nos a gritar não a substituição da responsabilidade estatal e do capital no trato com a questão social, mas dizer sim para o caráter de complementação que historicamente já vem sendo dada pelas instituições filantrópicas e saudar as diversas organizações sociais que estão surgindo, pois ampliarão e serão de grande contribuição no combate às injustiças sociais provocadas pela ganância do sistema capitalista. Contudo, nunca se pode esquecer que nenhuma esfera, pelo menos no sistema capitalista, será capaz de substituir o Estado na sua obrigação de promover a cidadania plena.

2 SOCIEDADE PLURALISTA E ACOPLAMENTO INTERORGANIZACIONAL

No âmbito das discussões que envolvem os conceitos de pluralismo e democracia, de público e privado, Dias Neto (2005) foca a importância de analisar que democracia e pluralismo são conceitos distintos. Enquanto a teoria democrática surge da concepção jusnaturalista do contrato social, que foi construída aos poucos, de Hobbes a Kant, a teoria do pluralismo surge como reação à teoria da supressão dos corpos intermediários entre os indivíduos e o Estado, como defendia a teoria. Mesmo que antes da reação da teoria pluralista Rousseau tenha proposto a democracia direta, sendo o Estado democrático o centro do poder e uma república democrática e monocrática, em contraste com a realidade autocrática²¹ da sociedade feudal, a teoria do pluralismo defende o modelo de sociedade no qual o poder do Estado é controlado por outros núcleos de poder. Na esfera da sociedade civil é que as vertentes pluralistas modernas encontraram, a partir do século XIX, a mediação para unir o Estado total e o indivíduo.

No entanto, mesmo que sejam distintas as duas teorias, não são incompatíveis. Bobbio (1984) comenta que se de um lado a teoria democrática contrapõe-se ao poder autocrático e defende uma sociedade de poder ascendente, a teoria pluralista vai contra o poder monocrático ou concentrado em defesa de uma sociedade na qual o poder é distribuído.

Ao contrário do

ideal democrático da sociedade centrípeta, fundada no Estado como expressão única da soberania popular, a sociedade atual é centrífuga e funciona de forma diferenciada e articulada em torno de inúmeros centros de poder e blocos antagônicos de interesses, que atuam dentro e fora do campo estatal. A democratização dessa pluralidade de espaços de poder seria, portanto, o desafio fundamental da nova teoria democrática. (...) A idéia de uma 'sociedade de cidadãos' vincula a governabilidade do pluralismo à sua democratização. (...) A perspectiva é a da sociedade civil fortalecida, capaz de assumir a responsabilidade

²¹ A autocracia é um governo absoluto por deter um poder ilimitado sobre os súditos. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2000, p. 372).

pela gestão de suas necessidades e conflitos. (DIAS NETO, 2005, p. 34, grifos do autor)

No âmbito das concepções pluralistas, os denominados novos movimentos sociais, por meio de novas estratégias, transformaram a sociedade civil em base das ações políticas e em um espaço propício para a germinação das respostas que vençam os desafios atuais, ou seja, o núcleo da teoria democrática pluralista é a “proliferação extra-estatal dos instrumentos jurídicos e políticos de validação dos direitos.” (DIAS NETO, 2005, p. 37)

Em consequência das novas teorias sobre democracia e pluralismo surgem novas concepções de público e privado, bem como a ampliação do conceito de política ou de esfera pública. As associações da sociedade civil transformam-se em recursos de produção de bens e serviços sociais, ou seja, as organizações civis transformam-se no aspecto formal da esfera pública. A política não se restringe aos limites do âmbito estatal, mas direciona-se às mais diversas esferas da vida social, como o Estado, o mercado, a família, a escola, a mídia, o hospital, consideradas como potencialmente democratizáveis, desde que incluam a participação ativa da sociedade civil.

Assim, o desafio é democratizar esses espaços de poder e posicionar como alvo a evolução do projeto de democratização do Estado na direção do projeto de democratização da sociedade. “O horizonte é a ‘democracia integral’, em que a realidade de concorrência entre ‘diversas oligarquias’ seja convertida na realidade de concorrência entre ‘diversos centros democráticos de poder’.” (DIAS NETO, 2005, p. 34). Portanto, a democracia contemporânea é pluralista.

O conceito de sociedade de cidadãos requer que o cidadão esteja na condição de ator central em todos os espaços de vida social. Eles têm a oportunidade de resolver seus problemas coletivos em vez de serem governados e administrados por um poder político institucionalmente autônomo e que não faz parte de sua realidade. Como lembra Dias Neto (2005), a cidadania estatal passa a ser interpretada como uma das formas possíveis de identidade política, não a única.

Então, mesmo que enfraquecido no contexto da “constelação pós-nacional”, como define Dias Neto (2005), o Estado continua a ser instância privilegiada de proteção e promoção de direitos, pois uma sociedade de cidadãos não se constrói à margem do Estado, mas compreende o Estado democratizado.

O Estado não é negado. Seu eixo de coordenação é deslocado dos processos políticos para a sociedade civil; ele perde o monopólio exclusivo na definição de uma agenda de prioridades e problemas pertinentes à vida em sociedade. No entanto, a produção dos recursos materiais, éticos e técnicos, necessários à gestão da sociedade atual, decorre de um modelo político participativo no qual os canais institucionais de deliberação coletiva sintonizem-se com as experiências informais de comunicação e aprendizagem coletiva que se estabelecem na heterogeneidade do espaço social.

Portanto, o que se deseja “não é a onipresença do Estado e a clientelização do cidadão, mas um Estado cujos poderes estejam dirigidos ao fortalecimento da autonomia das organizações da sociedade civil”. (DIAS NETO, 2005, p. 44)

2.1 AS NOVAS CONCEPÇÕES DE PÚBLICO E PRIVADO

Vieira (2001) analisa três concepções diferentes de espaço público: a tradição republicana representada pela visão agonística, desenvolvida por Hannah Arendt; a tradição liberal, de matriz kantiana; e o modelo de espaço público discursivo, desenvolvido por Jürgen Habermas.

Na tradição republicana ocorre a perda do espaço público no qual ocorre a oclusão do político pelo social, ou seja, os indivíduos contentam-se em se comportar como consumidores e moradores urbanos, não agem.

Na tradição liberal enfatiza-se o modelo denominado legalista. O liberalismo é um modo de se discutir a respeito do poder no diálogo público, modelo que tem por base restrições discursivas e que pressupõe uma moral e uma epistemologia política que defendem a separação implícita entre o público e o privado.

A respeito das duas correntes, Vieira (2001) destaca que o modelo de Arendt não é adequado para a realidade sociológica da modernidade, e o modelo liberal transforma o diálogo sobre o poder em discurso jurídico sobre o direito, ou seja, “as duas primeiras correntes são limitadas como instrumentos de análise/avaliação de problemas referentes ao discurso político e legitimação nas sociedades de capitalismo avançado”. (VIEIRA, 2001, p. 58)

O modelo de espaço público discursivo de Habermas não limita o acesso ao espaço público e abrange o aspecto dinâmico e renegociável de distinções como a que se determina entre o certo e o bom. Habermas destaca como aspecto essencial a defesa da modernidade à luz da participação pública. “A questão de legitimidade democrática é central na teoria discursiva de Habermas, o que confere maior profundidade e apelo ao seu pensamento”. (VIEIRA, 2001, p. 58)

Segundo Vieira, Habermas entende que além da diferenciação, individuação e bifurcação, na construção da modernidade, o surgimento de um campo público autônomo, no qual ocorra o debate, torna-se da mesma forma importante.

No campo institucional, a geração consensual de normas gerais de ação através do discurso prático adquire relevância. No âmbito da formação de personalidade, o desenvolvimento da identidade individual torna-se cada vez mais dependente da reflexão e da crítica dos indivíduos ao construírem, juntos, uma vida coerente, além dos papéis e definições de gênero convencionais. (VIEIRA, 2001, p. 58)

Nos âmbitos da sociedade, personalidade e cultura, o esforço reflexivo e a contribuição dos indivíduos tornam-se decisivos. O princípio da participação não constitui a antítese à modernidade, mas um de seus maiores pré-requisitos. Em Habermas, a participação não se restringe a um campo político estritamente definido, mas pode realizar-se também na esfera social ou cultural. Por exemplo, participar de iniciativas cidadãs para despoluir um porto é tão político quanto criticar, numa revista, a imagem estereotipada com que certos grupos são apresentados na imprensa. Neste enfoque, a participação destaca a determinação de normas de ação por meio do debate prático, envolvendo todos os que por ela são afetados.

Como é, então, entendido o espaço público? Seria entendido de modo agonístico, como espaço de competição para aclamar uma elite política? Segundo Vieira (2001, p. 59), o espaço público “é visto democraticamente como criação de procedimentos pelos quais todos os afetados por normas sociais gerais e decisões políticas coletivas possam participar de sua formulação e adoção”. E o que haveria em comum entre os liberais e Habermas? Somente a idéia de que a legitimidade é conseqüência do debate público. No entanto, no modelo habermasiano, o debate não tem como pressuposto “o constrangimento da neutralidade pois é julgado por critérios representados pelo modelo de um

‘discurso prático’, avaliando sua validade”. (VIEIRA, 2001, p. 60). O autor indica ainda que nas sociedades contemporâneas “a democratização sintetiza o aumento e o crescimento de espaços públicos autônomos entre participantes”. (VIEIRA, 2001, p. 60)

O modelo que surge dos últimos estudos de Habermas considera o diálogo normativo como argumento e justificação que ocorrem em uma situação ideal de fala, que, por sua vez, expressa uma reciprocidade igualitária. Os participantes têm iguais oportunidades de iniciar e continuar a comunicação, de fazer comentários, recomendações e explicações e de expressar desejos e sentimentos; são livres para “tematizar as relações de poder que, em contextos ordinários normais, constrangeria a livre articulação de opiniões e posições”. (VIEIRA, 2001, p. 61)

No que diz respeito à esfera pública, no pensamento de Habermas, os movimentos sociais que fundam a democracia surgem como modos de solucionar o conflito entre Estado e Mercado, de um lado, e as estruturas interativas do mundo da vida, de outro lado. Habermas entende a democracia como

a institucionalização no sistema político das sociedades modernas dos princípios normativos da racionalidade comunicativa. A esfera pública é o local de disputa entre os princípios divergentes de organização da sociabilidade. Os movimentos sociais constituem os atores que reagem à reificação e burocratização, propondo a defesa das formas de solidariedade ameaçadas pela racionalização sistêmica. Eles disputam com o Estado e com o mercado a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização, reprodução da cultura e formação de identidade e solidariedade. (VIEIRA, 2001, p. 63)

Na teoria habermasiana, o conceito de esfera pública tem uma posição central enquanto arena de formação de vontade coletiva. É um espaço autônomo de debate público e de embate entre diversos atores sociais: de um lado, desenvolve processos de formação democrática de opinião pública e da vontade política coletiva; de outro, vincula-se a um projeto de práxis democrática, onde a sociedade civil é uma instância deliberativa e legitimadora do poder político, possibilitando aos cidadãos exercerem seus direitos subjetivos públicos. (VIEIRA, 2001)

Essa é uma compreensão que exclui a visão utilitarista²² e a visão reducionista²³. O espaço público tem como suporte o princípio do discurso e uma perspectiva emancipatória; é uma arena autônoma em relação ao sistema político, contemplando procedimentos racionais, discursivos, participativos e pluralistas, possibilitando aos atores da sociedade civil um consenso comunicativo e uma auto-regulação, fonte de legitimidade das leis. Enfim, um local onde ocorre a interação intersubjetiva de cidadãos conscientes, solidários e participativos.

Para Vieira (2001), a autonomia do espaço público participativo revaloriza o primado da comunidade e da solidariedade, possibilitando a libertação da sociedade civil dos imperativos sistêmicos, isto é, dos controles burocráticos do Estado e das imposições econômicas do mercado.

Divergindo dos liberais, Habermas confere centralidade à ação social e secundariza os aspectos individuais. O espaço público não se coaduna com a visão liberal de neutralidade, dissociada dos interesses concretos dos atores sociais, mas, ao contrário, permite a institucionalização das pluralidades nas sociedades civis modernas e a possibilidade de consenso mediante procedimentos comunicativos exercidos na esfera pública, fornecendo os critérios éticos de regulação dos discursos práticos. A esfera pública, enfim, é a instância geradora de decisões coletivas e legitimadoras da democracia. (VIEIRA, 2001)

Na medida que se considera que a política não pode mais ser vista como atributo das elites, torna-se indispensável a adoção de procedimentos de participação, assegurando-se a todos, principalmente aos grupos sociais minoritários, igualdade de acesso ao espaço público, mediante o discurso, independentemente dos conteúdos.

Em suma, a modernidade é entendida não como ponto de ruptura da tradição, mas como um momento possível de realização de profundas transformações sociais, implicando um novo papel dos atores sociais e uma nova configuração da democracia participativa, desde que sejam aplicados os procedimentos discursivos.

²² No utilitarismo, os atores da sociedade civil agem individualmente, sem qualquer laço de solidariedade social.

²³ O reducionismo restringe o espaço público a uma esfera determinada pelas relações econômicas.

O modelo discursivo se apresenta como adequado às sociedades modernas, pois, com o ingresso de novos grupos na esfera pública e a expansão dos direitos de cidadania na modernidade, não é mais possível imaginar um espaço público homogêneo e politicamente igualitário. Por isso mesmo, o conceito de espaço público aplica-se às diversas dimensões da vida social: a política, a literária, a artística, a científica, entre outros.

Vieira (2001) considera que o modelo habermasiano amplia o âmbito da atividade política, fertilizando-o com os influxos comunicativos provenientes da sociedade civil. Com a nova dimensão quantitativa e qualitativa das associações da sociedade civil, o processo de democratização começa a ser visto como processo de mudança na cultura política, nas práticas sociais e nas formas de ação coletiva.

Na verdade, nos últimos anos, constatam-se mudanças significativas nas formas de ação coletiva e de ocupação do espaço público por um conjunto diversificado de atores e associações, criando um pólo distinto da sociedade política para a satisfação de necessidades e constituição de novas identidades.

Essas mudanças na cultura política trazidas pelo incremento do associativismo indicam a possibilidade de superação das formas tradicionais de clientelismo, populismo e corporativismo presentes na história política da América Latina. A nova cultura associativa contribui com a construção de uma estrutura institucional mais democrática, posto que se apóia na sociedade civil e não nas elites que tradicionalmente controlam a sociedade política (VIEIRA, 2001).

Predominaram na América Latina as chamadas teorias da transição democrática que, apesar de sua inegável contribuição, subestimaram a organização autônoma de associações civis, confinando-se no institucional. Contudo, na atualidade está se desenvolvendo uma outra perspectiva, de caráter culturalista, segundo a qual os estudos sobre democratização devem acompanhar os processos culturais, pois a democratização não ocorre no vazio: deixa de ser abordada “como fenômeno relacionado exclusivamente com as instituições políticas e passa para o terreno das formas de ação social que garantiriam a democracia ao longo de um processo de modernização societária”. (VIEIRA, 2001, p. 73)

A nova interpretação abre espaço para os movimentos sociais e associações da sociedade civil na compreensão mesma do processo de

democratização, incorporando novos conceitos, destacando-se o de esfera pública.

Evitando uma institucionalização imobilizadora, mas sem negar a participação institucional das associações civis, o que se deseja é a preservação do papel dessas associações no processo sociocultural. Neste sentido, as associações não devem participar do Estado enquanto espaço administrativo (sob pena de transformarem-se em paraestatais), mas enquanto espaço de formação da opinião e vontade coletiva. (VIEIRA, 2001, p. 74)

2.2 GLOBALIZAÇÃO ALTERNATIVA E CONTRA-HEGEMÔNICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O tempo atual é contraditório. Enquanto se realizam grandes avanços e transformações, denominados revolução da informação e da comunicação, da eletrônica, da genética e da biotecnologia, como lembra Santos (2003), ocorrem também regressões de males sociais que pareciam subjugados, como as desigualdades sociais, o trabalho escravo ou servil e as guerras.

Por outro lado, a globalização neoliberal, embora continue hegemônica, não é a única existente. Outra globalização emergente lhe faz resistência. A alternativa contra-hegemônica reúne iniciativas, movimentos e organizações que se articulam em redes e alianças, inclusive, superando a esfera local, em busca de um mundo melhor, como se manifestou dramaticamente no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em janeiro de 2001.

Sabe-se que a globalização não é nova, pois

o capitalismo moderno é na sua origem um projeto de vocação global que se desenvolveu sempre sob a forma de intensificação da globalização. (...) Sempre houve resistências a esse projeto tão dinâmico quanto predador, da revolta dos escravos às lutas de libertação nacional, das lutas operárias aos projetos socialistas, dos movimentos anarquistas ao Movimento dos Não-Alinhados. (SANTOS, 2003, p. 16-17)

Uma das perguntas de Santos (2003, p. 15), “o que há de novo neste início de século?”, tem como resposta que “há conhecimentos rivais alternativos à ciência moderna e de que mesmo no interior desta há alternativas aos paradigmas dominantes”.

Explicando melhor, primeiramente, as relações transfronteiriças ou que prevêm de cooperações entre as nações ou regiões são intensificadas. O local torna-se sempre mais o contrário do global e este é o contrário do local, intermediado pelo espaço nacional. Escalas temporais e espaciais, portanto, sofrem turbulências que originam tanto a interdependência quanto a disjunção. Santos (2003, p. 17) observa que “nunca os grupos estiveram tão ligados ao resto do mundo por via do isolamento, nunca tantos foram integrados por via do modo como são excluídos”.

O segundo aspecto é a destruição das promessas de liberdade, igualdade e racionalidade e da idéia de luta pelas promessas, resultante da globalização hegemônica. Os mercados financeiros entraram em desordem como metáfora de um modo de regulação social que deixa de lado a idéia de emancipação social como sustento. Contraditoriamente, é nesse vazio de emancipação que surgem organizações que lutam ao mesmo tempo contra as formas de emancipação que não emancipam e, elas mesmas, realizam novas trajetórias da emancipação social.

No livro *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, organizado por Boaventura de Souza Santos (2003), foram registrados os principais resultados de uma pesquisa internacional voltada à reinvenção da emancipação social, no contexto da globalização, entendida como um novo regime de acúmulo de capital. Ressalta o autor que a idéia do projeto desenvolvido pelos pesquisadores é que a forma de globalização, mesmo sendo hegemônica, não é única.

O que torna possível que um conjunto de movimentos ou iniciativas se tornem uma globalização alternativa? Com base no projeto realizado, Santos (2003) afirma que as iniciativas são locais e se realizam em espaços-tempos limitados, mas ocorrem também em muitos casos que fazem alianças com outros movimentos estrangeiros, o que o autoriza a falar de globalização.

Caso experiências semelhantes se realizem no mesmo período em diferentes partes do mundo sem que exista o conhecimento recíproco do que esteja acontecendo, seria possível referir-se às ocorrências simultâneas como globalização das iniciativas?, questiona o autor. E responde que é uma forma de globalização contra-hegemônica, apesar de que a concepção dominante da globalização contra-hegemônica tente limitá-la às dramáticas aparições, como em

Seattle, Montreal, Washinton, Genebra, Davos, Praga e Porto Alegre. Sem tirar o mérito das grandes aparições, Santos (2003) observa que os movimentos mobilizadores, compostos por pessoas anônimas, de lutas locais resistem à opressão cotidianamente.

Dois desafios são apontados pelo autor: entender se tudo o que é local é global, se existem locais desglobalizados; e a determinação dos limites do que é contra-hegemônico. Quanto ao primeiro, o desafio continua. Quanto ao segundo, considera árdua a tarefa de tentar definir se toda iniciativa que resiste à lógica do capitalismo global é contra-hegemônica, pois a opressão se apresenta com muitas faces, sendo possível que iniciativas que se dizem alternativas ao capitalismo global também sejam uma forma de opressão, sem contar que o contra-hegemônico em um determinado momento em um país pode não ser em outro momento e em outro país, ou, ainda, movimentos contra-hegemônicos podem ser cooptados pela globalização hegemônica sem que o percebam ou por considerarem essa possibilidade vantajosa.

O tema das iniciativas voltadas para a cidadania e a solidariedade, segundo Paoli (2003), é reclamado no momento em que os governos da década de 90 deixaram de investir em obrigações públicas, pressionados pelo modelo econômico neoliberal adotado. O mesmo desinvestimento era assumido também pelas elites diante de um Estado em crise financeira, impelido a se endividar junto ao setor privado, colaborando para que as elites tivessem a ilusão de que eram politicamente auto-suficientes.

Diferentes práticas de responsabilização e compromisso desejam um conflito potencial que diferencia internamente as múltiplas organizações que constituem a emergência daquilo que se entende por sociedade civil no Brasil, e que tendem a se tornar critérios cada vez mais presentes no debate sobre seu sentido. (PAOLI, 2003, p. 378)

Um cenário assim composto de imposições econômicas, heranças culturais e interesses particulares lança luzes para o entendimento do surgimento recente de uma sociedade civil, inicialmente por movimentos sociais autônomos e politizados, posteriormente por organizações não-governamentais profissionalizadas que atraíram o ativismo político em defesa da cidadania para a solidariedade social.

2.3 OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Santos (2003) refere que na globalização alternativa residem os novos caminhos da emancipação social. As pesquisas relatadas no livro *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, como mencionado anteriormente, foram realizadas em seis países: África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal, que passaram por processos de ampliação democrática a partir dos anos 70. Embora existam diversas diferenças entre os processos políticos analisados, existe algo que os une, a teoria contra-hegemônica da democracia. Os atores que implantaram as experiências da democracia participativa questionaram uma identidade que lhes havia sido conferida externamente por um Estado autoritário e discriminador:

Reivindicar direitos de moradia (Portugal), direitos e bens públicos distribuídos localmente (Brasil), direitos de participação e de reivindicação do reconhecimento da diferença (Colômbia, Índia, África do Sul e Moçambique) implica questionar uma gramática social e estatal de exclusão e propor, como alternativa, uma outra inclusiva. (SANTOS, 2003, p. 57)

O ideal participativo é o núcleo da questão como parte dos projetos de libertação do colonialismo, no caso dos países Índia, África do sul e Moçambique, e de democratização em Portugal, Brasil e Colômbia.

Na Índia, por exemplo, a filosofia de Gandhi constava de um projeto de autonomia do país que se tornou um projeto de “incorporação das massas indianas”, movimento esse que levou a uma Constituição que se tornou documento de organização política e “uma agenda para a transformação social e política de uma Índia independente”. (SANTOS, 2003, p. 57)

De acordo com Sheth (2003), na década de 70 surgiu um tipo específico de movimentos sociais que vem atuando direta ou indiretamente em questões de democratização do desenvolvimento e com a transformação da sociedade. Os movimentos sociais receberam na literatura especializada denominações como movimentos de base, movimentos sociais, processos ou formações políticas não partidárias, grupos de intervenção social, entre outros.

Em sua pesquisa na Índia, Sheth (2003, p. 87-88) analisa o discurso e a política dos micromovimentos e seu papel na “reinvenção da democracia participativa como forma de ação social e de prática política, criando novos

espaços e infundindo de significados mais profundos a democracia no mundo que se globaliza”.

Por mais de três décadas os micromovimentos tinham à frente organizações de base de ativistas sociais, atuaram com questões relacionadas com as lutas das populações mais pobres, economicamente marginalizadas e socialmente excluídas. Na década de 90 muitos dos micromovimentos se reuniram para protestar contra o Estado e contra as instituições representativas do poder político e econômico global.

Sheth (2003) refere que o Estado se encontra sob duas pressões contrárias: as exigências neoliberais da globalização, visando evitar a ameaça popular à economia de mercado, e as exigências dos movimentos sociais que lutam pela democracia participativa. Os micromovimentos inventaram práticas políticas e ampliaram as possibilidades de intervenção política bem além das instituições eleitas dos partidos políticos. A autora refere que os micromovimentos já participavam dos debates políticos, foi pela globalização que eles se uniram em plataformas políticas comuns, em âmbito nacional e provincial e tornaram as questões da democracia participativa parte importante de suas lutas.

Os micromovimentos ou movimentos de base são organizações de base comunitária bem diferentes das instituições filantrópicas, de solidariedade social e de outras ONGs não políticas e constituíam 30 mil grupos no país. Segundo Sheth (2003), diante do discurso da globalização, que privilegia a idéia de governo em vez da idéia de transformação social, os movimentos de base buscam alcançar dois resultados: a repolitização do desenvolvimento e a reinvenção da democracia participativa.

Gandhi articulava a idéia da democracia participativa por meio dos conceitos de *swaraj* (autogoverno) e de *swadeshi* (controle comunitário), lembrando a imagem da *gram swaraj* (república-aldeia) que representava a tradição democrática indiana. Em resumo, o discurso da política dos movimentos constroem um novo discurso realizado em três aspectos: na base, por meio da construção do poder das próprias populações; em âmbito provincial e nacional, pelo lançamento de campanhas nacionais, da realização de alianças e coligações para mobilizar protestos e criar redes de organização de solidariedade; em âmbito global, por um grupo de ativistas dos movimentos que participam de alianças transnacionais. Sheth (2003, p. 127) sintetiza que os “movimentos concebem a

democracia participativa como uma política paralela de intervenção social, criando e mantendo novos espaços para a tomada de decisões, ou seja, para o autogoverno”.

Com base em sua pesquisa, Sheth (2003) afirma que a democracia participativa é concebida pelos movimentos como política paralela de intervenção social, que propicia a criação de novos espaços para a o autogoverno. A democracia participativa tem como objetivo criar novo sistema de governo que atue por meio de uma participação e de controle mais direto das populações envolvidas. Assim o monopólio do poder do Estado se espalha em diferentes entidades autogovernadas. No entanto, o macrogoverno do Estado atua por meio de setores nacionais decisivos “e corpos representativos democraticamente eleitos que, em um nível, supervisionam o sistema de microgoverno e, em outro nível, dêem resposta e prestem contas a esses mesmos microgovernos”. (SHETH, 2003, p. 127-128). É na política dos movimentos de base que buscam a democracia participativa e que esta é concebida como prática política essencial.

Na África do Sul, a luta contra o *apartheid* surgiu do ideal participativo que buscava recuperar a igualdade da cidadania e o reconhecimento da diferença.

Buhlungu (2003), que estudou a reinvenção da democracia participativa na África do Sul, verificou que no movimento sindical dos anos 80 e começo dos anos 90 os sindicatos, que realizavam reuniões gerais no local de trabalho e conselhos de delegados sindicais, tornaram-se o campo de “treinamento para milhões de trabalhadores organizados, enquanto deliberam sobre questões de política sindical interna, questões relacionadas com salários e condições de emprego”. (BUHLUNGU, 2003, p. 158)

A partir de 1990, ocorreu um declínio do discurso da participação democrática, pois os sindicalistas ficavam confusos diante da “natureza negociada da transição democrática que tinha um efeito desmobilizador entre os cidadãos comuns, destruindo (...) esforços de auto-organização”. Entre outras causas, estão ainda: o regresso dos líderes exilados ao movimento democrático os quais tinham uma idéia inadequada da organização e da ação das massas e a campanha do terror lançada sobre o movimento democrático depois da libertação de Nelson Mandela, proporcionada pelo Estado, que debilitou a prática democrática nas organizações.

Buhlungu (2003) considera que a luta social pela emancipação de outros males repugnantes tem a promessa de democracia participativa ou descentralizada. Em algumas lutas a utopia dessa democracia se apresenta formulada, em outras é a própria meta. A democracia participativa remete à expansão da cidadania, especialmente defendida pela classe trabalhadora e por grupos marginalizados da sociedade. Na história da humanidade, muitas vezes as experiências de democracia participativa que deram certo tiveram curta duração. Outras desapontaram aqueles que estavam na linha de frente da revolução. Já o Estado-providência e o regime do regulamento social fizeram um longo caminho na redução do impacto da marginalização das classes empobrecidas e, desse modo, contribuíram para manter certa credibilidade do sistema capitalista. A substituição do regime de regulamento social do Estado-providência, na década de 70, pelo regulamento de mercado, teve como resultado a exclusão social de milhões de pessoas das classes empobrecidas, o que condiz com a atual fase de globalização, ou seja, intervenção mínima do Estado e mercados livres.

Para Buhlungu (2003), apesar das mudanças das condições nacionais e globais, existe espaço para que a tradição de participação democrática ocorra na África do Sul, por meio da democracia participativa que fala a língua das pessoas reais, que lutam com problemas reais e sugere que a própria esquerda seja reinventada.

Em Moçambique a institucionalização da democracia liberal surgiu das ruínas de uma experiência revolucionária subjugada pelo autoritarismo revolucionário. Osório (2003), que pesquisou a participação das mulheres no campo político, de modo específico nos partidos políticos, afirma que a discriminação sexual perpassa diversas áreas da sociedade, e a luta pela ocupação do campo político e a exigência da participação das mulheres como sujeitos coletivos têm expressões diferentes. Algumas estratégias de ocupação favorecem a contestação do domínio masculino do campo político; outras confirmam o domínio.

Em Portugal, a crise revolucionária criou uma situação política na qual se deu a paralisia do Estado devido a um vazio tanto do poder burguês quanto do poder operário, momento do surgimento das experiências de participação popular.

Nunes e Serra (2003) analisaram uma iniciativa de participação popular e democrática surgida em Portugal após a derrubada da ditadura que dominou o

país no período de 1974-1975. Trata-se da concepção e da execução participativa dos planos de habitação e de urbanismo populares apoiadas na ação articulada entre um setor do Estado e o movimento de moradores na luta pelo direito à habitação.

Na Colômbia, a Constituição de 1991 foi preparada por um amplo processo de participação, dando visibilidade política aos atores sociais. Uribe (2003) examinou a experiência de uma povoação conhecida por San José de Apartado, na região de Urabá que, diante da intensificação do conflito armado em seu território, envolvendo o Exército, a guerrilha e os grupos paramilitares, optou por se tornar uma comunidade de paz. Após organizar-se, subscreveu um pacto público pelo qual os habitantes prometeram não se envolver com atores armados e requerer o direito de produzir sua própria organização social.

No Brasil, movimentos comunitários exigiram em vários locais do país, especialmente em Porto Alegre, o direito de participar das decisões locais, que resultou nas experiências do orçamento participativo.

Santos (2003) dedica atenção especial ao impacto do orçamento participativo nos grupos sociais mais carentes, bem como os mecanismos de participação, a articulação entre os cidadãos, movimentos sociais autônomos, instâncias do orçamento participativo, Executivo Municipal e Câmara dos Vereadores.

O orçamento participativo promovido pela prefeitura de Porto Alegre “tenta romper com a tradição autoritária e patrimonialista das políticas públicas recorrendo à participação direta da população em diferentes fases da preparação e da implantação orçamentária” (SANTOS 2003, p. 466). A distribuição dos recursos de investimento é definida e hierarquizada em cada prioridade. As assembléias, conhecidas como plenárias temáticas, são o meio de ampliação dos assuntos de discussão e de decisão participativa.

O orçamento participativo se expressa por três princípios gerais: a participação aberta a todos os cidadãos; a combinação de democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas; a alocação dos recursos para investimentos de acordo com a compatibilização das decisões e regras definidas pelos participantes e com as exigências técnicas e legais da ação governamental.

Os princípios gerais se constituem de três formas participativas:

as assembléias regionais nas quais a participação é individual, abertas a todos os membros da comunidade e cujas regras de deliberação e de decisão são definidas pelos próprios participantes; um princípio distributivo capaz de reverter desigualdades preexistentes em relação à distribuição de bens públicos (existem princípios distributivos que antecedem o próprio processo de deliberação, as assim chamadas tabelas de carências); há um mecanismo de compatibilização entre o processo de participação e de deliberação e o poder público, processo esse que envolve, no caso de Porto Alegre, o funcionamento de um conselho capaz de deliberar sobre o orçamento e de negociar prioridades com a prefeitura local. (SANTOS, 2003, p. 66)

Santos (2003) está convencido de que o caso brasileiro é uma forma bem-sucedida de combinação entre democracia participativa e representativa, que se concretiza em três situações: a situação local, na qual os cidadãos negociam e deliberam sobre prioridades na distribuição de bens públicos. Uma nova gramática social entra em jogo. Ela possui dois componentes: a distribuição justa de bens públicos e a negociação democrática do acesso a esses bens entre os próprios atores sociais.

As assembléias regionais, as listas de acesso prévio a bens públicos e o conselho do orçamento participativo expressam a dimensão 'procedimentalismo participativo', um processo de participação ampliada que abrange amplo debate público sobre as regras da participação, da deliberação e da distribuição. (SANTOS, 2003, p. 66 e 67)

O orçamento participativo amplia sua presença no Brasil. Segundo Santos (2003), em Porto Alegre, a população cresceu em participação todos os anos, o que também ocorreu em Belo Horizonte. Entre 1997 e 2000, existiam 140 gestões municipais que adotaram o orçamento participativo, a maioria (127) em cidades de até 500 mil habitantes. Na metade dos casos, 71, essas administrações eram ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). A extensão do orçamento participativo para todas as regiões do Brasil, além de outras propostas políticas, mostra o potencial de extensão de experiências bem-sucedidas de democracia participativa. (SANTOS, 2003)

O orçamento participativo reúne a manifestação de uma esfera pública emergente que recebe a convergência tanto das organizações comunitárias quanto do governo municipal, por meio de um contrato político, configurando um modelo de co-gestão. "Tem sido um meio notável de promover a participação dos cidadãos em decisões que dizem respeito à justiça distributiva". (SANTOS, 2003, p. 545)

Santos (2003) observa que o elemento comum a todos os países é a participação ampliada de atores sociais em várias modalidades de tomada de decisão, processo que passa a envolver temáticas antes marginalizadas pelo sistema político, e o aumento da participação em âmbito local.

Santos (2003) observa que na Índia e no Brasil a mudança na forma de democracia começou pelos movimentos sociais. Indica semelhanças entre as duas experiências: ambas surgem com um processo de renovação da sociedade. Em Porto Alegre, parte de uma proposta de participação no orçamento formulada nos anos 80 pela União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA) e, no caso de Kerala, por intermédio de experiências de participação locais conduzidas por organizações da sociedade civil.

Um outro aspecto diz respeito à necessidade de que um movimento político partidário tomasse a decisão política de abrir mão de prerrogativas de decisão em favor das formas de participação, como se deu nos dois casos. Em Porto Alegre, foi o Partido dos Trabalhadores, em Kerala, foi o Partido Comunista da Índia.

O terceiro aspecto refere-se à proposta de participação que abrangeu em ambos os casos um processo de elaboração de regras complexas de participação. Nos dois casos existem características importantes: eles surgem de mudanças em práticas societárias introduzidas pelos próprios atores sociais; resgatam tradições democráticas locais, de início ignoradas pelas formas de democracia representativa hegemônica. Porto Alegre, no caso do Brasil, e Kerala, no caso da Índia, “expressam uma tentativa de extensão da democracia baseada em potenciais da própria cultura local”. (SANTOS, 2003, p. 69 e 70)

No entanto, ambos os processos sofrem resistência por rejeitarem os interesses hegemônicos. Também eles correm o risco de se descaracterizarem ao serem cooptados por interesses e atores hegemônicos sociais para legitimar a exclusão social.

Santos (2003) ressalta três teses para a intensificação da democracia participativa. A primeira delas argumenta a necessidade do fortalecimento da demodiversidade, esta entendida como “coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e práticas democráticas”. (SANTOS, 2003, p. 71 e 77). Isto porque, nos últimos trinta anos, a demodiversidade foi se perdendo. Nos anos 60, impôs-se o modelo de democracia liberal como modelo único e universal, e

“a sua consagração foi consumada pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ao transformá-lo em condição política para a concessão de empréstimos e ajuda financeira”. (SANTOS, 2003, p. 71 e 72)

A mudança do modelo liberal para o modelo único e universal implica a perda de demodiversidade cuja negatividade ocorre por meio de dois fatores. O primeiro refere-se à justificação da democracia. Se a democracia conta com um valor intrínseco e não com mera utilidade instrumental, esse valor não pode assumir-se como universal. Está inscrito na modernidade ocidental e esta não pode, sem mais, reivindicar a universalidade dos seus valores.

A perda da demodiversidade é negativa por um segundo fator, conforme Santos (2003), pois, embora autônomo em relação ao primeiro, está a ele relacionado. É a distinção entre democracia como ideal e democracia como prática. A imposição universal do modelo liberal conduz ao extremo essa distinção e nela a democracia realmente existente está freqüentemente tão diferente do ideal democrático que não parece ser mais que uma sua reprodução deformada.

Portanto, assinala Santos (2003), a demodiversidade deve ser fortalecida. É preciso reconhecer que não há nenhum motivo para a democracia assumir uma só forma.

Pelo contrário, o multiculturalismo e as experiências recentes de participação apontam no sentido da deliberação pública ampliada e do adensamento da participação. O primeiro elemento importante da democracia participativa seria o aprofundamento dos casos nos quais o sistema político abre mão de prerrogativas de decisão em favor de instâncias participativas. (SANTOS, 2003, p. 77)

Nesse contexto, estão as práticas e aspirações democráticas que tentam levar a sério a aspiração democrática, recusando-se aceitar, como democráticas, práticas que são reproduções deformadas da democracia e, sobretudo, não aceitando como fatalidade a baixa intensidade democrática a que o modelo hegemônico sujeitou a participação dos cidadãos na vida política.

Essas práticas buscam intensificar e aprofundar a democracia, quer reivindicando a legitimidade da democracia participativa, quer pressionando as instituições da democracia representativa no sentido de as tornar mais inclusivas, quer, ainda, buscando formas de complementaridade mais densas entre a democracia participativa e a democracia representativa. (SANTOS, 2003, p. 73)

Uma outra tese reclama o fortalecimento da articulação contra-hegemônica entre o local e o global. Para Santos (2003), a passagem do contra-hegemônico do plano local para o global é fundamental para o fortalecimento da democracia participativa.

Quando a democracia é fraca, como ficou evidente no caso colombiano, outras experiências democráticas requerem o apoio de atores democráticos transnacionais. Experiências alternativas que deram certo, como a de Porto Alegre e a dos Panchayats, na Índia, precisam ser expandidas para que se apresentem como alternativas ao modelo hegemônico. O autor relata que as experiências do orçamento participativo mais recentes “têm ganho com a experiência das mais antigas, havendo mesmo redes de cidades com o objetivo de discutir em comum as diferentes experiências e modelos de democracia participativa, seus limites e seus potenciais”. (SANTOS, 2003, p. 73 e 74)

E, por último, a tese que convoca a ampliação do experimentalismo democrático. No projeto de pesquisa referido, Santos (2003) constatou que “as novas experiências bem-sucedidas se originaram de novas gramáticas sociais nas quais o formato da participação foi sendo adquirido experimentalmente”. É, portanto, necessário que se “multipliquem experimentos em todas essas direções”. (SANTOS, 2003, p. 78)

Participante do mesmo projeto organizado por Boaventura de Souza Santos, Paoli (2003) analisou as iniciativas de filantropia social por parte de empresas de São Paulo que buscavam desenvolver sua responsabilidade social. Constitui-se de um espaço filantrópico composto por empresários nacionais e empresas multinacionais no Brasil cuja proposta é a realização da ação civil, diante das necessidades sofridas pela população pobre no Brasil.

A autora comenta que esse movimento redefine um modo diferente de operar a filantropia aproximando-a da noção de cidadania:

Ao retorno, redefinido, da idéia e da prática de ‘filantropia’ é acrescentada a palavra ‘solidária’, demarcada agora como abertura voluntária das empresas privadas ao extravasamento da imensa carência dos pobres brasileiros, ligada, portanto, à prevenção do futuro e respondendo às demandas da reinserção social. Isto pode ser dado através do privilégio dado aos temas da infância, da família e da educação como áreas da responsabilidade social empresarial diante da crescente deterioração da vida coletiva. (PAOLI, 2003, p. 386)

O alvo dos empresários é criar consciência de cidadania entre o empresariado, consciência humanitária e responsabilidade sobre a base social da vida pública.

Paoli (2003) contextualiza o alcance e os limites da filantropia empresarial num contexto em que se reduzem as políticas públicas orientadas à promoção dos direitos sociais, mas abre-se espaço para as ações sociais privadas.

Essas ações, a partir do ativismo social voluntário do setor privado e de ONGs, voltam-se à melhoria da vida das pessoas que sofrem pelo desemprego, pela baixa renda e pela falta de acesso a oportunidades sociais. Os empresários tornam a participação civil voluntária “parte da nova e excludente eficiência produtiva, fundamentalmente operando através da seletividade das parcelas da população a serem integradas e do controle de quem é supérfluo a este movimento”. (PAOLI, 2003, p. 390). Ocorre um processo de “desterritorialização dos direitos universais, com base numa cultura do altruísmo e no modelo de gestão empresarial aplicado à rentabilidade e à eficiência dos recursos sociais”. (PAOLI, 2003, p. 390).

A autora cita a Fundação Abrinq como a primeira das entidades empresariais a se estruturar para a ação social no modelo de uma nova filantropia “cidadã” voltado para crianças crescendo em situações extremas, como fome, desagregação familiar, trabalho infantil, entre outros. Outras empresas seguiram procedimentos semelhantes em relação à ecologia, ao desenvolvimento comunitário, aos esportes, à saúde da mulher, entre outros. A ação social empresarial se agregou ao terceiro setor no Brasil, que se ampliou a partir da Cúpula Mundial Eco-1992, e se compõe de entidades beneficentes e prestadoras de serviços, como institutos e organizações sem fins lucrativos. Além disso, a Fundação Abrinq passou a criar projetos e programas de ação para as empresas e a disponibilizar sua capacidade de captação de recursos e de encaminhá-los para os beneficiários do projeto. Paoli (2003, p. 394) observa que “o sucesso nestas atividades dota a fundação Abrinq de um *know-how* especializado e eficaz, exportado como modelo para outras fundações do país voltadas para o universo da criança carente”.

Para a autora, o empresariado torna-se parte da nova heterogênea sociedade civil brasileira, ligando-a ao esforço governamental de criar um discurso que legitime sua autodesresponsabilização social, tentando a adaptação

local de um novo setor público não-estatal que se ocupa dos excluídos. No entanto, mostra também como tais iniciativas são ambivalentes por pretenderem atenuar o vazio não preenchido pelas políticas públicas e realizam isso por meio de uma lógica contrária aos direitos sociais.

Apesar dos programas sociais produzidos pelo ativismo social empresarial expressarem aspectos bastante positivos, existem critérios que são próprios da noção de globalização hegemônica, como

a expulsão de populações de um contrato social estável, a aleatoriedade seletiva no tempo e no espaço no qual as ações acontecem, a tentativa de construir a resposta a exclusões através unicamente da lógica pasteurizada do capital transnacional – como também os critérios sobre o que vem a ser a dimensão pública e política do agir político, parecem indicar que este caso é mais um contra-exemplo de uma ação democrática participativa do que uma ação contra-hegemônica, podendo complementar-se, sem contradições insuperáveis, aos arranjos neoliberais. (PAOLI, 2003, p. 379)

Em outras palavras, a face conservadora da solidariedade privada torna-se visível na própria instituição da filantropia empresarial, embora exista a proposta de investimento empresarial privado na redução da pobreza da população pobre no Brasil. Isto porque não é criado um outro pólo, aquele do cidadão que participa, que tem seu papel no mundo, bem além da figura passiva do beneficiário, uma vez que as ações ocorrem distante do debate público que é fonte de “criatividades antagônicas e dialogantes que formam o centro de uma decisão política e democrática sobre a alocação dos recursos materiais e simbólicos de uma sociedade”. (PAOLI, 2003, p. 380)

Diante disso, o autor destaca alguns pontos importantes: Primeiramente, que o sentido da filantropia empresarial cidadã e sua auto-investida responsabilidade social no Brasil vincula-se à troca da idéia de deliberação participativa sobre os bens públicos pelo conceito de gestão eficaz de recursos sociais cuja distribuição é decidida de maneira privada e aleatória.

O segundo aspecto é que a ambivalência transparece no fato de que essas experiências são apresentadas à opinião pública como prova de que as políticas públicas estatais não são eficientes. A responsabilização filantrópica aparece como concretização da modernidade civil colocada com ênfase no campo do mercado que opera por meio da racionalidade própria da gestão mercantil, ou

seja, “captura uma participação ativista ampla e voluntária que realiza o milagre da cidadania da doação”. (PAOLI, 2003, p. 408)

Embora seja real a adesão das pessoas que trabalham voluntariamente, esta é uma experiência que ocorre distante das discussões politizadoras ou do estímulo de conectá-la às ações governamentais ou na prática das políticas públicas. Paoli (2003) sugere que a esfera pública não-estatal produza a solidariedade, contanto que sua prática tenham interlocução com o contexto social e político e com o Estado, seja espaço de participação democrática. Desse modo, as iniciativas, que marcam o aspecto positivo da presença empresarial mobilizadora de energias de doação, funcionam na perspectiva de uma “sociedade apoiada em garantias reais e direitos universalizados”. (PAOLI, 2003, p. 414). Não sendo assim, estarão preservando as hierarquias desiguais.

2.4 A NOVA LÓGICA ORGANIZACIONAL DO PARADIGMA INFORMACIONAL

De acordo com Castells (2005), assim como acontece com todas as formas de produção historicamente distintas, a economia informacional é caracterizada por cultura e instituições específicas.

A cultura não se constitui de um conjunto de valores e crenças relacionados a uma sociedade. Seu desenvolvimento caracteriza-se pela economia informacional global que surgiu em contextos culturais/nacionais específicos (América do Norte, Japão, América Latina, etc.), exercendo influência em todos os países. A diversidade de contextos culturais dos quais emerge a economia informacional não impossibilita a existência de uma matriz comum de formas de organização nos processos produtivos, de consumo e distribuição. Sem esses sistemas organizacionais, a transformação tecnológica, as políticas estatais e as estratégias empresariais poderiam aliar-se em um novo sistema econômico.

Castells (2005) acentua que as culturas revelam-se fundamentalmente por “meio de sua inserção nas instituições²⁴ e organizações²⁵. A cultura que importa

²⁴ Por instituições Castells (2005, p. 209) compreende as organizações investidas de autoridade necessária para desempenhar tarefas específicas em nome da sociedade como um todo.

²⁵ Por organizações, Castells (2005, p. 209) entende os sistemas específicos de meios voltados para a execução de objetivos específicos.

para a constituição e o desenvolvimento de um determinado sistema econômico é aquela que se concretiza nas lógicas organizacionais”.²⁶

Para Castells (2005, p. 210), o surgimento da economia informacional global se caracteriza “pelo desenvolvimento de uma nova lógica organizacional que está relacionada com o processo atual de transformação tecnológica, mas não depende dele”. A base histórica da economia informacional constitui-se da convergência e da interação entre o novo paradigma tecnológico e uma nova lógica organizacional.

Mas, apesar dessa lógica organizacional manifestar-se sob diferentes formas em vários contextos culturais e institucionais, Castells (2005) destaca os seguintes pontos comuns. Primeiramente, que no contexto da globalização, a partir da metade da década de 70, ocorreu uma importante divisão, talvez industrial, tanto na organização da produção quanto nos mercados.

Em segundo lugar, que as transformações organizacionais em geral vieram antes que a difusão da tecnologia da informação.

Em terceiro lugar, que o objetivo das transformações organizacionais era fazer frente à incerteza resultante das mudanças ocorridas no ambiente econômico, institucional e na tecnologia da empresa para que aumentasse a flexibilidade em produção, gerenciamento e marketing.

Em quarto lugar, que a adoção do modelo da produção enxuta por parte das organizações visava a economia da mão-de-obra por meio da automação de trabalho.

Por último, que a administração dos conhecimentos e informações são indispensáveis para que as organizações se estabeleçam numa economia informacional em âmbito global.

Castells (2005) indica que é a transição da produção em massa para a produção flexível, ou do fordismo ao “pós-fordismo”, que caracteriza o progresso que uma empresa está fazendo. O fordismo caracterizava-se pela grande empresa estruturada nos princípios de integração vertical e na divisão social e técnica institucionalizada de trabalho.

²⁶ Por lógicas organizacionais entende-se um princípio legitimador elaborado em uma série de práticas sociais derivativas. Em outras palavras, lógicas organizacionais são as bases ideacionais para as relações das autoridades institucionalizadas. (CASTELLS, 2005, p. 209)

E o “sistema produto flexível surgiu para fazer frente à rigidez conseqüente do ritmo da transformação tecnológica que “tornou obsoletos os equipamentos de produção com objetivo único”. (CASTELLS, 2005, p. 212). Despontaram novos métodos de gerenciamento, pois as empresas mudaram suas estruturas organizacionais. A empresa é capaz de se inovar se consegue aumentar as fontes de todas as formas de conhecimentos, estimulando a participação intensa de todos os trabalhadores no processo de inovação, de modo que não guardem seus conhecimentos tácitos apenas para benefício próprio. (CASTELLS, 2005, p. 217)

Atualmente, diz o autor, duas outras formas de flexibilidade organizacional na experiência internacional se fazem presentes: “o modelo de redes multidirecionais postos em prática por empresas de pequeno e médio porte e o modelo de licenciamento e subcontratação de produção sob o controle de uma grande empresa”. (CASTELLS, 2005, p. 218). Sua especialização está em realizar conexões entre empresas.

Castells (2005) observa que a principal transformação pode ser assinalada como a alteração de burocracias verticais para a empresa horizontal. A empresa horizontal apresenta como tendências principais: organização no que diz respeito ao processo, não à tarefa; hierarquia horizontal; gerenciamento em equipe; medida do desempenho pela satisfação do cliente; recompensa com base no desempenho da equipe; maximização dos contatos com fornecedores e clientes; informação, treinamento e retreinamento de funcionários em todos os níveis. Em outras palavras, “a empresa horizontal é uma rede dinâmica e estrategicamente planejada de unidades autoprogramadas e autocomandadas com base na descentralização, participação e coordenação”. (CASTELLS, 2005, p. 223)

Para Dias Neto (2005), a contemporaneidade requer organizações extremamente flexíveis e adaptáveis, que ofereçam bens e serviços de alta qualidade, otimizando o aproveitamento dos recursos orçamentários disponíveis. Demanda instituições que prestem contas aos seus clientes, que ofereçam escolha entre serviços não-padronizados, que liderem por persuasão e incentivos, e não por comando; que dêem aos seus empregados um sentido de controle ou até mesmo de propriedade. Determina instituições que transmitam poder aos cidadãos ao invés de simplesmente servi-los.

As organizações bem-sucedidas são aquelas que adotam a economia informacional, que tem como características:

capacidade de gerar conhecimentos e processar informações com eficiência; adaptar-se à geometria variável da economia global; ser flexível o suficiente para transformar seus meios tão rapidamente quanto mudam os objetivos sob o impacto da rápida transformação cultural, tecnológica e institucional; e inovar, já que a inovação torna-se a principal arma competitiva. (CASTELLS, 2005, p.233)

Castells (2005) evidencia que, sob diferentes sistemas organizacionais e por intermédio de expressões culturais diversas, as novas formas organizacionais da economia informacional dispõem-se em redes que são os componentes fundamentais das organizações. E têm a competência de formar-se e expandir-se por todas as avenidas e becos da economia global, pois o novo paradigma tecnológico lhe concede o poder da informação.

2.5 REDES ASSOCIATIVAS: LAÇOS MEDIÁTICOS ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE

Tradicionalmente, como refere Vieira (2001), há três tipos de associações com desenhos formais distintos:

- a) associações não-conflitivas, tais como as recreativas, as de ajuda mútua e as religiosas. São associações que por sua natureza não tematizam problemas, não estabelecendo, assim, um campo ético-cultural.
- b) associações conflitivas com o campo sistêmico, destacando-se os sindicatos, as associações profissionais, educacionais, de saúde, comunitárias, entre outros. São associações que se institucionalizam em campos predefinidos de ação, burocratizando-se com temas fixos do passado.
- c) novo associativismo que, ao mesmo tempo, se apresenta com desenhos solidários, democráticos e identitários, tais como o movimento de mulheres, de negros, dos indígenas, ecológicos, de direitos humanos. Esse novo associativismo configura-se como um campo ético-político-cultural que aponta para uma esfera pública democrática.

Este tipo de associativismo não demanda diretamente o Estado, mas influencia o sistema político e econômico quando coloca questões temáticas ao Estado e ao mercado, não ficando restrito ao mundo societário.

Por outro lado, Vieira (2005) assinala que além dos três tipos de estruturas de representação, haveria atualmente um quarto tipo: as redes associativas, conectando o Estado e os atores da sociedade, incluindo os atores populares. O autor observa que na América Latina a representação popular e a representação política em geral têm assumido cada vez mais a forma de redes associativas.

Uma das principais implicações dessa tendência ao Estado policêntrico e às múltiplas e mutantes redes associativas é que a redistribuição e a participação não serão mais obra de alguma única liderança popular central, mas de inúmeros indivíduos e organizações operando em diferentes espaços e arenas. Segundo Vieira (2001), não haverá, assim, uma estratégia do setor popular para enfrentar os impactos das políticas neoliberais, mas coalizões sociais, sindicatos progressistas, movimentos sociais, cada um em seu caminho, cada qual demandando recursos, aliados e assistência de uma ampla gama de profissionais (VIEIRA, 2001).

O autor enfatiza que a existência de espaços públicos independentes das instituições do governo, do sistema partidário e das estruturas do Estado é um requisito fundamental da democracia contemporânea. Na medida que são intermediações entre o poder político e as redes da vida cotidiana, esses espaços públicos requerem, simultaneamente, os mecanismos da representação e da participação. Representação e participação são fundamentais para a existência da democracia nas sociedades complexas e os espaços públicos são pontos de conexão entre as instituições políticas e as demandas coletivas, entre as funções de governo e a representação de conflitos.

Dias Neto (2005) destaca que, paralelamente a um profundo redimensionamento do papel do Estado, exige-se uma reinvenção do governo. Este é desafiado a atuar em um ambiente externo heterogêneo, dinâmico e imprevisível, sendo necessários processos decisórios flexíveis, ágeis e descentralizados e sistemas mais sólidos de coordenação e cooperação com organizações não-governamentais, empresariais, profissionais ou científicas.

Conceitos como interdependência, rede (*network*) e acoplamento integram as reflexões sobre estratégias governamentais, indicando possibilidades diversas de organização e direcionamento das competências estatais, em contraposição à rigidez burocrática. (DIAS NETO, 2005)

Para o autor, o conceito de interdependência significa que quanto mais complexo e dinâmico for o ambiente em que uma organização atua, maior a sua dependência de recursos e conhecimento externos para o exercício eficaz de suas funções. O conceito de rede define a atuação cooperativa de organizações que se agregam em sistemas de parcerias, em busca de propósitos comuns, movidos pela lógica da reciprocidade e não da competição. E o conceito de acoplamento interorganizacional indica a conexão entre as redes, o grau de extensão, coesão e formalidade das parcerias entre as organizações.

Em suma, acentua Dias Neto (2005), o Estado e/ou mercado não podem mais se apropriar do planejamento e da prática das ações sociopolíticas de interesse público excluindo a sociedade. Tanto o estatismo quanto o neoliberalismo subjugam a sociedade ao segundo plano. O estatismo impõe ao mercado e à sociedade civil a lógica do Estado. O neoliberalismo impõe ao Estado e à sociedade civil a lógica do mercado. Ambos desconsideram a existência de uma terceira instância surgida no pós-liberalismo, caracterizada pelo movimento de cidadãos no qual se tem um Estado socialmente controlado e um mercado socialmente orientado. A sociedade, então, torna-se uma esfera social-pública, formada a partir de idéias próprias e independentes do Estado e do mercado. Essa nova esfera é não-estatal e não-mercantil, pois escapa ao domínio do Estado e à lógica de lucro do mercado.

Esta é a perspectiva do paradigma da sociedade civil, com visão sociocêntrica, que busca parceria e uma integração construtiva e sinérgica' entre as três instâncias - Estado, mercado e sociedade civil -, em que os interesses públicos sejam discutidos e negociados. No entanto, isso só será alcançado se o Estado e o mercado passarem a ser controlados e orientados pela sociedade. (VIEIRA, 2001, p. 79 e 80, grifos do autor)

O termo solidariedade recebeu a atenção de Durkheim no século XIX, que a definiu como uma sociedade contraditória. A palavra recebeu novo significado no âmbito marxista. Na conclamação de Marx e Engels (1978) recebeu o sentido de emancipação. No sentido socialista, a solidariedade resulta do interesse de

cada um dos membros pertencentes a uma classe de responsabilizar-se pelo destino dos demais.

Para Costa (2006) a expressão solidariedade é ambígua no discurso político, confundindo-se com filantropia ou amor ao próximo. Na esfera do Estado tornou-se seguro social na prática do Estado-Providência. Diante das mudanças que atingiu o Estado-Providência, a sociedade está em busca de outra forma de solidariedade que se constrói por uma pluralidade de atores sociais, como consciência moral, mas isso não é o bastante. Para compensar a falta a inadequabilidade do Estado-Providência surge a sociedade providência que pratica a solidariedade por meio de amigos, famílias, por meio de trocas não-mercantis de bens e serviços.

Santos (1999) comenta que a sociedade-providência é concreta em contraste com a do Estado, que é abstrata. Tem por base o investimento emocional em compromissos não obrigatórios.

Atualmente, como explica Costa (2006), as redes se constituem como o mais importante modo de coordenar relações sociais sob o capitalismo, como forma de construir a solidariedade entre os membros da sociedade. As redes de solidariedade apóiam-se em conceitos de laços, ligando nódulos em um sistema social, ou seja, laços que unem pessoas, grupos e organizações, tendo em vista o enfrentamento da falta de eficiência nos serviços públicos.

As redes criam territórios de ações coletivos, uma comunidade virtual cujos membros não agem de forma autônoma, mas trocam relações e se inserem em sistemas que tenham continuidade de relações sociais, as redes sociais. O que se troca dentro e fora das Organizações tem sentido para aqueles que estão envolvidos nesse circuito. Basta lembrar o estudo comparativo realizado por Mauss (2003, p. 190) em áreas da Polinésia e Melanésia, Noroeste americano. Com base em textos etnográficos, constatou que entre eles não ocorrem “simples troca de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre os indivíduos”. As principais características são as seguintes: As trocas ocorrem entre coletividades que se obrigam mutuamente; as pessoas que realizam o contrato são pessoas morais (famílias, tribos, clãs), diretamente ou por meio de seus representantes. E o que eles trocam vai além de bens e riquezas, bem imóveis e móveis ou coisas economicamente úteis. Acima de tudo eles trocam

Amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sobre pena de guerra privada ou pública. (MAUSS, 2003, p.191).

A esse sistema de trocas o autor denomina sistema das prestações totais, que implica principalmente três momentos: a obrigação de dar, de receber e de retribuir. Por exemplo, um clã não tem liberdade para não negociar, para não deixar de partilhar a refeição que viu preparar. “Recusar dar, assim como recusar receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão”. (MAUSS, 2003, p. 202). A retribuição não pode ser imediata. É preciso de um tempo necessário que tem sentido para eles para a sua realização.

Nessas relações existem direitos e deveres de consumir e de retribuir, mas essa união de direitos e deveres torna-se menos contraditória se existir a observação de que, antes de tudo, existem vínculos espirituais entre as coisas e os indivíduos.

Esses povos têm um sistema de troca muito desenvolvido e substituem, por meio de dádivas feitas e retribuídas, o sistema de compra e venda. Dar, receber e retribuir são mecanismos de produção da sociedade. Os fenômenos de trocas não são privados de mercados econômicos, pois “o mercado é um fenômeno humano (...), mas cujo regime de trocas é diferente do nosso”. Essa moral e essa economia “estão subjacentes na sociedade atual e se constitui de uma das rochas humanas sobre as quais são construídas nossas sociedades”. (MAUSS, 2003, p. 188-189)

A teoria da dádiva de Marcel Mauss foi retomada recentemente por intelectuais franceses que deram origem ao Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S), em 1981. Eles enfatizam o princípio do paradoxo da teoria da dádiva que está subjacente à teoria das redes sociais. Segundo Costa (2006), o princípio proporciona a superação da dicotomia entre obrigação e liberdade, interesse e desinteresse, por se encontrarem desenvolvidos na ação coletiva, de modo específico por meio das redes sociais. Esses valores, que não são contraditórios, são parte do círculo de troca de bens materiais e simbólicos e expressam a realidade social complexa.

2.6 AS ORGANIZAÇÕES CIVIS TRANSFORMAM-SE NO LADO FORMAL DA ESFERA PÚBLICA

Diante das transformações mundiais, as relações internacionais não podem mais ser explicadas apenas em termos de relações entre Estados e mercados. Como também destaca Vieira (2001), assiste-se no globo terrestre um crescimento extraordinário das organizações da sociedade civil que, unidas em torno do interesse público e defendendo a democracia política, diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental, se confrontam no espaço internacional com os interesses dos Estados e das corporações transnacionais voltados ao poder e ao lucro. Surge, assim, uma tendência à formação de uma sociedade civil global que vem influenciando nas decisões internacionais e contribuindo para a democratização do sistema político mundial.

De acordo com Sobottka (2001), este é tempo de destaque para as organizações. Especialmente a partir de eventos como a Eco-92 começa a se configurar no imaginário cotidiano e nas pautas de discussão da esfera pública um novo sujeito/objeto social: as organizações não-governamentais (ONGs), partilhando muito rapidamente seu espaço com outras formas de organização.

Em um artigo intitulado *Organizações Civis: buscando uma definição para além de ONGS e “terceiro setor”*, Sobottka (2002) propõe-se a discutir a delimitação e a definição de um conjunto de organizações com importância destacada, que se apresentam no espaço social, considerado por alguns, como um “terceiro” setor.

Embora Sobottka (2002) não objetive tematizar a questão da divisão da ordem social em três partes, como faz a tradição antiga da filosofia grega,²⁷ recorda que o conceito de sociedade e de modelo tripartido ou tripartite, que é o conceito de Max Weber, tem interesse específico, uma vez que sobre ele embasa sua discussão.

²⁷ Nas ciências sociais essa tradição habituou-se a separar, ainda que com alguma variação, a economia da política e ambas de um terceiro âmbito, que via de regra é tratado como residual. (...) Os autores partem da economia e da política como grandezas relativamente precisas, para incumbir a outra categoria da complexa tarefa de agrupar e definir o que restou de importante na ordem social (SOBOTKA, 2001, p. 82).

A respeito da distribuição do poder na sociedade, Weber

distingue três âmbitos, cada qual com um tipo de atribuição de poder ou de lógica que é acionada pelo agente para dar racionalidade a sua ação. Mais dispersa em sua obra (...) é a diferenciação de esferas de valor e ordens de vida em economia, política e cultura. A ação social em cada uma tem um contexto específico que influencia a referência de sentido do agente. (SOBOTTKA, 2002, p. 83)

Por outro lado, Sobottka identifica a mesma distinção (influência de Weber) no conceito habermasiano de sociedade. Seguindo a tradição histórica, tanto a Economia quanto a Administração Pública são consideradas âmbitos diferentes e, portanto, segregados “de um todo mais uniforme” e, assim, “são relegadas por Habermas a um segundo plano por sua condição de (sub)sistemas”. (SOBOTTKA, 2001, p. 83)

Segundo Sabottka, o conceito habermasiano de sociedade é aprofundado na interlocução de Habermas com seguidores desse enfoque, em especial Cohen e Arato (2000). Um dos seus méritos está em ter tido sucesso no fato de

desfazer a correlação de origem liberal entre esfera privada e subsistema econômico de um lado e esfera pública e sistema político-administrativo de outro. Na esfera pública do mundo da vida se articula a sociedade civil, da qual fazem parte os movimentos sociais e as ONGs, e onde estaria atuando o ‘terceiro setor’. (SOBOTTKA, 2001, p. 83-84)

No que diz respeito ao termo terceiro setor, na literatura existente não existe uma definição ou uma que seja capaz de caracterizar de forma consistente o fenômeno social a que ela se refere a partir das teorias sociais existentes na área. Em outras palavras, existe um conjunto de fenômenos em forma de organizações que não estão incluídas nas denominações ONGs e terceiro setor com base em critérios sociológicos. Por essa razão, o autor objetiva uma forma de classificar as organizações, particularmente as da sociedade civil, fundamentando-se em **critérios sociológicos**. Toma como ponto de partida três modelos básicos de ordem social com mecanismos próprios de coordenação da ação humana.

O primeiro é o modelo habermasiano, no qual os mecanismos de coordenação da ação humana é realizado por meio do dinheiro e do “poder nos subsistemas econômico, político e administrativo e a solidariedade no mundo da vida” (SOBOTTKA, 2001, p. 90). Os cidadãos dos movimentos sociais agem na

defensiva contra a colonização do mundo da vida. Somente o cidadão individual pode fazer proposições lingüisticamente preparadas para buscar consenso. “Os intercâmbios do mundo da vida-subsistemas tão somente permitem o confronto do cidadão individual com estruturas que, no limite, o ameaçam”. (SOBOTTKA, 2001, p. 90). Diante disso,

a questão é, (...) como apreender conceitualmente as ações prepositivas dos cidadãos, por exemplo, na busca por ampliação de seus direitos de cidadania ou na defesa de interesses difusos, quando estes não se atêm à mediação dos subsistemas. (SOBOTTKA, 2001, p.89 e 90)

O segundo modelo da ampliação do modelo habermasiano, foi organizado por Cohen e Arato (2000), que se voltaram para a localização na esfera pública do mundo da vida a sociedade civil como um substrato organizado na qual não está presente a esfera de ação somente individual, nem a restrição das atividades privadas, mas ocorre a valorização de um espaço predominantemente publico com organizações que arranjam as vontades individuais tornando-as coletivas e participativas, além de possibilitar também a “superação da dicotomia entre público-estatal e privado-econômico”. (SOBOTTKA, 2001, p. 90)

Contudo, alerta o autor, essa definição de sociedade civil prioriza “a intermediação de vontades políticas na esfera pública”, trazendo o risco de esgotar-se num neocorporatismo semelhante ao que teve seu ponto alto nos anos 1980. Falta, portanto, uma maior diferenciação teoricamente fundamentada das organizações naquele espaço.

Sobottka (2001) busca, então, a proposta de Hegner por possibilitar a classificação destas organizações, inclusive diferenciando-as dentro da esfera pública; aponta os três respectivos modos de coordenação das ações humanas definidos por Hegner:

Mercado: espaço social em que transações de troca são realizadas sistematicamente; a coordenação das ações ocorre através do preço de mercado com base no meio dinheiro. *Hierarquia*: espaço social em que se exerce a dominação institucionalizada; a coordenação é exercida mediante a formulação e cumprimento de regras formais ou informais acompanhadas de sanções; a coordenação das ações ocorre através do meio poder. *Solidariedade*: espaço social no qual as ações de tipo cooperativo são coordenadas com base na presunção de interesses, normas e valores comuns, relativizando interesses individuais, e de uma

interpretação comum da situação (HEGNER, citado por SOBOTTKA, 2002, p. 91, grifos do autor)

Sobottka (2002, p. 91) assinala que nas sociedades ocidentais os “três modelos básicos de ordem social convivem na forma de uma diferenciação entre economia/mercado, política/Estado e esfera pública/sociedade civil”. No interior de cada uma surgem organizações que se distinguem umas das outras por seu *locus* social, denominadas: organizações empresariais, organizações políticas e organizações civis.

Ele esclarece que nas organizações empresariais e políticas o mecanismo de coordenação das ações e os objetivos deste tipo de organização combinam-se. As organizações empresariais dispõem das ações por mecanismos de mercado, tendo o dinheiro como objetivo. As organizações governamentais coordenam as ações com base na dominação, por meio do poder, objetivando a gestão dos assuntos públicos da sociedade. E, de modo diferente, as organizações que se estruturam a partir de objetivos definidos com base na solidariedade como mecanismo de coordenação, envolvem uma tipologia de acordo com a forma que a solidariedade vai assumindo.

Nesse cenário da solidariedade, Sobottka (2002) cita três formas de solidariedade propostas por Hegner (1986):

- a) altruísmo: é definido como a ajuda dada a alguém, que em geral está fora do seu grupo social, com apoio ou não de terceiros, sem esperar correspondência;
- b) lealdade: é a disposição de ações voltadas para o coletivo e a motivação de agir em grupo na busca de soluções conjuntas, mesmo que o retorno ocorra a longo prazo.
- c) reciprocidade: é o dar esperando receber, mesmo que o retorno não ocorra imediatamente e nas mesmas proporções, pois quem aceita receber assume também o compromisso de retribuir. (SOBOTTKA, 2001, p. 92)

De acordo com cada um desses tipos de solidariedade, Sobottka (2002) distingue um tipo de organização civil. Assim:

- a) as organizações civis de fins públicos têm seus objetivos orientados pelo altruísmo. Neste primeiro tipo o autor inclui a grande maioria das

ONGs de serviço, ONGs de movimentos sociais defensores de interesses difusos ou de ações representativas e algumas fundações e parte importante da filantropia empresarial, eclesial e privada;

- b) as organizações civis de fins coletivos são constituídas com base na lealdade de seus participantes. Neste segundo tipo o autor situa determinadas formas de cooperativas, sindicatos, associações de classe, grupos formalizados de interesse e ONGs de movimentos sociais reivindicatórios.
- c) as organizações civis de fins mútuos e de auto-ajuda fundamentam-se na expectativa de reciprocidade. Neste terceiro tipo o autor situa especialmente os grupos de auto-ajuda, associações mutualistas, associações recreativas e, ainda, boa parte da filantropia empresarial e eclesial, na medida que estas últimas projetem sobre os destinatários a expectativa de atitudes responsivas.

Já na maioria das organizações consideradas como de “economia social” parece a Sabottka haver a predominância da “solidariedade voltada à reciprocidade”. (SOBOTTKA, 2001, p.92 e 93)

No entanto, diz o autor, essa classificação não abrange as organizações empresariais disfarçadas de não-lucrativas, seja sob a forma jurídica de associações civis, sejam as cooperativas e fundações, entre outras. Destaca a necessidade de considerar que outras tantas organizações podem ter um fim essencial e outros relativos e outra forma de solidariedade ou de efeitos marginais pronunciados.

Em sua análise teórica, Sobottka (2002, 93) propõe “o cruzamento do conceito de sociedade civil, como substrato organizado da esfera pública com a definição da solidariedade como mecanismo de coordenação de ações”. Agindo a partir dessas conceituações opta pelo foco na efetiva atuação dos agentes em seu contexto social, não em sua forma jurídica. Desse modo, torna-se possível diferenciar organizações e submetê-las a uma crítica no que concerne a sua contribuição para a emancipação dos cidadãos.

Possivelmente se revele que

na esfera pública segue sendo travada uma batalha de frentes múltiplas entre a busca da emancipação e a expansão dos mecanismos de colonização do mundo da vida por imperativos sistêmicos – por vezes acobertadas por um discurso público de filantropia e voluntariado. (...) Ao invés de impulsionadora dos mecanismos emancipatórios de coordenação social como a solidariedade, subjazem-lhe lógicas tipicamente sistêmicas, alheias à esfera pública. (SOBOTTKA, 2002, p. 93 e 94)

Em síntese, essa forma de abordar as organizações é de grande contribuição na medida que distingue as organizações da sociedade como um todo por seus objetivos/fins e ações. Assim, as organizações civis, que configuram a sociedade civil na esfera pública, se estruturam a partir de objetivos definidos com base na solidariedade como mecanismo de coordenação. Trata-se, portanto, de uma classificação das organizações da esfera pública com base em três tipos de solidariedade: altruísmo, lealdade e reciprocidade.

É para essas organizações civis solidárias que o presente trabalho se volta com o intuito de investigar se o modo como as organizações civis solidárias prestam seus serviços propicia a participação dos atores sociais envolvidos.

Sabe-se que, em decorrência das transformações sofridas na esfera da gestão pública, vêm se tornando possível a convivência de diferentes formas de participação dos cidadãos nas diversas etapas das políticas públicas. Mesmo que essas transformações resultem de mobilização ou de concessão, o fato é que implicam em mudanças nas organizações civis e abrem caminho para novos arranjos de participação.

No capítulo seqüente se tratará da questão da participação enfatizando formas diversas de canalizar a participação política para intervir nas decisões organizacionais, bem como a ampliação das esferas de controle sobre o Estado.

3 CONCEITOS E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

A partir dos últimos anos da década de 60, a palavra participação passou a fazer parte do vocabulário político popular. De acordo com Pateman (1992), isso ocorreu por meio das reivindicações, especialmente lideradas por estudantes, em proveito da abertura de novas áreas de participação (na esfera da educação de grau superior) e também por parte de diversos grupos que buscavam, na prática, a implementação dos direitos que eram seus na teoria. Segundo a autora, na França, a participação foi uma das últimas palavras de ordem utilizadas por De Gaulle²⁸ em campanhas políticas; na Grã-Bretanha recebeu a bênção oficial no Relatório Skeffington sobre planejamento e nos Estados Unidos o programa antipobreza incluía fundos para que houvesse o máximo de participação dos afetados por ela.

Como o termo passou a ser utilizado de modo generalizado nos meios de comunicação de massa e como pessoas e grupos diversos a assumiam em situações bastante diferentes, já não se tinha certeza de qual era seu real significado. Tornou-se um termo tão popular que já não continha um conteúdo preciso. A popularidade do conceito chamou a atenção e especialmente a intensificação dos movimentos em busca de uma participação maior, por colocar uma “questão crucial para a teoria política: qual o lugar da participação numa teoria da democracia moderna e viável?” (PATEMAN, 1992, p. 9)

Os estudos da autora lhe revelam a existência de, basicamente, duas grandes formas de participação, participação na óptica da Teoria da Democracia Participativa e a Participação na óptica da Teoria Contemporânea da Democracia.

²⁸ Charles André Joseph Marie De Gaulle (1890-1970, mais conhecido como *général De Gaulle*, foi estadista francês. (LAROUSSE CULTURAL, 1995, p. 2667)

3.1 A TEORIA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Para caracterizar uma Teoria Participativa da Democracia, Pateman (1992) considerou a obra de três teóricos da democracia participativa. Jean-Jacques Rousseau e John Stuart Mill são os dois primeiros exemplos de teóricos “clássicos” da democracia, cujas teorias proporcionam os postulados básicos de uma teoria da democracia participativa. O terceiro é G. D. H. Cole, um teórico político do século XX, que esboçou um plano detalhado de uma sociedade participativa na forma de um socialismo de guildas, plano que em si tem importância menor. O principal significado do trabalho de Cole está no desenvolvimento de uma teoria da democracia participativa que não apenas incluía e ampliava os postulados básicos, mas inseria-se no contexto de uma sociedade moderna, de grande escala e industrializada.

3.1.1 A participação em Rousseau

Pateman (1992) indica Rousseau como o teórico por excelência da participação. Sua teoria política apóia-se na **participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões**, e a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também produz um efeito psicológico sobre os que participam, garantindo uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas.

É o destaque desse aspecto da participação e sua posição no interior de suas teorias que constituem a contribuição distintiva dos teóricos da democracia participativa para a teoria democrática como um todo. “Embora Rousseau tenha escrito antes do desenvolvimento das instituições modernas da democracia é em sua teoria que se podem encontrar as hipóteses básicas a respeito da função da participação de um Estado democrático”. (PATEMAN, 1992, p.35)

Rousseau afirmava que certas condições econômicas eram necessárias para um sistema participativo. Ele almejava uma sociedade formada por pequenos proprietários camponeses na qual **houvesse igualdade e independência econômica**. Não se trata da vivência da igualdade absoluta em

seu interior, mas que as **diferenças existentes não deveriam voltar-se à desigualdade** política. Em termos ideais,

deveria existir uma situação em que nenhum cidadão fosse rico o bastante para comprar o outro e em que 'nenhum fosse tão pobre que tivesse que se vender'; e a exigência vital seria a de que todo homem possuísse alguma propriedade, o mais sagrado dos direitos do cidadão, pois a segurança e independência que ela confere ao indivíduo constituem a base necessária sobre a qual repousam sua igualdade e sua independência políticas. Se existissem tais condições, os cidadãos poderiam agrupar-se enquanto indivíduos iguais e independentes. (PATEMAN, 1992, p.36)

A relação de interdependência, segundo a autora, era defendida por Rousseau, visando a preservação da igualdade e da independência. Como ocorreria a participação na prática? Haveria a vivência dos seguintes procedimentos:

- a) cada cidadão seria impotente de realizar qualquer coisa sem a cooperação dos outros, ou da maioria;
- b) cada cidadão dependeria excessivamente da polis. Isso significa que, haveria uma dependência igual por parte de cada indivíduo em relação a todos os outros, vistos coletivamente;
- c) a interação de todos seria reforçada pelo mecanismo da participação independente.

Na leitura do *Contrato social* de Rousseau pode-se encontrar a idéia de que as leis - e não os homens - devem governar, mas uma formulação ainda melhor do papel da participação é a de que "os homens devem ser governados pela lógica da operação da situação política que eles mesmos criaram, e que essa situação (...) impossibilita 'automaticamente' a existência de governantes individuais". (PATEMAN, 1992, p. 36)

Isso ocorre porque os cidadãos são iguais mais independentes, ou seja, não dependem de ninguém para votar ou opinar, de modo que na assembléia política nenhum cidadão precisa votar a favor de qualquer política que não seja de seu interesse ou do interesse dos outros. Em outros termos, a única política a ser aceita por todos é aquela em que os benefícios e encargos são igualmente compartilhados; o processo de participação assegura que a igualdade política seja efetivada nas assembléias em que as decisões são tomadas.

O principal resultado político é que a vontade geral é, tautologicamente, sempre justa (afeta a todos de modo igual), de forma que os direitos e interesses individuais são protegidos, ao mesmo tempo que se cumpre o interesse público. A lei emergiu do processo participatório, e é a lei, e não os homens, que governa as ações individuais. (PATEMAN, 1992, p.37, grifo da autora)

De acordo com Pateman (1992), Rousseau considerava que a situação ideal para a tomada de decisões seria a que não contasse com a presença de grupos organizados, somente indivíduos, pois os grupos poderiam exigir o cumprimento da vontade de cada um deles, vontades particulares. Essa observação a respeito de grupos resulta daquilo que Rousseau afirma acerca da operação do processo participatório. Em sua análise, as associações tácitas ocorreriam de qualquer modo, isto é, indivíduos não organizados estariam unidos por alguns interesses comuns, mas seria muito difícil que tais associações tácitas conseguissem apoio para políticas que as favorecessem, especialmente devido à própria forma como se dá a participação. Se fosse impossível evitar as associações organizadas dentro das comunidades, estas deveriam ser tão numerosas e de poder político tão igual quanto possível. Em outras palavras, a situação participativa dos indivíduos se reproduziria com os grupos, e ninguém poderia levar vantagem sobre os outros. Conforme a autora, Rousseau não detalha a estrutura interna de autoridade desses grupos, no entanto, sua análise básica do processo participativo pode ser aplicada a qualquer grupo ou associação.

Pateman (1992) chama a atenção para a análise da operação do sistema participativo de Rousseau e destaca dois aspectos: a participação se realiza na tomada de decisões; a participação depende da ordem social que afeta a personalidade humana. A principal variável é saber se a instituição é ou não participativa, pois a função central da participação é educativa, educação em seu sentido mais amplo.

A autora destaca que o sistema ideal de Rousseau é projetado para gerar uma ação responsável, individual, social e política como resultado do processo participativo. No decorrer desse processo, o indivíduo aprende que a palavra “cada” aplica-se a ele mesmo: ele tem que levar em consideração assuntos bem mais abrangentes do que os seus próprios e imediatos interesses privados, caso queira a cooperação dos outros; ele aprende que o interesse público e o privado encontram-se ligados. A lógica de operação do sistema participativo é tal que o

indivíduo vê-se forçado a decidir em consonância com o seu senso de justiça, pois seus concidadãos podem sempre resistir à implementação de demandas não-equitativas. Como resultado de sua participação na tomada de decisões, o indivíduo é ensinado a distinguir entre seus próprios impulsos e desejos, aprendendo a ser tanto um cidadão público quanto privado.

Pateman (1992) refere que Rousseau acredita que por meio do processo de aprendizagem o indivíduo acaba por não sentir quase nenhum conflito entre as exigências das esferas pública e privada. Após fixado o sistema participativo, este se torna auto-suficiente porque as qualidades que deve caracterizar o cidadão, para que o sistema progrida, são as mesmas que o processo de participação estimula. “Quanto mais o cidadão participa mais ele se torna capacitado para fazê-lo, primeira função da participação. Os resultados humanos obtidos no processo de participação fornecem uma importante justificativa para um sistema participativo”. (PATEMAN, 1992, p. 39)

Um outro ponto importante da teoria de Rousseau acentuado por Pateman (1992) é a profunda associação entre participação e controle, e isto se vincula à noção de liberdade do autor, e o uso deste último conceito está associado ao processo de participação. Tanto a sensação de liberdade do indivíduo quanto sua liberdade efetiva aumentam por meio de sua participação na tomada de decisões, porque tal participação dá a ele um grau bem real de controle sobre o curso de sua vida e sobre a estrutura do meio em que vive. Caso se imponha um sistema indireto, a liberdade exigiria que o indivíduo exercesse uma boa dose de controle sobre os que executam as leis e sobre os representantes.

O processo participatório garante que, mesmo que nenhum homem ou grupo seja senhor de um outro, todos são igualmente dependentes entre si e igualmente sujeitos à lei. O domínio (impessoal) da lei, que se torna possível através da participação, e sua conexão com o fato de ser próprio senhor garante mais um sinal de que os indivíduos irão aceitar conscientemente uma lei resultante de um processo participatório de tomada de decisões. Assim, a segunda função da participação na teoria de Rousseau é que ela possibilita “que as decisões coletivas sejam aceitas mais facilmente pelo indivíduo”. (PATEMAN, 1992, p.41)

A terceira função da participação é de integração, que é consequência do que se mencionou anteriormente a respeito de Rousseau. Ela produz a sensação de que cada cidadão isolado “pertence” a sua comunidade. No entanto,

mais importante é a experiência da participação na própria tomada de decisões, e a complexa totalidade de resultados a que parece conduzir, tanto para o indivíduo quanto para o sistema político como um todo; tal experiência integra o indivíduo a sua sociedade e constitui o instrumental para transformá-la numa verdadeira comunidade. (PATEMAN, 1992, p. 42)

Pateman (1992) declara que a análise da teoria política de Rousseau lhe possibilita argumentar que há uma relação mútua entre as estruturas de autoridade das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos e, ainda, que a principal função da participação tem qualidades educativas. Esse conjunto de proposições constitui o fundamento da teoria da democracia participativa, que se tornará clara a partir da discussão das teorias de J.S. Mill e Cole.

3.1.2 A participação em John Stuart Mill

Pateman (1992) começa por analisar de onde partiu a teoria social e política de Mill e cita que embora ele tenha criticado com rispidez as doutrinas de seu pai James Mill e do padrinho Jeremy Bentham, acabou dando um exemplo das diferenças existentes entre o governo representativo das democracias participativas. Além disso, nunca deixou totalmente os ensinamentos que aprendeu no passado.

Pateman (1992) ressalta em Mill a sua visão utilitária cuja função é proteger a participação. Diz ele que um dos maiores perigos para a democracia está no interesse funesto presente naqueles que detêm o poder e, conseqüentemente, ocorre o risco da existência de uma legislação classista. Mill distinguia dois aspectos de um bom governo. Primeiro: “até que ponto ele promove a boa administração dos assuntos da sociedade por meio das faculdades morais, intelectuais e ativas que existem em seus vários membros”, e esse critério para um bom governo relaciona-se ao governo visto como “uma série de arranjos organizados para o negócio público”. (PATEMAN, 1992, p.42-43)

Mill avalia que o aspecto meramente empresarial do governo é o menos importante; o mais importante é o governo em seu outro aspecto, o da influência agindo na mente humana; e o critério a ser usado para o julgamento das instituições políticas é o grau em que é impulsionado o avanço mental geral da comunidade. Para Mill, segundo Pateman (1992), o governo e as instituições políticas são educativos no aspecto mais amplo do termo e ambos estão em mútua relação, de modo que a índole para o bom governo no sentido empresarial é a manifestação do tipo correto de caráter individual e para tanto são necessários os tipos corretos de instituições. Especialmente com base nesse fato, Mill considera “o governo popular e democrático idealmente o melhor Estado”. (PATEMAN, 1992, p.43-44)

É nas instituições populares participativas que, de acordo com Pateman (1992), Mill vê a possibilidade de desenvolvimento de um tipo de caráter “ativo”, de espírito público.

Encontra-se aí a asserção básica defendida pelos teóricos da democracia participativa da inter-relação e conexão existentes entre os indivíduos, suas qualidades e características psicológicas, por um lado, e os tipos de instituições, por outro; a ação social e política responsável dependem em larga medida dos tipos de instituições no interior das quais o indivíduo tem de agir politicamente. (PATEMAN, 1992)

Considera Pateman (1992) que Mill e Rousseau pensam de modo semelhante quanto à função educativa da participação. Caso o indivíduo pense prioritariamente em seus interesses privados e não participe das questões públicas, sua auto-estima é afetada e não exercita suas capacidades para uma ação pública responsável. O fato de ocupar-se em ganhar dinheiro para atender a interesses particulares, como ocorre com grande parte dos indivíduos, faz com que eles utilizem pouco suas faculdades, sua atenção volta-se sobre si mesmos, e sobre suas família, como apêndice de si mesmos, procurando o próprio conforto e deixando-se indiferentes em referência ao público.

Caso o indivíduo participe dos assuntos públicos, ocorre uma importante modificação. Tanto Mill quanto Rousseau analisam que o indivíduo precisa de alguma forma ser forçado a ampliar seus horizontes e a ter em conta o interesse público. O indivíduo tem de atender não “apenas a seus próprios interesses; de se guiar no caso de reivindicações conflitantes, por outro comando que não o de

suas parcialidades privadas; de aplicar, a cada vez, princípios e máximas que têm como razão de existência o bem comum”. (MILL, citado por PATEMAN, 1992, p. 45).

Um outro aspecto da teoria de Mill é que sua teoria política recebe influência do livro *Democracia na América*, de Tocqueville, por ele analisado. Especialmente no aspecto referente a instituições políticas locais, Mill afirma que se uma constituição democrática não conta com o apoio de instituições minuciosamente democráticas e se restringe ao governo central, além de deixar de criar liberdade política também cria um espírito exatamente contrário. Mill argumenta que de nada servem o sufrágio universal e a participação no governo nacional, se o indivíduo não é preparado para essa participação em âmbito local, no qual deve tornar-se apto ao seu auto-governo. É nos hábitos do cotidiano que o cidadão prepara seus atos políticos. Como explica Pateman (1992), é em âmbito local que os indivíduos promovem a vivência das qualidades necessárias à participação para que participem do Estado e do governo da sociedade.

Segundo a autora, Mill insiste que é em âmbito local que ocorre o aspecto educativo da participação. Além de tratar as questões que atingem o indivíduo e sua vida cotidiana, tem a oportunidade de, se for eleito, servir na administração local. Se alguém aprende a ler ou a escrever e a dirigir, isso ocorre não porque alguém diz o tempo todo como fazer, mas porque se vai fazendo. Da mesma forma somente será pelo exercício do governo popular em pequena escala que os indivíduos têm a possibilidade de aprender a vivenciar o governo em escala mais ampla.

Pateman (1992) ressalta que Mill faz uso de uma definição de participação diferente da de Rousseau, pois ele não pensava que mesmo os representantes eleitos deveriam legislar, mas somente aceitar ou rejeitar a legislação preparada por uma comissão especial indicada pela Coroa; a discussão é a tarefa específica dos representantes. Mill “não parece se dar conta de qualquer inconsistência nos vários componentes de sua teoria, mas é difícil perceber de que forma a sua concepção de participação pode vir a realizar-se”, comenta Pateman (1992). Mesmo com o sufrágio universal e com o poder de deliberação dos representantes, o ambiente educativo não teria a mesma força daquele criado pelo sistema de participação direta de Rousseau. O “nível político local abordado por Mill, crucial do ponto de vista da educação, poderia propiciar a participação direta na tomada de decisões.” (PATEMAN, 1992, p.48-49)

Para Pateman (1992), a ênfase nas instituições políticas locais não é a única extensão que Mill faz da hipótese sobre o efeito educativo da participação,

Mill concorda com Rousseau quanto às duas outras funções da participação. Parte do argumento relativo à 'complacência crítica' da multidão apóia-se na sugestão de que a participação auxilia no acolhimento das decisões, e atribui um especial relevo à função integrativa da participação. Diz que através da discussão política o indivíduo 'torna-se conscientemente um membro da grande comunidade' e que sempre que ele tiver algo a fazer pelo público, torna-se capaz de sentir que não apenas o seu bem-estar depende do bem-estar comum, mas que este depende de seu empenho. (PATEMAN, 1992, p. 49, grifos da autora)

Talvez o aspecto mais interessante da teoria de Mill, diz Pateman (1992), seja uma dilatação da hipótese no que diz respeito ao efeito educativo da participação, de modo a abranger uma área inteiramente nova da vida social, a indústria. Esta é para Mill uma outra área na qual o indivíduo teria a possibilidade de viver a experiência na administração dos assuntos da coletividade, ou seja, como ele poderia fazer no governo local. Assim como a participação na administração do interesse coletivo pela política local educa o indivíduo para a responsabilidade social, também a participação na administração do interesse coletivo na organização industrial favorece e desenvolve as qualidades que o indivíduo necessita para as atividades públicas.

Para que seja possível a participação no local de trabalho, a relação de autoridade na indústria teria de transformar-se da habitual relação de superioridade-subordinação (empresários e homens) em uma de cooperação ou de igualdade, com administradores (governo) eleitos por todo o corpo de empregados, da mesma forma que são eleitos os representantes em âmbito local.

As relações políticas na indústria (políticas no sentido mais amplo) teriam de se democratizar. O argumento de Mill a respeito do efeito educativo da participação no governo local e no local de trabalho poderia ser generalizado de maneira a envolver o efeito da participação em todas as estruturas de autoridade ou sistemas políticos das esferas inferiores. Pateman, (1992, p. 51) refere que a sociedade pode ser vista enquanto um conjunto de vários sistemas políticos, cujas estruturas de autoridade têm um efeito importante sobre as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro deles; para o funcionamento de uma política democrática em âmbito nacional, as qualidades

necessárias aos indivíduos somente podem se desenvolver por meio da democratização das estruturas de autoridade em todos os sistemas políticos.

Pateman (1992) indica outra dimensão para essa teoria da participação. Deixando de lado sua importância como instrumento educativo, a participação no local de trabalho, um sistema político, pode ser vista como a participação política por excelência. A indústria e outras esferas oferecem áreas alternativas, nas quais o indivíduo pode participar na tomada de decisões sobre assuntos dos quais ele tem experiência direta, cotidiana, de modo que quando existe a referência a uma “democracia participativa” se está indicando algo de maiores dimensões do que uma série de arranjos institucionais em âmbito nacional. Essa visão mais ampla da democracia pode ser encontrada na teoria política de G.D.H. Cole.

3.1.3 A participação em G. D. H. Cole

A análise de Cole realizada por Pateman (1992) somente leva em consideração os seus primeiros escritos, e a sua é a teoria de uma sociedade moderna. Para Cole, considera Pateman (1992), é a indústria que possui a chave que abrirá a porta para uma forma de governo verdadeiramente democrática. Em sua teoria do socialismo de guilda, Cole elaborou um esquema detalhado de como uma sociedade participativa poderia ser organizada e implantada. A teoria de Rousseau fornece o ponto de partida e o material básico sobre a teoria participativa de democracia, e a teoria de Cole tenta transpor as análises de teoria de Rousseau para um cenário moderno.

De acordo com Pateman (1992), a teoria social e política de Cole constrói-se sobre o argumento de Rousseau de que a vontade, e não a força, é a base da organização social e política. Os homens precisam cooperar em associações para satisfazer suas necessidades. Cole analisa os motivos que mantêm os homens juntos em uma associação e os modos pelos quais agem por meio de associações, suplementando e complementando suas ações enquanto indivíduos isolados ou privados. “Para transformar sua vontade em ação de um modo que não afete sua liberdade individual, os homens devem participar na organização e na regulamentação de suas associações”. (PATEMAN, 1992, p. 53)

Dois dos aspectos centrais da teoria de Cole são a participação e a cooperação do indivíduo na elaboração das leis. Na análise de Pateman (1992), Cole produz uma teoria de associações. Ele define sociedade como combinação de associações que se conservam juntas pelas vontades de seus participantes. O auto-governo de um indivíduo decorre de ele ter a competência de participar da tomada de decisões em todas as associações das quais participa, mas essas associações também têm a liberdade de controle sobre seus assuntos, sem a interferência do Estado. Para que ocorra o autogoverno das associações, o poder político de seus membros e das próprias associações deve ser igual.

Para Cole, como assinala Pateman (1992), a teoria de associações une-se à teoria da democracia sendo essa união intermediada pelo princípio de função, que está subentendido na organização social. No pensamento de Cole, a democracia só acontece se concebida em termos de função ou propósito, e a função de uma associação baseia-se no propósito para o qual ela foi constituída:

Toda associação que 'se coloca qualquer objetivo superior à simplicidade mais rudimentar vê-se compelida a atribuir tarefas e deveres (e poderes e uma parcela de autoridade) a alguns de seus membros, de maneira que o objetivo geral possa ser efetivamente perseguido': ou seja, o governo representativo é necessário na maioria das associações. Por outro lado, o sistema de representação funcional implica 'a participação constante do homem comum no comando das partes da estrutura da sociedade, as quais lhe dizem respeito diretamente e que ele tem maior probabilidade de compreender'. (COLE, 1920, p. 114)

Pateman (1992) observou que na teoria de Cole existe distinção entre a existência dos arranjos institucionais representativos em âmbito nacional e a democracia. Para a democracia, o indivíduo deve ser capaz de participar em todas as associações que lhe dizem respeito; em outros termos, é necessária uma sociedade participativa. O princípio democrático deve se aplicar não somente ou principalmente à esfera especial de ação social conhecida como política, mas a qualquer e toda forma de ação social e de modo integral tanto na indústria e na economia quanto nos assuntos políticos. Os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente, a função educativa da participação é considerada de suma importância. Isto significa dizer também que, como também defendia Mill, é somente em âmbito local, em associações, que alguém aprende a

prática democrática. Por outro lado, o fato do Estado moderno ser muito grande deve motivar a autocapacitação do indivíduo.

Nessa perspectiva, como defendia Cole, lembra Pateman (1992) que a indústria era um local apropriado para que ocorresse o efeito educativo da participação, uma vez que, com exceção do governo, o indivíduo vive relações de superioridade e subordinação e vive no ambiente de trabalho grande parte de sua vida. Se o ambiente da indústria tiver configurações servis há relação de dependência política. Mas se a indústria se organiza com bases participativas e, portanto, o indivíduo pode se autogovernar no trabalho, então o “treinamento para a servidão poderia transformar-se em treinamento para a democracia, e o indivíduo poderia ganhar familiaridade com os procedimentos democráticos”. (PATEMAN, 1992, p. 56)

Como observa Pateman (1992), a teoria democrática de Cole depende da existência da igualdade da posição social na indústria, ou seja, ele estava atento ao problema da preservação da liderança sob um tal sistema democrático, e pensava que o princípio de função lhe daria uma resposta adequada a respeito. Em outras palavras, se a liderança fosse organizada em uma base funcional, seria possível ter representantes em vez de delegados. As associações funcionais podem ter existência contínua, e, desse modo, conseguem constantemente dar conselhos, criticar e, se for preciso, demitir o representante. Elas têm também um mérito a mais pelo fato de que não apenas o representante é escolhido para executar um trabalho do qual conhece alguma coisa, mas será escolhido por quem também conhece algo a respeito.

De modo surpreendente Cole indica como seria uma sociedade participativa, no *Socialismo de guilda restaurado* cuja estrutura deveria organizar-se horizontal e verticalmente, dos pés à cabeça, e ser participativa em todos os aspectos. A estrutura vertical deveria ser de natureza econômica, pois, conforme os bons princípios funcionalistas, as funções políticas e econômicas deviam ser separadas na sociedade. Segundo Pateman (1992), o propósito da estrutura (política) horizontal é enfatizar o espírito comunal da sociedade global. Cada cidadão ou área rural teria a sua própria comuna, na qual a unidade básica seria o bairro, para permitir o máximo de participação dos indivíduos, e os representantes seriam eleitos a partir das guildas e demais corpos locais da comuna, com base nos bairros. A camada horizontal seguinte seria composta por comunas regionais,

reunindo a cidade, o campo e as guildas regionais, e no topo estaria a Comuna Nacional que seria um corpo de mera coordenação sem se constituir no prolongamento funcional, histórico ou estrutural do Estado.

3.1.4 Síntese da teoria da democracia participativa

Após a análise das teorias dos três autores, Pateman (1992) faz uma síntese da teoria da democracia participativa. Salienta primeiramente que ela foca os indivíduos e suas instituições em constante relação. A existência de instituições representativas em âmbito nacional não é suficiente para a democracia, pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou treinamento social devem ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos, é o primeiro aspecto da teoria da democracia participativa. Por isso, não há problema especial quanto à estabilidade de um sistema participativo, uma vez que ele se auto-sustenta por meio do impacto educativo do processo participativo. Por meio da participação, desenvolvem-se as qualidades que os indivíduos necessitam as quais tanto mais se desenvolvem quanto mais eles participam. (PATEMAN, 1992, p.60-61)

Um governo democrático somente existe se houver uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas. A área em destaque é a indústria. Como mencionado anteriormente, é ali que a maioria dos indivíduos vive grande parte de suas vidas o que possibilita a educação na administração dos assuntos coletivos, o que não existe em outros lugares.

O segundo aspecto da teoria da democracia participativa evidenciado por Pateman (1992) é que as esferas de atuação, como a indústria, poderiam tornar-se esferas de atuação política por excelência, oferecendo áreas de participação adicionais em âmbito nacional. Para que os indivíduos exerçam o máximo de

controle sobre suas próprias vidas e sobre o ambiente, as estruturas de autoridade nessas áreas precisam ser organizadas de tal modo que eles possam participar na tomada de decisões.

Uma outra razão para o papel central da indústria na teoria relaciona-se com a medida de substancial igualdade econômica exigida para que o indivíduo tenha a independência e a segurança necessárias para a participação (igual). “A democratização das estruturas de autoridade da indústria, ao abolir a permanente distinção entre ‘administradores’ e ‘homens’, significaria um grande avanço no sentido de satisfazer essa condição”. (PATEMAN, 1992, p. 61)

3.2 A PARTICIPAÇÃO NA TEORIA CONTEMPORÂNEA DA DEMOCRACIA

Pateman (1992, p. 9-10) considera que entre os teóricos da política e sociólogos políticos a teoria da democracia mais aceita “é aquela na qual o conceito de participação assume um papel menor e, além disso, um dado predominante é a ênfase colocada nos perigos inerentes à ampla participação popular em política”.

As características resultam de duas preocupações principais de teóricos atuais que escrevem sobre a democracia, especialmente os norte-americanos: primeira, a convicção de que as teorias dos predecessores ou teóricos clássicos, que cultivavam o ideal do máximo de participação do povo, precisa de uma revisão drástica; e a segunda preocupação é com a estabilidade do sistema político e com as condições ou pré-requisitos necessários para assegurar tal estabilidade, preocupação originada da comparação que se faz entre “democracia” e “totalitarismo” “enquanto duas únicas alternativas políticas possíveis no mundo moderno”. (PATEMAN, 1992, p. 9-10)

E por que a atual teoria democrática se implantou com esses fundamentos? Para a autora, a atual teoria democrática deriva de um acontecimento intelectual do século XX (o desenvolvimento da sociologia política) e de um evento histórico (a emergência de Estados totalitários).

No início do século XX, a dimensão e a complexidade das sociedades industrializadas e o surgimento de formas burocráticas de organização levantaram sérias dúvidas sobre a possibilidade de se colocar em prática o conceito de

democracia no modo como ele era geralmente compreendido, a exemplo de Gaetano Mosca e Robert Michels, teóricos influentes que defendem este tipo de tese. Mosca refere que toda sociedade precisava de uma elite no governo e complementava essa teoria da elite com argumento a favor de instituições representativas. Já Michels, por meio da lei de ferro da oligarquia²⁹ argumentava a necessidade de realizar a opção entre organização e democracia, não escolher as duas. Assim, diz Pateman (1992, p. 10-11), “embora a democracia (governo do povo por meio do máximo de participação de todo o povo) ainda fosse considerada como um ideal, sérias dúvidas foram levantadas quanto à possibilidade de se colocar esse ideal em prática”.

Em meados do século XX, lembra Pateman (1992), muitas pessoas consideravam que o ideal da democracia estava sendo questionado e que, apesar de ideal, a suspeição recaía em um de seus componentes, a participação, acompanhada da formulação “clássica” de teoria democrática.

Acontecimentos como o colapso da República de Weimar, instalada na Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial, que contou com grande número de participantes das massas com tendência fascista e a introdução de regimes totalitários no pós-guerra, fundamentados na participação das massas (ainda que uma participação forçada pela intimidação e pela coerção), “realçam a tendência de se relacionar a palavra ‘participação’ com o conceito de totalitarismo mais do que com o de democracia” (PATEMAN, 1992, p. 11), sem contar que o fantasma do totalitarismo contribui com a explicação da preocupação com as condições necessárias à estabilidade num Estado democrático; além do outro fator: “a instabilidade de tantos Estados no mundo pós-guerra que apenas em poucos casos mantiveram um sistema político democrático nos moldes ocidentais”. (PATEMAN, 1992, p.11)

As dúvidas relativas às antigas teorias democráticas emergentes desse cenário justificavam-se, assinala a autora. Investigações empíricas sobre atitudes e comportamentos políticos, desenvolvidas na maioria dos países ocidentais, descobriram que a característica mais destacada de grande parte dos cidadãos (especialmente os de grupos considerados de baixo poder econômico) era a falta de interesse pela política e por atividades políticas. E, ainda, as pesquisas

²⁹ A lei de ferro da oligarquia tinha como base a investigação sobre os partidos social-democratas alemães.

revelaram a existência de atitudes não-democráticas ou autoritárias bastante presentes entre os grupos considerados de condição sócio-econômica baixa. Diante disso, a conclusão (de sociólogos políticos travestidos de teóricos de política) foi a de que a visão “clássica” do homem democrático “constituía uma ilusão sem fundamento e que um aumento da participação política dos atuais não-participantes poderia abalar a estabilidade do sistema democrático, considerando-se a perspectiva das atitudes políticas”. (PATEMAN, 1992, p. 11)

Outro fator de rejeição das antigas teorias democráticas era o argumento de que essas teorias continham valor, enquanto que a teoria política moderna era científica e empírica, e tinha como fundamento os fatos da vida política. Mesmo assim, Pateman (1992) questiona se a revisão da teoria democrática deveria ter sido empreendida com arrebatamento por tantos escritores se o problema do aparente contraste entre os fatos e atitudes da vida política e suas caracterizações em antigas teorias não tivesse sido respondido por Joseph Schumpeter. Em sua obra *Capitalismo, socialismo e democracia* (1943), produzido antes que a grande quantidade de informação empírica estivesse disponível na política, Schumpeter destacou que os fatos mostram a necessidade de uma revisão da teoria democrática “clássica” e ele mesmo a revisou e disponibilizou uma nova definição de democracia, que a autora considera importante analisar.

Pateman (1993) foca o ponto de partida da análise de Schumpeter, que é o ataque à noção de teoria democrática enquanto uma teoria de meios e fins, uma vez que ele considera a democracia uma teoria dissociada de quaisquer ideais ou fins: “Democracia é um método político, ou seja, trata-se de um determinado tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas – legislativas e administrativas”. (SCHUMPETER, 1943, p. 242)

Para a formulação de sua teoria democrática, o autor adotou o modelo da “doutrina clássica” da democracia para examinar suas deficiências e depois apresentar uma alternativa. Já que a principal crítica de Schumpeter à doutrina clássica referia-se ao papel central de participação e da tomada de decisões por parte do povo tinha como alicerces fundamentos empiricamente irrealistas; na sua teoria revisada foca como ponto vital a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelo voto do povo.

Ele definiu o método democrático como moderno e realista: “Aquele arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo”. (SHUMPETER, 1943, p. 269). Nessa definição, assinala a autora, a competição pela liderança é a característica distintiva da democracia, possibilitando que o método democrático se distinguisse de outros métodos políticos, pois autoriza que qualquer pessoa tenha liberdade para competir pela liderança em eleições livres.

De acordo com Pateman (1992), Schumpeter dedicou atenção às condições necessárias para a operação do método democrático:

além das liberdades civis, era requerida tolerância para as opiniões de outros e ‘um certo tipo de caráter e de hábitos nacionais’. Outra exigência era que ‘todos os interesses envolvidos’ fossem virtualmente unânimes em sua lealdade aos ‘princípios estruturais da sociedade existente’. Contudo, não achava necessário o sufrágio universal e pensava que as qualificações quanto à propriedade, à raça ou à religião eram perfeitamente compatíveis com o método democrático. (PATEMAN, 1992, p. 13)

Desse modo, ressalta a autora, na teoria de Schumpeter os únicos meios de participação abertos ao cidadão são o voto para o líder e a discussão. Ele considera não condizente com a essência do método democrático o fato de tentar convencer, por meio de cartas, que os representantes escutem os cidadãos porque considera que nega o conceito de liderança. Em geral o eleitorado não controla os líderes. Isso somente ocorre em caso de substituição dos representantes por líderes alternativos nas eleições.

Sua teoria de democracia, portanto, não elege a participação como algo especial. Um número suficiente de cidadãos participa para manter a máquina eleitoral, os arranjos institucionais, funcionando de modo satisfatório. A teoria concentra-se no número reduzido de líderes; estes devem ser ativos e possuir iniciativa e decisão; e a competição entre os líderes pelos votos constitui o elemento democrático característico nesse método político. (PATEMAN, 1992)

Para a autora, não há dúvidas de que tenha sido importante a teoria de Schumpeter para as teorias democráticas posteriores, pois sua noção de teoria clássica, a caracterização do método democrático e o papel da participação foram quase universalmente aceitos em textos recentes sobre teoria democrática. Mas há um ponto de divergência dos teóricos atuais em relação a Schumpeter: refere-se à necessidade de a democracia ter um caráter democrático básico e de se ter

o conhecimento se a existência desse caráter depende do funcionamento do método democrático.

Nessa perspectiva, Pateman (1992) examina quatro exemplos sobre a teoria da democracia em trabalhos recentes de Berelson, Dahl, Sartori e Eckstein e esclarece que a ênfase na estabilidade do sistema político é maior nessas obras do que na de Schumpeter. O ponto comum entre os autores é que a teoria democrática comum a todas deriva do ataque que ele fez à teoria “clássica” da democracia, embora seu foco na estabilidade do sistema político esteja mais acentuada nesses autores do que em Schumpeter.

3.2.1 Berelson

Segundo Pateman (1992), embora a orientação funcionalista de Berelson seja diversa da de Schumpeter, tem o mesmo objetivo. Berelson também adota a estratégia de apresentar um modelo da teoria clássica, um modelo das qualidades e atitudes que essa teoria supostamente exige dos cidadãos, e tal procedimento indica que algumas exigências, tidas como necessárias para o bom funcionamento da democracia, não são encontradas no comportamento do “cidadão médio”.

Dentre as exigências espera-se que o cidadão democrático se interesse e participe dos assuntos políticos”, observa que a maioria da população vota, mas quase nunca revela um interesse persistente. Mesmo assim, as democracias ocidentais sobreviveram. Portanto, argumenta a autora, há um paradoxo:

os eleitores isolados parecem incapazes de satisfazer as exigências de um sistema de governo democrático tal qual delineado pelos teóricos políticos. Mas um *sistema de democracia* deve ir ao encontro de certas exigências para que exista uma organização política. Os membros tomados individualmente podem não satisfazer a todos os padrões, mas assim mesmo o todo sobrevive e cresce. (BERELSON, 1954, p. 312, Grifos do autor)

O paradoxo possibilita que se observe o engano dos autores “clássicos” e que se constate a causa de suas teorias não apresentarem um quadro preciso do funcionamento dos sistemas políticos democráticos existentes. A teoria “clássica” foca o cidadão isolado e não dá a devida atenção ao sistema político; e quando o leva em consideração presta atenção às instituições específicas e não ao

conjunto de condições para que as instituições funcionem como se espera. Para Berelson, devem existir as seguintes condições para que a democracia política sobreviva: “limitar a intensidade do conflito, restringir a taxa de câmbio, manter a estabilidade social e econômica, além da necessidade de uma organização pluralista e de um consenso básico”. (BERELSON, 1954, p. 312-313)

Berelson considera que os teóricos anteriores conjecturavam que seria necessária uma cidadania politicamente homogênea³⁰ numa democracia. Mas, o que se exige e o que se encontra é a heterogeneidade, ressalta a autora. A importância da heterogeneidade está no fato de esperar que o sistema político exerça funções contraditórias e, assim mesmo, tenha êxito. E tem bom resultado devido ao modo pelo qual as qualificações e atitudes se distribuem entre o eleitorado, distribuição que torna possível que as contradições se resolvam, ao mesmo tempo em que se conserva a estabilidade do sistema. A autora justifica que o sistema mostra-se igualmente estável e flexível porque as tradições políticas de grupos familiares e étnicos e o aspecto durável das lealdades políticas contribuem para a estabilidade, enquanto que os eleitores menos aptos a preencherem os critérios individuais são os que mais contribuem. Quando “medidos pelo critério coletivo da flexibilidade (...) tais eleitores podem ser os que menos tomam partido e os menos interessados, mas cumprem uma função valiosa para o conjunto do sistema”. (PATEMAN, 1992, p.16)

Pateman (1992) conclui em relação a Berelson que a participação limitada e a apatia têm papel positivo no conjunto do sistema ao amortecer o choque das discordâncias, dos ajustes e das mudanças. Sua teoria apresenta clara relação de parte dos principais argumentos de recentes obras sobre teoria democrática. Exemplo disso é que a moderna teoria de democracia deve ter uma forma descritiva e concentrar-se no sistema político vigente. A partir desse modo de ver, não se solicita que todos os cidadãos tenham intensa participação, bastando que isso corra somente com uma minoria deles. Por outro lado, a apatia e o desinteresse da maioria dão estabilidade ao sistema tomado como um todo.

A participação que não se realiza de fato é exatamente aquela necessária para um sistema de democracia estável. Berelson não deixa indicadas quais as características para um sistema político ser “democrático”, uma vez que o máximo

³⁰ Homogênea quanto às atitudes e ao comportamento.

de participação de todos os cidadãos não é uma delas. Mas uma resposta a essa questão, diz Pateman (1992), pode ser encontrada nos estudos de Dahl.

3.2.2 Dahl

Os comentários iniciais de Pateman (1992, p. 17) sobre os textos de Dahl é de que ele não tem certeza sobre se existe uma teoria clássica da democracia, pois ele observa que “não há uma teoria democrática – existem apenas teorias democráticas”. Cita que em outro texto ele escreveu que em alguns aspectos pode-se demonstrar a invalidade da teoria clássica. As teorias madisoniana³¹ e populista³² são criticadas por Dahl por serem inadequadas para a atualidade. Apresenta então a sua teoria da democracia como poliarquia, o governo das múltiplas minorias para substituí-las, defendendo-a como “teoria da democracia moderna e explicativa”. (PATEMAN, 1992, p. 18)

De acordo com Pateman (1992), Dahl arrola as características definidoras da democracia uma lista dos arranjos institucionais centrados no processo eleitoral. As eleições são o ponto central do método democrático porque elas fortalecem o mecanismo através do qual pode se dar o controle dos líderes pelos não-líderes. A teoria democrática ocupa-se dos processos utilizados pelos cidadãos comuns para exercerem um grau relativamente alto de controle sobre os líderes. Ele destaca que não se poderia conceber um peso maior à noção de “controle” do que o justificado pela realidade e questiona a ênfase concedida pelos textos políticos contemporâneos à idéia de que o relacionamento democrático é somente uma das numerosas técnicas de controle social que de fato coexistem nas políticas democráticas modernas. Também não considera que deve ser enfatizada uma teoria que demande muita participação popular para a prática do “controle” já que grande parte das pessoas é desinteressada e apática em relação à política, reforçando “a hipótese de que uma porcentagem relativamente pequena de indivíduos, em qualquer forma de organização social, aproveitará as oportunidades de tomada de decisão”. (PATEMAN, 1992, p. 18)

³¹ Segundo Dahl, a teoria madisoniana tinha como objetivo impedir o domínio da minoria sobre a maioria e evitar o poder destrutivo das facções. (DAHL, 1989).

³² A democracia populista tem por objetivo maximizar os valores da igualdade política e da soberania popular, significando que as decisões devem ser tomadas pela maioria (DAHL, 1984, p. 37).

De onde viria o “controle” então? Segundo Dahl,

o ‘controle’ depende do outro lado do processo eleitoral, da competição entre os líderes pelos votos da população; o fato de que o indivíduo pode transferir o seu apoio a um grupo de líderes para outro confirma que os líderes são ‘relativamente afetados’ pelos não-líderes. E tal competição é o elemento especificamente democrático do método, e a vantagem de um sistema democrático (poliárquico) reside no fato de ser possível uma ampliação do número, do tamanho e da diversidade das minorias que podem mostrar sua influência nas decisões políticas e no conjunto do caráter político da sociedade. (DAHL, 1956, p. 87)

Dahl está convencido de que a teoria da poliarquia trata adequadamente da igualdade política e que esta não deve ser definida como igualdade de controle político ou de poder, pois os grupos denominados de *status* sócio-econômico baixo, que constituem a maioria, estão separados dessa igualdade por “uma ‘tripla barreira’: sua inatividade relativamente maior; seu limitado acesso aos recursos e, nos Estados Unidos, a ‘simpática invenção de um sistema de verificações constitucionais’ de Madison”. (DAHL, 1956, p. 81)

A que, então, se refere a igualdade política de Dahl? Refere-se à existência do sufrágio universal (um homem, um voto). A sanção ocorre por meio da competição eleitoral por votos e, de modo especial, diz respeito à igualdade de oportunidades em poder influenciar aqueles que tomam as decisões, por meio de processos intereleitorais, pelos quais diferentes grupos do eleitorado chegam a ser ouvidos em suas reivindicações. Os representantes oficiais não apenas escutam os vários grupos, mas “esperam ser afetados de modo significativo se não apaziguarem o grupo, seus líderes ou seus membros mais vociferantes”. (PATEMAN, 1992, p.19)

Na teoria de Dahl a discussão sobre os pré-requisitos sociais para um sistema poliárquico constituem um aspecto importante, comenta a autora. Um pré-requisito fundamental refere-se ao consenso sobre as normas, principalmente entre os líderes, que podem formular as condições institucionais necessárias para a poliarquia. O consenso depende de um treinamento social, o qual sujeita-se à existência de um mínimo de acordo a respeito da escolha e das normas políticas, de modo que o aumento ou a diminuição de um dos elementos afeta os outros.

O treinamento social se realiza por meio da família, das escolas, das igrejas, dos jornais, entre outros. Dahl distingue três tipos de treinamento: de reforço, neutro e negativo. “É razoável supor que esses três tipos de treinamento

operam sobre os membros da maioria das organizações poliárquicas, se não todas elas, e talvez também sobre os membros de muitas organizações hierárquicas”. (DAHL, 1956, p. 76)

A autora observa que Dahl não diz em que consiste o treinamento, nem que tipo de treino é produzido por um determinado sistema de controle, mas afirma que sua eficácia dependerá das atuais predisposições internas do indivíduo. Supõe que o treinamento social efetivo é aquele que desenvolve atitudes individuais para defender as normas democráticas. Ademais, para Dahl não é esperada a existência de somente um caráter democrático, como os autores anteriores sugeriam, porque os indivíduos pertencem a vários tipos de sistemas de controle social. O que se requer são personalidades que possam adaptar-se aos diferentes tipos de papéis nos diferentes sistemas de controle. Como o treinamento poderia auxiliar o consenso sobre as normas democráticas? Dahl não deixa indicações.

A argumentação de Dahl em relação aos possíveis perigos inerentes a um aumento da participação do homem comum tem como base que a atividade política constitui um pré-requisito da poliarquia, mas o relacionamento é algo complexo em seu interior. Os grupos denominados de condição sócio-econômica baixa apresentam o menor índice de atividade política e também revelam com maior frequência as personalidades autoritárias. Na medida que o aumento da atividade política aproxima esse grupo da arena política, o consenso a respeito das normas pode se enfraquecer, desviando a poliarquia. “Um aumento da taxa de participação, portanto, poderia representar um perigo para a estabilidade do sistema democrático”. (PATEMAN, 1992, p. 20)

3.2.3 Sartori

Sartori é o terceiro teórico da democracia, apontado por Pateman (1992). Ele defende que não são apenas as minorias que governam e sim as elites (em competição).

Sua teoria acentua os perigos de instabilidade e os pontos de vista correlatos, no que diz respeito à adequada relação entre a teoria democrática (o ideal) e a prática. Ele se refere ao abismo que se criou entre a teoria clássica e a realidade, ou seja, o homem da época atual manifesta-se pela ingratidão e pela

desilusão com a democracia que prometia algo que não foi cumprido. Por isso Sartori indica a minimização do ideal democrático porque

esse ideal é um princípio nivelador que mais agrava do que resolve o problema real nas democracias: o de 'manter a verticalidade', isto é, a estrutura de autoridade e de liderança; maximizado como uma 'exigência absoluta', o ideal democrático (revisado) levaria o sistema à 'bancarrota'. Hoje, a democracia não deve ficar em guarda contra a aristocracia, como antes, mas contra a mediocridade e contra o perigo de que tal mediocridade possa destruir seus próprios líderes, substituindo-os por contra-elites não-democráticas. (SARTORI, 1962, p. 119)

O discurso de Sartori expressa o medo de que a participação ativa da população no processo político leve direto ao totalitarismo. "O povo deve reagir - ele não age, isto é, deve reagir às iniciativas e políticas das elites rivais". (PATEMAN, 1992, p. 21).

Para a autora, é isso que o cidadão médio faz na prática e Sartori faz parte dos raríssimos teóricos da democracia que colocam a discussão sobre como se pode classificar a inatividade do cidadão médio. Sua resposta é que não deve ser classificada. Proposições de que a apatia pode ser ocasionada pelo analfabetismo, pela pobreza ou pela insuficiência de informação foram refutados pelos fatos, assim como não foi constatada a sugestão de que ela pode resultar da falta de prática democrática.

A tentativa de encontrar uma resposta para essa questão é um esforço equivocado, pois, conforme Sartori, as pessoas só compreendem e se interessam de fato por assuntos dos quais têm experiência pessoal, ou por idéias que conseguem formular para si própria, e nada disso é possível para o cidadão médio, em matéria de política. Defende então a necessidade de aceitar os fatos como são, porque tentar mudá-los poria em perigo a manutenção do método democrático, e o único modo de mudá-los seria pela coação dos apáticos ou pela penalização da minoria ativa, mas nenhum dos dois métodos seria aceitável. Sartori conclui que "a apatia da maioria não é culpa de ninguém em particular e que já é hora de parar de procurar bodes expiatórios". (PATEMAN, 1992, p.21-22)

Ate aqui, Pateman (1992) refere ter apresentado teorias mais preocupadas em argumentar sobre qual a teoria necessária para não colocar em risco os sistemas democráticos vigentes pela criação de expectativas não condizentes com a realidade. Eckstein discorre sobre a estabilidade de um sistema democrático.

3.2.4 Eckstein

A definição de democracia utilizada por Eckstein é a do já conhecido sistema político onde as eleições decidem o resultado da competição por políticas e poder, mas, para esse sistema ser estável, a forma de governo deve assumir determinado tipo. A estabilidade do sistema não se refere tanto à longevidade, mas à sobrevivência, em função de uma capacidade de ajuste à mudança, da realização de aspirações políticas e de fidelidade, mas isso também implica que a tomada de decisões políticas seja efetiva no “sentido básico da própria ação, de qualquer espécie de ação, na busca de objetivos compartilhados ou no ajuste às condições de mudança”. (PATEMAN, 1992, p. 22)

Segundo a autora, Eckstein critica que os textos anteriores deixam de tratar das relações sociais mais óbvias e ligadas ao comportamento político,

os padrões de autoridade nas relações sociais não-governamentais, dentro das famílias, das escolas, de organizações econômicas e similares (...) parece razoável que, se há algum aspecto da vida social que possa afetar diretamente o governo, tal aspecto consiste nas experiências com a autoridade que o ser humano tem em outras esferas da vida, em especial aquelas que moldam sua personalidade e aquelas às quais ele devota a maior parte de sua vida. (ECKSTEIN, 1966, p. 225)

Entre suas proposições, a primeira argumenta que “um governo tenderá a ser estável se o seu padrão de autoridade for congruente com os outros padrões de autoridade da sociedade da qual faz parte”. (SARTORI, citado por PATEMAN, 1992, p. 23). Dois são os sentidos do termo, “congruente”, o forte e o fraco. O sentido forte é o de “idêntico”, equivalente a “muita semelhança”, que não se aplica a uma democracia porque tal situação de congruência de estruturas de autoridade não seria possível nesse sistema ou traria graves conseqüências disfuncionais. Algumas estruturas de autoridade não são democratizadas, aquelas nas quais se realiza a socialização dos jovens (família, escola), pois embora se simule que são democráticas, uma simulação excessivamente realista como essa produziria seres humanos incompletos. Da mesma forma, é possível imitar a democracia em organizações econômicas, mas, se isso for feito de modo exagerado, teria péssimas conseqüências, sabendo-se que a organização

econômica capitalista e até alguns tipos de propriedade pública combatem contra a democratização das relações econômicas.

Desse modo, somente aquelas esferas que Eckstein assinala como as mais importantes para o comportamento político é que devem ser antidemocráticas.

O sentido fraco da congruência é o de 'semelhança gradual', um sentido que torna 'os requisitos dependentes, mas não impossíveis de cumprir'. Ele afirma que alguns segmentos da sociedade estão mais próximos do governo que outros, tanto no sentido de serem adultos quanto no de serem 'políticos'. Haveria congruência no sentido fraco se os padrões de autoridade aumentassem o grau de semelhança com o governo, na medida que estivessem mais 'próximos' dele; ou se existisse um alto grau de semelhança nos padrões 'adjacentes ao governo' e se nos segmentos distantes houvessem se originado padrões funcionalmente apropriados, no sentido de uma imitação real ou ritual do padrão do governo. (ECKSTEIN, 1966, p. 238-40).

Pateman (1992, p. 25) observa a existência de dificuldade teórica, pois "só se pode atingir a estabilidade e evitar a 'tensão' (um estado psicológico e uma condição social semelhante a 'anomia') quando se alcança a congruência". A tensão pode diminuir se ocorrerem muitas oportunidades para os indivíduos tomarem conhecimento dos padrões democráticos de atuação, principalmente se as estruturas de autoridade democráticas forem as mais próximas do governo ou forem aquelas que envolvem as elites políticas, isto é, se a congruência no sentido fraco for atingida.

Entretanto, para Eckstein, observa a autora, é impossível democratizar algumas das estruturas de autoridade mais próximas do governo. No entanto, isso não é um problema para a teoria, pois para uma democracia estável, o padrão de autoridade governamental deve se tornar congruente com a forma predominante de estrutura de autoridade na sociedade, ou seja, o padrão governamental não precisa ser puramente democrático. Ele precisa conter um equilíbrio dos elementos díspares e revelar um saudável elemento de autoritarismo.

Outras duas razões são apresentadas por Eckstein, citado por Pateman (1992), para que ocorra o equilíbrio dos elementos díspares: a primeira é a estabilidade, a tomada de decisões efetiva só pode ocorrer se esse elemento autoritário estiver presente; a segunda é psicológica, os homens sentem necessidade de líderes e de lideranças firmes (autoritários) e essa necessidade precisa ser satisfeita para que se mantenha a estabilidade do sistema.

Eckstein conclui que para um sistema democrático estável, a estrutura de autoridade do governo nacional não precisa ser, necessariamente, democrática, conclusão que para Pateman (1992) é paradoxal por se tratar de uma teoria da democracia.

3.2.5 Síntese da Teoria Contemporânea da Democracia

A partir de sua exposição sobre os diferentes autores, Pateman (1992) estabelece, em linhas gerais, uma teoria da democracia comum passando a referir-se a ela como Teoria Contemporânea da Democracia. Esta se concentra na operação do sistema político democrático tomado com um todo e nela a democracia liga-se a um método político ou a uma série de arranjos institucionais em âmbito nacional.

O que caracteriza o método é a competição entre os líderes (elite) pelos votos do povo em eleições periódicas e livres. As eleições são decisivas para o método democrático, pois é principalmente através delas que a maioria pode exercer controle sobre os líderes. A reação dos líderes às reivindicações dos que não pertencem à elite é mantida pela pena de perda do mandato nas eleições. Também as decisões dos líderes podem sofrer influências de grupos ativos, que pressionam nos períodos entre as eleições. A igualdade política reporta-se ao sufrágio universal e à existência de igualdade de oportunidades de acesso aos canais de influência sobre os líderes. Pateman (1992) refere que o termo participação, no que diz respeito à maioria, constitui a participação na escolha daqueles que tomam as decisões. A função da participação nessa teoria é somente a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados. É na realização desse objetivo que consiste a justificação do método democrático.

A conservação da estabilidade do sistema precisa de algumas condições: Primeiramente, o sistema de participação da maioria não deveria crescer acima do mínimo necessário a fim de manter o método democrático (máquina eleitoral) funcionando, o que significa dizer que deveria manter-se no plano que existe atualmente nas democracias anglo-americanas. O segundo ponto diz respeito ao fato de as atitudes não-democráticas serem relativamente mais comuns entre os inativos significa que um aumento de participação dos apáticos enfraqueceria o

consenso quanto às normas do método democrático. O terceiro ponto considera que embora não haja exigência de um caráter democrático definido para todos os cidadãos, o treinamento social ou a socialização, necessários ao método democrático, podem se dar dentro das estruturas de autoridade existentes, variadas e não-governamentais. Contanto que exista algum grau de congruência entre a estrutura de autoridade do governo e as estruturas não-governamentais próximas a ele, é possível que a estabilidade seja conservada. Em outras palavras, esse modelo de democracia pode ser visto como aquele “em que a maioria (não elites) consegue o máximo de rendimento (decisões políticas) dos líderes, com o mínimo de investimento (participação) de sua parte”. (PATEMAN, 1992, p. 25-26)

De acordo com Pateman (1992), a teoria contemporânea da democracia ganhou a simpatia quase universal dos teóricos políticos atuais, mas não se manteve protegida das críticas, mesmo que suas vozes sejam pouco expressivas. As críticas dirigem-se principalmente aos seguintes aspectos: os defensores da teoria da democracia contemporânea não compreenderam a teoria “clássica”, na revisão da teoria clássica os seus ideais foram substituídos por outros; os revisionistas transformaram fundamentalmente o significado normativo da democracia.

Pateman (1992) observa também que a teoria contemporânea da democracia não é mera descrição do modo como agem certos sistemas políticos. Ela pressupõe que esse é o tipo de sistema que deveria ser valorizado e inclui uma série de padrões ou critérios através dos quais um sistema político pode ser considerado democrático. Tais padrões são aqueles inerentes ao sistema democrático anglo-americano existente, em cujo desenvolvimento encontra-se o Estado democrático ideal. Pateman (1992) exemplifica que Berelson diz que o sistema político existente (americano) não apenas funciona sob condições difíceis como o faz com distinção. Dahl analisa que, embora não tentasse determinar se o sistema descrito por ele seria desejável, trata-se de um sistema que possibilita a todos os grupos ativos e legítimos serem ouvidos em alguma etapa do processo de tomada de decisões, que constitui algo importante, além de ser um sistema até certo ponto eficiente para reforçar o acordo, estimular a moderação e conservar a paz social. Desse modo, um sistema político que pode enfrentar questões difíceis desincumbindo-se delas com distinção, que pode

assegurar a paz social e de fato assegura, é desejável. A teoria contemporânea apresenta duas alternativas: “um sistema no qual os líderes são controláveis pelo eleitorado e devem prestar contas a ele, no qual o eleitorado pode escolher entre os líderes ou a elite em competição; ou um sistema no qual isso não ocorre (‘totalitarismo’). (PATEMAN, 1992, p. 26)

3.3 COMPARAÇÃO ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA E PARTICIPATIVA

Pateman (1992) realiza então uma comparação em detalhes entre as teorias da democracia contemporânea e participativa, inclusive, quanto à própria caracterização de democracia e a definição de político, que na teoria participativa não estão confinados à esfera habitual do governo nacional ou local.

Na teoria da democracia participativa a participação refere-se à igualdade de oportunidade na tomada de decisões, e igualdade política refere-se “à igualdade de poder na determinação das conseqüências das decisões, uma definição bastante diferente daquela fornecida pela teoria contemporânea”. (PATEMAN, 1992, p. 61)

Segundo Pateman (1992), a justificativa para um sistema democrático em uma teoria da democracia participativa encontra-se de modo especial nos resultados humanos que derivam do processo participativo. O modelo participativo pode ser caracterizado como aquele onde se requer o *input* (entrada) máximo (a participação) e onde o *output* (saída) envolve não somente as políticas (decisões) mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de modo que existe um *feedback* (reação ou retorno) da saída para a entrada.

A teoria da democracia participativa apresenta muitos aspectos que refletem alguns dos principais temas e orientações da teoria política e da sociologia política recentes.

O fato de a teoria da democracia ser modelo de um sistema auto-sustentado, por exemplo, constitui um dos aspectos envolvidos nos temas da teoria política e sociológica recentes. Um outro aspecto refere-se às semelhanças entre a teoria da democracia participativa e teorias de pluralismo social recentes,

que são bastante óbvias, apesar de que estas em geral afirmem que somente as associações secundárias deveriam fazer a mediação entre o indivíduo e o corpo político nacional, mas não se pronunciam sobre a questão das estruturas de autoridade dessas associações. Segundo Pateman (1992), a definição ampla de político na teoria participativa concorda com a prática na teoria política e na ciência política moderna.

Em seguida, Pateman (1992) faz uma avaliação do realismo empírico e da viabilidade da teoria da democracia participativa, questionando se a concepção de uma sociedade participativa é uma fantasia utópica e uma fantasia perigosa. A exposição da teoria permite a constatação de várias questões. Por exemplo, o problema da definição de participação. Quando a participação direta é possível, a definição é relevante. Mas não se esclarece até que ponto o paradigma da participação direta pode se repetir em condições onde a representação está se tornando amplamente necessária, apesar de o indivíduo ter mais oportunidade de participação política numa sociedade participativa. As hipóteses da função educativa da participação e o papel crucial da indústria embasam a teoria da democracia participativa. Para Pateman (1992), o ponto mais importante da discussão nas duas teorias da democracia é saber se as estruturas de autoridade industrial podem ser democratizadas. A autora, então, examina se existe alguma evidência que sustente a ligação sugerida entre a participação no local de trabalho e outras esferas não-governamentais e a participação de um âmbito mais abrangente, o nacional.

A autora passa a discorrer sobre o sentido de eficácia política e a participação no local de trabalho. Argumenta que ambas as teorias da democracia - a contemporânea e a participativa - envolvem o argumento de que os indivíduos deveriam receber alguma espécie de “treinamento” em democracia, não limitado ao processo político nacional. No entanto, os defensores da teoria contemporânea apresentam poucas indicações de como se daria esse treinamento. E considera haver algo contraditório no fato de denominar socialização a um treinamento explícito em democracia no interior das organizações e associações, a maioria das quais (principalmente as indústrias) é oligárquica e hierárquica. Pateman (1992) constata que o tema da teoria da democracia participativa exige que as estruturas sejam democratizadas.

E sobre como pode ocorrer a conexão entre a participação no local de trabalho e a participação na esfera política mais ampla, as teorias da democracia, a contemporânea e a participativa, indicam fatores psicológicos na prática do papel da mediação. A teoria da democracia participativa acentua que a experiência da participação torna o indivíduo “psicologicamente melhor equipado para participar mais no futuro. E algumas evidências em apoio ao argumento podem ser encontradas em recentes estudos empíricos sobre socialização e participação política”. (PATEMAN, 1992, p. 65)

Na procura da existência de relação entre a prática participativa em estruturas de autoridade não-governamentais e a esfera política mais ampla levou a autora a analisar como determinados autores trataram do tema e ressalta primeiramente que para John Stuart Mill um caráter “ativo” seria consequência da participação; enquanto Cole sugere que seria favorecido o caráter “não-servil”; Por exemplo, a convicção de que alguém pode se autogovernar parece exigir confiança na própria capacidade de participar responsável e efetivamente e de controlar a própria vida e o ambiente.

Estas não são características que podem ser associadas com caracteres de ‘servilidade’ ou ‘passividade’ e é razoável sugerir que a aquisição de semelhante confiança e os outros atributos mencionados fazem parte daquilo que os teóricos da sociedade participativa vêem como os benefícios psicológicos que resultariam dessa participação. Também se poderiam encarar estas qualidades como parte do famoso ‘caráter democrático’. (PATEMAN, 1992, p. 66, grifos da autora)

Uma das principais correlações positivas que surgiram das investigações empíricas sobre comportamentos e atitudes políticas é a que se estabeleceu entre a participação e o sentido da eficácia política ou o sentido de competência política. Como refere Pateman (1992, p. 66), isso foi descrito como o sentimento de que:

- a) “a ação política do indivíduo tem, ou pode ter, um impacto sobre o processo político, ou seja, vale a pena cumprir alguns deveres cívicos”;
- b) “as pessoas com o senso de eficácia política têm mais probabilidade de participar de política do que aquelas que carecem desse sentimento”;

- c) sob o senso de eficácia política está uma “sensação geral de eficiência pessoal, que envolve autoconfiança na relação do sujeito com o mundo”;
- d) “as pessoas que se sentem mais eficientes em suas tarefas e desafios cotidianos têm mais probabilidade de participar em política e a convicção na própria competência é uma atitude política decisiva”.

Nesse aspecto, Pateman (1992) assinala que a fonte de evidência mais importante que sugere que a participação em esferas não-governamentais, como a indústria, tenha importância significativa no desenvolvimento do efeito psicológico, é o livro de Almond e Verba *A cultura cívica*, publicado em 1963. É um estudo intercultural de atitudes e comportamentos políticos abrangendo cinco países, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Itália e o México, e uma grande parte do livro se ocupa com o senso de competência política e seu desenvolvimento. O estudo revelou que, nos cinco países,

mantinha-se uma relação positiva entre o senso de eficiência política e de participação política, ainda que o senso de competência fosse mais acentuado a nível local do que nacional. Descobriu-se também que o grau de competência era maior nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, países onde existiam maiores oportunidades institucionais para a participação política local. (PATEMAN, 1992, p. 66-67)

Para Pateman (1992), isso reforça o argumento de Mill sobre a importância das instituições políticas locais como um campo de treinamento para a democracia. Além disso, os próprios autores do estudo observam que esses fatos fortificam o tema em favor da clássica **posição de que a participação política em âmbito local tem papel fundamental no desenvolvimento de uma cidadania competente**. O governo local pode funcionar como um campo de exercício para competência política. Onde o governo local “permite” a participação, ele pode estimular um senso de competência que então se projeta em âmbito nacional.

Pateman (1992) relata que os autores também investigaram os efeitos da participação em organizações voluntárias e descobriram que, nos cinco países, o senso de eficiência política era maior entre os membros da organização do que entre os que não eram membros, e era mais alto ainda entre os membros ativos, em particular em organizações explicitamente políticas.

A teoria de democracia participativa tem similaridades com argumentos recentes sobre o pluralismo social, e Almond e Verba, citados por Pateman (1992, p. 67), concluem a respeito da participação em uma organização dizendo que “o pluralismo, mesmo não sendo explicitamente político, pode ser um dos fundamentos mais importantes da democracia política”.

Pesquisas recentes sobre socialização política indicaram que os teóricos da democracia participativa estavam certos ao declararem que o indivíduo, a partir de suas experiências com estruturas de autoridade não-governamentais, teria a tendência de ampliá-las à esfera mais ampla da política nacional. Almond e Verba apontam para essas estruturas de autoridade como a variável mais importante e argumentam que

se em grande parte das situações sociais o indivíduo se acha subserviente a alguma figura de autoridade, é provável que ele espere uma relação de autoridade como essa na esfera política. Se fora da esfera política ele dispõe de oportunidades de participar de um amplo leque de decisões sociais, provavelmente esperará ser capaz de participar do mesmo modo das decisões políticas. A participação na tomada de decisões não-políticas pode dar-lhe a destreza necessária para se engajar na participação política. (PATEMAN, 1992, p. 67-68)

Segundo Pateman (1992) o que mais se evidencia nesses estudos de eficiência política é que os diferentes níveis estão vinculados ao *status* sócio-econômico; os indivíduos de baixo *status* sócio-econômico tendem a ter uma sensação de eficiência política baixa (e a participar menos). E que isso é válido também para as crianças e estas refletem seu modo de ver a atitude dos pais. Falta ainda analisar a diferença dos adultos nesse aspecto. No entanto, existe uma área em que essa explicação já foi dada. Trata-se das experiências dos indivíduos com estruturas de autoridade não-governamentais, que pode apresentar explicações das diferenças entre crianças e adultos.

A autora refere que Almond e Verba descobriram que as oportunidades (rememoradas) de participar na família e na escola relacionavam-se com uma pontuação bem alta na escala da competência política nos cinco países, sendo de particular importância o impacto das oportunidades no plano da educação superior.

O estudo deixa claro que são as crianças de classe média que tendem a apresentar a pontuação mais alta na escala de eficiência, e sabe-se que as

famílias de classe média têm maior probabilidade de proporcionar para seus filhos uma estrutura de autoridade familiar “participativa”. Já as famílias das classes trabalhadoras tendem a ser mais “autoritárias” ou a manifestar um padrão de autoridade sem consistência. Uma vez que as crianças de classe média também têm mais possibilidades de receber educação superior, passa-se a perceber o surgimento de um padrão cumulativo de oportunidades de participação. (PATEMAN, 1992, p.70)

Apesar das diferenças evidentes já na infância, o ponto de vista de Almond e Verba é o de que as experiências adultas são fundamentais. Considerando os dados dos cinco diferentes países, eles concluíram que

‘em um sistema social relativamente moderno e diversificado, a socialização na família e, em menor proporção na escola, representa um treinamento inadequado para a participação política’. As oportunidades para ‘participar nas decisões no próprio local de trabalho’ são de ‘significado fundamental’ para o desenvolvimento da sensação de eficiência política. A estrutura de autoridade no local de trabalho é provavelmente a mais significativa – e notória -, estrutura esta com o qual o homem médio se encontra em contato diário. (PATEMAN, 1992, p. 70, grifos da autora)

As experiências com os diferentes tipos de estrutura de autoridade no local de trabalho, a partir dos adultos, podem também explicar os diferentes níveis de eficiência política encontrados nas crianças. Uma das explicações oferecidas a propósito da diferença de classe na educação das crianças, como resalta Pateman (1992, p. 71) “é o efeito das ocupações de baixo *status* dos pais; pais cujo trabalho lhes proporciona pouco autonomia, e que são controlados por outros, sem exercerem controle algum, são mais agressivos e severos”. Em outras palavras, eles não oferecem um ambiente participativo em casa. Não existem dúvidas de que as experiências do trabalho afetam o desenvolvimento de um sentimento de eficiência política nos adultos. Almond e Verba, citados por Pateman (1992, p. 781) perguntaram aos entrevistados se eles eram “consultados a respeito das decisões tomadas no trabalho, até que ponto eles se sentiam livres para questionar as decisões e até que ponto eles efetivamente faziam queixas”. Observaram que em todos países, as ocasiões de participação foram positivamente relacionadas com um “sentimento de competência política, e também quanto maior o *status* do entrevistado, maior número de oportunidades era relatado”.

Os autores constataram também que a participação tinha efeito cumulativo: quanto maior o número de áreas nas quais o indivíduo participava, maior tendia a ser a sua pontuação na escala de eficiência política. Tal acúmulo de oportunidades de participação tende a ocorrer mais entre os indivíduos de alta condição sócio-econômica. O grupo dos indivíduos de condição sócio-econômica inferior tem menores oportunidades de participação, especialmente no local de trabalho. A autora comenta que é costumeiro definir a ocupação de um indivíduo de baixo *status* sócio-econômico como sinônimo de pouca margem para o exercício da iniciativa ou do controle sobre o seu trabalho e, sobre as condições de trabalho, que ele não participa da tomada de decisões da empresa e recebe instruções sobre o que fazer por seus superiores na organização.

Semelhante situação levaria ao sentimento de ineficiência que seria reforçada pela falta de oportunidade de participar, que levaria a uma sensação de ineficiência e assim por diante. Um efeito desse tipo foi enfatizado por Knupfer, conforme cita Pateman (1992), num artigo intitulado *Retrato do pobre-diabo*. Ele defendia que os diferentes aspectos da condição sócio-econômica constituem um círculo vicioso de modo a lembrar um provérbio bíblico que manda dar a cada um o que é de direito. O autor destaca a importância dos fatores psicológicos nesse processo e sugere que a falta de esforço para controlar seu ambiente (em geral encontrada nos grupos de baixa condição sócio-econômica) pode relacionar-se a hábitos fixos de só fazer o que lhe mandam. A desvantagem econômica, lembra a autora, liga-se então à desvantagem psicológica e engendra

uma falta de autoconfiança que aumenta a desmotivação das pessoas de baixo *status* de participarem de muitas das fases de nossa predominante cultura de classe média, muito além do que seria um retraimento realista adaptado às poucas oportunidades de se tornar eficiente. (PATEMAN, 1992, p. 71-72)

Ademais, diz Pateman (1992), foi apresentada a evidência para apoiar o argumento da teoria da democracia participativa de que a participação em estruturas de autoridade não-governamentais é necessária para alimentar e desenvolver as qualidades psicológicas (o sentimento de eficiência política) requeridas para a participação em âmbito nacional. Também foi citada a evidência para apoiar o argumento de que a indústria é a esfera mais importante para que ocorra essa participação, e isso indica a base para uma possível explicação do

porquê os baixos níveis de eficiência têm maior probabilidade de serem encontrados entre os grupos de baixa condição sócio-econômica.

A autora examina evidências empíricas a propósito do efeito que os diferentes tipos de estrutura de autoridade industrial têm sobre as atitudes e perspectivas dos indivíduos e refere que da mesma forma que o trabalhador de baixo *status* sócio-econômico, numa estrutura de autoridade hierárquica, está posicionado em permanente subordinação, assim em relação a algumas tecnologias ele pode ser subordinado também às exigências externas do processo técnico.

A autora dá um exemplo, com base no estudo comparativo de Blauner, de quatro diferentes situações de trabalho. Blauner analisava as indústrias (norte-americanas) gráfica, têxtil, automobilística e química. Ali a relação dos trabalhadores comuns com a divisão do trabalho, com a organização do trabalho e com o processo técnico era variada assim como o impacto desses fatores sobre os trabalhadores.

Somente algumas situações de trabalho mostraram-se compatíveis com o desenvolvimento de características psicológicas que interessam: os sentimentos de confiança e de eficiência pessoal subjacentes ao sentimento de eficiência política. Tais condições não estavam presentes na indústria automobilística ou na têxtil. O ambiente de trabalho na indústria automobilística é racionalizado em tão alto grau que os trabalhadores praticamente não têm oportunidade de resolver problemas e de contribuir com suas próprias idéias, e na linha de montagem propriamente dita o “operário não tem controle sobre o ritmo ou a técnica do seu trabalho, e nenhum espaço para exercer sua habilidade ou liderança”. (PATEMAN, 1992, p. 73)

A tecnologia e a estrutura de autoridade característica de uma linha de montagem de automóveis quase não contribuem para o senso de auto-estima, e a “personalidade social do trabalhador automobilístico (...) se expressa em uma atitude característica de cinismo em relação à autoridade e aos sistemas institucionais”. (PATEMAN, 1992, p. 73). A situação na indústria têxtil levava ainda menos ao desenvolvimento de sentimentos de eficiência pessoal. Neste caso, não apenas o processo técnico reduz ao mínimo o controle do trabalhador sobre o seu trabalho, como também o deixa “à mercê tanto dos supervisores menos graduados quanto dos mais graduados”. (PATEMAN, 1992, p. 73)

Além disso, a autora lembra que um estudo psicológico de Blauner sobre têxteis descrevia a personalidade típica do tecelão como a de alguém “resignado com o que lhe coube (...) mais dependente do que independente... falta-lhe confiança em si mesmo (...) é humilde (...) os sentimentos que mais prevalecem... parecem ser o medo e a ansiedade”. (PATEMAN, 1992, p. 73)

O contraste entre essas duas indústrias e as indústrias gráfica e química foi fundamental. Na indústria gráfica,

ainda em grande medida artesanal, o trabalhador tem um alto grau de controle sobre seu trabalho, tem elevados padrões internalizados de destreza e responsabilidade, e uma dose muito grande de liberdade em relação ao controle externo. Todos esses fatores contribuem para uma personalidade social caracterizada por (...) um forte senso de individualismo e de autonomia, e por uma sólida aceitação da cidadania na esfera mais ampla da sociedade. (PATEMAN, 1992, p. 73)

De sua parte, o gráfico tem “um sentimento de auto-estima altamente desenvolvido e a sensação de que é útil, por isso está pronto a participar das instituições sociais e políticas da comunidade”. (PATEMAN, 1992, p. 73)

Um resultado parecido foi encontrado na indústria química, contudo, neste caso não se devia ao alto grau de controle sobre o trabalho e às condições exercidas pelos artesãos isolados, mas à responsabilidade coletiva de um grupo de empregados para a manutenção e a uniformidade de um processo fabril contínuo. Cada grupo tinha controle sobre o ritmo e o método para realizar o trabalho; e os grupos de trabalho eram em grande parte autodisciplinados internamente, da mesma forma que na indústria gráfica, essa situação de trabalho contribuía para sentimentos de auto-estima e de autovalorização. Blauner concluiu que a “natureza do trabalho de um homem afeta seu caráter e sua personalidade sociais”, e que um ambiente industrial tende a gerar um tipo social distinto. (BLAUNER, 1964, p. Viii e 166)

Pateman (1992) destaca ainda que o impacto das estruturas de autoridade hierárquicas e da subdivisão do trabalho sobre a personalidade também recebeu a atenção de autores das áreas de organização e de administração, que abordam a questão do ponto de vista da eficiência da organização. Costuma-se argumentar que são necessárias uma estrutura de autoridade e uma organização de trabalho que não prejudiquem a saúde mental e a eficiência psicológica do empregado.

A autora cita Chris Argyris que, apoiando-se em dois modelos, um da organização hierárquica (burocrática) e o outro do indivíduo psicologicamente saudável, defende que a estrutura de autoridade da indústria moderna não consegue preencher as necessidades de auto-estima, de autoconfiança, de crescimento do indivíduo. Isso não atinge somente as pessoas situadas na base da estrutura.

As 'normas organizacionais' forçam o executivo a ocultar seus sentimentos, o que lhe dificulta o desenvolvimento da competência e da confiança nos relacionamentos interpessoais, dos quais depende a administração eficiente, e faz com que não queira assumir riscos. Isso tende a aumentar a 'rigidez' da organização, com efeitos deletérios sobre o mais baixo escalão. Tipicamente, o trabalhador de escalão inferior na indústria moderna vê-se num ambiente de trabalho onde ele pode fazer uso de poucas habilidades, e exercer pouca ou nenhuma iniciativa ou controle sobre o seu trabalho. (ARGYRIS, 1964, p. 54 e 87-8)

Ele experimenta a sensação de perda de autocontrole e de responsabilidade, e o efeito cumulativo durante um período pode vir a "influenciar a visão que o empregado tem de si mesmo, sua auto-estima (...) sua satisfação na vida, e seus valores quanto ao significado do trabalho". Argyris especula sobre a possibilidade de esses estados psicológicos se associarem à falta de interesse e de atividade em política, mas não chega a realizar uma investigação sobre o tema.

A partir desses indícios, parece claro para Pateman (1992) que o argumento da teoria da democracia participativa, segundo o qual as atitudes (politicamente relevantes) do indivíduo dependem em boa parte de estrutura de autoridade de seu ambiente de trabalho, está bem fundamentado. De maneira específica, o desenvolvimento de um senso de eficiência política parece depender do fato de sua situação de trabalho lhe proporcionar alguma perspectiva de participar das tomadas de decisões. Se for assim, no que concerne à validade empírica da teoria da democracia participativa, o ponto fundamental passa a ser o questionamento sobre até que ponto é realmente possível que a indústria seja organizada em linhas participativas. É sobre esta questão se discutirá no próximo item.

3.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Antes de entrar no foco da questão das formas de participação, Pateman (1992) refere-se aos sentidos da palavra participação focalizada por diferentes autores e introduz o tema constatando que eles a utilizam em sentidos diferentes sem deixarem vestígios de que percebem que eles são diversos.

A autora apurou a existência de três sentidos essenciais das formas de participação. Para Blauner (1964) é sinônimo do grau de controle que o indivíduo exerce tanto sobre o trabalho quanto sobre o ambiente de trabalho. Para Rousseau (1968) significa a relação entre o controle e a participação nas tomadas de decisões, especialmente no que se refere ao seu trabalho. Para Turner (1963), os trabalhadores fazem greves para alcançarem mais democracia e direitos individuais na indústria. Goldthorpe *et al.* (1968) a entende como insatisfação com o pouco controle sobre o que faz ou sobre as condições em que realiza o trabalho. Aumenta a satisfação nos ambientes em que os trabalhadores de linha de montagem conseguem organizar grupos de trabalho.

Realizar pesquisas sobre a satisfação do trabalho tem como motivo a descoberta de que a satisfação do trabalhador está intimamente relacionada com sua moral, sua eficiência e produtividade. Se aumenta sua satisfação aumentam os benefícios relacionados à empresa.

Dentre os estudos sobre a participação dos trabalhadores, em pequena escala, estão os do livro de Blumberg (1968). Pateman (1992) analisa um importante material sobre a participação na indústria, que oferece exemplo de algumas formas de participação. Uma delas é a “participação parcial” e existem evidências de que existe também aquela que seria denominada “participação total”. Qual seria a diferença entre ambas? No que se refere à participação total, os grupos de trabalhadores são em boa parte autodisciplinados e se realiza então uma notável transformação da estrutura de autoridade, ao menos no plano do processo de trabalho cotidiano. Além disso, os grupos de trabalhadores não somente exercem o controle integral sobre seu trabalho numa grande área, mas o realizam não como parte de um experimento e sim no decurso do seu trabalho cotidiano.

Esses exemplos também são de interesse da autora por uma razão bem diferente. Se uma condição necessária para a democracia é uma sociedade

participativa, ou, neste caso, uma esfera industrial participativa, o problema está no modo como deve se dar a transição para um sistema desse tipo, pois os exemplos de participação mencionados se assemelham com aquilo que é exigido pela teoria da democracia participativa.

Cole, citado por Pateman (1992, p. 83), tinha uma resposta para esse fato: a transição ocorre por meio de uma política de “controle invasivo”. Esta não se orienta para “a admissão dos trabalhadores no exercício conjunto de um controle comum com o empregador, mas à completa transferência de certas funções do empregador para os trabalhadores”. Os meios pelos quais sucederia essa transferência seriam o contrato coletivo; a negociação coletiva, que se ampliaria a um campo muito maior do que o atual e conferiria novos poderes aos trabalhadores. Assim,

um contrato seria negociado por todos os trabalhadores num determinado estabelecimento comercial ou empresa, através dos quais os trabalhadores controlariam de modo coletivo assuntos como contratações e demissões, ritmo da produção e escolha de contramestre, e, enquanto grupo, seriam responsáveis pela disciplina e receberiam um pagamento por tarefa (coletivo), o qual seria dividido pelos homens em uma distribuição consensual. (PATEMAN, 1992, p. 82 a 84)

Pateman (1992) assegura, com base em pesquisas, que existia também uma outra forma de organização, o método extensivo composto, que abarcava uma forma de contrato coletivo e a eliminação da divisão rígida do trabalho, na qual os trabalhadores operavam como um grupo auto-regulado.

Herbst (1962) relata que o grupo se organiza de tal modo a assumir total responsabilidade por todos os ciclos de operações respectivas à mineração de carvão. As funções não são fixas para os membros do grupo, mas são assumidas conforme as exigências do andamento das tarefas. Respeitando os limites requeridos pela tecnologia e segurança, eles podem livremente desenvolver seus meios de organização. Não precisam obedecer a nenhuma autoridade externa e nem existe autoridade de liderança por um dos membros do grupo. O acordo salarial tem como base o preço negociado por tonelada de carvão produzido. A renda é dividida igualmente entre os membros do grupo.

No que diz respeito ao sistema extensivo composto, a produtividade era maior e ele era mais coexistente com os fatores: baixos custos, satisfação no trabalho, boas relações e saúde social. Além disso, referem Trist *et al.* (1963, p.

291) que a capacidade de se adaptar a mudanças em seu ambiente de trabalho e de satisfazer as necessidades de seus membros continuava a aumentar”.

O que importa aqui para Pateman (1992) é o impacto psicológico da ampla participação na tomada de decisões por meio do contrato coletivo. Encontra-se um outro exemplo desse modo de participação na indústria automobilística. Melman (1958) faz um relato do sistema das turmas de organização do trabalho que funcionava na fábrica de automóveis. Embora as tarefas que os trabalhadores desempenhavam fossem praticamente idênticas àquelas realizadas em qualquer outra linha de montagem de automóveis, o modo de organização do trabalho era bem diferente, em turmas auto-reguladas, semelhantes às encontradas no método extensivo composto de mineração de carvão (daí o nome “sistema grupal”). Os trabalhadores se agrupavam em quinze turmas auto-recrutadas, e na fábrica de tratores os três mil trabalhadores agiam como uma só turma, realizando-se o pagamento conforme a taxa de ocupação, com o acréscimo de um bônus pela produtividade da turma como um todo. Por meio desse sistema, os trabalhadores não são somente empregados do setor de produção na realização de tarefas profissionais. Eles agem como formuladores de decisões sobre o que eles mesmos criam.

Ao descrever o sistema de turmas, um trabalhador disse:

ele propicia uma estrutura natural de segurança, fornece confiança, divide o dinheiro de forma igual, utiliza todos os níveis de especialização sem distinção e torna possível atribuir cada tarefa ao homem ou mulher mais bem preparado para realizá-lo, sendo que a atribuição é feita com freqüência pelos próprios trabalhadores. (WRIGHT, 1961, p. 47)

A conclusão de Melman (1958) é de que,

no sistema de turmas, os milhares de trabalhadores executavam virtualmente sem supervisão e com uma alta produtividade; pagavam-se ali os mais altos salários da indústria britânica; produtos de alta qualidade eram produzidos a preços razoáveis em fábricas com grande índice de mecanização; a administração conduzia os negócios a custos excepcionalmente baixos; os trabalhadores tinham também um papel substancial na tomada de decisões relativas à produção. (MELMAN, 1958, p. 5)

Por fim, Pateman (1992) refere que há grande quantidade de material referente à participação no local de trabalho, que pode ser denominado teoria sobre novos padrões de administração. Apesar de não se referir à tomada de

decisões e de constituir o que ela distinguirá como pseudoparticipação, foi nesse contexto que a noção de participação se popularizou nos últimos tempos.

A autora sintetiza as experiências realizadas na década de 30 com pequenos grupos que pareciam atestar que a liderança democrática dava resultados melhores do que uma forma autoritária de mudanças ou de uma forma de liderança denominada *laissez-faire* (deixar fazer). Os melhores resultados eram alcançados por um elemento de participação de modo “democrático” que dava ao grupo satisfação de realizar suas atividades e despertava o seu interesse.

Algumas das experiências são encontradas em Blumberg (1968), em cujo texto se encontra confrontado, entre outros estilos, o estilo participativo. O participativo parece referir-se a diversas outras características, como a delegação de autoridade, não coagir os subordinados e dar liberdade de conduta aos empregados para que exerçam sua iniciativa para as tomadas de decisões respectivas às tarefas e também para que as decisões sejam implementadas. Pateman (1992, p. 87) comenta que esse estilo de supervisão “dá margem a uma situação similar à criada pela ampliação das tarefas ou pelos experimentos de participação, e os efeitos psicológicos e o efeito favorável sobre a eficiência também são semelhantes”.

Aspectos como o aumento da harmonia do grupo e o senso de cooperação surgidos com a experiência de cooperação fortalece a sugestão dos teóricos da democracia participativa de que a participação age de forma integradora; o destaque que se deu a resultados desse tipo na literatura sobre participação também confirma a idéia de que essa participação auxilia na consideração das decisões. Para Pateman (1992), os experimentos com pequenos grupos adicionam alguma evidência empírica de interesse. No experimento de participação, como se relatou anteriormente, o objetivo era descobrir o melhor método para asseverar a introdução de uma mudança suave no processo de trabalho. Uma das principais hipóteses que esses experimentos com pequenos grupos queriam testar era o que Verba (1961, p. 206) chama de “hipótese de participação”, em outros termos, que “mudanças significativas do comportamento humano a curto prazo somente podem ocorrer se as pessoas das quais se espera mudanças participarem na decisão do que deve mudar e de como mudar”.

Rousseau, citado por Pateman (1992, p. 88), observou que o indivíduo considera aceitável uma lei estabelecida pelo processo participativo desde que seja impessoal (deixando o indivíduo “como seu próprio senhor”). Nos experimentos com pequenos grupos, cada indivíduo, no decorrer do processo de tomada de decisões, tinha a oportunidade de observar os outros aceitando as decisões e assim “internalizava” seu próprio comprometimento com elas. Verba (1961) também menciona experimentos que indicam que a “impessoalidade” de tais decisões é um fator necessário para torná-las aceitáveis.

O material sobre supervisão e pequenos grupos também apresenta alguma prova empírica sobre outro aspecto da teoria da democracia participativa. Pateman (1992) afirma que os defensores da teoria contemporânea ratificam que determinados traços de personalidade, como o caráter “autoritário”, devem ser considerados como são, e que a participação ativa de tais indivíduos seria perigosa para o sistema político democrático. Por outro lado, a teoria participativa responde que a experiência da participação irá desenvolver a personalidade democrática para o bom êxito do sistema democrático, e que isso ocorrerá com todos os indivíduos.

E quanto aos traços de personalidade, refere Blumberg (1968, p. 109) que os experimentos anteriores indicaram que “eram variáveis dependentes, significativamente alterados pela organização do grupo em estruturas autoritárias, democráticas *de laissez-faire*”.

Um estudo realizado por Tannenbaum (1957, p. 404-406) analisou que nos casos em que os trabalhadores empregados em trabalho burocrático rotineiro operaram por um ano em uma situação participativa, o resultado foi

um declínio da força das ‘tendências hierárquicas’ em suas personalidades, e ‘tendências de autonomia’ ganharam maior oportunidade de expressão; ‘os dados parecem indicar que uma mudança ponderável pode ser afetada por uma mudança constante nas condições ambientais. E mais: a mudança parece se explicar em parte em termos do movimento da personalidade para um equilíbrio com o seu ambiente’. (TANNENBAUM, 1957, p. 404-406)

Para Blumberg (1968), a longo prazo uma estrutura participativa é mais eficiente, pois ocorre uma espécie de compatibilidade entre personalidade e estrutura. Se a organização permite a participação acaba por tornar os trabalhadores responsáveis pela sua própria participação.

Pateman (1992) acredita que no futuro a participação estará disponível para ser vivenciada por muitos indivíduos porque novas teorias de administração estão mais voltadas para essa nova possibilidade. Lembra que enquanto a teoria da administração mais ortodoxa resulta das doutrinas de administração científica de Taylor e dos textos de Urwick, que destacam a estrutura de autoridade na forma pirâmide, a cadeia de comando, o raio de ação do controle entre outros aspectos, as novas teorias surgem a partir das teorias psicológicas modernas, tais como as de Maslow (1970) e do movimento de relações humanas, que cresceu a partir dos experimentos de Hawthorne, desenvolvidos entre 1927 e 1932, sob a coordenação de Elton Mayo. Este apresentou elementos para o argumento de que a eficiência não depende tanto dos aspectos mecânicos ou teóricos da tarefa, ou da estrutura organizacional correta, quanto do elemento humano na indústria. Seus experimentos demonstraram a importância crucial dos relacionamentos interpessoais no local de trabalho e da aproximação (do estilo) do supervisor. Autores denominados modernos, como MacGregor e Likert, são mencionados como neo-relacionistas humanos e enfatizam a importância do clima de inter-relacionamento correto na empresa. Suas teorias são elaboradas sobre a evidência da superioridade do estilo participativo de supervisão. Likert fornece um exemplo de como a participação poderá ser introduzida na estrutura de administração de uma empresa no futuro. Ele defende que, na procura de eficiência, a estrutura administrativa deveria se constituir em torno de grupos de trabalhos organizados em bases participativas. Esses grupos se uniriam à organização geral por meio de indivíduos com várias funções nos grupos. O superior em um grupo seria um subordinado no grupo seguinte, repetindo-se isto no resto da organização. Quer dizer que “os diferentes níveis da organização não deveriam ser pensados em termos de maior ou menor autoridade e sim em termos de coordenação ou ligação entre grupos de trabalho maiores ou menores”. (PATEMAN, 1992, p. 90)

Para que essa forma de organização se realize, o fluxo de comunicação e informação deve se dar de cima para baixo, lateralmente e de baixo para cima, pois a distribuição da informação é essencial no processo de participação.

No que diz respeito ao material empírico sobre a participação no local de trabalho,

em toda literatura é raro o estudo que não demonstre que a satisfação no trabalho aumenta ou que conseqüências benéficas de conhecimento geral decorrem de um aumento genuíno do poder de decisão dos trabalhadores. Sou forçado a admitir que semelhante coincidência de resultados é incomum em pesquisas sociais. (BLUMBERG, citado por PATEMAN, 1998, p. 123)

Pateman (1992) exemplifica ser a participação influenciadora positiva sobre a satisfação no trabalho. No entanto, um aumento dessa satisfação não garante o aumento da cooperação do trabalhador com a administração, de maneira que os resultados possam depender da forma específica do interesse no caso de cada um.

Seria válido dizer que a participação somente seria eficaz em unidades ou associações de produção? Pateman (1992) não concorda pela análise já realizada anteriormente. E seria relevante que a participação tivesse utilidade em situações de crise? Para a autora, isso é irrelevante, pois sua preocupação é com a participação no cotidiano, em situações sem crise, e na participação no local de trabalho. E ela está convicta de que tudo indica que “a participação não apenas tem um efeito favorável sobre os indivíduos em relação ao desenvolvimento do senso de eficiência política, mas também que ela não prejudicará a eficiência da empresa, podendo pelo contrário aumentá-la”. (PATEMAN, 1992, p.91)

Após essas análises, a autora não tem dúvidas de que os argumentos da teoria participativa sobre “o impacto psicológico da participação em estruturas de autoridades não-governamentais e o papel central na indústria no processo de socialização democrático” têm apoio empírico. E também que a participação ao nível do processo de trabalho imediato é desejada pela maioria dos trabalhadores”. (PATEMAN, 1992, p. 91)

No entanto, chama a atenção para o fato de ainda nada ter sido dito sobre a questão da democratização da empresa em sua estrutura geral. Mas antes de qualquer análise a respeito quer analisar o conceito de participação aplicado ao contexto industrial e buscar a relação entre participação e democracia industrial.

Entre outras definições, French, Israel e Aas (1960, p. 3) dizem que participação na esfera industrial refere-se a um processo onde duas ou mais partes “influenciam-se reciprocamente na elaboração dos planos, políticas ou decisões. Restringe-se às decisões que têm efeitos futuros sobre todos aqueles

que tomam decisões e sobre todos aqueles que eles representam”. Essa definição não engloba as seguintes situações:

onde um indivíduo, A, apenas toma parte em uma atividade de grupo; onde A é apenas informado sobre uma decisão que o afeta antes que seja executada; onde A está presente em uma reunião mas não exerce influência alguma. (PATEMAN, 1992, p. 94)

Pateman (1992, p. 94) concorda que essa definição torna inteligível que a participação “precisa ser *em* algo; no caso, participação na tomada de decisões” No entanto, na linguagem comum, é utilizado o termo participação em sentido mais amplo, abrangendo qualquer situação no qual existe um mínimo de interação, a qual muitas vezes implica apenas o fato de um indivíduo particular estar presente numa atividade de grupo.

Na definição acima esse sentido muito amplo é deixado de lado. A grande questão da participação na indústria é que ela

envolve uma modificação, em maior ou menor medida, da estrutura de autoridade ortodoxa: aquela na qual a tomada de decisões é ‘prerrogativa’ da administração, da qual os trabalhadores não participam. E é isto que muitos textos sobre administração subestimam. Para eles trata-se apenas de uma técnica a mais entre outras, que pode auxiliar no alcance do objetivo geral da empresa – a eficiência da organização. (PATEMAN, 1992, p. 95)

Como se viu anteriormente, a participação pode contribuir com o aumento da eficiência, mas o que importa é que esses autores utilizam o termo participação não apenas para se referir a um método de tomada de decisão, mas também para abranger técnicas utilizadas para persuadir os empregados a aceitarem decisões já tomadas pela administração. A situações desse tipo, onde não ocorre participação alguma na tomada de decisões, a autora denomina, de acordo com Verba, de pseudoparticipação. Um exemplo oferecido por Pateman (1992) seria a situação na qual o supervisor, em vez de meramente informar os empregados sobre uma decisão, permite que eles a discutam e questionem o próprio supervisor. Muitos dos assim chamados experimentos de “participação” com pequenos grupos deram-se dessa forma. O objetivo nem sempre era o de criar uma situação na qual a participação (na tomada de decisões) ocorresse, mas o de criar um “sentimento” de participação por meio da adoção por parte do líder (supervisor) de certo estilo. Desse modo, a “participação”, permitia que os

membros endossassem as decisões tomadas pelo líder. Mas o líder não era eleito pelo grupo e nem tinha obrigações de responder ao grupo por suas ações. O que ocorre é que o líder do grupo tem em mente um objetivo particular e utiliza a discussão em grupo como um meio de induzir à aceitação desse objetivo”. Segundo Verba (1961, p. 220-221), a liderança participativa em vez de se tornar uma técnica de decisão tornou-se técnica de persuasão, em particular no campo da psicologia”.

Após distinguir as situações de pseudoparticipação, a própria participação na tomada de decisões passa a ser examinada com mais atenção por Pateman (1992). Em primeiro lugar, para que a participação ocorra é fundamental que os empregados estejam de posse das devidas informações sobre as quais possam basear a sua decisão. Isto é bastante óbvio em teoria, mas na prática significaria considerável aumento no fornecimento de informação aos empregados em relação ao que em geral acontece no momento.

Desse modo, a definição tomada como ponto de partida não pode ser aceita por aquilo que significa. Para Pateman (1992), a participação requer um processo no qual duas ou mais partes se influenciam reciprocamente na tomada das decisões. Não se pode esquecer que em na teoria da democracia participativa igualdade política indica igualdade de poder político na determinação do resultado das decisões, e poder é sinônimo da participação na tomada de decisões. Embora os termos influência e poder estejam bastante próximos, não são sinônimos. Salienta a autora:

Está em posição de influenciar uma decisão não é o mesmo que estar em posição de (ter o poder para) determinar o resultado ou tomar essa decisão. A ‘influência’ se aplica a uma situação na qual o indivíduo *A* afete o indivíduo *B*, sem que *B* subordine sua vontade à de *A*. Ou seja, *A* tem influência sobre *B* e sobre a tomada de decisão, mas é *B* que tem o poder final de decidir. O uso da palavra ‘partes’ na definição (‘duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente’) implica uma oposição entre dois lados, o que de fato acontece habitualmente na situação industrial, onde as ‘partes’ em questão consistem na administração e nos homens. (PATEMAN, 1992, p. 96, grifos da autora).

Não se pode esquecer que o poder de decisão final é da administração, e se os trabalhadores puderem participar conseguiram apenas influenciar essa decisão. Pelo fato de serem trabalhadores, a sua é uma posição desigual, de subordinados permanentes. O privilégio final da tomada de decisão fica com os

superiores permanentes, com a administração. Aprofundando um pouco o que se disse anteriormente, esse tipo de participação é denominado de participação parcial; parcial porque o trabalhador A não possui o mesmo poder de decisão sobre o resultado final do que se delibera, somente o influencia. Então, retomando a definição de French, Israel e Aas (1960), a autora acrescenta uma emenda, cabendo que se leia: “a participação parcial é um processo onde duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na tomada de decisões, mas onde o poder final de decidir pertence apenas a uma das partes”. (PATEMAN, 1992, p. 96-97)

A maioria dos exemplos de participação em fábricas referiu-se à participação parcial e à participação que poderia ser denominada de nível baixo de administração. Esse nível inferior diz respeito genericamente às decisões administrativas relativas ao controle da atividade produtiva rotineira, enquanto o “nível mais alto refere-se a decisões que se relacionam com o gerenciamento da empresa como um todo. A participação parcial é possível em ambos os níveis da administração”. (PATEMAN, 1992, p. 97)

Por outro lado, pondera a autora, os exemplos de participação apresentados anteriormente ilustram um outro modo de participação do nível mais baixo: os **contratos coletivos** nas indústrias de mineração e automobilística. Estes referiam grupos de trabalhadores operando virtualmente sem nenhuma supervisão por parte da administração. Organizados em grupos auto-regulados tomavam suas próprias decisões quanto ao processo de trabalho cotidiano. Essa é uma situação na qual não existem dois lados com poderes desiguais de decisão, mas um grupo de indivíduos iguais que precisa de tomar suas próprias decisões sobre a atribuição das tarefas e execução do trabalho. Essa situação é denominada de ‘participação plena’, pela autora, o que significa que

a participação consiste ‘num processo no qual cada membro isolado de um corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões’. Do mesmo modo que a parcial, a participação plena é possível tanto no nível mais baixo quanto no mais alto da administração, ou em ambos. (PATEMAN, 1992, p. 98, grifos da autora)

Depois de distinguir participação parcial de participação plena, a autora se volta para o exame da questão da relação entre participação e democracia na indústria. Do mesmo modo que o termo participação, o conceito de democracia é

utilizado de forma extremamente vaga em boa parte dos textos por ela analisados. A palavra democracia é muitas vezes utilizada para descrever situações de pseudoparticipação ou mesmo simplesmente para indicar a existência de uma atmosfera amistosa. Como se destacou em relação ao uso do termo democracia, havia o pressuposto de que a democracia resultaria naturalmente de um sentimento que existe em uma vida comunitária indulgente.

Pateman (1992) revela-se impressionada com o material empírico, especialmente no que diz respeito ao fato de que a participação aparentemente seria tão eficiente em seu impacto psicológico sobre os indivíduos, mesmo que em doses mínimas. Até o mero sentimento de participação é possível, e mesmo situações de pseudoparticipação têm efeitos benéficos sobre a confiança, a satisfação no trabalho. Seria aceitável supor que a participação real fosse mais eficiente, mesmo que fosse apenas pelo fato de a pseudoparticipação poder muito bem provocar expectativas que só poderiam ser frustradas. No que se refere aos efeitos psicológicos, os dados indicam que importa mais a habilidade e o poder de um grupo chegar a uma decisão.

Para concluir, Pateman (1992) especifica que a análise do conceito de participação pode se aplicar a outras esferas, indicando algumas das possibilidades, como a família. Teorias modernas de educação infantil, principalmente as do Dr. Spock, contribuíram com a vida familiar, principalmente entre as famílias de classe média, em uma direção mais democrática do que antes. No entanto, se a tendência geral visa à participação, os efeitos educativos derivados daí podem ser anulados se as experiências individuais posteriores não caminharem na mesma direção. As reivindicações mais urgentes por uma maior participação nos últimos anos têm se originado dos estudantes e suas demandas são relevantes para o argumento geral defendido por Pateman (1992). No que concerne à introdução de um sistema participativo em instituições de educação superior, é suficiente notar que caso os argumentos para conceder ao jovem trabalhador a oportunidade de participação no local de trabalho são convincentes então há um bom motivo para conceder ao seu equivalente, o estudante, oportunidades similares; ambos são os cidadãos amadurecidos do futuro. Esses exemplos fornecem uma indicação de como se pode promover um avanço na direção de uma sociedade participativa.

Um outro aspecto indica que a possibilidade de alguém participar nas áreas alternativas significaria que uma parcela da realidade teria mudado, a saber, o contexto dentro do qual ocorria toda a atividade política. O argumento da teoria da democracia participativa é que a participação nas áreas alternativas capacitaria o indivíduo a avaliar melhor a conexão entre as esferas pública e privada:

O homem comum poderia ainda se interessar por coisas que se localizem próximas de sua residência; mas a existência de uma sociedade participativa significaria que ele estaria mais capacitado para intervir no desempenho dos representantes em nível nacional; e estaria em melhores condições para tomar decisões de alcance nacional quando surge a oportunidade para tal, e estaria mais apto para avaliar o impacto das decisões tomadas pelos representantes nacionais sobre sua própria vida e sobre o meio que o cerca. No contexto de uma sociedade participativa o significado do voto para o indivíduo se modificaria: além de ser um indivíduo determinado, ele disporia de múltiplas oportunidades para se educar como cidadão público. (PATEMAN, 1992, p. 146)

Esse ideal é mencionado pela autora como um ideal com longa história no pensamento político, e que se perdeu de vista na teoria da democracia contemporânea. Talvez não seja surpreendente o fato de que, a partir do momento em que um ideal democrático tão abrangente como esse é considerado por alguns autores recentes como “perigoso”, e tais autores recomendam que se elaborem padrões com aquilo que pode ser alcançado na vida política democrática, somente um pouco acima do que já existe. Afirma Pateman (1992, p. 147) que a teoria da democracia contemporânea é um “fracasso da imaginação política e sociológica por parte dos atuais teóricos da democracia”.

Para a autora, na medida que a participação e seu papel na teoria democrática são inseridos em um contexto mais amplo do que o fornecido pela teoria da democracia contemporânea; e quando se relaciona o material empírico relevante com os problemas teóricos, torna-se evidente que nem as reivindicações por mais participação nem a própria teoria da democracia participativa baseiam-se, como se diz com tanta freqüência, em ilusões perigosas ou sobre fundamentos teóricos ultrapassados e fantasiosos. Ainda se pode dispor de uma teoria da democracia moderna, viável, que preserve como núcleo a noção de participação.

E, finalmente, a autora enfatiza que os conceitos dialogam com a participação cidadã e requerem a articulação de esforços de melhoria social e de recursos humanos, materiais e de conhecimento de todos os setores da

sociedade, seja público, privado ou não-governamental. Proporciona a possibilidade de ampliar o conhecimento e a qualidade de consciência dos cidadãos participantes, por meio da disponibilização de informações. Nessa perspectiva, sugere que o poder público promova uma cultura de parcerias, articulando investimento público e privado, determinando prioridades conjuntas e racionalizando os esforços do conjunto de recursos humanos e materiais envolvidos. Compromissos e co-responsabilidades deverão ser pactuados na busca de resultados sociais entre todos os parceiros envolvidos em cada projeto.

É necessário promover ou potencializar vias para empoderar o capital social, incentivando a cooperação e o envolvimento da rede social e, assim, o acúmulo de capital social, assunto que será tema do próximo capítulo.

Em suma, observa-se que um melhor conhecimento do trabalho de Pateman, como se obteve neste capítulo, constitui um importante ganho para o objetivo deste trabalho, especialmente porque suas reflexões podem ser aplicadas a quaisquer esferas sociais, como as Organizações Cívicas Solidárias.

No interior dessas organizações, as reflexões de Pateman contribuem especialmente por incentivar modos de ser e de estar no mundo mais democráticos, ao propor o abandono de práticas assistencialistas e ou autoritárias que se dirigem aos outros como seres passivos e submissos.

E também porque se essas Organizações Cívicas Solidárias fazem da participação uma prática constante, estão oferecendo a oportunidade da continuidade da participação individual em outras esferas sociais. Presta-se, desse modo, grande serviço aos cidadãos do presente e do futuro, não somente por estimulá-los à prática participativa, mas também por ela se tornar importante alternativa às suas opções políticas, tanto em ações desenvolvidas em seus bairros, vilas ou cidades, quanto em âmbito nacional, pois se educam e reeducam como cidadãos públicos.

4 CAPITAL SOCIAL E EFICIÊNCIA GOVERNAMENTAL

O conceito de capital social empregado por pesquisadores sociais e cientistas políticos foi descrito inicialmente por Aléxis de Tocqueville (primeira versão em 1835). Lyda Hanifan (1916) utilizou o termo pela primeira vez, e Jane Jacobs (1961) explorou sociologicamente o conceito. Este fundamentou as análises de questões concretas de desenvolvimento dos sociólogos Ivan Light (1972) e Glenn Loury (1977). O conceito recebeu elaboração mais completa de Pierre Bourdieu (1980) e James Coleman (1988).

Bourdieu (1980) analisa o capital social como

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1980, p. 67)

A criação do capital social se concretiza pelo *habitus*, refere Bourdieu (1980), que se constitui de atitudes concepções e disposições compartilhadas por aqueles indivíduos que pertencem à mesma classe. Quanto mais alguém conseguir ampliar sua rede de relações maior será o total de seu capital social.

Para Coleman (1988, p. 95), o capital social também é um meio que cria benefícios, é a “habilidade de as pessoas trabalharem juntas em grupos e organizações para atingir objetivos comuns”.

Tocqueville (2001) no contexto de *A democracia da América* observa que, contrastando com a França, a América contava com uma população acostumada a se reunir em associações de voluntários tanto para fins comuns como para resolver problemas mais sérios. Na qualidade de escola de autogoverno ensinava aos participantes os hábitos cooperativos. Como os americanos tinham prática em formar associações, o sistema de governo democrático limitava os poderes dos

governantes. A capacidade de auto-organização evitava a necessidade do governo impor a ordem hierarquicamente.

Mas isso não se dava espontaneamente. Tocqueville (2001) destaca uma diferença entre a Europa e os Estados Unidos no aspecto da educação para a participação política:

Na Europa, costumamos introduzir as idéias e os hábitos da existência privada na vida pública e, quando nos sucede passar de repente do seio da família ao governo o Estado, vemo-nos freqüentemente discutir os grandes interesses da sociedade da mesma maneira que conversamos com nossos amigos. São, ao contrário, os hábitos da vida pública que os americanos quase sempre transportam para a vida privada. Entre eles, a idéia do júri é descoberta nas brincadeiras escolares, e as formas parlamentares são encontradas até na ordem de um banquete. (TOCQUEVILLE, 2001, p. 358)

Na experiência de Jacobs (1961), após 120 anos, como observa Franco (2001), as redes de relações do bairro são o capital social urbano insubstituível. A preocupação de Jacobs (1961) volta-se aos fatores que constituem uma teia de relações construída pelas pessoas que vivem numa localidade. Aponta a vizinhança como realização dos primeiros relacionamentos a se formarem em áreas urbanas, e as reuniões em igrejas, associações, ligas cívicas, comitês, associações de proprietários, de amigos, entre muitos outros. Essas pessoas, desde que disponham de tempo para se descobrirem reciprocamente, formam o ser social, denominado pelo autor de Entidade real.

Para Lazerson (1998), o conceito de capital social se refere às características da organização social: confiança, normas, sistemas e cadeias de relações sociais. A confiança é um componente básico do capital social, pois ele é um elemento presente na realização de qualquer transação, não podendo deixar de existir porque não havendo confiança não há certeza quanto a contratos ou leis, por exemplo. Assim, “a confiança social é um elemento básico do *ethos* que sustenta qualquer organização social”. (LAZERSON, 1988, p. 330).

Fukuyama (1995, p. 41) define o capital social como “capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade”. Os grupos podem ser formados a qualquer momento para estabelecerem contratos de auto-interesse, mas as organizações mais eficientes são fundamentadas em comunidades de valores éticos compartilhados. O contrato tem por base as virtudes sociais e não somente individuais. A confiança

entre os membros tem como alicerce códigos de comportamento e normas compartilhadas.

4.1 PARTICIPAÇÃO CÍVICA E CAPITAL SOCIAL

O projeto democrático de reforma do Estado requer a superação da polarização entre Estado e mercado por um modelo de descentralização política que tenha como fundamento a sociedade civil. A justificativa é que os governos e o setor privado têm melhores possibilidades de se articularem se for maior a organização social e a participação política dos indivíduos. Este é, por exemplo, o argumento do cientista político norte-americano, Robert Putnam (2000) em sua abrangente pesquisa empírica sobre o desempenho dos governos locais e regionais italianos.

O autor relaciona o desempenho dos governos e da democracia ao crescimento de uma cultura cívica, à qualidade de engajamento cívico no qual a participação da população se realiza pelas denominadas organizações horizontais (organizações políticas, clubes, entidades, associações de vizinhos). O que é público torna-se de responsabilidade recíproca e distingue o alto engajamento cívico de uma estrutura meramente vertical.

O trabalho de Putnam busca identificar razões que possam explicar a eficiência maior de alguns governos em relação a outros. O autor parte da constatação de que os governos da região Norte da Itália são mais competentes do que os do Sul, mais abertos à comunicação com a sociedade, mais inovadores na concepção de políticas e mais eficientes em sua implementação.

Putnam (2002) constata que a eficiência de um governo e de um sistema econômico está estreitamente relacionada ao grau de civismo dos cidadãos, ou seja, ao capital social disponível. Os governos do Norte são mais democráticos e eficientes em função de sua longa tradição de organização social de base.

O estudo mostra que ao longo do tempo, o Norte e o Sul da Itália adotaram métodos distintos para enfrentar seus problemas coletivos. Uma mudança institucional, a implantação dos governos regionais, influenciou as duas regiões italianas de modo que o Norte se tornou “desenvolvido” e o Sul “subdesenvolvido”. Entre as conclusões de Putnam (2002) está a de que os

resultados foram bastante positivos no Norte, o que indica que a herança cultural é um importante fator na determinação dos planos de desenvolvimento de uma região. Em outras palavras, o Norte da Itália fornece um nível de capital social herdado maior do que o Sul.

Na região Norte, normas de confiança e reciprocidade se consolidaram em decorrência de uma intensa vida associativa que contribuiu para o bom desempenho governamental e econômico. Esse precedente histórico de colaboração bem-sucedida representa um capital social que está disponível quando a sociedade está diante de desafios coletivos.

Nessa região, as possibilidades de influências política são menos dependentes dos contatos pessoais e as relações entre representantes e cidadãos são menos freqüentes, mais igualitárias e relacionadas a questões programáticas de interesse público. A vida política é mais democrática, o cidadão se sente mais responsável pelos assuntos da *polis* e, conforme percebe o peso de sua influência, é mais estimulado a engajar-se na vida pública. Em outras palavras, as sociedades caracterizadas por relações mais simétricas, onde é maior a disposição dos cidadãos para cooperar por interesses comuns, possuem condições mais favoráveis ao bom governo.

Confrontados com novos problemas que exigem solução coletiva, homens e mulheres de todos os lugares olham para o seu passado em busca de soluções. Aqueles que pertencem a comunidades encontram exemplos de relações horizontais bem-sucedidas em sua história.

O autor vai mais além: confronta dados com a realidade de que as regiões com maior capital social são também as mais ricas, parte da análise histórica para estabelecer conexão entre a cultura política da sociedade e a sua situação de desenvolvimento econômico: “podemos encontrar diferenças regionais sistemáticas nos modelos de engajamento cívico e solidariedade social. Tais tradições³³ tiveram conseqüências decisivas para a qualidade de vida, tanto pública quanto privada, hoje existente nas regiões italianas”. (PUTNAM, 2000, p. 31)

O autor constata que o grau de civismo se fortalece com a prosperidade econômica, mas explora também a trajetória inversa, ou seja, explica o progresso

³³ O autor se refere a dois regimes contrastantes: “uma poderosa monarquia no Sul e um notável conjunto de repúblicas comunais no Centro e no Norte”. (PUTMAN, 2000, p. 31)

econômico como decorrência do civismo: sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte.

A existência de redes horizontais de interação entre cidadãos, a intensa comunicação social, a combinação entre as normas de competição e de cooperação, a maior integração entre sociedade, governo e empresa ajudariam a explicar o fato de o Norte italiano ter sido mais eficiente do que o Sul para responder às transformações, aos desafios e às oportunidades dos séculos XIX e XX.

Segundo Putnam (2000), um critério de aferição da situação de capital social de determinada sociedade é a densidade de sua vida associativa, ou mais precisamente, a vitalidade das organizações civis cujas relações têm as características de cooperação e reciprocidade entre iguais, e não verticais, de hierarquia e dependência. A experiência de interação igualitária que se desenvolve no interior das organizações civis, tanto de natureza política quanto esportiva, recreativa, cultural, beneficente, religiosa ou profissional, constitui o processo de aprendizagem que estimula o hábito da troca de idéias e da cooperação, reforça a disposição para empreendimentos coletivos e contribui com a qualidade e a estabilidade das instituições públicas.

De acordo com Putnam (2000), a finalidade do capital social é contribuir para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar as ações coordenadas, pois ele é produtivo, possibilita a concretização de certos objetivos e viabiliza a cooperação espontânea.

4.1.1 Participação cívica: o alicerce para o desenvolvimento do capital social.

Estudos como os de Putnam (1996) evidenciam a existência de uma “correlação positiva entre desempenho institucional e comunidade cívica”, sugerindo que um bom desempenho institucional tem relação com um “bom governo”, um governo democrático que não só expresse sensibilidade com às demandas de seus cidadãos, mas também age com eficácia em relação a tais demandas”. (FIGUEIREDO, 2006, p.1)

Em uma comunidade cívica, a cidadania se define pela participação do cidadão nos negócios públicos. Putnam (2000) destaca cinco características de uma comunidade cívica.

Primeiramente, ser cidadão é ter igualdade política, quer dizer ter direitos e praticar deveres iguais ao que Putman (2000) denomina relações horizontais de reciprocidade e cooperação. Uma característica específica do capital social é o fato de que ele normalmente constitui um bem público e é um atributo da estrutura social onde os indivíduos estão inseridos. Portanto, o capital social não é propriedade particular das pessoas que dele se beneficiam, como é o caso do capital convencional que normalmente é um bem privado, por isso tem sido marginalizado como subproduto de outras atividades sociais.

Quanto mais densas as redes de relações sociais horizontais, mais democráticas e eficientes serão as instituições públicas; e quanto mais hierarquizada uma sociedade, pior o desempenho estatal. Os cidadãos mobilizados através da imprensa, das organizações não-governamentais e do parlamento estão vigilantes na fiscalização dos governantes, ao mesmo tempo em que estão mais dispostos a sustentar ações governamentais, assumindo as suas próprias responsabilidades diante dos problemas. Em suma, quanto mais igualitária a sociedade melhor será o seu governo.

Putnam (2000) rejeita qualquer dicotomia entre interesse público e interesse privado. Assinala também que civismo não é decorrência de altruísmo, de abstração dos interesses pessoais, mas de processo de aprendizagem social onde os cidadãos reconhecem a cooperação como forma mais eficaz de satisfação de suas necessidades.

A dicotomia entre auto-interesse e altruísmo pode ser superada, na medida que uma sociedade bem sucedida não renuncia à poderosa motivação do auto-interesse. Os cidadãos de uma comunidade cívica não devem ser altruístas. Em uma comunidade cívica os cidadãos perseguem o que Tocqueville (2001) definiu como auto-interesse propriamente dito, ou seja, auto-interesse definido no contexto de necessidades públicas mais amplas, auto-interesse que é esclarecido e não míope; enfim, auto-interesse que está atento aos interesses dos outros.

As outras três características da comunidade cívica são a solidariedade, a confiança e a tolerância. Embora não esteja livre dos conflitos decorrentes de opiniões diferentes sobre questões públicas, os cidadãos de uma comunidade

cívica são respeitosos e confiantes uns nos outros. Segundo Putnam (2000, p. 103), as relações de confiança permitem à comunidade cívica “superar mais facilmente o que os economistas chama de ‘oportunismo’, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente”.

As associações constituem a quinta característica de uma comunidade cívica. Putnam (2000) credita a Tocqueville (1969, p. 513-514) o seguinte comentário:

Americanos de todas as idades, de todas as condições e de todos os temperamentos estão sempre formando associações. Existem não só associações comerciais e industriais de que todos fazem parte, mas também outras de mil diferentes tipos – religiosas, morais, sérias, fúteis, bastante genéricas e bastante limitadas, imensamente grandes e muito pequenas. (...) Assim, o país mais democrático do mundo é hoje aquele onde os homens levaram atualmente à máxima perfeição a arte de alcançar em conjunto o alvo das aspirações comuns e aplicaram essa nova técnica ao maior número de objetivos.

Putnam (2000) enfatiza que as associações civis contribuem com a eficácia e estabilidade do governo democrático, pois ali as pessoas exercem ações uns sobre os outros que acabam renovando os sentimentos, engrandecendo o coração e promovendo o entendimento. Com isso não quer afirmar que a associação tenha objetivo político. A associação em torno de qualquer objetivo comum pode desenvolver a autodisciplina e a capacidade de colaboração.

Tocqueville (2001) narra sobre a conexão existente na sociedade moderna entre a vida cívica, associações e periódicos locais, como o jornal. Os leitores de jornal são mais informados e estão mais aptos a participar das deliberações cívicas.

4.1.2 Os atributos fundamentais do capital social

4.1.2.1 Cooperação

A cooperação é um dos atributos importantes do capital social. Para melhor entender essa idéia e como o capital social facilita a cooperação, Putnam (2000) cita o exemplo da poupança informal presente em países, como Nigéria, Escócia, Peru, Vietnã, Japão e Egito, Leste dos Estados Unidos, entre outros, que

começaram com essa modalidade de associação. Consiste numa associação de 20 membros. Cada um colabora mensalmente, por exemplo, com 1 dólar, e a cada mês um membro diferente recebe os 20 dólares para gastar como quiser. Nos próximos meses este membro perde o direito, mas continuará contribuindo até que todos tenham recebido sua parte. A associação somente vigora porque todos continuam cumprindo suas obrigações, embora sabendo que correrá o risco de que alguém pode deixar de colaborar após receber sua parte. Portanto, qualquer participante precisa ter reputação de honestidade e confiança, ou seja, o capital social é uma espécie de garantia, que é disponibilizada também para aqueles que não têm acesso aos mercados de crédito regulares. Mas entre si, existem normas rígidas e compromissos recíprocos. Como não têm bens físicos para dar em garantia empenham suas relações sociais.

Putman (2000) acentua que os que têm capital social acumulam mais. Depois de participar das instituições de pequeno porte os indivíduos podem utilizar o capital social para solucionar outros problemas de maiores complexidades. E, mais ainda, a associação de crédito rotativo é um mecanismo que intensifica a solidariedade comunitária.

4.1.2.2 Confiança

O outro atributo essencial de capital social é a confiança. A existência de confiança entre os cidadãos estimula a cooperação voluntária. Confiança é valor que se assenta na expectativa de contraprestação, fundada em experiências passadas de auxílios mútuos, em uma reputação de cumprimento das promessas. Confiança é recurso moral associado à previsibilidade das relações, à expectativa generalizada de validade de certas normas sociais que servem de referência à conduta de cada indivíduo.

Para Putnam (2002, p. 177 e 180), a confiança promove a cooperação e, assim, quanto mais alto for a qualidade da confiança “maior probabilidade de ocorrer cooperação e esta, por sua vez, é geradora da confiança. Contudo, não se trata de uma confiança cega, pois implica uma previsão do comportamento esperado de um ator”.

A confiança é um elemento tão importante que é denominada por autores, como Albert Hirschman, de recurso moral. Os recursos da confiança aumentam com o uso, em vez de diminuir, e se esgotam se não forem utilizados. Atualmente a confiança não está sustentada somente em laços de intimidade ou parentesco, mas adquire caráter impessoal e converte-se em confiança socialmente estruturada, recurso ainda mais valioso, pois não é limitado a um círculo restrito de pessoas.

A confiança social pode derivar de duas fontes inter-relacionadas: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. A “cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistema de participação cívica”. (PUTNAM, 2002, p.177 e 181)

4.1.2.3 A reciprocidade

Outro importante atributo de capital social é a reciprocidade, recurso que viabiliza a conciliação entre o auto-interesse e a solidariedade. Em uma sociedade cívica, a reciprocidade assume caráter difuso, mas não está baseada na expectativa de contraprestação imediata, e sim em relação contínua de trocas e obrigações que pode até ser desigual em um momento, mas que inclui a expectativa de que um benefício concedido será - em algum momento e de alguma forma - retribuído. (DIAS NETO, 2005, p. 68)

As regras sociais possibilitam transferir do ator para outrem o direito de controlar uma ação e isto ocorre na medida em que toda ação tem externalidades, ou seja, tem conseqüências positivas e negativas para outros. As regras são sustentadas tanto por meio de condicionamento e socialização (por exemplo, educação cívica) quanto por meio de sanções. “Existem normas que fortalecem a confiança social e facilitam a cooperação, sendo a mais importante a da reciprocidade”. (PUTNAM, 2002, p.181)

De acordo com Putnam (2002), a finalidade do capital social é contribuir para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar as ações coordenadas, pois ele é produtivo, possibilita a concretização de certos objetivos e viabiliza a cooperação espontânea.

Putnam (2000) relata a ocorrência de dois tipos de reciprocidade. A primeira é reciprocidade balanceada ou específica, que é a troca simultânea de itens de valor igual, como é a troca de um dia de folga entre os colegas. A segunda é a reciprocidade generalizada, que é uma constante relação de troca que se desequilibra em qualquer momento, mas que significa trocas futuras. Um exemplo é a amizade que condensa a idéia de que nenhum dever é tão sério quanto o de retribuir um favor. Aquele que não o faz perde a confiança dos demais.

Confiança e reciprocidade requerem lastros de experiências bem-sucedidas ao longo do tempo. A experiência sucessiva de troca e cooperação reforça as normas de confiança social e reciprocidade difusa que atuam como parâmetros de conduta e propiciam segurança às relações sociais. Em ambientes nos quais não há expectativa de comportamentos ou há expectativa inversa de que as normas serão violadas, os indivíduos se sentem desmotivados a aderirem a iniciativas coletivas, o que favorece o isolamento.

Um outro aspecto fundamental a se considerar é que a imprevisibilidade dos comportamentos sociais é fator de ineficiência das políticas públicas. O planejamento de qualquer ação governamental passa por projeções das reações sociais, seja esta ação uma campanha de vacinação, um programa de redução de evasão escolar ou uma intervenção macroeconômica de controle inflacionário, o seu êxito depende do nível de sensibilização e adesão social que puder suscitar entre os seus destinatários. Se não há expectativa de reação social possível não há referências sólidas capazes de orientar a ação governamental. O governo perde a capacidade de planejamento e pensamento estratégico.

Portanto, desorganização social, passividade política e ineficiência governamental são processos que se alimentam mutuamente. A qualidade das instituições públicas espelha a cultura política da sociedade ao mesmo tempo em que incide sobre tal cultura. É possível também que os cidadãos se sintam desmotivados em assumir responsabilidades sociais quando o Estado deixa de ser público para favorecer interesses setoriais. Ao mesmo tempo, não se deve esperar eficiência governamental em locais onde os cidadãos não se sentem responsáveis pelo respeito às regras sociais e jurídicas.

A corrupção, a venda de proteção, a “punição aleatória”, o clientelismo são evidências de uma sociedade na qual o privado se sobrepõe ao público e a ordem

social deixa de ser bem coletivo, garantido pelo Estado, e converte-se em mercadorias a ser adquirida a partir de ajustes privados, que passam muitas vezes pelo emprego da violência. Em tais circunstâncias, tendem a prevalecer os códigos privados de comportamento, compartilhados apenas por pequenos segmentos da sociedade maior. Surgem daí as subculturas do crime, os anéis de corrupção. O universo social espatifa-se em micro-agrupamentos que passam a definir o que é certo e o que é errado, o justo e o injusto. Constituindo-se de maneira estanque, não há entre as minissociedades uma linguagem, um direito comum. Todos têm seu “código de honra”, cada uma inteiramente alheia aos códigos dos demais.

A “sociedade cívica” não se mede pela conformidade estrita às regras postas ou pela unidade de interesses, mas pela existência de infra-estrutura social capaz de processar conflitos, tomar decisões, realizar reformas e executar políticas.

Por outro lado, como os sistemas horizontais de participação cívica ajudam os participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização mais ela proliferará o desempenho institucional na comunidade em geral.

Em síntese, o autor chama a atenção ao fato de que nas sociedades os dilemas da ação coletiva dificultam as tentativas em benefício mútuo, seja na política ou na economia. As regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social na medida que diminuem a incerteza e fornecem perspectivas de cooperação futura. A confiança é um atributo social na medida que ela é uma propriedade do sistema social. Assim, os estoques de capital social - confiança, normas e sistema de participação - são cumulativos e potencializam o reforço mútuo. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Essas são, segundo Putnam (2000), as características que definem a comunidade cívica.

4.2 CAPITAL SOCIAL E REDES

Como se viu no decorrer desta dissertação, não existe uma única teoria de redes sociais. O termo “rede” surge em diversos contextos. Ainda persistem muitas discussões a respeito de se a noção de redes se refere a um método ou a uma teoria. Na abordagem sociológica, duas são as perspectivas da noção de redes: uma provém da tradição americana de análise da ação coletiva e da Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e outra, de origem europeia, é a Teoria dos novos Movimentos Sociais (TNMS). (SCHERER-WASRREN, 1999).

Melucci (1999) define a idéia de rede como uma área de movimento constituída por pequenos grupos de indivíduos que compartilham de uma identidade coletiva e admitem mensagens simbólicas questionadoras dos padrões dominantes com proposições de mudanças.

Nesta dissertação, as redes são entendidas como sistema de elos, comunidade não geográfica, que representam um conjunto de pessoas autônomas que partilham valores e interesses (BARNES, 1972, BOTH, 1976).

Na complexidade do mundo atual, uma das causas do fracasso das corporações centralizadas e autoritárias é o fato de não conseguir lidar com os recursos informacionais em constante mudança. Diante disso, uma das soluções apontadas por Fukuyama (1999) é a rede, que entende como um modo de ordem espontânea resultante da interação dos participantes descentralizados. Estes se conduzem por normas informais ou o capital social. As trocas existentes dentro de uma rede não são as mesmas que ocorrem no mercado, pois as bases são diferentes. Entre outros benefícios importantes, como a maior disponibilidade de conceder benefícios sem esperar os mesmos em troca imediatamente, está o de desviar-se dos custos das transações internas das grandes organizações hierárquicas, uma justificativa que, para Franco (2001), é utilitarista, pois as trocas não têm somente fins utilitaristas, mas, como refere Putnam (2000), trocam-se amabilidades, sinceridade, amizade e reciprocidade.

Franco (2001) aponta a congruência dos termos rede, comunidade e capital social. As redes são uma forma de capital social, e as comunidades produzem capital social no contexto, ou seja, rede é um conjunto de nós que se ligam uns aos outros para trocar elementos entre si e fortificarem.

O capital social se amplia em um regime democrático. Quanto mais direta for a democracia mais se reproduz o capital social:

Não deveríamos conceber a sociedade como dividida em apenas dois setores, o Estado e o mercado – ou o público e o privado. No meio, há a área da sociedade civil, que inclui a família e outras instituições não econômicas. A construção de uma democracia das emoções é parte de uma cultura cívica progressista. A sociedade civil é a arena em que atitudes democráticas, entre as quais a tolerância, têm de ser desenvolvidas. A esfera cívica pode ser fomentada pelo governo, mas é, por sua vez, a base cultural dele. (GIDDENS, 1999, p. 86-87)

Para que ocorra a democratização da democracia é necessário o capital social, mas este não tem o mesmo significado da democracia. Como esclarece Franco (2001), o capital social diz respeito a uma capacidade de comunidade, a democracia é um modo de regulação de conflitos.

Para Scherer-Warren (1999), rede é uma das modalidades de auto-organização e de relacionamento interorganizacional que vem sendo apresentada pelos atores sociais que buscam os processo de transformação social apoiada na ação coletiva. Apresenta dois pressupostos ideológicos para essa forma de organização: o primeiro subentende a construção de uma nova utopia de democracia; o segundo está convencido da possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta. Exemplos são as redes de ONGs e movimentos de bairro.

A análise metodológica indicada por Scherer-Warren (1999) leva em consideração a forma de mobilização dos recursos, as estratégias de organização e da ação e o efeito multiplicador das redes. Os pontos de partida para uma agenda de pesquisa sobre os novos atores e modalidades de interação na esfera da gestão urbana e regional são constituídos pelos seguintes questionamentos:

Quem participa e como se atua na formulação do orçamento, nos conselhos setoriais e em outras formas de mediação entre Estado e sociedade? (...) Quais as novas alternativas pensadas e criadas quanto à sustentabilidade ecológica, para a superação da exclusão social e econômica, para a melhoria da qualidade de vida? (...) Em que medida há ações coletivas, na forma de redes, que são gestadoras de uma esfera pública mais democrática, com participação cidadã mais efetiva? (SCHERER-WARRREN, 1999, p. 37-38).

Marteleteo (2001) empregou a metodologia de análise de redes sociais nos estudos de fluxo e transferência de informação em movimentos sociais organizados nos subúrbios da Leopoldina, no Rio de Janeiro, analisou se a circulação de informações, é empregada como instrumento de luta por melhor condição de vida.

A autora concluiu que algumas pessoas são dinamizadoras das redes, posicionando-se estrategicamente e recebendo o reconhecimento dos demais agentes. No interior das redes, “na constante tensão entre diferenças que ela comporta, formam-se ‘redes de conhecimento’ que alimentam e redefinem constantemente as ações”. (MARTELETO, 2001, p. 1)

No Rio Grande do Sul foram realizados diversos estudos com o objetivo de convalidar a relação entre capital social e desenvolvimento regional. Seus resultados foram publicados no livro *Capital social e desenvolvimento regional* (2003), organizado por Sílvio Marcus de Souza Correa.

Alguns dos estudos se basearam na trajetória de Putnam (2000) *Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna* e o ponto comum é o esforço de mensurar o capital social.

Monastério (2003), por exemplo, considera que o conceito de capital social se consolida cada vez mais. Com base em diversos bancos bibliográficos, conseguiu dados de que o número de artigos científicos sobre o tema já ultrapassa 3000.

Em sua análise das regiões do Rio Grande do Sul contemporâneo, diz que “a mensuração de elementos imateriais e que se dão nas relações entre indivíduos é sempre uma tarefa arriscada e sujeita a críticas”. (MONASTÉRIO, 2003, p. 78). Mesmo não tendo indicadores de participação social que proporcionassem a construção de medidas ideais dos diversos tipos de capital social, como a falta de dados sobre filiação a associações ou sobre o uso do tempo dos cidadãos, assegura que em linhas gerais a hipótese de Putnam (2000) se reproduziu no Rio Grande do Sul, ou seja, municípios com mais capital social tiveram administrações municipais de maior qualidade.

A dificuldade de mensuração e a necessidade de muitos estudos empíricos que mostrem “a relação entre capital social e desenvolvimento territorial juntamente com a avaliação dos propósitos e as potencialidades das políticas públicas na indução da formação de capital social” é também afirmado por

Moraes (2003, p. 146), para quem as fronteiras entre desenvolvimento rural e urbano perde importância mediante o potencial que têm as sociedades locais de conduzirem seus próprios destinos.

Para Riedl e Vogt (2003), que estudaram o associativismo e desenvolvimento, considerando a existência de capital social em Santa Cruz do Sul e nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul, os migrantes da Alemanha, para enfrentar problemas comuns, constituíram uma rede de organizações com o objetivo de impedir a degradação social dos teuto-brasileiros.

No entanto, consideram a necessidade de “parcimônia e cautela na utilização da categoria conceitual chamada de capital social. (...) Como instrumental teórico de análise, em todo caso, o capital social possibilita um novo enfoque sobre fenômenos sociais (...)”. (RIEDL; VOGT, 2003, p. 207).

Schmidt (2003), que buscou analisar a associação entre capital social e participação política em Santa Cruz do Sul, verificou que a conversão de capital social em participação política não é automática. Desse modo, existe grande potencial para que a participação política seja maximizada, que a cultura política seja democratizada e que o Estado deve agir para fortalecer o capital social já existente.

Os conceitos destacados neste capítulo possibilitaram um melhor conhecimento de diversas experiências já desenvolvidas com a prática do capital social por meio das organizações horizontais. No que se refere às Organizações Cívicas Solidárias, são indiscutíveis os benefícios derivados das práticas associativas que concebem o público de responsabilidade recíproca.

A experiência de Putnam, entre outras, enaltece o capital social como base para a existência de governos mais competentes, mais comunicativos e mais inovadores no que se refere às políticas públicas, desde sua concepção até sua complementação.

No âmbito das Organizações Cívicas Solidárias, a prática do capital social proporciona não somente uma organização social cívica de base democrática, mas a potencialização do reforço mútuo dos membros. Uma comunidade envolve as práticas de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Mas não é somente isso. Redes são estabelecidas, como atestam as diversas experiências realizadas no Rio Grande do Sul. Redes que viabilizam, inclusive, práticas não-capitalistas.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Primeiramente foi realizada uma pesquisa exploratória. Segundo Mattar (1999), a pesquisa exploratória agrupa informações, sendo indicada para os primeiros estágios de uma investigação tendo em vista aumentar a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador em relação ao tema pesquisado. Gil (1996) destaca que a pesquisa exploratória assume na maioria das vezes o formato de pesquisa bibliográfica.

Foram adotados os seguintes procedimentos: Primeiramente, a realização de contatos com pessoas que tiveram experiência prática aproximada com o tema pesquisado.

Em seguida, realizou-se o levantamento da literatura pertinente existente em livrarias, bibliotecas e internet. Após seleção dos textos de interesse para o tema da presente pesquisa, cuidou-se de fotocopiá-los ou imprimi-los. Realizou-se leitura interpretativa e fichamento do material selecionado.

No terceiro momento procedeu-se à criação de condições para o levantamento de dados de campo por meio de:

- a) contato inicial com representantes das Organizações civis para a proposição da pesquisa;
- b) solicitação de documentos.

5.1 TIPO DE PESQUISA

Pretendeu-se analisar as percepções dos membros de três Organizações Civis em Porto Alegre-RS com a finalidade de apreender os pontos de vista consolidados a respeito do processo de participação.

Uma das teorias mais propícias para viabilizar o atendimento do objetivo é a Teoria das Representações Sociais (TRS) como opção epistemológica do estudo.

O conceito de representação social surgiu com Durkheim por ocasião da constituição da Sociologia como ciência, como Representações Coletivas. A noção foi elaborada na Psicologia Social, especialmente por Moscovici (1978) que a nomeou por Representações Sociais. Esta metodologia possibilita que se realize a análise das representações por meio de sua externalização no ambiente social, ou seja, as análises revelam a subjetividade como algo que surge da interface do individual com o social. Jodelet (2002, p. 22) define as representações sociais como “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Jodelet (2002) sugere que a representação social deve ser estudada pela articulação de elementos afetivos, mentais e sociais, e unindo o lado da cognição, da linguagem e da comunicação, as relações sociais que afetam as representações e a realidade. Para abranger o conjunto de componentes e relações contidos na representação social, vista como saber prático, torna-se necessário responder a três perguntas: Quem sabe, e a partir de onde sabe? O que e como se sabe? Sobre o que se sabe, e com que efeito?

Adota-se a pesquisa qualitativa, com alguns aspectos quantitativos no que diz respeito às variáveis: idade, sexo, atuação dos participantes, ou seja, como refere Mattar (1991) que a pesquisa de aspectos quantitativos é apropriada para medir variáveis.

Martinelli (1999) destaca que a abordagem quantitativa, quando não exclusiva, torna-se fundamento do conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa ou descritiva. Essas pesquisas, unidas, devem convergir na complementaridade, uma vez que é possível realizar análises qualitativas de dados quantitativos. O conhecimento não é um relato de dados isolados. O pesquisador interpreta os fenômenos e lhes atribui significados. Os dados não são estagnados, mas possuem significados e relações que sujeitos concretos dão a suas ações.

A pesquisa qualitativa possibilita uma análise holística. Além disso, proporciona que os atores sociais tenham participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais.

5.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa é constituído pelos integrantes de três Organizações civis localizadas na cidade de Porto Alegre: Um Sindicato de Gráficos, um Centro de Educação Profissional e uma Federação de Associações de Moradores.

Nesse universo foram descartadas as organizações empresariais, seja sob a forma jurídica de associações civis, cooperativas ou fundações, que não se estruturavam a partir de objetivos definidos com base na solidariedade, como entendida neste trabalho; isto é, a solidariedade como mecanismo de coordenação de suas ações.

5.3 SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Optou-se por entrevistar duas pessoas de cada Organização Civil: Um Centro de Educação Profissional (Organização Filantrópica), um Sindicato dos Gráficos e uma Federação de Associações de Moradores, somando seis pessoas no total. Os entrevistados fazem parte das lideranças de suas organizações.

5.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

O instrumento da Pesquisa de Campo é composto de cinco partes (Modelo anexo). A primeira refere-se a informações gerais e apresenta variáveis, como faixa etária, formação e tempo de atuação na organização.

A segunda, terceira e quarta partes constituem-se de questionário semi-estruturado para uma sondagem tipo *survey*, tendo em vista a captação das informações mais gerais voltadas ao levantamento do tipo de participação a que os integrantes têm direito.

Na segunda parte, as questões estão dispostas de modo semi-estruturado com enunciados optativos. A 5.^a opção, referente à letra e), é destinada para a apresentação de opção pelo entrevistado.

A terceira parte refere-se a dois grupos de perguntas/respostas, considerando as indicações de Bordenave (1983), no livro *O que é participação*, o primeiro, com cinco enunciados, apresenta o formato de questão matricial que requer a resposta do entrevistado por uma entre cinco opções: Concorda fortemente (CF), Concorda (C), Discorda (D), Discorda Fortemente (DF) ou está Indeciso (I). O segundo, também com cinco enunciados, faculta aos entrevistados respostas para as opções “Sim”, “Não”, “Não sei”.

A quarta parte toma por base a metodologia indicada por Charles Handy (1994) no livro *Deuses da Administração*, mas com questões atualizadas ao tema desta dissertação. Os modelos de referência, em vez dos deuses Zeus, Apolo, Atena e Dionísio, que oferecem subsídios para se conhecer a cultura organizacional geral naquele caso, nesta dissertação são substituídos por dois dos modelos de participação, focados na dissertação, a democracia participativa ou popular e a democracia representativa liberal.

A quinta parte foi uma entrevista aberta com sete perguntas, solicitando respostas para questões que requerem um maior aprofundamento. As respostas foram gravadas e transcritas, para um melhor entendimento.

5.5 TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

No que diz respeito às quatro primeiras partes do questionário (dispostas em anexo), sobre Informações gerais, sobre as Percepções dos entrevistados quanto às formas de participação nas tomadas de decisões, e referentes à questão matricial (item 2.2.1), e à questão de formato “Sim”, “Não”, “Não sei” (item 2.2.2), elas se constituem em *links* com as perguntas abertas

Na quarta parte, as afirmações a) e c) representam a democracia participativa ou popular, e as afirmações b) e d), a democracia liberal. Somam-se os pontos de todas as afirmações assinaladas primeiro para a) depois para c) e assim por diante. Quanto mais baixa a contagem total para qualquer conjunto de afirmações, mais prevacente é aquele tipo de participação. Os dados finais foram apresentados em um quadro cuja finalidade também é atuar como link para as perguntas abertas.

Na quinta parte, referente às entrevistas abertas, elas foram gravadas, transcritas, e as respostas foram categorizadas e foram elaboradas sínteses provisórias de agrupamento dos dados que explicitem significados semelhantes e tornem-se temas.

Foi realizado um pré-teste da versão preliminar do questionário com dois indivíduos. Após eventuais correções o questionário foi aplicado.

5.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os fatores relevantes são considerados na análise e interpretação dos dados (GIL, 1991), que constituem a parte principal da pesquisa.

Para Marconi e Lakatos e (2002), os dois fatores essenciais à análise e à interpretação de dados são: um plano de pesquisa bem organizado e o tratamento adequado do problema em consonância com as facilidades ou dificuldades proporcionadas pelo problema.

Spink (1995) orienta que no processo de análise das representações sociais tome-se em consideração não o indivíduo isolado, mas a exteriorização de suas expressões na realidade social na qual está inserido. Entende-se, portanto, que as representações sociais sejam analisadas no contexto de sua produção, pois são manifestadas mediante sentimentos, palavras e condutas, posteriormente institucionalizados. Em sua relação com o mundo o sujeito constrói um novo mundo de significados em constante modificação. Sua tarefa é elaborar a constante tensão entre o mundo no qual está inserido e seus esforços de se tornar cada vez mais sujeito.

Nesta dissertação, as representações sociais são consideradas em âmbito fenomenológico, o que significa dizer, enquanto modo de conhecimento, saberes do senso comum, explicações populares, entre outros. Guareschi (1996) afirma que nesse âmbito, as representações sociais são fenômenos particulares, relacionados a um modo específico de compreender e se comunicar, o qual faz surgir tanto a realidade como o senso comum. As representações não são um conjunto de percepções individuais, portanto, a análise deve se concentrar nos processos de comunicação e vida.

Mas as percepções também são importantes. Para Coelho Júnior (1999), a percepção é determinada por fatores internos dos quais muitas vezes não se têm consciência, e é apenas por eles que a realidade ganha sentido.

Poderia-se dizer que a percepção corresponde ao objeto presente e a representação corresponde ao objeto ausente? Lalande (1996, p. 953) aproxima as concepções de representação e percepção, pois define representação como aquilo que forma o conteúdo concreto de um ato de pensamento e em especial a reprodução de uma percepção anterior”. A teoria freudiana questiona se a percepção pode representar a realidade (BOTELLA e BOTELLA, 1995).

Neste trabalho assume-se, como também diz Leavitt (1976), que as pessoas têm modos diferentes de conceber a realidade e nem todas trabalham da mesma forma para chegar às mesmas metas. A realidade depende da percepção individual de cada qual em relação àquilo que existe. Sempre que se fala da realidade fala-se uma imagem da realidade.

Como ocorre com o conhecimento científico, o senso comum abrange conjuntos de abstrações, formalizações e generalizações. O campo das representações requer valorização da linguagem como modo de expressar normas e símbolos e transmite, por meio de um porta-voz, as representações de grupos com suas histórias, condições culturais e socioeconômicas próprias. Ainda que as representações produzam a objetivação do grupo, esta obedece à relação existente entre o discurso e a objetividade do grupo. Em outras palavras, como diz Jovchelovitch (1995), o grupo depende das propriedades culturais e econômicas que um grupo de sujeitos tem em comum. Desse modo, as representações são atravessadas por lutas pelo poder de representar e de se fazer representar.

Szymanski, Almeida e Prandini (2002) fazem algumas considerações sobre a análise de dados qualitativos e justificam seu posicionamento com base em Bardin (1995). A análise apresenta-se “como uma atividade de interpretação que consiste no desvelamento do oculto, do ‘não-aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem”. (SZYMANSKI; ALMEIDA; PRANDINI, 2002, p. 63).

A análise é entendida por Szymanski, Almeida e Prandini (2002, p. 71) como “processo que conduz à explicitação da compreensão do fenômeno pelo pesquisador. Sua pessoa é o principal instrumento de trabalho, o centro não é

apenas a análise dos dados, mas também a produção dos mesmos.” O pesquisador precisa, em resumo:

- a) levar em conta, com rigor, a subjetividade do participante;
- b) atentar não somente para o que o entrevistado diz, mas também para o seu meio;
- c) aprofundar as informações à medida que se introduzem novos elementos, pois a análise é um processo;
- d) lembrar que não se tem o controle total do contexto social, portanto, deve voltar a conversar com o entrevistado;
- e) transcrever e/ou ler a entrevista como ela se deu;
- f) “limpar” os vícios de linguagem do texto e grafar de acordo com as normas ortográficas e de sintaxe. Esse processo envolve análises e pode incluir as percepções do pesquisador;
- g) categorizar ou elaborar sínteses provisórias de agrupamento dos dados que explicitem significados semelhantes e tornem-se temas, ou seja, como diz Spink (1995), sem categorizar *a priori*. A discussão dos temas requer a volta às categorias e sua relação com o contexto pesquisado.

Além desses aspectos, leva-se em consideração também, como orienta Spink (1995), a construção do mapa cognitivo, com organização e ligação de elementos dos questionários/entrevistas que possibilitem visualizar o fluxo das associações de idéias.

6 A PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES CIVIS

As organizações, a seguir relacionadas e legendadas, objetos empírico da pesquisa, foram selecionadas após contato inicial e solicitação da documentação. Para a escolha das organizações, levaram-se em consideração seus objetivos/fins e ações, isto é, foram as que em nossa óptica, como diz Sobottka (2002), as que se estruturam a partir de objetivos definidos com base na solidariedade como mecanismo de coordenação de suas ações. São elas:

a) Centro de Educação Profissional: = F

Pessoas entrevistadas do Centro de Educação = F1 e F2.

b) Sindicato dos Gráficos: = S

Pessoas do sindicato: S1 e S2.

c) Federação de Associação de Moradores = A

Pessoas da associação: A1 e A2.

Optou-se por não selecionar organizações empresariais sob a forma jurídica de cooperativas e fundações, entre outras, por se entender que não se estruturavam a partir de objetivos definidos com base na solidariedade, como entendida neste trabalho.

6.1 INFORMAÇÕES GERAIS

A primeira pergunta do questionário, sobre as Informações Gerais, dirigido a cada um dos seis entrevistados tem como subitens a faixa etária, a formação, e o tempo de atuação na organização.

6.1.1 Faixa etária

Dos seis entrevistados que compõem o total da pesquisa, dois encontram-se na faixa etária acima dos 50 anos (S1, A1); três encontram-se na faixa etária entre 41 e 50 (F1, S2, A2) anos e um entre 31 a 40 anos (F2).

6.1.2 Gênero

Quanto ao gênero, cinco entrevistados pertencem ao sexo masculino (F1, S1, S2, A1, A2) e um pertence ao sexo feminino (F2).

6.1.3 Formação

Três dos entrevistados têm como formação o curso superior incompleto (S2, A1, A2), dois têm o curso superior (F1, F2) completo e um tem o segundo grau incompleto (S1).

6.1.4 Tempo de atuação na Organização

A maior parte dos entrevistados ocupa o cargo na faixa de tempo entre 16 e mais de 20 anos, ou seja: dois dos entrevistados atuam na Organização há mais de 20 anos (A1, A2), dois, entre 16 e 20 (F2, S1), um entre 11 e 15 (S2) e um entre um e cinco anos (F1).

6.2 PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS QUANTO ÀS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

6.2.1 Participação nas tomadas de decisões

Para os itens contidos em 6.2.1) do questionário explicitam-se os seguintes parâmetros:

Participação parcial: Todos discutem, o conselho decide.

Participação total: Todos discutem e decidem.

Pseudoparticipação: Os líderes promovem uma discussão para que os membros se sintam participantes, mas eles não têm força de decisão.

Ausência de participação: As formulações das políticas internas, de objetivos, metas, elaboração de planos e alocação de recursos, entre outros, foram

elaborados pelo mínimo de pessoas e os demais integrantes não foram convocados no último ano.

Os seis entrevistados (F1, F2, S1, S2, A1, A2) relatam que em relação à formulação das políticas internas da Organização há participação parcial das pessoas, o mesmo ocorrendo quanto ao estabelecimento de objetivos e de metas e à elaboração dos planos e dos programas atuais da Organização. Quanto à alocação dos recursos e administração de operações, a relativa discussão conta com a participação parcial de cinco entrevistados (F1, F2, S1, S2, A2) e com a participação total de um entrevistado (A1).

6.2.2 Graus de participação na organização

Solicitou-se aos entrevistados que ao lado de cada um dos cinco enunciados indicassem se concordam fortemente (CF), se concordam C, se discordam (D), se discordam fortemente (DF) ou se estão indecisos (I).

Diante da afirmação “os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas”, três pessoas concordam (F1, S1 e A2) uma pessoa discorda (F2) e duas pessoas concordam fortemente (S2 e A1).

Frente ao item “os dirigentes, se quiserem e quando quiserem, consultam facultativamente os demais membros, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema”, duas pessoas concordam fortemente (S1, S2), duas pessoas discordam fortemente (F1, A1), uma pessoa concorda (A2) e uma pessoa discorda (F2).

Diante da afirmativa “os dirigentes consultam obrigatoriamente os demais em algumas ocasiões, mas a decisão final pertence aos diretores”, quatro pessoas discordam (F1, F2, S1 e A1), uma discorda fortemente (S2), uma pessoa concorda (A2).

Três entrevistados (F1, F2, S1) concordam, um concorda fortemente (S2), um discorda (A1) e um concorda (A2) com a afirmação: “os não-diretores ou não-líderes elaboram propostas e recomendam medidas que a direção aceita ou rejeita, mas se obriga a justificar sua posição”.

Ante a afirmativa: “a administração da Organização é compartilhada por meio de mecanismos de co-decisão e colegialidade. Os que não pertencem à

administração exercem função direta na eleição de um plano de ação”, F1, S1, A1 e A2 concordam, F2 e S2 concordam fortemente.

6.2.3 A comunicação existente na Organização

Foram apresentadas cinco afirmativas aos entrevistados, solicitando-lhes que respondessem, optando por uma das alternativas: Sim, Não, Não sei.

As afirmativas “a comunicação existente na organização possibilita que a informação circule por meio de rádio, jornal, folhetos ou outros”, e a afirmativa “possibilita a reivindicação, ou seja, que se tenha a quem reclamar”, obtêm a aprovação de todos entrevistados.

A afirmativa “a comunicação existente na Organização possibilita a existência de canais de consulta, ou seja, que se tenha a quem reclamar”, obtém o “sim” de cinco entrevistados (F1, F2, S1, A1, A2), e o “não” de um participante (S2).

A alternativa “a comunicação existente na Organização possibilita a reivindicação, ou seja, que se tenha a quem reclamar” recebe a concordância de todos os entrevistados.

Diante da afirmativa “a comunicação existente na Organização possibilita a prática da agilidade para a solução de problemas”, cinco respondem positivamente (F2, S1, S2, A1, A2) e um responde negativamente (F1).

Cinco entrevistados (F1, F2, S1, S2, A1) concordam que a Organização “dá oportunidade para que os aspectos afetivos (manifestações pessoais) e normativos da Organização convivam em harmonia”, enquanto um não concorda (A2).

6.3 REDES DE RELAÇÕES PARTICIPATIVAS

Solicitou-se que os entrevistados assinalassem com números de 1 a 4 para cada alternativa de acordo com o que consideram que seja próprio da Organização, ou que consideram mais próximo da forma como eles vêem a Organização (“1” representa o mais correto, “2” em segundo, “3” em terceiro e “4” o menos correto). As afirmações a) e c) correspondem à democracia participativa ou popular; as afirmações b) e d) representam a democracia liberal. Quanto mais

baixa a contagem total para os conjuntos de informações, mais prevalece aquele tipo de participação. O quadro 1 mostra as prevalências.

QUADRO 1 – TIPOS DE DEMOCRACIAS COM O NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS

Organização	Democracia participativa	Democracia liberal
Centro de Educação Profissional	57	113
Sindicato dos Gráficos	66	121
Federação das Associações de Moradores	54	115

O Quadro 1 indica que ambas as democracias estão presentes, mas prevalece a democracia participativa com aproximadamente o dobro de vantagem nas três Organizações entrevistadas, ou seja, 57 no Centro de Educação Profissional, 66 no Sindicato dos Gráficos e 54 na Federação da Associação de Moradores. A democracia participativa, portanto, constitui um ponto comum importante entre as três Organizações, ou seja, os entrevistados percebem que as organizações, no modo como prestam seus serviços, propiciam a participação dos atores sociais envolvidos, embora seja necessário trabalhar diversos aspectos, como se verá no decorrer deste capítulo.

6.4 ENTREVISTA

Realizou-se entrevista aberta com os seis entrevistados, como proposto na metodologia, partindo-se de perguntas relacionadas ao sentido da ação da Organização quanto à ampliação da participação; às estratégias utilizadas para os integrantes exercerem o direito de participar; ao modo como os componentes da Organização são motivados a participar dos Movimentos; à prática da participação na Organização como preparação para a prática cívica na grande sociedade; aos fatores internos e externos de resistência à participação; ao impedimento ou impulso dado à participação dos trabalhadores no contexto atual das condições de trabalho. A partir dessas linhas gerais verificam-se a seguir os principais aspectos enfatizados pelos entrevistados, a partir de cada Organização.

6.4.1 O sentido da ação da Organização quanto à ampliação da participação

Os entrevistados foram questionados sobre “qual o sentido da ação da Organização quanto à ampliação da participação”.

6.4.1.1 No Centro de Educação Profissional

No âmbito da ação do Centro de Educação Profissional, participação e filantropia têm sentidos semelhantes, especialmente por ser filantrópico-educativa, como percebe F1:

[...] A educação tem o sentido de ampliar a participação em todos os ângulos. Acredito que pelo fato dela ser educativa, seria contraditório ter-se um sistema, um regime antidemocrático ou ditatorial, ou um sistema em que não dê liberdade para as pessoas. Então eu acredito que a filantropia tem muito a ver com ação participativa. (F1)

A percepção de F1 deixa claro que a missão da Organização filantrópica é unir educação e participação. Observe-se que F1 não afirma “sim” ou “não”, mas diz “acredito que”, ou seja, utiliza a lógica da Missão da Organização, o que seria sinônimo de dizer: se a Organização se propõe deve estar cumprindo. E o que diz o enunciado da Missão da Organização? Afirma:

Evangelizar as crianças, os adolescentes e os jovens economicamente desfavorecidos e portadores de deficiência, integrando-os à sociedade, através da formação profissional, humana e cristã, possibilitando o cultivo de valores e o desenvolvimento de suas potencialidades para crescerem como pessoas conscientes, responsáveis e solidárias. (RELATÓRIO ANUAL, 2006, p. 5)

O sentido dado pela Organização às palavras “valores”, “pessoas conscientes, responsáveis e solidárias” é explicitado no enunciado da Visão da Organização: “ser um agente de transformação, capaz de integrar as crianças, os adolescentes e os jovens economicamente desfavorecidos e/ou portadores de necessidades especiais, apostando nos mesmos como sujeitos da nova sociedade”. (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2006, p. 5). Em outras palavras, a Organização aposta em uma sociedade nova e transformada cuja ação intermediadora para essa transformação é realizada pelos sujeitos que ali recebem formação, mas solidárias com outros sujeitos sociais que têm as mesmas metas.

Na percepção de F2, o objetivo da Organização filantrópica é desenvolver nos jovens do Centro de Educação Profissional uma formação integral, “[...] ou seja, além da parte técnica [forma] também a parte humana e a parte cidadã; e isso com certeza gera participação. Eu acredito que eles também possam participar dentro do nosso processo de educação, com algumas sugestões” (F2), o que é diferente de participar da caixinha de sugestões.

O depoimento de F2 demonstra uma análise do que é lógico quanto ao sentido da atividade da Organização filantrópica, que é o de ampliar o espaço de participação. Nesse momento, F2 não se posiciona a respeito de sua realização concreta ou não, o que ocorrerá posteriormente.

Na percepção de F1, os atendidos filantropicamente podem reivindicar seus direitos; e a organização não impõe, pois

a formação ideal é aquela na qual se tem a vez e a voz. E se a gestão não for participativa, ela não dá a oportunidade de se ter nem vez nem voz; são sistemas que caem de cima. Então, se se tem um sistema mais horizontal e de participação, isso tem influência sim, e torna ainda mais filantrópica a participação, porque a pessoa participa da sua própria ação formativa. (...) Acredito que a filantropia leva em consideração o direito de ser atendido, mas de uma forma participativa. Os atendidos podem muito bem reivindicar os seus direitos e serem atendidos nos seus direitos, de uma forma participativa naquilo que eles precisam. E não a organização impor aquilo que acredita ser de direito, aquilo que ela acredita que eles precisem. A Organização não impõe. (F1)

No entanto, no item 2.2.2, letra e) do questionário (Anexo), F1 opta pela resposta não, ou seja, não concorda que a comunicação existente na Organização “possibilita a prática da agilidade para a solução de problemas”, embora concorde que a comunicação oferece canais de consulta para que as reclamações sejam encaminhadas à Organização e que esta proporciona a convivência harmoniosa entre as manifestações pessoais dos atendidos e os aspectos normativos da organização.

Diante disso, sugere-se que a Organização, além de oferecer espaço para que os atendidos reivindiquem seus direitos de forma participativa, aperfeiçoe também a agilidade na solução dos problemas.

Cabe observar também que F1 concorda que os dirigentes consultam obrigatoriamente os demais, em algumas ocasiões, e que a decisão final pertence aos diretores (opção c), no entanto, contraditoriamente, concorda que os diretores se obrigam a justificar sua postura ao aceitar ou rejeitar as propostas elaboradas

pelos não-diretores (opção d), posicionamento também assumido por F2. Ambos os entrevistados concordam que aqueles que não pertencem à administração exercem função direta na eleição de um plano de ação (opção e). F2 não concorda com a afirmativa b), por esta afirmar que a consulta dos membros da Organização por parte dos dirigentes ocorre de modo facultativo ou depois que as decisões já foram tomadas. Mas tanto F1 e F2 concordam que na Organização há uma participação parcial das pessoas quanto à formulação das políticas internas atuais, bem como com o estabelecimento de objetivos e de metas, com a elaboração de planos e com as alocações de recursos.

Quanto às contradições das respostas dos entrevistados, lembra-se de uma observação significativa realizada por Bourdieu (2002, p. 55). Trata-se de uma cena apresentada num palco na qual participantes desenvolviam as mais diferentes estratégias para terem sucesso na luta simbólica, que no caso se referia

[...] à capacidade reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate; são expressões das relações de força objetivas entre os agentes envolvidos e, mais precisamente, entre os campos diferentes em que eles estão implicados (...). A interação é a resultante visível e puramente fenomênica da intersecção dos campos hierarquizados.

Da mesma forma, não se pode esquecer que muitas vezes os entrevistados preferem, diante do entrevistador ou do questionário, responder aquilo que não entre em dissonância com o que o público sabe positivamente e/ou publicamente de uma Organização. E isso faz parte de sua maneira de perceber os fatos, mas que em uma análise de mestrado não pode ficar despercebida.

F2 aponta também um diferencial na Organização filantrópica em relação às não-filantrópicas:

Eu penso que a nossa organização é diferente de um outro tipo de empresa que tem simplesmente o objetivo do lucro, o objetivo econômico. E existe toda uma outra preocupação pelo fato ser uma entidade filantrópica. Naturalmente que se visam os resultados econômicos para manutenção da atividade, mas existe uma preocupação com o ser humano que é hoje, vamos dizer assim, o diferencial de uma entidade de Terceiro Setor, que se propõe a trabalhar com pessoas. Por outro lado, é importante que essas pessoas também sejam agentes de transformação. (F2)

Em outras palavras, como refere o Planejamento Circunstancial para 2006a, da Organização, “o Centro objetiva proporcionar aos jovens e adolescentes condições favoráveis para exercerem sua cidadania [...]”. (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2005, p. 6)

Então a Organização já teria atingindo totalmente a maturidade? Na percepção de F2, a maturidade ainda não é suficiente, pois

[...] como temos bastante colaboradores facilmente podem se infiltrar outras necessidades e talvez não se consiga realizar um trabalho efetivo em curto prazo. Mas eu penso que nós, enquanto entidade formativa que trabalha com essa clientela mais necessitada, devemos buscar em médio prazo e longo prazo, que tanto colaboradores, como educandos futuramente possam também expressar mais suas necessidades. (F2)

Lembra-se aqui que a maior expressão das necessidades ocorre pela maior participação, pois, como refere Pateman (1992, p. 75), “[...] O desenvolvimento de um senso de eficiência política parece depender do fato de sua situação de trabalho lhe proporcionar alguma perspectiva de participar das tomadas de decisões”.

6.4.1.2 No Sindicato dos Gráficos

O sentido da ação sindical para ampliar a participação dá-se no afastamento do individualismo por meio da busca de novos componentes, como percebe S1:

[...] o sindicato trabalha (...) para buscar cada vez mais associados para formar um grupo maior, e através desse grupo maior, com ações comunitárias, com ações coletivas, cada vez mais buscar e fazer um enfrentamento realmente. Porque de maneira solitária não se consegue chegar a um denominador comum. (...) No sentido coletivo, no sentido fraterno, no sentido solidário, que é um dos principais vértices da criação do sindicato, esta pessoa acaba não ultrapassando essas barreiras. (S1)

Na percepção de S1, os aspectos fraterno e solidário são os “vértices da criação do sindicato”. A ampliação da participação para os componentes dos sindicatos é percebida por S2 como uma “dificuldade muito grande”, primeiramente da participação do sindicato: “[...] temos uma dificuldade muito grande em relação à participação ativa do trabalhador associado. E se buscam meios e mais meios e não se consegue fazer fluir essa questão de ter a participação”. (S2)

Diante disso, o sindicato realiza eventos, como explica S2:

[...] no dia 10 de março, nós tivemos um evento direcionado à mulher, que é uma coisa nova para a entidade, por incrível que pareça. Há alguns anos, nós temos realizado isso. Mas é uma forma de fazer com que haja participação, ainda que muito pequena. Mas temos, durante o ano, várias atividades direcionadas para o trabalhador, naquela tendência de fazer com que ele venha a participar. (S2)

A dificuldade de participação ocorre também por parte daqueles que já faziam parte do sindicato e que se faziam presentes em algumas atividades, mas que não participam das Assembléias, como explica S2:

As assembléias, que na realidade deveriam ser os eventos com maior participação, porque ali se vai decidir a questão salarial e social, enquanto convenção coletiva, o trabalhador não tem uma participação nem perto daquela que nós temos em outros eventos, e essa deveria ser a participação maior. (...) Nós temos em torno de quatro a cinco eventos durante o ano. E os de menor participação que temos são os mais importantes: as assembléias. Porque as outras questões são direcionadas para a parte social, (...) mas não são as mais importantes. (S2)

A participação das assembléias gerais, ordinárias ou extraordinárias, inclusive, em suas deliberações, não se constitui apenas em um direito estabelecido pelas normas do Sindicato dos Gráficos, como define o art. 7 do seu Estatuto Social, mas é também um dever definido no art. 10, letra b) do mesmo Estatuto. (SINDICATO DOS GRÁFICOS, 2006, p. 5)

S2 relaciona a dificuldade de participação das Assembléias com aquilo que chama de “cultura” existente no Brasil: “[...] E a questão da participação não é somente fraca em relação à nossa categoria, isso é a cultura existente no Brasil, e temos trabalhado com outras entidades, e as dificuldades são idênticas ou maiores”. (S2)

Ao realizar essa relação, S2 saí do círculo restrito do Sindicato dos Gráficos e amplia sua observação, fazendo uma análise de como agem os trabalhadores Gráficos e outros sindicatos no contexto brasileiro. E deixa claro que o maior problema vivenciado atualmente não é o trabalhador ter oportunidade de participação, mas é a oportunidade de participação e mobilização existir e os trabalhadores não aproveitá-las adequadamente.

Essa situação é vista como consequência de um dos elementos componentes do projeto neoliberal denominado por Montaño (2003, p. 27) como

“ofensiva contra o trabalho”. Quer dizer que com a contínua complexificação da produção também as relações sociais se complexificam.

Essa situação é denominada por Mota (1991, p. 27) de “cultura da crise”, que leva ao desemprego e ao subconsumo. Diante de tais ameaças, individualmente, o trabalhador “tende a se preocupar mais por manter, em algum nível, os direitos adquiridos (conquistados historicamente) do que por lutar por um projeto alternativo ou trabalhista, o que fragiliza na luta/negociação com o capital”. Embora muitos trabalhadores já tenham ultrapassado essa crise e tenham optado pela luta coletiva, outros ainda não se decidiram.

Além do que dizem Montaño e Mota, a “grande dificuldade” sentida pelos representantes do Sindicato dos Gráficos, apesar de concordarem que a comunicação existente na organização possibilita a circulação da informação por meios informativos, que existem canais de consulta e agilidade na solução dos problemas, conforme o item 2.2.2) do questionário (Anexo), essa “grande dificuldade” pode ter como causa a não realização periódica de pesquisas de campo que questionem os associados sobre os motivos do porquê eles não participam das Assembléias na frequência esperada pelos dirigentes e que expressem os significados que dão aos sindicatos atualmente.

Nota-se também que em resposta ao item 2.2.1 a) do questionário (Anexo) S1 e S2 concordam que “os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas”, ou seja, não haveria a consulta dos associados antes da tomada das decisões. No entanto, pode ser que os entendimentos de S1 e S2 referem-se, talvez, à informação sobre a continuidade das decisões tomadas, pois, na continuação, S1 opta pela concordância, na resposta d) do questionário (Anexo), que se refere à elaboração de propostas por parte dos não-líderes que exige da direção justificativa após aceitação ou rejeição, e a concordância ocorre na opção e) do item 2.2.1 do questionário (Anexo), sobre a co-decisão, colegialidade, ou seja, que os que não pertencem à direção/administração agem diretamente na eleição de um plano de ação. Por sua vez, S2 discorda fortemente que a decisão final sobre o fato daquilo que era discutido pertence aos diretores. S1 e S2 concordam parcialmente que a formulação das políticas internas atuais da Organização, a determinação de metas, a elaboração de planos e a alocação de recursos é discutida no Sindicato

com a participação parcial das pessoas. Suas percepções vão se definindo no decorrer dos próximos itens.

6.4.1.3 Na Federação das Associações de Moradores

No âmbito da Federação das Associações de Moradores, a ampliação da participação concretiza-se à medida que se torna possível a organização das comunidades, ou o fortalecimento dessa organização, visando a busca conjunta da solução dos problemas. Como isso ocorre? Conforme a percepção de A1, realiza-se em três dimensões:

Como primeira dimensão, a organização ocorre " [...] através de ações próprias delas [das comunidades], na luta junto ao poder público, dentro da compreensão de direito e de cidadania e, portanto, cobrando, exigindo do Estado soluções para os seus problemas".

Como segunda dimensão, realiza-se um envolvimento mais concreto, caso o Estado não resolvesse o que era solicitado, como explica A1:

[...] se este Estado não tem condições de responder, ou se existem Governos que não têm condições de responder, a comunidade tem que se envolver concretamente para ajudar a constituir Governos que tenham outro grau de compromissos, e ajudar a lutar por um Estado mais transparente, mais democrático, mais aberto ao controle social. Acredito que o Movimento Humanitário tem essa dimensão, de estar organizando a comunidade ao redor daquelas necessidades imediatas que são sentidas – assim como as necessidades imediatas dentro das quais as pessoas se mobilizam – e, ao mesmo tempo, de estar ajudando a entender que não existem soluções mais profundas, mais capazes, sem a ação das “massas”, para mudar, inclusive, a estrutura social que está aí. (A1)

Nesse aspecto, A1 percebe a importância da Federação da Associação de Moradores ao impulsionar as articulações do Município, das Associações nos bairros e nas vilas, sempre se voltando à participação em “massa”, para

[...] poder ir atrás da solução dos problemas, compreendendo que muitas soluções só haverá se mudarmos Governos, se mudarmos o Estado, se mudarmos a própria sociedade que está aí, essencialmente opressora, exploradora, injusta. (A1)

Como terceira dimensão, A1 defende a necessidade de transcender os limites da Federação de Associação de Moradores, pois

[...] o sentido geral é de garantir uma sociedade justa, democrática e que permita o acesso de todas as pessoas a todos os bens que são produzidos; bens de serviços e conjuntos de equipamentos da vida moderna (...). Esse é o sentido maior, seja poder ter hospital, seja poder comprar, seja poder ter trabalho, seja a geração de renda, enfim, tudo o que faz com que as pessoas se sintam bem. (A2)

As considerações de A1 concordam com Pateman (1992, p. 60), que afirma: “A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente”.

Em outras palavras, A1 e A2 almejam a realização das mudanças sociais cuja base está no art. 2.^o do Estatuto Social que assim indica a finalidade da Organização:

[...] tem por finalidade encaminhar e reivindicar, junto com as filiadas, aos poderes públicos e entidades particulares em geral medidas que proporcionem à comunidade melhores condições de: I Moradia; II Saúde, educação, cultura, recreação e assistência social; III – Segurança e promoção dos direitos humanos; IV - Transporte e mobilidade urbana; V - Desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente, defesa do consumidor e outros melhoramentos; VI – De participação popular na definição e controle da execução das políticas públicas; VII – De luta pela defesa da democracia e soberania nacional. [...]

Quando A1 diz que “não existem soluções mais profundas, mais capazes, sem a ação das ‘massas’, para mudar, inclusive, a estrutura social que está aí”, e quando A2 afirma que é preciso pensar para além da Federação para garantir que os bens produzidos sejam distribuídos para todos, deixam claro a sua tentativa de salvar, como lembra Borón (1998, p. 108), a “figura do cidadão e da democracia, e as perspectivas de uma cidadania participativa e autogovernada e de um capitalismo democrático”.

Observa-se no posicionamento de A2 que, ao contrário de A1, ele concorda, no item 2.2.1) b) do questionário (Anexo), que a consulta dos demais membros por parte dos dirigentes é facultativa e que, conforme c), a consulta é obrigatória mas a decisão final pertence aos diretores. A1 discorda fortemente sobre a consulta ser facultativa e discorda que na consulta obrigatória a decisão final pertence aos diretores, bem como, em d), discorda que os não-diretores ou não-líderes elaboram propostas e recomendam medidas que a direção aceita ou rejeita, mas as obriga a justificar sua posição. A respeito do item 2.2.2) do questionário (Anexo), A2 nega que a comunicação existente na organização abre

canais de consulta para que os associados possam perguntar, enquanto A1 afirma que essa possibilidade existe. Ambos concordam que há a participação parcial das pessoas na formulação das políticas internas atuais da Organização, na elaboração de planos, dos programas atuais e na alocação de recursos e administração de operações.

As diferenças dos posicionamentos dos entrevistados suscitam a consideração de dois modos de interpretação: no primeiro, a consideração de que a percepção é determinada por fatores internos e sofre influência das experiências vivenciadas pelo entrevistado. (LEAVITT, 1976). No segundo, que as aparentes contradições manifestadas no preenchimento do questionário podem estar sinalizando para algo que deva ser aprofundado pelos próprios entrevistados sobre, talvez, um terceiro posicionamento que seja mais compatível com a Organização no momento presente.

6.4.2 Estratégias dos integrantes da organização visando a participação

Os entrevistados são abordados quanto às “estratégias mais utilizadas pelas Organizações para os integrantes exercerem o direito de participar”.

6.4.2.1 No Centro de Educação Profissional

A principal estratégia utilizada pelo Centro de Educação Profissional, para a concretização da participação sistemática, ocorre por meio de seis aspectos, conforme percepções de F1 e F2:

- a) primeiramente por meio do Conselho Operacional, do qual participam apenas algumas coordenações, porque não podemos ter um conselho muito extenso, até pela prática que requer;
- b) os Planejamentos Anuais, que são realizados com pelo menos uma representação participativa de cada setor, até porque são muitos colaboradores, e não haveria como nessa primeira instância termos uma representação participativa mais global;
- c) as reuniões mensais, instrumento que permite que passemos nos setores, ouvindo decisões já tomadas, conversando sobre idéias e sugestões;
- d) pesquisa de satisfação com os educandos, e acredito que esse seja um instrumento interessante para podermos analisar o próprio andamento da entidade;
- e) o feedback, o mais importante, pois independentemente da marcação de tempo e de horários, no qual se consegue, com certa freqüência, ouvir e extrair muitas sugestões; sugestões essas que

- podem também ser feitas por escrito, para melhorias na instituição. (F1)
- f) o SPM (Sugestão Para Melhorias), que é o instrumento de participação mais conhecido e que se encontra disponível para todos os colaboradores. É um dos meios que se utiliza e pelo qual as sugestões são documentadas, registradas analisadas, divulgadas e por fim é dado o retorno para a pessoa que sugere. (F2)

Nos documentos da Organização, são apontados projetos que envolvem outros planos de ações e estratégias, principalmente relacionados à busca de parcerias, como: a intensificação da parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), com o objetivo de obter auxílio na capacitação e manutenção dos cursos; a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Social (SENAI), com o objetivo de aprimorar a parceria atual; o aprofundamento das relações com o Ministério do Trabalho, com o objetivo de aumentar o número de bolsistas e cotistas; a organização de encontros com empresários, visando a criação de grupos de amigos do Centro e o convênio com a prefeitura de Porto Alegre, com o objetivo de obter passe livre para os educandos, entre outros.

O planejamento das ações e estratégias é elaborado com a participação de todos, mas

[...] existem algumas equipes mais atuantes dentro Centro, com as quais são definidas estratégias em várias áreas. Depois é realizado todo um trabalho de controle dessas informações, definindo-se em conjunto com os participantes quais as ações que serão implementadas e quais as áreas em que se vai atuar. (F2)

A participação dos colaboradores se manifesta diretamente, na percepção de F1, por meio do diálogo e por canais de comunicação, como formulários com sugestões e caixinha de sugestões, as quais “[...] posteriormente são coletadas e encaminhadas para uma avaliação; e sempre é dado um retorno ao colaborador, se a sua sugestão vai ser implementada e qual é o prazo”. (F1)

Parcerias, troca de informações, canais abertos de comunicação são “condições fundamentais da participação” (PATEMAN, 1992, p. 130). E à medida que esses itens estão presentes, conforme Hegner (1986), constituem o altruísmo (serviço para o bem-estar alheio), a lealdade (coordenação de ações orientadas pelo coletivo) e a reciprocidade (baseada em relações de trocas). Sobottka (2002)

posiciona as organizações filantrópicas no âmbito do altruísmo ou serviço para o bem-estar alheio.

Nas parcerias com outras Organizações circulam também dádivas. Para os seguidores do cristianismo, apregoa-se o dar a outrem sem esperar retorno. Já entre os habitantes da Melanésia, e da Polinésia, e, atualmente, em muitas outras regiões, a circulação das dádivas faz parte de um sistema que mantém grupos unidos e bem relacionados por meio do dar, receber e retribuir. As dádivas são recebidas, depois são retribuídas, não imediatamente, pois seriam objetos de desprezo, mas constituem uma espécie de intercâmbio “nobre, cheio de etiqueta e generosidade” (MAUSS, 2003, p. 140), são retribuídas ao longo de um tempo que tem sentido para os envolvidos. Mas o sentido das trocas não termina ali pois concretiza relações sociais duradouras, que sempre recomeçam e se atualizam entre as Organizações Cívicas Solidárias.

6.4.2.2 No Sindicato dos Gráficos

O Sindicato dos Gráficos também realiza diversas estratégias para ampliar a sua e a participação dos associados. A primeira delas tem como meta exercer o poder de atração de novos elementos e o maior comprometimento dos associados. A atração dá-se por meio de seminários, cursos, e esportes, como futebol, torneios, campeonatos, festas e da aquisição de uma sede campestre, em 1997, “que é um crescimento que nós tivemos, porque o lazer também é de suma importância para os membros da categoria”. (S1)

Apesar das iniciativas citadas, o entrevistado lamenta a falta de participação:

[...] já não se consegue mais, como em tempos atrás, e acho que é uma questão de consciência trazer as pessoas para as assembleias, até mesmo para seminários. É uma dificuldade, a pessoa sempre tem um compromisso, sempre tem uma história ou outra, e o sindicato acaba ficando em segunda opção. (S1)

Mesmo assim, segundo Escouto (2003, p. 103), que também estuda este Sindicato dos Gráficos, apesar das dificuldades encontradas, “a atuação dos trabalhadores no movimento sindical continua sendo fator concorrente para o despertar da cidadania”. (ESCOUTO, 2003, p. 103)

Mas não se pode esquecer que essa não-participação remete à reflexão de que a esfera do consumo do trabalhador é atingida por dificuldades surgidas na prática do capitalismo, pois, como também explica Antunes, o capitalismo faz do tempo livre do trabalhador um tempo sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias: "O ser social que trabalha deve somente ter o necessário para viver, mas deve ser constantemente induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos produtos". (ANTUNES, 2000, p. 100)

Diante disso, não existe outro caminho senão a persistência das lutas sociais em seus antagonismos no confronto entre o capital social total e a totalidade do trabalho, embora assumam as características de cada país ou região. E para tanto a participação nas assembleias e outras atividades do Sindicato são de fundamental importância.

Por outro lado, é preciso considerar que algumas pessoas não compreendem da mesma forma essa luta coletiva. Então, quando S1 lamenta a dificuldade de obter a participação dos associados, o que é perfeitamente compreensível, precisa considerar também, possivelmente, as histórias pessoais daqueles que não comparecem. Sugere-se, como se disse anteriormente, investigar os significados que eles dão à realização das assembleias, dos encontros e reuniões do Sindicato. Ao realizar esse levantamento, possivelmente, surgirão indicações de novas formas de vivenciar o sindicato hoje. O que há em comum entre o Sindicato e o associado é a mesma necessidade de participação e de mobilização para garantir os direitos sociais de modo coletivo, talvez seja ainda necessário encontrar uma estratégia específica para que os encontros (assembleias, seminários, etc.) sejam vivenciados por todos.

6.4.2.3 Na Federação das Associações dos Moradores

Na Federação das Associações de Moradores, uma das estratégias básicas utilizadas é a motivação da participação interna, ou seja, que "as diretorias promovam as eleições nos tempos determinados e não fiquem usufruindo da entidade além do que faculta o estatuto". (A2). Além disso,

[...] existe [por parte das lideranças] um esforço muito grande de fazer com que as associações e as uniões municipais tenham as suas instâncias funcionando efetivamente, que impulsionem a realização de

assembléias de moradores para que, efetivamente, a comunidade se envolva na construção das soluções. (A2)

Novamente é demonstrado o esforço de A2 para que as reuniões coletivas se realizem. E A1 relata algumas atividades: congressos a cada dois anos, nos quais participam as delegações representantes de cada município do Brasil, e nos quais é eleita uma diretoria. Além disso,

[...] nós realizamos assembléias em mais ou menos 500 municípios brasileiros. Cada município possui um critério de código de participação, cada município tem contato com a confederação, com a sua federação estadual, municipal. E dali saem os delegados. (A1)

A1 diz que utilizam ainda como estratégias os encontros estaduais, que depois se transformam em encontro nacional. Uma outra alternativa dos encontros estaduais é a pauta, que se refere a itens, como saúde, habitação, saneamento, meio ambiente, educação, enfim ao conjunto de equipamentos que são públicos e que são comuns para todos, e que muitas vezes não são acessados por todos.

Com esse tipo de estratégia foi possível, por exemplo, aprovar

[...] a nova lei de saneamento no Brasil. A lei foi aprovada depois que realizamos uma ampla mobilização nacional com as comunidades. No debate de 05 de janeiro de 2007, o Presidente aprovou a nova lei de saneamento no país. Transcorreram 20 anos sem que houvesse uma nova lei de saneamento, e graças ao fruto dessa participação popular, juntamente com outras organizações, nós garantimos uma nova lei para o aumento do saneamento no Brasil. (A1)

A Federação se preocupa também em “ajudar as pessoas a compreenderem que não se pode resolver um problema somente pensando na sua própria necessidade. Muitas vezes, somente se vai conseguir resolver o problema se fizer isso articulado com outros”. (A2)

A melhor estratégia de participação, na percepção de A1, é o exercício de participação, ou seja, na ajuda da solução do problema de outras pessoas que estão na mesma situação, acaba-se resolvendo os problemas pessoais. No âmbito da Federação,

[...] essa é a grande experiência do Orçamento Participativo: de pessoas que começam a perceber que outras também têm problemas, e que, muitas vezes, são problemas maiores do que os seus. Assim, torna-se uma escola, onde eu me preocupo com os outros, prioritariamente com quem tem problemas maiores do que os meus, como, por exemplo, a falta total de saneamento, quando na minha rua a discussão é pelo

calçamento; então primeiro vamos resolver o problema daquele que não tem nem o saneamento básico na sua rua, depois vamos tratar de qualificar a nossa rua.

De fato, o Orçamento Participativo é apresentado como conquista, pois, segundo Santos (2003), sua forma de administração pública procura romper com a tradição autoritária e patrimonialista das políticas públicas, “recorrendo à participação direta da população em diferentes fases da preparação [...]”.

Além disso prioriza-se a formação política na Federação, que é entendida como um meio de exercer a consciência crítica da lógica dominante, como explica A1:

[...] existe uma coisa importante que temos que retomar muito hoje, que é a formação política, a formação comunitária, porque somos condicionados, desde o seio materno, por uma lógica dominante que se entranha em nós muito profundamente e que precisa de alguma forma ser quebrada. Isso se faz tanto pela prática participativa, real, concreta, como pela discussão, no debate sobre esta mesma prática e sobre outras práticas alienadoras que nos oprimem. (A1)

Na percepção de A1, a Federação estimula seus representantes a não delegarem o poder de resolver problemas sociais, como estratégia de

[...] impulsionar de fato para a participação na sociedade, nos conselhos, nas juntas decisórias, no voto inclusive. O voto em si é algo limitado, mas é uma coisa importante. Que não pode ser nunca uma delegação de poder. Eu escolho representantes para exercer funções num período determinado, mas não abro mão do meu poder de estar ajudando a resolver aqueles problemas para os quais eu elegi aquele representante.

Escolher representantes não significa, portanto, delegação de poder. Pateman (1992, p. 60) alerta que “[...] a existência de instituições representativas em âmbito nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou ‘treinamento social’, precisa ocorrer em outras esferas [...]”.

A Federação apresenta recentemente algumas propostas para o Rio Grande do Sul, no âmbito da “geração de renda e de trabalho, sim”; “tarifaço com aumento de impostos, não”. (FEDERAÇÃO, 2006). Entre as propostas destacam-se: o fim da guerra fiscal, o combate sistemático à sonegação tributária, a retomada do pacto federativo e a renegociação da dívida dos Estados com a União, uma verdadeira reforma tributária nacional e um Estado eficiente e eficaz que tenha uma política que “ajude os cidadãos a dar encaminhamento ágil na

solução dos seus problemas ou da implementação de projetos”, entre outros., como a formação política. (FEDERAÇÃO, 2006b, página avulsa)

A priorização da formação política é uma iniciativa importante. Bourdieu lembra que o capital político é uma forma de capital simbólico, “*crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem”. (BOURDIEU, 2002, p. 187-188). Esse capital político só existe porque quem está sujeito acredita que existe. Então, como diz Bourdieu (2002, p. 188), se o “homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele”, questiona-se: por que não modificar essa confiança por meio da formação política da Federação de Associações de Moradores?

6.4.3 Motivação dos componentes da organização à participação dos Movimentos

Pergunta-se ainda aos entrevistados “como os componentes da Organização são motivados a participarem dos Movimentos?”.

6.4.3.1 No Centro de Educação Profissional

Os entrevistados do Centro Educacional Profissional entendem como Movimentos as atividades organizadas internamente, desde o ano de 2006, quando

foram ampliadas as reuniões realizadas nos setores, uma vez por mês, entre o Conselho Operacional, as chefias e os educadores. Com a ampliação, passaram a participar também os colaboradores das oficinas e dos cursos, e se sentiu uma diferença de clima na própria oficina, assim aconteceu na Tornearia e na Mecânica. Foi possível perceber que as pessoas começaram a participar. (F1)

A maior motivação é percebida por F1 como resultado do acesso a maiores informações relativas à escola e às oficinas:

[...] Nessas reuniões não se colocava somente aquilo que acontecia de bom; eram repassados dados, informações e relatos, tanto da escola, quanto das oficinas, fossem eles positivos ou negativos, conforme as estatísticas internas. E eram também abordadas as perspectivas de novos projetos, o que se estava buscando, mas principalmente era

deixado um momento para os colaboradores falarem, darem a sua opinião. Nos primeiros encontros evidentemente a maioria do pessoal ficou um pouco inibido, mas já a partir do terceiro e quarto encontros, aqueles mais tímidos começaram a falar e, de fato, pelo menos em duas oficinas percebeu-se uma mudança de clima, de participação e de motivação. Inclusive houve algumas “reivindicações”, algumas coisas que eram solicitadas e não atendidas. (F1)

As respostas da direção são aguardadas pelos participantes da Organização, pois, na percepção de F1, a participação requer uma troca: falar e ser correspondido de alguma forma, mesmo que seja para dizer que “naquele momento as idéias não eram viáveis por questões financeiras e de planejamento”. De qualquer forma, “o feedback da direção, ou do conselho (...) é importante; que a própria direção possa dar um retorno, um respaldo, que participe juntamente com todos”. (F1)

E como a direção do Centro Educacional Profissional age para dar o feedback? Na percepção de F1,

[...] há muito mais trabalho para a direção poder acompanhar tudo isso, porque não basta apenas organizar a participação e deixá-la andar sozinha, tem que haver os dois lados. Por exemplo, o Planejamento Circunstancial que se fez em conjunto; foram oito equipes que trabalharam. O trabalho foi muito elogiado, porém para levá-lo adiante será necessário criarmos estratégias, porque do contrário torna-se uma participação bonita na construção do planejamento, mas não na construção da efetivação deste planejamento.

O Planejamento Circunstancial anual

[...] é fruto de uma ampla discussão de todos os atores envolvidos, direta ou indiretamente com esta atividade, que sabiamente o Conselho Operacional soube condensá-las em variáveis factíveis de realizá-las, criando um cenário apropriado para o Centro alcançar seu objetivo essencial que é o de proporcionar aos jovens e adolescentes uma cidadania plena. (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2005a, p. 2)

O Centro de Educação destaca que o Cenário desejado para sua atuação orienta-se por quatro linhas fundamentais: os programas, que ampliam atendimentos, oferecem cursos e dão continuidade à implantação de pólos profissionalizantes; a gestão colegiada, que envolve a participação de todos os setores na realização das atividades; a estrutura física e tecnológica, visando facilitar o atendimento; e a pastoral, que prioriza a “formação espiritual, humana e de cidadania para os alunos e colaboradores e grupos que participam da atividade”. (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2005b, p. 2-3)

Entre outros movimentos externos, o Centro de Educação Profissional tem como meta a participação no Orçamento Participativo. (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2005, p. 10)

Os comentários de F1 e F2 lembram os comentários de Pateman (1992), segundo os quais não é a força, mas a vontade das pessoas que constituem a base da organização social e política. E que por meio da participação os componentes de uma Organização aprendem a distinguir entre seus impulsos e desejos e o que é cidadania pública e privada.

6.4.3.2 No Sindicato dos Gráficos

Na percepção de S1, a motivação para a participação dos Movimentos é um grande desafio. Por quê?

[Porque] nós temos que contar realmente com a companheirada. Sabemos que, por exemplo, em processos eleitorais, há uma participação massiva para votar, mas não é só isso. [...] O sindicato somos todos nós juntos, não é o diretor ou as paredes, na realidade é a categoria de um modo geral, e isso realmente tem sido uma dificuldade.

Algumas formas de comunicação são priorizadas, como observa S1, como o jornal bimestral gráfico, mas que têm pouco retorno porque não “existe o hábito de se discutir os problemas”. Além disso, é disponibilizada uma página na internet, mas que “infelizmente não é toda pessoa que está na indústria gráfica que tem acesso a ela; alguns setores têm. Então essa talvez seja uma ferramenta que no futuro possa ser trabalhada melhor”. (S1)

Também são motivados, por meio de visitas e da solicitação de espaço às empresas, para a realização de uma reunião de 15 a 20 minutos, que motiva a participação das pessoas, o que traz bons resultados, como explica S1:

Então nós observamos que quando nós conseguimos fazer isso, havia um crescimento, criava-se um elo, pelo menos em relação àquela demanda, com aquele determinado grupo de trabalhadores. Aquela demanda acabava forçando uma aproximação também em outras atividades. Então tudo acontecia, de uma forma ou de outra, realmente através do diálogo, ou na empresa, ou no sindicato, ou até mesmo em um barzinho perto da empresa. Interagir acaba trazendo crescimento a todos. (S1)

Do mesmo modo que expressou anteriormente A1, também para S2 é muito importante a formação dos novos dirigentes, por meio de cursos de

formação, pois eles irão assumir a frente de uma entidade sindical, e relata algumas atividades:

Nós tivemos há duas semanas atrás um curso de formação com o DIEESE, e ao longo do tempo nós temos realizado com a CUT – e nós não temos nenhuma filiação com a CUT. Um curso de formação acontece mais por direcionamento e por afinidade de pensamento, não há nenhuma questão política envolvida. (...) E existe também uma questão muito forte: todos os meses nós temos reunião de diretoria. Então, são passados os informes, é cobrada também a participação dos diretores em relação a todas as questões discutidas. (S2)

Como são as decisões? O diálogo com o corpo diretivo e a visita às empresas são fundamentais para estimular a participação do coletivo, como explica S2: "Nada é decidido somente pelo presidente, o coletivo sempre vai predominar". No entanto, há algo mais forte:

Enquanto categoria, temos buscado fazer acontecer a participação através do próprio corpo diretivo. Essa é a nossa maior fonte, da qual temos uma participação muito próxima. Vamos às empresas, embora essa realidade esteja muito longe ainda da ideal, mesmo porque o número de diretores que possui carteira de trabalho ainda é muito reduzido. (S2)

A transmissão das informações é geradora de participação, também na percepção de S2, o que ocorre pelo repasse de todas as informações e pelas respostas às questões levantadas. Além do informativo, que circula há muitos anos dentro do Sindicato dos Gráficos, existem outros informativos gráficos desde 1948. Também contam com uma ferramenta nova, o *site*, que tem um ano de existência e de trabalho por parte do Sindicato, mas nem todos têm acesso, como disse S1. No entanto, acreditam que a melhor forma de agir é "o contato direto com o trabalhador. Embora existam deficiências, a casa do trabalhador é o sindicato". (S2)

A apresentação do Sindicato como casa do trabalhador acontece pelo costume de transmitir as informações a todos. Segundo Pateman (1992), os sindicatos podem desempenhar um importante papel ao obterem e transmitirem informações, não somente do interesse dos trabalhadores, mas também sobre o que os administradores estão fazendo.

Segundo S2, o Sindicato dos Gráficos acredita no trabalho corpo-a-corpo e na veiculação de boletins, cartazes e no trabalho da direção, para a divulgação das Assembléias, cuja convocação deve ser feita por edital, por ser questão

estatutária. A convocação é realizada também pelo *O Gráfico*, jornal do Sindicato dos Gráficos, como este anúncio de fevereiro de 2007:

O sindicato está convocando os trabalhadores gráficos para a Assembléia Geral, que acontecerá no dia 06 de março, na sede social, a partir das 18h30min. A Assembléia Geral Ordinária, que vai apresentar a prestação de contas do ano de 2006 e a previsão orçamentária para 2007, terá início às 18h30min, em primeira chamada, e à 19h, em segunda chamada. Na seqüência, às 20h, terá início a Assembléia Geral Extraordinária, que vai discutir o Contrato Coletivo de Trabalho (dissídio). **Este é um momento importante para os trabalhadores.** É a partir da nossa pauta que vamos garantir um bom acordo. Por isso, é necessário que todos os trabalhadores participem da construção da pauta de reivindicações, dando respaldo ao Sindicato frente aos patrões na mesa de negociações. (O GRÁFICO, 2007, p. 1, grifo do Jornal)

Na convocação fica claro o apelo para a participação da Assembléia Geral e a importância da pauta de reivindicação, fortalecendo o Sindicato nas negociações a serem realizadas.

Um outro problema encontrado pelo Sindicato dos Gráficos refere-se ao banco-de-horas:

A ferramenta negativa do banco-de-horas é que o trabalhador se torna um escravo, porque o empresário o dispensa, no momento em que não tem serviço, e, no momento que tem, ele o traz. (...). Normalmente, se gera um número de serviço muito grande de quinta-feira em diante; e em geral os eventos acontecem no final de semana, porque imaginamos que a folga do trabalhador vai se dar ali. Então, muitos fatores colaboram negativamente para a não participação do trabalhador; é preciso se ter o cuidado para não errar na análise sobre a participação ou não do trabalhador. (S2)

Nesses depoimentos fica claro o papel educativo dos novos dirigentes e dos associados por meio da preocupação com a formação política, com as visitas às empresas, com o trabalho corpo-a-corpo, com a transmissão de informações, entre outras iniciativas. Esse é o papel mais importante da participação na teoria da democracia participativa, (...) a educativa; “educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos”. (PATEMAN, 1992, p. 60-61)

6.4.3.3 Na Federação das Associações dos Moradores

Os entrevistados da Federação da Associação dos Moradores respondem que para ocorrer a motivação à participação dos Movimentos, deve-se realizar a

releitura dos fatos por parte das pessoas, o que leva à socialização e à luta comunitária, como explica A1:

[...] É preciso reler, socializar, fazer as pessoas perceberem como quase tudo o que existe foi através da luta comunitária, e que houve sim ajuda, colaboração, parceiros, mas que se não fosse aquele movimento inicial, nada aconteceria. Essa é uma das coisas que se tem utilizado muito, ou seja, mostrar frente, trazer outras pessoas, trazer experiências de fora, ou levar lideranças para outros lugares, para que de alguma forma essas pessoas possam contar a própria história. (S1)

Para A1, o mais importante é “quebrar o sentimento de impotência que as pessoas muitas vezes têm diante dos fatos”, principalmente quando as vitórias são escassas como vêm ocorrendo no atual contexto neoliberal, e explica porque a Federação tem um papel específico:

Atualmente, as classes trabalhadoras, as classes populares, têm perdido muito; toda uma série de direitos que conquistaram foi perdida, quer dizer, a cidadania foi recuando (...) E o nosso movimento comunitário sente muito. (...) Por exemplo, o Orçamento Participativo, nós participamos muito no Orçamento Participativo aqui em Porto Alegre. Mas não necessariamente ele é purificador, na medida que ele não entra nesse debate, não enfrenta o debate com o Estado, aquele serviço histórico; ele não só desconstrói uma condição historicamente anti-popular, como passa a idéia de que, dependendo do Governo, aquela máquina vai funcionar a favor do povo quando nós sabemos que não é bem assim (A1)

Para A2, os participantes da Federação das Associações de Moradores são motivados a participar dos Movimentos pela reflexão sobre as

(...) dificuldades que as pessoas enfrentam no seu local de moradia, no transporte, na segurança. O poder público é insuficiente ou incapaz de solucionar alguns problemas, e o movimento organizado pode sim fazer questionamentos, e ao fazer questionamentos ele motiva e mobiliza as pessoas para determinadas pautas (...). Podemos ir para a área da habitação, para os programas de crédito da Caixa Federal. Existem vários programas que são para pessoas de baixa renda, mas as pessoas que estão no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Centralização dos Serviços dos Bancos de Sociedade Anônima (SERASA) não têm acesso aos créditos. Isso mobiliza e motiva as pessoas a participarem dessas atividades, dessas “massas”, dessas passeatas, caminhadas, bloqueio de estradas, ocupações de terrenos públicos ou privados. É um conjunto de motivações que mobilizam as pessoas. (A2)

A reflexão sobre esse conjunto de fatos motiva as pessoas a se mobilizarem, refere A2, que acrescenta:

Quando as pessoas vão ao Posto de Saúde e não são atendidas, quando não conseguem uma marcação de consulta, não encontram um médico especialista, essas pessoas percebem que esse é o poder de um

Estado insuficiente. (...) Hoje no Brasil há um patamar de déficit que não pode ser ultrapassado. Nós acreditamos que essa política está errada, nós precisamos avançar. Temos que ter mais recursos para a saúde preventiva, por exemplo, e não para os hospitais (...) Nós acreditamos que se pudéssemos curar as pessoas lá no seu bairro, na sua vila, antecipar os recursos para essa área soro-preventiva, seria um grande avanço (A2)

Mas depois da reflexão e antes da mobilização algo intermediário se faz necessário, novamente a formação política. A1 confirma a importância da **formação política para resolver o problema de todos**. Mas que tipo de formação seria?

Formação, que é socializar uma construção de um conhecimento histórico; não é simplesmente socializarmos o que nós sabemos. Um senso comum, ele é socialização de percepções. Nós temos que ir mais a fundo. E a formação política não é necessariamente motivadora, mas ela ajuda a compreender os passos que devem ser dados e que irão motivar a pessoa a dar passos. A motivação não é necessariamente a coisa a priori. Provavelmente essa consciência vai me ajudar a ver o tamanho do problema que vou enfrentar, mas eu tenho consciência dos riscos, que são necessários para fundamentalmente, no conjunto, superar aquela dimensão de pensar na solução somente o meu problema, ou o problema dos meus familiares. (A1)

A1 insiste na idéia de coletividade, de povo, de classe, “que hoje é uma idéia quase abandonada”, de perceber que se faz parte de uma “classe oprimida, explorada”, ou seja, de recuperar aquilo que Mill (1963, p. 186) atribuía ao âmbito local:

Não aprendemos a ler ou a escrever, a guiar ou a andar apenas porque alguém nos diz como fazê-lo, mas porque o fazemos, de modo que será somente praticando o governo popular em pequena escala que o povo terá alguma possibilidade de aprender a exercitá-lo em maior escala.

No primeiro parágrafo do Programa da Federação, afirma-se:

O que mais aprendemos em nossa experiência do Movimento Comunitário é que só com muita mobilização e muita organização da população se conquistam melhores condições de vida para todos. E, se algo já mudou em nosso país, um longo caminho ainda resta a ser percorrido para fazer do Brasil um país soberano, socialmente justo, democrático, com paz e bem-estar para todo o seu povo. (FEDERAÇÃO, 2006, p. 1)

A Federação assume o compromisso de contribuir socialmente pela superação do neoliberalismo; por um projeto de desenvolvimento sustentável, em defesa da água como bem público universal, pela democratização dos Meios de

Comunicação, em defesa da política de segurança, entre outros. (FEDERAÇÃO, 2006)

A formação política proporciona também a possibilidade da vigilância na fiscalização dos governantes por parte dos trabalhadores. Dias Neto (2005, p. 65) acentua que “o grau de civismo se afere também pela horizontalidade das relações políticas”.

6.4.4 Prática participativa na organização e participação na sociedade

Os entrevistados são abordados também com a pergunta: “A prática da participação na Organização prepara a prática cívica na grande sociedade?”

6.4.4.1 No Centro de Educação Profissional

Para F1 a prática da participação na organização prepara sim a pessoa para atuar na sociedade, especialmente porque nas Organizações aprendem a trabalhar em rede e, ainda, porque a instituição contribui com a mudança social:

A nossa instituição, por ser uma organização bastante grande, ampla, possui certas redes internas, e as pessoas aprendem a trabalhar em rede. A participação vivenciada aqui é também levada para fora. Então, havendo uma formação na instituição para uma prática participativa, esse jovem, esse colaborador levará essa prática adiante, e nisso está o poder da instituição, que pode também mudar a sociedade. (F1)

A participação surge aos poucos a partir de uma base sólida na Organização. Com o tempo, fortalece-se e as pessoas a levam para a vida e “também para outros movimentos; e reivindicando, quem sabe, melhores condições dos órgãos públicos, que deveriam assegurar isso para todas as pessoas que fazem parte da sociedade”. (F2)

Trabalhar em rede, como refere F1, e como relata também Putnam (1996), tem o significado de concretizar relações de confiança e cooperação em benefício recíproco, fortalecendo os fundamentos da democracia.

As palavras de F2 remetem à linha de ação Pastoral que tem como um dos principais itens a formação humana, cidadã e espiritual dos educandos e colaboradores, com o objetivo de “integrar mais as diversas dimensões do ser,

nos aspectos: humano, profissional, cidadão e espiritual dos colaboradores e educandos”. (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2005, p. 15).

Mas é diferente se a Organização é fechada "porque quando [um de seus participantes] vai lá fora (...), vai encontrar uma outra realidade. Então, quem já trabalhou a participação internamente eu creio que, com certeza, sente-se mais capacitado”. (F1). Também Pateman (1992) defende a função educativa da participação numa Organização, pois não somente as questões ali tratadas atingem os indivíduos em sua vida cotidiana, mas também eles têm a oportunidade de agir no corpo administrativo local. Participando em âmbito local, o indivíduo aprende a prática da democracia.

6.4.4.2 No Sindicato dos Gráficos

Os representantes dos sindicatos afirmam que um dos elementos mais importantes a serem trabalhados é a questão da reivindicação, da mesma forma que é importante trabalhar a questão dos deveres.

Nós não podemos trabalhar somente os direitos; em primeiro lugar eu tenho que saber os meus deveres, eu tenho que cumprir a minha atividade com bastante competência para depois reivindicar aquilo que me é direito. Eu acredito que não importa quem seja, se o empregado ou o patrão; qualquer ator dessa sociedade tem que ter consciência disso. (S1)

Para S2, é fundamental lembrar que atualmente o movimento sindical tem menor influência em relação à formação dos trabalhadores. "E é uma pena, porque temos dados indicando que no congresso e no senado não existe a participação de trabalhadores”. Observa que no Congresso, os que representam o povo “são empresários (...), o trabalhador mesmo, aquele da base, que toca, que faz o Brasil andar, nós não temos lá representando os trabalhadores e a realidade do trabalhador é diferente da realidade do empresário”. (S2)

Além disso, há a questão da formação dos participantes do Sindicato porque quem trabalha "uma carga horária de 10h ou 12h encontra dificuldade para ter uma participação em sua formação política”. (S2).

No jornal do Sindicato *O Gráfico*, a coluna “Papo sindical” enfatiza a importância da Organização hoje para manter tudo o que foi conseguido pelos

trabalhadores no decorrer da história. Solis Souza da Silva, que pesquisou para a coluna, relata que desde o final de 1890

os trabalhadores aprenderam que era necessária uma organização permanente através dos sindicatos. Numa longa história de mais de 200 anos; nada veio de graça. A jornada de trabalho de 8 horas tem como símbolo os quatro operários norte-americanos enforcados em Chicago em 1887, num primeiro de maio. Por isso, o 1 de maio é considerado o Dia Internacional do Trabalhador. O salário, o direito de greve, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, a aposentadoria; tudo isso é resultado de muita luta dos trabalhadores em todo mundo. (SOUZA DA SILVA, 2007, p. 3)

Direitos, deveres, consciência histórica, soluções para as dificuldades da carga horária são iniciativas que podem se concretizar no âmbito do Sindicato, como um exercício de cidadania. Putnam (1996) constata que no norte da Itália, onde existe maior participação de pessoas em Associações, há maior empenho institucional, porque as pessoas já estão acostumadas a participar das soluções dos problemas e das vitórias locais. Pateman (1992) lembra que em pequenos grupos sociais a democracia participativa proporciona que cada membro participe dos debates e dos processos de decisões. Nos grupos maiores, os cidadãos devem participar, direta ou indiretamente, dos processos de decisão e devem estar presentes de alguma forma. Então, como diz Pateman (1992), a disputa pela riqueza começa pela participação local.

6.4.4.3 Na Federação das Associações dos Moradores

Para A1, a prática participativa na Organização é muito importante, pois “são os próprios sujeitos (...) que organizam seus interesses”.

Da mesma forma o *Boletim Informativo* de fevereiro de 2007, após sintetizar as principais atividades realizadas, confirma: “É só com a nossa mobilização e a nossa organização que temos condições de dar os passos que precisamos”. (BOLETIM INFORMATIVO, 2007, p. 1).

E A1 especifica que a participação comunitária deve começar nos bairros, nas vilas e nas escolas:

A participação comunitária pode levar à participação nos espaços institucionais, nas decisões dos orçamentos públicos. Mas esta participação na disputa do orçamento público, as definições de prioridades na aplicação do orçamento público devem também nos impulsionar a entender que nós devemos ir mais longe, que devemos

disputar a riqueza que está aí e que está muito mal distribuída; e que só é possível efetivamente haver essa distribuição, quando o controle sobre ela, os mecanismos de sua geração, os meios de produção não forem privados. E eu acredito que o tempo está maduro para retomar isto, talvez mais maduro do que nunca. cada participação, começando pela mais elementar lá no bairro, na vila é de alguma forma uma escola. E dificilmente quem não começar a participar nesses espaços primários vai ter oportunidade de se conscientizar dessas coisas. No bairro, para se dar conta do limite do Estado, tem que participar, lutando, brigando, mobilizando. (A1)

Como se percebe, A1 rejeita o passivismo e conclama à disputa da riqueza mal distribuída, valorizando a formação política a partir da escola.

Com base em um curso sobre formação política, organizado por seu partido, no qual é realizada uma releitura de Gramsci, que escreve na prisão *Cadernos do Cárcere*, um dos pontos de análise é o autor ter escrito da forma que pode ser entendido pelos seus e de modo a não ser entendido pelos que fazem o controle. “Falar de classes é muito difícil, porque se ele escrevesse abertamente a partir da visão dos trabalhadores comunistas havia muita censura e ele talvez não conseguisse fazer chegar ao destino desejado os seus escritos” (A1)

E o que se quer hoje? Na percepção de A1, são os seguintes aspectos:

Nós não queremos somente os empresários financiando um pouco mais o processo; nós não queremos os empresários dando um pouco mais de dinheiro para o programa “Fome Zero”; nós não queremos o governo ampliando somente as políticas sociais, que são importantes, sem dúvida nenhuma, ao passo que continua a pagar a dívida, e a manter uma política de juros que continua sendo um paraíso fiscal para os especuladores, e que continua a não taxar as fortunas, a não controlar a circulação de capitais, a circulação do dinheiro. Então se entende participação cívica também por essa luta, não somente para dividir aquele bolo que o Estado controla, mas que o modelo popular possa incidir sobre ele; uma luta que incida sobre a disputa da riqueza que está aí.

Mas hoje o sindicato não consegue com facilidade o atendimento de suas reivindicações. E isso, segundo A1, ocorre porque

[...] a lógica do modelo atual, o modelo capitalista, é altamente predador. Marx tocou muito rapidamente nessa questão; o capitalismo destrói a natureza, destrói as pessoas, e Marx trabalhou mais a questão da alienação; não desenvolveu muito a questão da natureza. Hoje em dia as consequências desta lógica predadora são assustadoras; a lógica do consumo das grandes indústrias, da produção da guerra, da destruição da natureza, não é ação dos indivíduos, é ação do modelo fundamentado a partir dos que buscam lucro a qualquer preço. Ajudar as pessoas a defender a natureza é importante, ajudar a consumir de outro jeito é importante, mas é fundamentalmente importante também mobilizá-las para quebrar a grande máquina destruidora.

Por isso A1 lembra, além de Marx, o próprio Gramsci. Ele sabe, como também refere Duriguetto (2005, p. 97), que no conceito gramsciano, a concepção de sociedade civil é o “espaço em que se desenvolvem os processos políticos que objetivam organizar os interesses de classe e projetá-los em termos de ação hegemônica no sentido da construção de um novo projeto societário”.

Nessa concepção, qual é o pressuposto organizativo? É aquele relacionado com o que expôs A1 acima: “uma práxis política consciente, coletiva e articulada das classes subalternas” (DURIGUETTO, 2005, p. 97), que é o contrário do que A1 denuncia na entrevista: “a cultura do individualismo é o consumismo”, por contribuir com a alienação, que dificulta a participação dos trabalhadores em reuniões, mobilizações e sindicatos.

6.4.5 Fatores internos e externos que dão impulso à participação

Os entrevistados são questionados sobre “quais os fatores internos e externos que impulsionam à participação?”.

6.4.5.1 No Centro de Educação Profissional

Para F1 o que impulsiona a participação é a criação de grupos afins nas atividades e nos grupos colegiados

[...] que possam dar sugestões de participação de melhoria; esse é um impulso, as pessoas sentem-se motivadas. Outro fator é a formação; quando as pessoas participam da formação e fazem uma reflexão, automaticamente, começam a perceber que são mais capazes do que pensam. Quando a organização valoriza as pessoas, e quando as pessoas se sentem valorizadas na organização, o processo alavanca. Também, outro fator importante, é a valorização de uma sugestão de melhoria e principalmente que esta sugestão seja contemplada dentro do projeto. Participar aos colaboradores os avanços e retrocessos da instituição é outro fator de impulso à participação, seja através de índices, seja através de indicativos; saber o que está acontecendo em nível de direção, em nível de estatísticas, em nível de resultados finais alcançados ou não, ou seja, passar a informação é muito importante. (F1).

Para F2, o que impulsiona a participação são as sugestões dos colaboradores, como mencionado anteriormente, além de se saber quais os rumos são almejados para a organização. Quando todas as pessoas participam e

se percebe a existência de objetivos comuns sendo implementados, “há uma motivação muito grande do grupo na busca de uma melhoria constante”. (F2) Além disso, a participação ocorre no comprometimento “[...] seja em âmbito de parcerias, seja em âmbito educacional, no nosso fim específico”. (F2)

F2 tem em comum com Pateman (1992, p. 53) a convicção de que “para transformar sua vontade em ação de um modo que não afete sua liberdade individual, os homens devem participar na organização e na regulamentação de suas associações”.

Para que os componentes da Organização se mantenham atualizados quanto à missão e aos seus principais objetivos, a Organização desenvolve o Programa 5 S, de origem japonesa, que conta com cinco sentidos, representando cinco palavras japonesas: *Seiton* (organização), *Seisou* (limpeza), *Seiketsu* (higiene) e *shitsuke* (autodisciplina). “Ao serem praticados são capazes de transformar os ambientes e a atitude das pessoas, melhorando a qualidade de vida de todos, diminuindo os desperdícios, reduzindo custos e aumentando a produtividade”. (O REFLEXO, 2006, p. 1)

6.4.5.2 No Sindicato dos Gráficos

Para o Sindicato dos Gráficos, os fatores internos que dão impulso à participação estão relacionados ao esporte, que

[...] são os eventos com maior número de pessoas participando. (...) Para participar a pessoa tem que estar sindicalizada. (...). Mas infelizmente um fator que dificulta é a questão da idade, porque quem pratica o esporte sabe que é uma atividade para certa faixa etária, que não são todos que podem participar. (...) A partir do ano passado começamos também a realizar o campeonato de veteranos, foi o primeiro, mas já houve uma boa participação, e nós imaginamos que ele tende a crescer. Por outro lado, para a área feminina – hoje existe em torno de 30 a 35% de trabalhadoras dentro da área gráfica – infelizmente estão faltando atividades exclusivas. (...) Aparentemente parece existir um machismo, parece que não se abre espaço, mas ao contrário, é a dificuldade da dupla jornada talvez; muitas vezes o próprio companheiro não permite que a companheira participe; a questão dos filhos menores também dificulta. (S1)

A confiabilidade no sindicato atrai os trabalhadores:

Temos ainda um grau de confiabilidade muito grande (...) e o trabalhador sempre teve o sindicato um pouco como a sua casa. (...) Quando as pessoas nos procuram, temos como prioridade dar um retorno, uma

posição, mesmo que seja negativo. Isso cria uma confiança, e isso ainda é um diferencial que nós temos, se fizermos um parâmetro com outras entidades. (...) Também no dia-a-dia, nós temos a questão do dentista, que é direcionada para a categoria e para os seus dependentes. Diariamente, nós temos oftalmo também, a parte jurídica. São participações positivas, que agregam positivamente. Mas digo isso com reserva, porque a participação é realmente é muito pouca. (S2)

S1 explica que

[...] para a comunidade, o nome do Sindicato dos Gráficos ainda é uma referência, externamente o nome ainda flui. Mas isso, por causa da sua história, não pela nossa direção, que foi organizada e criada agora. Isso tudo é muito forte, mas não se traduz em relação à categoria, a não ser talvez para as pessoas mais antigas, mas para os trabalhadores novos no ramo não se tem essa questão muito presente. Quando se realiza um evento festivo, há uma boa motivação em relação ao próximo evento. É um reflexo positivo, mas não é algo extremo; está dentro de uma realidade de participação pequena. E isso nós temos que encarar como real; não adianta fantasiar uma coisa que não existe. (S2)

Mas há um fator externo que é prejudicial: ocorre quando um associado elege uma direção e “ele pensa que o diretor é o padrinho ou pai dele. Ele não assimila que é fundamental que ele cobre o trabalho daquele diretor que ele colocou lá, mas que ele esteja junto”. (S1)

S2 concorda com S1 ao dizer que muitos participantes do sindicato, ao votarem em seus representantes pensam que sua tarefa está cumprida e não se interessam em cobrar ações concretas: a cobrança ajuda a manter a seriedade do cumprimento nas decisões assumidas, ou seja:

A direção do sindicato foi eleita, deram-lhe a representatividade e acreditam que essa representação vai resolver todas as questões. E pelo menos quanto à manutenção de tudo que foi conseguido ao longo do tempo, nós sempre obtivemos sucesso na negociação, mas está muito longe de ser o desejável, o necessário. Assim como cobramos dos políticos, as pessoas entendem que ao votaram elas já tiveram sua participação. Mas isso é simbólico. A participação efetiva vem depois; se eu votei, tenho que buscar, cobrar, acompanhar para saber se vai acontecer aquilo que foi promessa de campanha. E nós, enquanto direção, temos um compromisso muito sério conosco mesmo em relação a essas questões. (S2)

S1 relata que esse é um hábito que se criou. "Um bom percentual de pessoas age dessa forma. Não digo nem que pensem; eu acho que as pessoas têm consciência do que estão fazendo, mas agem dessa forma até para se excluir de estar participando, e aí não estão ajudando em nada". (S1)

Essa atitude do eleitorado não controlar seus líderes, a não ser quando o substitui por líderes alternativos nas eleições, parece fazer parte da democracia liberal, para a qual um número suficiente de cidadãos participa para manter a máquina eleitoral, e os arranjos institucionais funcionam de modo satisfatório (PATEMAN, 1992).

Mas, como relata Quintana (2001), um dos sindicalistas gráficos que se destaca na década de 50, é importante lembrar que não se conseguirá, talvez, esperar do sistema social uma vida melhor, já que o sistema é antagônico, e, portanto, é preciso lutar em conjunto: [...] “devemos prosseguir firmes na luta, na certeza de que é justamente do resultado da mesma que iremos adquirir experiências que nos possibilitarão atinar com os meios que tornarão possível a anulação do sistema de exploração”.

6.4.5.3 Na Federação das Associações dos Moradores

Na Federação da Associação dos Moradores, conforme a percepção de A1, um dos fatores que impulsiona a participação é a necessidade:

[...] A necessidade continua sendo a grande mãe das invenções, da criatividade. E eu penso que a necessidade percebida, e a possibilidade de se contar com alguém que está na luta é um pouco nosso trabalho. Não somente resolver os problemas da comunidade, mas fundamentalmente ajudar aquela comunidade a entender como ela própria pode resolver seus problemas. (A1)

Um segundo fator que impulsiona a participação é a luta. A luta retira os trabalhadores da dependência total dos órgãos públicos:

[...] Se a classe trabalhadora é quem produz a riqueza, como um todo tem que estar disposta a não mais trabalhar para os outros usufruirmos, portanto, estar disposta a dizer não à expropriação da mais-valia. Mas para isso precisa de um grau de consciência, de construção, de articulação de organismos de bases. Porque realmente para quem nunca participou de organismos e nem conhece, vai parecer que é sempre impossível. (A1)

Por meio da luta, refere A1, evita-se a subordinação dos Órgãos Públicos como a Prefeitura:

Através da luta não precisamos ficar subordinados, aceitar migalhas da prefeitura. Nós temos experiência de luta, de organizar as lutas por problemas comuns. Se faltam recursos à prefeitura, recursos federais ou estaduais, o que está faltando aqui? Organizar uma luta juntamente com

o prefeito, querer a prefeitura como parceira para ir lutar por mais verbas lá em Brasília. A prefeitura pode articular um ônibus para que possamos ir em caravana. Então, o prefeito terá que se posicionar. (A1)

A história permite que se tenha consciência das lutas históricas dos trabalhadores que conquistaram os direitos hoje existentes. É necessário recuperar a história dos vencidos, como explica A1:

A roda não precisa ser reinventada a cada situação, o conhecimento da roda tem que chegar a todos os lugares. Como podemos fazer para a roda da história andar e se aperfeiçoar? Isso se dá fundamentalmente através da recuperação da nossa história de lutas, e a partir dela na construção, que leva à motivação. Temos que compreender que as coisas não foram sempre assim, como às vezes tentam nos fazer entender: que a vida é assim, que o mais forte sempre vence. Ações humanas determinadas produzem resultados determinados. Recuperar a história dos vencidos também é importante (...) a necessidade continua sendo a grande mãe das invenções, da criatividade.

Em outras palavras, não se subordinar é uma atitude característica da democracia participativa, que envolve ainda elementos, como a necessidade de participar coletivamente, sendo vista a participação como efeito integrativo. (PATEMAN, 1992).

A importância do sindicato, portanto, no seu papel de impulsionar a participação, é a possibilidade de lutarem juntos todos os dias. É isso que é enfatizado no discurso de A1, que lembra a ideologia da Federação:

E eu penso que a necessidade percebida e a possibilidade de se contar com alguém que está na luta é um pouco nosso trabalho. Não somente resolver os problemas da comunidade, mas fundamentalmente ajudar aquela comunidade a entender como ela própria pode resolver seus problemas. Por isso, um fator que impulsiona a organização são os exemplos de organização presentes na história (...). Pequenas conquistas, muitas vezes são importantes para a motivação da luta, mas elas podem gerar acomodações. (...) Não temos que ter paciência; temos é que cobrar todo dia, acreditar que sempre podemos fazer mais do que conseguimos fazer até agora. E nós devemos continuar, não interessa quem estiver à frente do governo. Frei Beto disse que depois que trabalhou durante dois anos no Palácio, e depois que percebeu como o *lobby* está entranhado em todos os ministérios, no Planalto, no Palácio da Alvorada e no Congresso, chegou à conclusão que as ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não representam quase nada, que o povo tem que ocupar muito mais. E o governo tem que ter claro que precisa disso, é necessário, não é cobrança é estarem juntos. (A1)

A Federação orienta a Organização comunitária, conforme seu programa, por meio da autonomia do movimento comunitário, da democracia interna nas entidades e do funcionamento colegiado que garanta o respeito à pluralidade e a

unidade da ação, à formação comunitária permanente e ao fortalecimento nacional do Movimento Comunitário. (FEDERAÇÃO, 2006)

Em outras palavras, os comentários de A1 e A2 lembram que em Gramsci (2002) a união de consenso, persuasão e diálogo devem se orientar, aos poucos, para a construção de um projeto hegemônico das classes subalternas, que seja diferente do que está aí. Em que constam as diferenças? Na caminhada para a concretização de uma vontade coletiva e de um projeto ético-político de classe.

Entre os fatores externos que impulsionam à participação, como explica em sua percepção F1, estão as conquistas de parcerias, a criação de redes e o cuidado com a divulgação da imagem.

Quando fora da instituição se conquista uma abertura, ou seja, quando se consegue, através de projetos, a participação de empresas, de parcerias públicas, se está trazendo para dentro da organização uma motivação. Quando se conquista uma parceria governamental ou não governamental e se direciona essa parceria para a organização, atendendo mais e melhor, em função dessa ligação, se está gerando um fator de impulso. A própria criação de redes, muito comuns hoje e de importância primordial, favorecem à participação interna, porque se percebe que não se está vivendo em uma ilha isolada, mas que fora da instituição também existe uma continuidade. Outro fator positivo é a própria divulgação da instituição. O colaborador sente-se bem, sente-se mais valorizado, porque a sua entidade possui uma imagem positiva externamente. (F1)

Outros mecanismos externos são enfatizados por F1:

Nós participamos do Orçamento Participativo, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA), dos fóruns municipal e estadual, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMAS), da Comissão Regional de Assistência Social (CORAS). São várias instâncias máximas das quais podemos participar. E é importante participarmos, até porque são nesses conselhos que são formuladas as nossas políticas públicas. Então, participando dos conselhos e levando a entidade e a sua filosofia ao conhecimento de todos, é possível ter um respaldo, e os próprios colaboradores percebem isso.

Projetos internos motivam a participação interna:

Trabalhamos em parceria até o ano passado; e estamos com novos projetos aprovados também para esse ano, de parcerias com essa rede externa, seja municipal, seja estadual, e também com órgãos governamentais e não-governamentais. Acredito que esse trabalho todo seja fruto dessa abertura, dessa saída. E essas participações nesses conselhos que há anos já se vêm realizando e que mais atualmente estão se abrindo para essas parcerias, são fatores de motivação, porque não é somente um trabalho fechado dentro da instituição, mas são também elementos externos que motivam a participação interna. (F1)

A ênfase dada por F1 a parcerias e redes contribui para a atualização do que diz Castells (1996) quanto aos novos caminhos da transformação social que passam por um processo de gestação de novos valores gerados a partir da resistência aos padrões neoliberais no contexto de uma sociedade em rede.

Outro fator externo que dá impulso à organização é apontado por F2: Os Projetos:

[...] Dentro de esferas principalmente em âmbito municipal, hoje nós temos a construção de um projeto em conjunto com a Fundação de Apoio Social e Comunitário (FASC) chamado "Ação Rua". Eu acredito que quando as práticas são construídas em conjunto como está acontecendo em relação a FASC, que é um órgão público municipal, a participação é bem maior, o comprometimento das entidades com o sucesso do projeto tende a ser bem maior, diferentemente de outros que são realizados verticalmente, de uma forma autoritária sem a participação da comunidade. (F2)

F2 dá relevância ao Orçamento Participativo:

[A organização] participa do Orçamento Participativo. Muitos projetos também foram viabilizados através dessa participação do Orçamento Participativo. Temos hoje a rede de água da rua, que foi substituída, a pavimentação da rua, foi viabilizado o Trabalho Educativo, o Serviço de Apoio Sócio Educativo (SASE) e outros convênios, graças a essa participação no Orçamento Participativo. Tudo começa por aí, e depois é encaminhar-se para as outras instâncias. (F2)

A fala de F2 ressalta as práticas construídas em conjunto, que neste trabalho recebe o nome de democracia participativa, e que é diferente dos projetos impostos por pequenos grupos para que o restante da sociedade coloque em prática.

6.4.6 Fatores internos e externos de resistência à participação

Pergunta-se aos entrevistados “quais os fatores internos e externos de resistência à participação?”.

6.4.6.1 No Centro de Educação Profissional

Para F1, um dos fatores internos de resistência à participação ocorre “quando uma pessoa não consegue se ajustar dentro do sistema participativo” de uma Organização. Mas pode ocorrer um outro fator de resistência que, talvez,

seja o outro lado da questão: determinado setor da Organização se sente com muita autoridade, e “[...] quando isso ocorre automaticamente se cria uma barreira entre os setores. Porque aquele setor sente-se único dentro da instituição e com poder de ditar a última palavra”. (F1)

Acrescenta também a necessidade de uma gestão de competência, que tinha o significado contrário de uma Organização autoritária e individualista “que somente cobra resultados” (F1). A gestão de participação é percebida por F1 como possibilitadora de importantes resultados, na medida que as pessoas exercem sua co-responsabilidade. Em que contribui a participação na opinião de F1?

[...] especialmente com o crescimento de uma organização de educação como a nossa. Para podermos fazer uma educação participativa, ambas devem andar juntas, caso contrário não será uma educação libertadora, será uma educação operacional, na qual não existe espaço para criatividade, para o protagonismo. Participar é isso: sentir-se sujeito de transformação e de mudança. (F1)

Além dos aspectos acima citados, F2 indica que um fator de resistência interna à prática participativa é “não ouvirmos a pessoa que nos procura, trazendo seus anseios, ou não dando abertura para que sugestões novas sejam implementadas”. Mas isso ocorre com frequência no Centro de Educação Profissional?

Não digo que isso ocorra com frequência, mas é sempre um risco que se corre, quando não há essa abertura à participação das pessoas, sejam elas do nível que for. Se as pessoas que estão na linha de frente não oportunizarem essa abertura, de ouvir, de incentivar e, às vezes, de trocar idéias com relação ao que a pessoa está sugerindo, acredito que se corra esse risco. (F2)

F1 e F2 expressam as dificuldades encontradas na “barreira entre os setores”, na necessidade de uma “gestão de competência” e no “risco de não ouvir as pessoas”, aspectos que fazem parte da rotina das organizações, de tal modo que são previstas. Para evitar o risco de barreiras, de gestão autoritária e de não ouvir as pessoas, que acabam acentuando a não-participação, a Organização realiza avaliações anuais, questionando os educandos sobre, por exemplo, como “consideram as normas de convivência existentes dentro do Centro”. No relatório anual de 2006, registra-se que 83% dos entrevistados

respondem que está boa. (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2006, p. 15).

Pateman (1992) indica que a participação na tomada de decisões não-políticas pode dar ao indivíduo a destreza necessária para se engajar na participação política. A consulta aos educandos sobre as normas de convivência torna-se, portanto, de grande importância, para eles e para a Organização.

6.4.6.2 No Sindicato dos Gráficos

Segundo S1, internamente ocorre muitas vezes que “alguns trabalhadores reclamam que na entidade sindical está faltando luta e enfrentamento”. No entanto, como o Sindicato afirma em livro publicado em 2001,

[...] as metas sindicais para os próximos períodos incluem o desenvolvimento dos seguintes eixos: defesa intransigente dos princípios de aperfeiçoamento da democratização da gestão do Sindicato, transparência e seriedade na administração financeira e patrimonial, estímulo ao aumento da sindicalização, defesa das conquistas salariais e dos direitos sociais dos trabalhadores e o fortalecimento e integração junto à federação estadual. (SINDICATO DOS GRÁFICOS, 2001, p. 62)

Por outro lado, se os trabalhadores manifestam descontentamento pela falta de luta e enfrentamento, é importante que sejam mais demoradamente ouvidos sobre o tema, pois esta também é uma atribuição educativa da direção do Sindicato, como refere Mill, segundo Pateman (1992, p. 48), a propósito da importância de “conferir o máximo de oportunidades às classes trabalhadoras para que elas participem em âmbito local, de modo a desenvolver as qualificações e habilidades necessárias que lhes possibilitem o acesso às atividades dos representantes, o que lhes permite controlá-los”.

Para S2, as questões que contribuem com a resistência interna à participação é o tempo, ou seja, a carga horária de trabalho, e a dupla jornada de trabalho da mulher, que encontra maior dificuldade para participar, além de encontrar a sistemática da intimidação do trabalhador por parte do empregador, e também a comodidade, o desinteresse.

Além disso, refere S2: “às vezes o trabalhador tem uma concepção de que se ele for questionar um direito dele, vai colocar em risco o seu trabalho, e ele sabe do excesso de mão-de-obra” disponível no mercado”. (S2).

A propósito, não se pode deixar de mencionar que, atualmente, os trabalhadores vivem uma grave situação, inclusive, de constituir um grande contingente de reserva, situação que compromete sua saúde. Muitos desempregados acabam cometendo suicídio após revoltarem-se contra si próprios por terem perdido o emprego (RIFKIN, 1995). A insegurança quanto à perda do emprego bloqueia a participação de muitos trabalhadores que, talvez, não confiem o suficiente no poder de mudança a partir do Sindicato, a ponto de correr esse risco. Mas isso pode mudar se aos poucos perceberem que o Sindicato é realmente forte, mas nas características por eles esperadas.

6.4.6.3 Na Federação das Associações de Moradores

No contexto da Federação das Associações de Moradores, A1 explica que os fatores de resistência interna estão relacionados a “não querer nada com nada”, como dizem as lideranças comunitárias. E questiona:

[..] Mas, por exemplo, uma mulher da vila, uma mulher que não participa da comunidade; em que horário ela levanta e em que horário ela vai deitar? O que ela faz no final de semana? Por que ela faz tudo isso? Então percebemos que a maioria do nosso povo faz brutais sacrifícios. Em geral, pelos mais próximos, por si, pela sua família, pelos seus filhos. Dá para dizer que uma pessoa dessas não quer nada com nada? (A1).

Para A1, o que falta realmente é “a fé na possibilidade da organização comunitária ser uma solução, falta a compreensão dessa possibilidade. Não porque não querem fazer”. Mas além da fé na organização comunitária é preciso a consciência crítica diante dos mecanismos utilizados pelo sistema capitalista, dos mecanismos que ele “procura manter e fortalecer para permitir que uma pessoa não se dê conta disso” (A1), ou seja, o sistema fragmenta, aliena e dificulta a organização sindical para que todos permaneçam na mesma situação, sem realizarem suas conquistas sociais. E A1 cita o exemplo de Sílvio Santos para se fazer entender:

[...] O Sílvio Santos nunca foi camelô, ele foi agenciador de camelôs. Ele fornecia os materiais para os camelôs, ele já era empresário dos camelôs. (...). E os que ele organizava, os que trabalhavam para ele, dificilmente saíram daquela situação. (A1)

Decisões coletivas conseguem melhores resultados, segundo A1. Mas as pessoas não se dão conta de que “coletivamente elas poderiam resolver seus problemas”. Pateman (1992, p. 65) enfatiza que a teoria da democracia participativa acentua que a experiência da participação torna o indivíduo “psicologicamente melhor equiparado para participar mais no futuro”.

A religião é citada como resistência externa à participação. Para A1, dos fatores externos que contribuem para a resistência à participação, estão os representantes das religiões que oferecem os espaços religiosos “como supermercados onde as pessoas buscam soluções, na medida que oferecerem valores, sacrifícios penitências”.

[...] Uma sopa comunitária não vai resolver o problema, enquanto lutamos por emprego. Porém, se nesse esforço encontrarmos alguém que nos convide a participar do sindicato ou da associação de moradores, esse pode ser considerado o trabalho da organização comunitária. Fazer as pessoas se darem conta de que não podem esperar que a solução dos problemas venha de fora. Vamos pensar porque estamos nessa situação, e pensar que somos muitos nessa situação. (A1)

A1 destaca ainda que

[...] as Igrejas muitas vezes, ao invés de estarem encarnadas nesta vida do povo, e de ajudarem a descobrir onde estão as forças, onde o instinto de Deus está agindo, para então irem forjando, impulsionando, provocando soluções, depositam estas soluções em algum outro lugar fora do socialismo, estão reforçando a alienação. Penso que isso tem muito a ver com o céu e o inferno. Então a lógica de alienação é operada por fora, mas ela cria raízes muito profundas internamente. E então a organização comunitária continua sendo um espaço onde a pessoa se dá conta de que trabalhou muito e não resolveu o seu problema. Será que falta competência? (A1)

O questionamento de A1 demonstra a expressão de sua disponibilidade de mudança ao questionar a falta de competência que, junto com uma “escuta” cuidadosa dos associados a respeito de suas participações/não-participações pode contribuir abundantemente para novos projetos por parte da Federação.

E existem as resistências ocasionadas por interesses de partidos e de alguns indivíduos:

[...] Os partidos fazem pautas diferentes e então começam os problemas da resistência. E ao deixarmos aumentar a base social que pensa de um jeito e a cúpula que pensa de outro, começam as divergências, começam as desarmonias, embora muitas vezes não sejam visíveis. (...). Por exemplo, nós, que estamos no movimento, temos uma visão sobre o governo Lula, de que a política econômica deste governo está

equivocada; taxa de juros alta, pagamento de dívida externa, política cambial, nada disso é bom, porque não gerou os empregos de que necessitávamos. A maioria dos integrantes do partido acredita que esta política está certa e tem que ser defendida, e então começam as divergências. (A2)

Por outro lado, "a questão de cidadania também passa por esse espaço, de respeito às divergências, de respeito à democracia, de respeito à própria constituição brasileira, um país de várias etnias". (A2)

Em seguida, A2 faz um paralelo entre a formação no sindicato e a formação na escola no que se refere ao respeito pela democracia:

[...] A educação formal brasileira hoje forma um padrão distorcido de sociedade. A formação acadêmica é muito diferente da formação popular, e esse é um fator que influencia muito na questão da cidadania, na constituição da cidade que nós queremos, do país que nós queremos, do mundo que nós queremos, principalmente com relação ao respeito às diversidades. (A2)

Para a constituição da cidade que a Federação diz desejar, algumas resoluções são confirmadas no encontro de 9 de dezembro de 2006. Entre elas, buscam a formação, pela realização de palestras, pela capacitação das lideranças das filiadas para saberem "como acessar os recursos da Mp 460, do Ministério das Cidades (até R\$ 5.900) a fundo perdido, para reforma e construção da casa própria, realização de cursos de formação em política comunitária" (FEDERAÇÃO, 2006d), entre outros.

Na concepção dos entrevistados os fatores de resistência interna referem-se à falta de fé na organização comunitária, a ação assistencialista de algumas religiões e as divergências resultantes dos conflitos entre integrantes de partidos e de movimentos constituem aspectos que adquirem sentido diante da reflexão de Rousseau (1965, vol.II, p. 234): "O processo emancipatório assegura que, ainda que nenhum homem ou grupo seja senhor de um outro, todos são igualmente dependentes entre si e igualmente sujeitos à lei".

Quanto aos fatores externos de resistência, F1 aponta posturas neoliberais, ou seja, posturas dificultadoras de uma gestão participativa por não envolverem a participação e por não incluírem a reflexão.

[...] E quando falta reflexão na atividade, acontece um bloqueio para a participação. Outro fator externo que eu vejo é o econômico. Esse fator dificulta a participação, porque são sugeridas idéias, metas, mas muitas

vezes em função da questão financeira, não se consegue atingir essas metas, e isso gera desmotivação. (F1)

Convênios da organização e modelos fechados e bloqueados, isto é, criados “em uma formatação de gabinete, onde não existe a visão colegiada, dificultam um pouco a comunicação externa e a participação”, diz F1, pois não sai dos limites da Organização.

Para além das Organizações, no contexto amplo da sociedade, alguns elementos enfatizados pelo neoliberalismo também dificultam uma gestão participativa mais direta. Montañó (1999, p. 66) aponta três fatores que acabam atingindo as Organizações: a precarização das políticas sociais estatais voltadas às populações mais carentes; a privatização da seguridade e das políticas sociais e assistenciais ou a “remercantilização dos serviços sociais”, que são passados para o mercado e vendidos ao consumidor para agir como nova forma de apropriação da mais-valia do trabalhador; e a “refilantropização das respostas” à questão social. Isto significa que aquelas pessoas que não são atendidas nem pelo Estado nem pelo mercado ou serviços privados, por serem caros, ficam sob a responsabilidade da sociedade civil, por meio de práticas filantrópicas, espaço apropriado pelo terceiro setor. (MONTAÑO, 1999, p. 66).

Mas a perspectiva do projeto neoliberal³⁴ se enfraquece se encontrar resistência na capacidade de reflexão dos cidadãos. Por isso F1 enfatiza a importância da reflexão no Centro de Educação Profissional. E aponta a importância de elaborar projetos com pesquisa de campo, pois “como é que eu posso, em âmbito de instituição, elaborar um projeto ou satisfazer de repente a uma necessidade de toda uma comunidade (...) se não ouvir qual é a real necessidade daquela comunidade?” F1 evidencia, portanto, duas características importantes para a participação: a reflexão e a pesquisa de campo, características que também agem como resistência ao projeto neoliberal, que se manifesta na Organização e pode impedir uma gestão participativa mais direta.

Para S1, a grande mídia muitas vezes faz campanhas massivas contra a organização dos trabalhadores sindicais, muitas vezes demonstram a ação de atos irresponsáveis de dirigentes, o que acaba sendo generalizado pelos

³⁴ O projeto neoliberal é entendido aqui como a “atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço tecnológico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes”. (MONTAÑO, 2002, p. 16). Desdobra-se em três frentes: o combate ao trabalho, o combate à chamada reestruturação produtiva e a reforma do Estado.

telespectadores para todos os membros. Esse é um dos fatores externos de resistência para o sindicato. Mas a resistência externa ocorre também quando alguns trabalhadores

[...] dizem-nos que, se quisermos conversar com o trabalhador, teremos que esperar ele sair do trabalho, às seis horas, depois que ele termina a sua jornada. Aí a pessoa está com pressa, quer ir para sua casa, tem outras coisas para fazer. (...). A empresa às vezes se organiza de uma forma que afasta o sindicato, quanto menos estivermos por perto melhor. Muitas vezes buscamos conversar com o encarregado dos recursos humanos, e ele tem uma boa conversa, mas na verdade ele quer vender a imagem da empresa como um modelo. (S1).

Para A2, quem se afasta da luta pela política partidária “afasta-se de um espaço importante de formação. Mas a nossa vida é política (...) e existem os interesses do Governo”. A2 observa também que

[...] existe um conjunto de interesses não somente políticos, mas econômicos também. Por exemplo, por que a tarifa do transporte é tão cara no Brasil? Porque existe um conjunto de interesses não muito claros que trabalham em determinados setores da sociedade para que isso permaneça amordaçado; outros que não estão nessa lógica já fazem manifestações, queimam ônibus; outros ainda acham importante o diálogo, a formação.

Como eixos de mobilização a Federação aponta em seus documentos prioridades políticas, como: saúde e saneamento ambiental, habitação e reforma urbana, segurança urbana, entre outros. (FEDERAÇÃO, 2006c).

As respostas de A1 e A2 deixam clara sua consciência crítica diante dos fatos concretos e enfatizam o agente que reforça a alienação, a religião. Como se disse acima, o consumo também é colocado como alienador, como evidencia A1: aquisição de um eletrodoméstico a mais “acaba se tornando o santo que vai reforçando exatamente a alienação”. (A1) O que faz o capitalismo? “Diminui a força de trabalho necessária, (...) e dessa forma diminui, arrocha muito o pagamento da força trabalho. Institui uma lógica de competição que leva à submissão, à aceitação das condições impostas por parte do trabalhador.”

Então, como acentua Duriguetto (2005, p. 99), é necessário que as ações das Associações, dos Sindicatos e outras organizações da sociedade civil “tenham, *para além da luta pela hegemonia*, a luta para avançar as conquistas democrático-populares pela defesa e ampliação dos direitos sociais” (grifo do autor). Dessa forma, a classe que tem pretensões hegemônicas precisa

considerar “a mediação dos direitos em suas estratégias e ações prático-políticas”. (DURIGUETTO, 2005, p. 99, grifos do autor).

A falta de organização e, conseqüentemente, da perspectiva de unidade contribui com a dispersão dos grupos e com o sucessivo posicionamento corporativo desses grupos que se fecham cada vez mais em si mesmos, enquanto é necessário que, conforme o pensamento de Gramsci, a sociedade civil seja o espaço onde ocorra concretamente a socialização da política e da riqueza produzida socialmente.

6.4.7 Condições de trabalho no mundo atual e participação

Os entrevistados são abordados com a seguinte pergunta: “o contexto atual das condições de trabalho impede ou impulsiona a participação dos trabalhadores?”

6.4.7.1 No Centro de Educação Profissional

O contexto atual de desemprego e a tecnologia, para F1,

[...] de um lado impedem; porque se a pessoa fica tomada por uma impressão do que existe lá fora, desanima. (...). Por outro lado, a partir do momento em que a pessoa percebe a participação como uma forma de combater todo esse contexto externo, sente-se impulsionada de fato. (...). Creio que a participação dos trabalhadores na gestão, na direção, na efetivação da atividade é um fator que impulsiona e, inclusive, muda as condições externas do trabalho, porque cria formas diferentes, cria redes, impulsiona à criatividade. (...) E muitas modificações realizadas, e em andamento são frutos da participação dos colaboradores, mais do que da direção. Então, acredito que o contexto atual impulsiona as equipes e os colaboradores em geral para essa participação. (F1)

Para F2,

[...] Existem pessoas que realmente vêem esse fator como um incentivador ou até um impulsionador, até mesmo para uma qualificação pessoal. Pode acontecer um caso ou outro de pessoas que vêem isso como um impedidor, mas no grande grupo eu vejo que as pessoas percebem que a mudança sempre gera certa estabilidade, mas também nesse caso específico da mudança tecnológica ela vai trazer melhorias no ambiente como um todo. (F2)

O Centro Educacional contribui para reduzir os impactos negativos do desemprego por meio do ensino profissionalizante que envolve tornearia

mecânica, mecânica automotiva, chapeação, pintura e automotiva, artes gráficas, impressor Offset, artes gráficas, acabamento manual, artes gráficas operação de máquina de acabamento, marcenaria, informática básica, informática Web *designer*, informática *designer* gráfico, informática manutenção de rede de computadores, serigrafia, padaria, telemarketing e corte e costura (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2006).

Desse modo, F1 e F2 demonstram perceber que o Centro de Educação Profissional como Organização está cumprindo seu papel na sociedade.

6.4.7.2 No Sindicato dos Gráficos

Na percepção de S1, as condições atuais de trabalho se repercutem negativamente, porque

[...] por exemplo, eu iniciei na minha atividade nos anos 60, mais precisamente em 67, portanto, já tenho 40 anos de estrada. Naquele período existiam postos de trabalho e faltava mão de obra, ou seja, a pessoa estava empregada em um lugar e saía, porque havia uma proposta melhor. Hoje é muito raro isso acontecer, porque a rotatividade é grande; vários postos de trabalho foram suprimidos; funções inexistem. (...) Muitas vezes, se faz uma campanha de sindicalização, mas a rotatividade é tanta que a pessoa permanece alguns meses e em seguida está desempregada, e quando volta, já não volta na mesma situação. Outra coisa importante, se as pessoas não se prepararem, elas não acompanham realmente o ritmo das outras. Hoje existem determinadas tarefas, para as quais a pessoa necessita de um aperfeiçoamento. É necessário saber fazer de tudo um pouco. (S1)

Para S2, as condições de trabalho nos dias de hoje impedem a participação dos trabalhadores:

Não é que isso seja uma pá de cal que vá impossibilitar a participação. Mas é como disse anteriormente: carga horária demasiada, banco-de-horas, não ter um horário determinado. O ramo gráfico não tem um horário determinado de entrada e saída, isso na grande maioria das gráficas. (...). Nós recebemos muitas reclamações do pessoal que trabalha em jornais, e que é um número significativo da categoria. Eles não participam dos eventos porque a carga horária deles inclui também os finais de semana. Hoje as empresas trabalham em três turnos ou dois; se realizarmos um evento às 18h, existe um número muito grande de pessoas trabalhando nesse horário, e a tendência é o aumento, a cada ano, do número de empresas trabalhando em turnos. (S2)

A preocupação de S2 é que as dificuldades de realizar as tarefas sindicais tornem-se cada vez mais difíceis. Explicita os aspectos maiores de suas preocupações:

A área gráfica e o setor bancário foram as categorias que mais sofreram com essa questão da tecnologia, porque, por exemplo, há 10 anos atrás não se encontrava máquinas de quatro cores nas empresas. E hoje a grande maioria possui máquinas quatro cores, bicolor – inclusive a bicolor não era uma máquina atual. Com isso, por exemplo, havia quatro máquinas, cada uma para uma cor, e ali eram necessários um impressor e um auxiliar, ou seja, oito trabalhadores. E essas quatro máquinas foram substituídas por uma somente, que imprime em quatro cores, e são necessários somente 2 trabalhadores.

A tecnologia obriga o trabalhador a estudar e exclui quem não tem essa possibilidade:

Então, a tecnologia avança e diminui a questão de mercado em relação à mão de obra. (...). Essa discussão é muito abordada nas negociações; por exemplo, se seis trabalhadores foram demitidos, porque uma máquina nova foi comprada, e se haverá condições de se fazer mais trabalhos com mais rapidez, então por que não existe uma troca em relação a um melhor salário? (...). Tem o lado positivo, porque faz com que a categoria busque uma formação escolar melhor, para, por exemplo, poder lidar com uma máquina que possui termos em inglês. As empresas já estão fazendo essa distinção, não para o lado negativo, mas para que o seu corpo de trabalhadores tenha pelo menos o segundo grau. E isso tem também um lado negativo, porque faz uma exclusão (S2)

Diante disso, os associados debatem sobre como solucionar os problemas. E isso não é de hoje, como diz o sindicalista gráfico Danesi (2001, p. 62), conforme relatado no livro do Sindicato dos Gráficos de 2001: “o homem, desde épocas imemoriais, sentiu a necessidade associativa, porque na solução dos problemas coletivos exige-se a troca de idéias através do debate [...]”.

6.4.7.3 Na Federação das Associações dos Moradores

No contexto da Federação das Associações dos Moradores, como explica A1, o desenvolvimento das tecnologias parecem dificultar, num primeiro momento,

[...] devido à lógica de consumo e do individualismo, e com o aumento brutal da produtividade, que dispensa um volume de trabalho muito grande, ainda que não dispense o trabalho que continua sendo a chave (...). Tanto é que o movimento sindical encontra-se em uma bruta crise, e vai encontrar muita dificuldade se não surgir uma gama nova de lideranças a partir das lutas que continuam. (...). E hoje as gorduras do capitalismo diminuíram muito. Por outro lado, o grau de contradições que esse mesmo sistema gera, a miséria, as condições ambientais, também abrem a possibilidade ímpar de novos avanços da consciência da realização da participação. Então esse é o problema do capitalismo, ele é o coveiro de si mesmo. A miséria dos trabalhadores, que são a base

da sua riqueza, também gera as condições que cria o que se pode capitalizar. Perry Anderson³⁵ acredita que o neoliberalismo foi responsável pela derrocada de muito sonho do idealismo socialista. Muitas pessoas recuaram, pessoas essas de muita luta, muita história, e que passaram a lutar como vereadores, como prefeitos ou organizando ONG's, para tentar evitar males maiores, para tentar salvar o que era possível. (...). Porém, esse mesmo neoliberalismo não resolveu basicamente nada, nem os interesses da grande burguesia, que teve dificuldades em criar condições para uma nova acumulação de capital (...), sem falar na destruição do meio ambiente. (A1)

As afirmações de A1 sobre o capitalismo lembram que, como também explica Montaño (1999), o aumento do desemprego, o aprofundamento das crises econômicas e sociais e a precarização do atendimento social por parte do Estado obrigam-no a utilizar iniciativas que diminuam a insatisfação popular e favoreça de legitimidade a lógica capitalista.

Ao constatar que as representações coletivas dos interesses populares estão em crise, Borón (1998, p. 108) lembra que, no âmbito do neoliberalismo, a alternativa que se impõe às classes populares é o “salve-se quem puder”. E ao contrário do que afirma A1, sobre o surgimento das novas lideranças, o neoliberalismo impõe que os trabalhadores abdicuem de “qualquer pretensão solidária, de qualquer esforço coletivo de organização e representação”.

E existem outras dificuldades, como explica A2, uma vez que o trabalho das ONGs é diferente do trabalho em rede e da luta popular:

[...] Há poucos dias atrás houve uma polêmica sobre a redução do limite das greves. Essa discussão é um retrocesso, um atraso; o direito de greve é uma conquista universal dos trabalhadores. Para ver como é difícil a luta hoje, que até um governo como o do presidente Lula se dispõe a fazer esse tipo de debate. Por quê? Porque tem uma fragilização muito grande das entidades do movimento dos trabalhadores, notória, perceptível, inclusive para quem não está militando no sindicato. A luta que foi para construir a coordenação de movimentos sociais foi justamente na perspectiva de se construir as condições para que se desse um salto de qualidade nessa relação capital-trabalho, por conta dessas dificuldades que todos já haviam percebido que vivia o movimento sindical brasileiro. Hoje ninguém mais comparece nas reuniões sindicais, porque tem seus compromissos (...). E várias lideranças populares estão inativas porque o trabalho das ONG's terminou de alguma forma substituindo essas lideranças e retirou uma parte da sociedade formada que poderia minimizar o sofrimento de algumas comunidades. (...) Diferentemente da luta popular na ONG tem um dirigente que tem uma orientação para fazer isso, por mais que pareça democrático sabemos que tem quem manda (...). Embora as

³⁵ O entrevistado refere-se a Perry Anderson, que escreveu *Balanco do NeoLiberalismo* (publicado em "Pós-Neoliberalismo"; Sader, Emir; Gentili, Pablo (orgs.), 5. ed, Editora Paz e Terra), no qual faz um histórico do Neoliberalismo e esclarece que sua intenção é tirar o Estado das funções econômicas e regulativas.

ONG's tenham um bom propósito, realizam um trabalho isolado. Não é um trabalho horizontal, um trabalho em rede (A2)

Esse mesmo intuito de luta é observável na Ata da reunião de dezembro de 2006, quando são salientados fatores, como “o fortalecimento das Uniões, bem como a reorganização daquelas Uniões que se encontram desestruturadas”. E que o Movimento Comunitário “tem o entendimento coeso dos seus problemas e busca um caminho único para resolvê-los, sem nunca esquecer da importância de organizar-se na luta para ‘mudar o Brasil’ ”. (FEDERAÇÃO, 2006a, p. 1)

Considerando as dificuldades de participação, conforme exposto acima, num contexto capitalista no qual o desemprego é uma forte característica, realiza-se aqui uma breve reflexão com Pateman (1992, p. 138). A teoria democrática contemporânea “não está mais centrada na participação ‘do povo’, na participação do homem comum (...), o que importa é a participação da elite minoritária”. Mas as experiências manifestadas pelos entrevistados nesta dissertação indicam que ainda se pode contar com uma teoria da democracia moderna, que mantenha como ponto mais importante a noção de participação.

7 CONCLUSÃO

A presente dissertação tinha como objetivo analisar as percepções de representantes das Organizações Cívicas Solidárias, tendo em vista apreender se o modo como elas prestam seus serviços propicia a participação dos atores sociais envolvidos.

A literatura revisada nesta dissertação, especialmente no terceiro e no quarto capítulos, propõe profundas reflexões sobre a participação a partir de Rousseau, cuja teoria política tem como fundamento a participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões.

Participar não é somente conquista. Participar faz bem, mostra a presente pesquisa, da mesma forma que para Rousseau a participação produz profundo efeito psicológico sobre quem o faz e garante que este alguém deixa de lutar de modo isolado, pois pela participação age e passa a contar com a ação dos outros. E esta interação se fortalece em todos e para todos. Desta forma podemos observar que a participação intensa dos cidadãos na tomada de decisão na organização pode constituir-se em um dos principais pressupostos, de ajuda, para que o clima institucional seja de confiança, cooperação e reciprocidade.

Os entrevistados atestam a importância da participação, não somente em benefício individual, mas por gerar ações responsáveis e por se tornar fonte geradora de novas participações, como deixa claro Rousseau. Quanto mais o cidadão participa mais ele se torna capacitado para fazê-lo, uma das primeiras qualidades da participação.

A participação é meio de escolha de bons líderes nas Organizações Cívicas Solidárias, como referem os entrevistados. Mill considera que o governo democrático é o melhor e que governo e instituições estão em constante relação mútua. Os entrevistados salientaram a importância das Organizações serem ativas. Mill também identifica a possibilidade do desenvolvimento de um tipo de caráter “ativo” de espírito público nas instituições populares participativas.

Os entrevistados relatam a importância das Organizações Cívicas Solidárias serem um meio de experiência de participação, concordando com o que Rousseau e Mill afirmam e com o que Pateman reforça, de que é em âmbito local que os indivíduos promovem a vivência das qualidades necessárias. E, como lembra Cole, a base da organização social é a vontade, não a força.

As três organizações defendem a luta pela democracia participativa, embora reconheçam que a democracia liberal também está presente, especialmente quando, no caso da Organização filantrópica, não agiliza adequadamente o atendimento às reivindicações dos atendidos e dos colaboradores, ou quando a participação dos associados da Federação e do Sindicato dos Gráficos nas Assembléias ocorre mais fracamente do que o esperado pelas lideranças.

É possível observar que o Sindicato dos Gráficos e a Federação partilham da dificuldade de obterem a participação dos associados, inclusive, nas Assembléias, que costuma debater estratégias por melhores salários. Mas em nenhum momento os entrevistados expressam terem questionado abertamente os associados sobre o que a direção e/ou as lideranças deveriam fazer para mudar, o que demonstra que, em sua percepção, o problema da falta de participação estaria mais nos associados.

Aliás, fica evidente no decorrer das entrevistas a preocupação dos entrevistados de transmitirem uma imagem positiva da Organização que cada qual representa, uma vez que, como líderes que são, têm discursos e expressões próprias para falar da Organização.

Após apresentadas essas observações, reforça-se aqui a sugestão já salientada no capítulo 6: investigar periodicamente os associados, os membros dos Sindicatos, os atendidos pelo Centro Educacional. “Escutar” o que têm a dizer a respeito do que disseram na entrevista. A impressão que se teve pelas entrevistas é que nos últimos anos existiram poucos questionamentos junto aos associados sobre a caminhada conjunta dos Sindicatos, Federações e Lideranças num mundo que não pára de mudar e de buscar constantemente novas estratégias para melhor viver seu “diferencial”. O Orçamento Participativo de Porto Alegre sem dúvida é referência nacional e internacional, mas é preciso lembrar que ele começou em uma Associação de Moradores, em um grupo que

está cultivando a semente da mudança. Então se questiona: e depois do Orçamento Participativo, o que se planeja a longo prazo?

É verdade que há críticas de alguns de procedimentos do Orçamento Participativo nas entrevistas, ao lado de muitos elogios. Mas o certo é que se as três Organizações participam do Orçamento Participativo e dele se beneficiam não podem esquecer que deve ser cultivada no interior de cada Organização a atenção ao surgimento de outros projetos que certamente estão crescendo em pequenos grupos, em escolas, em vilas, em associações e Organizações.

De Rousseau, Mill e Cole se deduz que o governo democrático existe somente no interior de uma sociedade participativa. No contexto desta dissertação isso significa que o governo democrático existe se no interior das Organizações Cívicas Solidárias a socialização ocorre por meio da participação, em todas as áreas, especialmente por meio da educação na administração dos temas coletivos não discutidos ou analisados em outros lugares.

Além disso, atualizando os comentários de Pateman, as esferas de atuação como as Organizações Cívicas Solidárias podem tornar-se sempre mais ambientes de atuação política por excelência, ou seja, todos os indivíduos envolvidos devem participar nas decisões, independentemente de sua condição econômica.

Deixa-se aqui a proposta de reflexões e aprofundamento sobre a forma de organização das atividades através das práticas autogeridas e em redes; como meio de proporcionar uma participação mais intensa na tomada de decisão das pessoas envolvidas com os objetivos e metas das organizações.

Outra proposta de reflexão é sobre o futuro do trabalho com base nos autores citados nos quatro primeiros capítulos, especialmente, André Gorz, *Misérias do presente, riqueza do possível*, que pode contribuir com reflexões que preparam os trabalhadores para um tempo, talvez próximo, no qual não existe mais trabalho assalariado, mas no qual sempre haverá possibilidade da prática participativa, especialmente voltada ao capital social com seus atributos. O atributo da cooperação, que torna o capital social uma garantia para quem não tem acesso aos mercados regulares. O atributo da confiança entre os cidadãos, que desperta para a cooperação voluntária. O atributo da reciprocidade, que concilia auto-interesse e solidariedade, cuja base é a relação de trocas.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ANTUNES, R. L. Coltro. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo. 5. ed. Cortez, 1998.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Trabalho material e imaterial. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ago. 2000, p. 8-9.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ARGYRIS, C. *Integrating the individual and the organization*. Nova York, Willey, 1964.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisas de Survey*. (Capítulo 2: A ciência e as Ciências Sociais. Capítulo 7: Conceituação e Desenho de Instrumentos). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução: L. A. Antero e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 9.

BARNES, J. A. Social networks. *Addison-Wesley Module in Anthropology*, v.26, p.1-29, 1972.

BAUMAN, Zygmunt. *Work, consumerism and the new poor*. Buckingham: Open University Press, 1998.

_____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BERELSON, B. R.; LAZARFELD, P. F.; MACPHEE, W. N. *Voting*. Chicago: University of Chicago, 1954.

BOYER, Robert. *The regulation school: a critical introduction*. Nova York: Columbia University Press, 1990.

BLAUNER, R. *Freedom and alienation*. University of Chicago Press, 1964.

BLUMBERG, P. *Industrial Democracy: The Sociology of Participation*. Londres, Constabel, 1968.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia*, Paz e Terra, S. Paulo, 1984.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOLETIM INFORMATIVO. *Um ano de muitas lutas*. Porto Alegre, (Folha avulsa), fev. 2007.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado deocrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BORDENAVE, J. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOTELLA, C; BOTTELA, S. Du perceptif aux causalités psychiques. *Revue Française de Psychanalyse*, Paris, 2, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

BOTH, Elizabeth. *Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre (1980). O capital social – notas provisórias. In: Nogueira, M. A. e CATANI, A. (Orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Capítulo III. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BUHLUNGU, Sakhela. O reinventar da democracia participativa na África do Sul. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V.1, 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *Terceiro Setor: Desenvolvimento Nacional Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), 1997.

CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL X. Relatório anual. Porto Alegre, 2006.

_____. *Planejamento circunstancial 2006*. Porto Alegre, 2005a.

_____. *Estratégias e plano de ação*. Porto Alegre, 2005b.

_____. *Estratégias e plano de ação*. Porto Alegre, 2005c.

_____. *Relatório anual 2006*. Porto Alegre, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução á teoria geral da administração*. 6. ed. São Paulo: Campus, 2000.

COELHO JÚNIOR, Nelson Ernesto. *Inconsciente e percepção na psicanálise freudiana*. Psicologia: Teoria e pesquisa. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 24-54, jun. 1999.

COHEN J. A.; ARATO, A. *Sociedad civil y teoría política*. México DF. Fondo de Cultura Económica, México, 2000.

COLE, G. D. H. *Social theory*. Londres: Methuen, 1920.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital, *American Journal of Sociology*, 94 (Suplemento), S95-S120. *and Economic Performance*, Cambridge University Press, Cambridge (UK), 1988.

COMPÊNDIO da doutrina social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2005.

COSTA, Maria Alice Nunes. *Mas quem se solidariza pelo desemprego e pelas mazelas e catástrofes do mundo contemporâneo?* Disponível em: <http://www.polemica.uerj.br/pol17/cquestoesc/contemp_5-main.htm> Acesso em: 19 fev. 2006.

CORREA, Silvio Marcos de Souza (Org.) *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DAHL, Robert A. *A preface to democratic theory*. Chicago: University Press, 1989.

_____. Hierarchy, democracy and bargaining in politics and economics, in: EULAU, H. Eldersveld, S.; JANOWITZ, M. (Orgs.) *Political behaviour*, Glencoe, Free Press, 1956.

_____. *Who governs?* NewHaven, Yale University Press, 1989.

DANESI (Antonio Azevedo?). *O homem*. In: SINDICATO DOS GRÁFICOS DE PORTO ALEGRE: *73 anos de Luta*. Porto Alegre: Pallotti, 2001.

DIAS, Márcia Ribeiro (Org.) *Democracia e Novas Formas de Participação Política*. CIVITAS. Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre: PUC/RS. V.4 n.2, jul.dez. 2004.

DIAS NETO, Theodomiro. *Segurança Pública: o modelo da nova prevenção*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1999.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. In: *Serviço Social & Sociedade* n. 81, p. 82-101. São Paulo: Cortez, mar. 2005.

DURKHEIM, É. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

ECKSTEIN, N. A theory of stable democracy, Ap. B de *Division and cohesion in democracy*. Princeton University Press, 1966.

ESCOUTO, Rômulo José. *Sindicato e agir cidadão: uma experiência concreta – Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre*. 2003. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). UNISINOS, 2003.

FEDERAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES. *Ata*. Porto Alegre, 9 dez. 2006a, p. 1-2.

FEDERAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES. *Planejamento*. Porto Alegre, 2006b (Folha avulsa).

FEDERAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES. *Encontro de 09/12/06: Resoluções*. Porto Alegre, 2006c (Folha avulsa)

FEDERAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES. *Programa*. Porto Alegre, 2006d (folha avulsa).

FEDERAÇÃO. *Propostas para o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2006 (página avulsa com a síntese dos debates)

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público. O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: CIVICUS, 1996.

FIGUEIREDO, Jorge Eduardo St. Aubyn de. *Comunidade cívica, capital social e conselhos de saúde no estado do Rio de Janeiro*. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Disponível em < <http://www.portallteses.cict.fiocruz.br> >. Acesso em abril de 2006.

FRANCO, Augusto de. *Capital Social*. Brasília: Instituto de Política, 2001.

FRENCH, J. R. P. Israel, J. E Aas, D. An experiment in participation in a Norwegian factory, *Human Relations*, v. 13, n. 1, 1960, p. 3-19.

FRIEDMAN, J. *Narcisism roots and postmodernity: the constitution of selfhood in the global crisis*. In S.Lash & J.Friedman . *Modernity and identity*. Oxford (UK) and Cambridge (USA): Blackwell Publishers, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FUKUYAMA, F. *A Grande ruptura*. Buenos Aires: Atlántida, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Conseqüências da modernidade*. São Paulo. UNESP, 1999.

GIFE, Brasil. Folder Institucional do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Disponível em <http://gife.irg.br>. Acesso em abril/ 2005

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: RECORD, 1997.

GOLDTHORPE, J. H. LOCKWOOD, D. BECHOFER, F., PLATT, J. *The affluent Worker: Industrial Attitudes and Behaviour*, Cambridge University Press, 1965.

GORZ, André. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

_____. *Misérias do Presente, riquezas do possível*. São Paulo: AnnaBlume, 2004.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: Racionalidad de acción y racionalización social*. Madrid. Taurus, 1987.

HAMMES, Érico João. *Orientações e normas para trabalhos científicos: conforme ABNT 2005/2006*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

HANDY, Charles. *Deuses da administração: Como enfrentar as constantes mudanças da cultura empresarial*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

HANIFAN, J. L. The Rural School Community Center. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 67, p. 130-138, 1916.

HERBST, P. G. *Autonomous group functioning*. Londres, Tavistock, 1962.

HEGNER, Friedhard. Solidarity and hierarchies: institutional arrangements for the coordination of actions. In: F. X. Kaufmann et al. (Orgs). *Guidance, control and evaluation in the public sector*. Berlim: de Gruyter (1986, p. 407-29)

HIRSCHMAN, A. O. Against parsimony: three easy ways of complicating some categories of economic discourse. *American Economic Review*, v. 74, p. 93, 1984, *apud* PUTMAN, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução: Luiz A. Monjardim. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. *The managed heart: Commercialization of human feelings*. Berkeley, University of California Press, 1983.

IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *Terceiro Setor: Desenvolvimento Nacional Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), 1997.

JACOBS, Jane. *The death and life of great american cities*. NY: Random House, 1961.

JODELET, D. (org.) Representações sociais: um domínio em expansão. In: ODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p.17-44.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 63-85.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LAROUSSE CULTURAL. *Grande enciclopédia*. São Paulo: Nova Cultural, 1995.

LASH, Scott; URRY, John. *Economies of signs e spaces*. Londres, Sage Publications, 1994.

LAURELL, Asa Cristina (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez/Cedec, 1995.

LAZERSON, Mark H. Organizational growth of small firms: an outcome of markets and hierarchies? *American Sociological Review*, v. 53, p. 330-42, jun. 1988.

LEAVITT, Harold I.; *Percepção, olhando de dentro para fora*. In: *Psicologia para administradores*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998.

LIGHT, I. H. *Ethnic Enterprise in America*, University of California Press, Berkeley, 1972.

LIPIETZ, Alan. *Towards global fordism?* *New Left Review*, 132, 1982.

LOURY, G. A. Dynamic theory of racial income differences. In: WALLACE, P. A. y LEMUND, A. (eds.): *Women, Minorities, and Employment Discrimination*, Lexington Books, Lexington (Massachusetts), p. 153-188, 1977.

MARGULIS, Lynn; SAGAN, Dorion (1998). *O que é a vida?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MASLOW, A.H. *Motivation and a personality*. New York: Harper, 1970.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf.*, v. 30, n. 1. Brasília, jan./abr. 2001.

MARTINELLI, Maria Lucia (Org.) *Pesquisa qualitativa um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, n. 17. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1989.

MELMAN, S. *Decision making and productivity*. Oxford, Blackwell, 1958.

MILL, John Stuart. *Da liberdade*. Tradução de E. Jacy Monteiro. São Paulo: IBRASA, 1963.

MONASTÉRIO, Leonardo M. Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcos de Souza (Org.) *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Das "lógicas do Estado" às "lógicas da sociedade civil": Estado e "terceiro setor" em questão. In: *Serviço Social & Sociedade* n. 59. São Paulo, Cortez, Ano XX, março/1999.

MORAES, Jorge L. Amaral de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Silvio Marcos de Souza (Org.) *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MOSCOVICI, S., 1978. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

MOTA, Ana Elizabete. *O feitiço da ajuda. As determinações do serviço social na empresa*. São Paulo: Cortez, 1991.

NAZZARI, Gedovar. Organizações da Sociedade Civil. In: *Revista A Ponte*. Nº 2, Ano XXXI. Porto Alegre: Congregação dos Pobres Servos da Divina Providência. Junho/2004.

NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno. "Casas decentes para o povo": movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OFFE, Claus (Org.) *Trabalho e Sociedade. Problemas Estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Vol. I

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Declaração de Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho da OIT*. Genebra: OIT, 1998.

OSÓRIO, Conceição. Poder político e protagonismo feminino em Moçambique. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O GRÁFICO – Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Porto Alegre. Posse da nova diretoria dá início a gestão 2007-2010. Porto Alegre, n. 51, ano X, jan./fev. 2007.

PAULO NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal*. Questões da nossa época n. 20. São Paulo: Cortez, 1993.

O REFLEXO – Informativo do Centro de Educação Profissional São João Calábria. *Qualidade total e o programa 5S*. Porto Alegre, n. 45, ano v, ago. 2006.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Tradução Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, WILHEIM, Jorge e SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: UNESP, 1999.

POSSE da nova diretoria dá início a gestão 2007/20010. **O Gráfico**, n. 51, jan./fev. 2007.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, 2000 e 2002.

QUALIDADE total e o programa 5S. *O Reflexo* – Informativo do Centro de Educação Profissional X, n. 45, ano V, ago. 2006.

QUINTANA, Ladislau. Não devemos nos iludir. In: SINDICATO DOS GRÁFICOS. *73 anos de luta*. Porto Alegre: Pallotti, 2001.

RIEDL, Mário; VOGT, Olgário Paulo. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, Silvio Marcos de Souza (Org.) *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos Empregos. O Declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Trad. Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *Terceiro Setor: Desenvolvimento Nacional Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), 1997.

_____. RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Tradução: Ruth G. Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROSANVALLON, Pierre. *La nueva cuestión social. Repensar o Estado-Providência*. Buenos Aires/Argentina: Manantial, 1995. Traduzido por Horacio Pons do original *La Nouvelle Question Sociale. Repenser État-providence* (enero/1995).

ROSANVALLON, Pierre. Artigos de Pierre Rosanvallon na Internet: Crisis Política. "*Le projet social-démocrate est définitivement achevé*" (*el proyecto social-demócrata está definitivamente acabado*). Acesso em abril/2005.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Clássicos Garnier, 1968.

_____. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. Paris, Gallimard, 1965.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

SARTORI, G. *Democratic theory*. Detroit: Wayne State University Press, 1962.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteira: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHMIDT, João Pedro. Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul. In: SOUZA, Silvio Marcus de (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SCHILLING, Voltaire. *As grandes correntes do pensamento: Da Grécia antiga ao Neocolonialismo*. Porto Alegre: Age, 1998.

SHETH, D. L. Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHUMPETER, J. *Capitalism, socialism and democracy*. Londres: Allen & Unwin, 1943.

SINDICATO DOS GRÁFICOS. *Estatuto Social*. Porto Alegre, 2006.

_____. *73 anos de luta*. Porto Alegre: Palotti, 2001.

_____. A necessidade associativa. In: SINDICATO DOS GRÁFICOS. *73 anos de lutas*. Porto Alegre, 2001.

SOBOTKA, Emil A. Organizações e movimentos sociais. In: *Civitas: Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 5-11.

_____. Organizações Civas: Buscando uma definição para além de ONGS e “terceiro setor”. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, EDIPUCRS, n. 1, ano 2, p. 81-95, jun. 2002.

SORJ, Bila. *Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros*. RBCS. v. 15, n. 43, jun. 2000.

SOUZA, Herbert (Betinho). *Participação*. Brasília. Disponível em < <http://www.mre.gov.br/cdbrazil/itamary> >. Acesso: nov. 2005.

SOUZA DA SILVA, Solis. Papo sindical. *O Gráfico*, n. 51, ano X, jan. fev. 2007.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas; uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHENOVITCH, S. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SZYMANSKI, Heloisa; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Plano, 2002.

TANNEMBAUM, A. S. Personality Change as a Result of na Experimental Change of Environmental Conditions. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 55, p. 404-406, 1957

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A democracia na América. Livro I Leis e costumes*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1969 e 2001.

TRIST, E. L.; BAMFORTH, K. W. HIGGIN, G. W. MURRAY, H. E POLLOCK, A. B. *Organizational Choice*. Londres, Tavistock, 1963.

TURNER, H. A. *The tren of strikes*, Leeds University Press, 1963.

URIBE, Maria Teresa. Emancipação social em um contexto de guerra prolongada: o caso da Comunidade de Paz de San José de Apartado, Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

VERBA, S. *Small Groups and political behaviour*. Princeton University Press, 1961.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WILDE, Oscar. *A alma do homem sob o socialismo*. Porto Alegre: LPM, 1981.

WRIGHT, R. The gang system in coventry. *Anarchy*, n. 2, p. 47-52, 1961.

ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência. Por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

ANEXO:
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1) INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Faixa etária

- Menos de 20 anos ().
- 20 a 30 anos ().
- 31 a 40 anos ().
- 41 a 50 anos ().
- Acima de 50 anos ().

1.2 Gênero

- Masculino () Feminino ()

1.3 Formação

- Primeiro Grau Incompleto ().
- Primeiro Grau Completo ().
- Segundo Grau Incompleto ().
- Segundo Grau Completo ().
- Superior Incompleto ().
- Superior Completo ().
- Pós-Graduação:
 - Especialização: ().
 - Completa () Incompleta ().
 - Mestrado:
 - Completo (). Incompleto (),
 - Doutorado:
 - Completo (). Incompleto ().

1.4 Tempo de atuação na Organização

- Menos de 1 ano ().
- 1 a 5 anos ().
- 6 a 10 anos ().
- 11 a 15 anos ().
- 16 a 20 anos ().
- Mais de 20 anos ().

2) PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS QUANTO ÀS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - PARTICIPAÇÃO NAS TOMADAS DE DECISÕES

Nos três próximos itens atribuem-se os seguintes parâmetros:

Participação parcial = todos discutem, o conselho decide.

Participação total = todos discutem e decidem.

Pseudoparticipação = os líderes promovem uma discussão para que os membros se sintam participantes, mas eles não têm força de decisão.

Ausência de participação: as formulações das políticas internas, de objetivos, metas, elaboração de planos e alocação de recursos entre outros, foram elaborados pelo mínimo de pessoas e os demais integrantes não foram convocados no último ano.

Escolha um item:

2.1.1 A formulação das políticas internas atuais da Organização foi realizada com a:

- a) participação parcial das pessoas ();
- b) participação total das pessoas ();
- c) pseudoparticipação (..);
- d) ausência de participação;
- e) Outro: qual?

Escolha um item:

2.1.2 O estabelecimento de objetivos e de metas, a elaboração de planos e dos programas atuais da Organização foi realizado com a:

- a) participação parcial das pessoas ();
- b) participação total das pessoas ();
- c) pseudoparticipação (..);
- d) ausência de participação (...);
- e) Outro: qual?

Escolha um item:

2.1.3 A alocação de recursos e administração de operações foi/é discutida com a:

- f) participação parcial das pessoas ();
- g) participação total das pessoas ();
- h) pseudoparticipação (..);
- i) ausência de participação ();
- j) Outro: qual?

2.2 GRAUS DE PARTICIPAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO

2.2.1 Ao lado de cada um dos enunciados apresentados abaixo, por favor, indique se você concorda fortemente (CF), Concorda (C), Discorda (D), Discorda Fortemente (DF) ou está Indeciso (I).

	CF	C	D	DF	I
a) Os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Os dirigentes, se quiserem e quando quiserem, consultam facultativamente os demais membros, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) Os dirigentes consultam obrigatoriamente os demais em algumas ocasiões, mas a decisão final pertence aos diretores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) Os não-diretores ou não-líderes elaboram propostas e recomendam medidas que a direção aceita ou rejeita, mas se obriga a justificar sua posição.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) A administração da Organização é compartilhada por meio de mecanismos de co-decisão e colegialidade. Os que não pertencem à administração exercem função direta na eleição de um plano de ação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.2.2 Na sua Organização, a comunicação existente:

	Sim	Não	Não sei
a) possibilita que a informação circule por meio de rádio, jornal, folhetos ou outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b)			
c) possibilita a existência de canais de consulta, ou seja, que se tenha a quem perguntar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d)			
e) possibilita a reivindicação, ou seja, que se tenha a quem reclamar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f)			
g) possibilita a prática da agilidade para a solução de problemas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h)			
i) dá oportunidade para que os aspectos afetivos (manifestações pessoais) e normativos da Organização convivam em harmonia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.3 REDES DE RELAÇÕES PARTICIPATIVAS

Assinale os números de 1 a 4 para cada alternativa de acordo com o que você acha que seja próprio da Organização, ou que considera que seja o mais próximo da forma como você vê a organização (“1” representa o mais correto, “2” em segundo, “3” em terceiro e “4” o menos correto):

1 *A diretoria da organização considera que:*

- (a) _____ Os integrantes devem tomar parte ativa na direção da organização
- (b) _____ É preciso ter uma elite escolhida para o governo da Organização.
- (c) _____ A participação provoca um efeito psicológico positivo sobre os indivíduos assegurando uma inter-relação contínua.
- (d) _____ Deve usar sua autoridade para obter os recursos necessários para dar andamento ao seu trabalho pessoal.

2 *Um bom integrante da Organização*

- (a) _____ Desenvolve uma ação responsável no processo de participação.
- (b) _____ Desenvolve trabalhos na organização e evita atividades políticas.
- (c) _____ Atende a seus interesses e aplica os princípios do bem comum.
- (d) _____ É responsável em seus deveres pessoais e evita ações que embaracem os seus superiores.

3 *Um bom integrante da organização considera que:*

- (a) _____ É necessário um governo representativo, mas todos os membros desenvolvem tarefas.
- (b) _____ É fantasia pensar que há a prática da participação e da tomada de decisões por parte da maioria das pessoas.
- (c) _____ É pelo exercício da democracia pela participação que se atua na organização.
- (d) _____ O ponto central da participação é votar.

- 4 *Pessoas que vão bem na organização*
- (a) _____ São as que sabem que têm o direito de participar tanto em debates quanto em processos de decisão
- (b) _____ São as que consideram que as eleições decidem o resultado da competição por política e poder
- (c) _____ São as que acreditam que a participação em um movimento de base amplia sua capacidade de participar.
- (d) _____ São as que participam sempre que são convocadas.
- 5 *A organização trata o indivíduo como*
- (a) _____ Agente que requer estruturas democráticas.
- (b) _____ Agente que exerce sua cidadania prioritariamente ao votar.
- (c) _____ Uma pessoa capaz de exercer sua autonomia dentro e fora da organização.
- (d) _____ Uma pessoa interessante e talentosa e que sente necessidade de lideranças firmes e autoritárias
- 6 *As pessoas são controladas e/ou influenciadas pelo (a)*
- (a) _____ Oportunidade crescente de participar, pois a participação tem efeito cumulativo.
- (b) _____ Socialização necessária dentro das estruturas de autoridade existentes.
- (c) _____ Sentimentos positivos resultantes do alto grau de controle sobre o trabalho.
- (d) _____ Concepção de participação passiva na organização.
- 7 *É legítimo que uma pessoa controle as atividades das outras*
- (a) _____ Se isso for decidido em grupos ou assembleias.
- (b) _____ Se ela tiver influência e poder na organização.
- (c) _____ Se ela não prejudica a eficiência psicológica do indivíduo.

(d) _____ Se ela é aceita por aqueles que controla.

8 *As bases das atribuições das tarefas são:*

(a) _____ Os requisitos educativos da participação.

(b) _____ Os critérios pessoais daqueles que dirigem a organização.

(c) _____ A necessidade de participar coletivamente, sendo vista a participação como efeito integrativo.

(d) _____ Os requisitos das tarefas a serem realizadas.

9 *A competição:*

(a) _____ É pela abolição da distância entre administradores e integrantes

(b) _____ É pela manutenção do *status* já conseguido na Organização

(c) _____ É pelo controle dos indivíduos sobre a própria vida, sobre o ambiente e as estruturas de autoridade participativa nas tomadas de decisões.

(d) _____ É por uma posição de alto cargo no sistema formal da organização.

2.4 ENTREVISTA ABERTA

- 1) Qual o sentido da ação (filantrópica, sindical ou da federação) de sua Organização quanto à ampliação da participação?
- 2) Quais as estratégias mais utilizadas para os integrantes exercerem o direito de participar?
- 3) Como os componentes da Organização são motivados a participarem dos Movimentos?
- 4) A prática da participação na Organização prepara a prática cívica na grande sociedade?
- 5) Quais os fatores internos e externos de resistência à participação?
- 6) Quais os fatores internos e externos que dão impulso à participação?
- 1) O contexto atual das condições de trabalho impede ou impulsiona a participação dos trabalhadores?

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA: F1

Centro de Educação Profissional São João Calábria

1 – Qual o sentido da ação filantrópica de sua organização quanto à ampliação da participação? Isto é, a ação filantrópica é uma causa de ampliação da participação? Existe uma relação?

Eu acredito que sim. Ainda mais por ser uma entidade filantrópico-educativa, ela tem o sentido de ampliar a participação em todos os ângulos. Acredito que pelo fato dela ser educativa, seria contraditório ter-se um sistema, um regime ou antidemocrático, ou ditatorial, ou um sistema em que não dê liberdade para as pessoas. Então eu acredito que filantropia tem muito a ver com ação participativa, porque quando se participa da própria formação, isso não somente enquanto colaboradores, mas também no sentido próprio de participação dos alunos – que acredito ser uma meta seguinte – porque a formação ideal é aquela na qual se tem a vez e a voz. E se a gestão não for participativa, ela não dá a oportunidade de se ter nem vez nem voz; são sistemas que caem de cima. Então, se se tem um sistema mais horizontal e de participação, isso tem influência sim, e torna ainda mais filantrópica a participação, porque a pessoa participa da sua própria ação formativa. Eu acredito que tem tudo a ver a questão de ação filantrópica, de ensino, com a questão da participação, com a educação.

Gedovar – Então tu não vêes a filantropia como um impedimento, digamos, uma ação de mão única: a instituição que dá para esse aluno sem que esse aluno participe dessa ação educativa?

Eu acredito que não. Ela não seria educativa se não houvesse uma dupla mão, se simplesmente se realizasse uma ação filantrópica para se ter uma isenção. Então, se teria uma isenção econômico-fiscal, uma isenção puramente em troca de benefícios, mas não se passaria esse benefício adiante, porque seria uma ação não corporativa, ou seja, das pessoas em conjunto. Simplesmente existiria um benefício, enquanto instituição, mas não seria passada a filosofia para quem se está atendendo. Eu acredito que filantropia no sentido de ajuda somente faz bem se for

participativa, seja pelos colaboradores da instituição, seja pelos assistidos. Acredito que ela é uma mão dupla, ela somente tem sentido se for educativa; a filantropia não é educativa se ela não for participativa.

Gedovar – Desta forma, a tua ótica não é aquela da filantropia como uma ação que não leva em consideração o direito da pessoa atendida?

Acredito que a filantropia leva em consideração o direito de ser atendido, mas de uma forma participativa. Os atendidos podem muito bem reivindicar os seus direitos e serem atendidos nos seus direitos, de uma forma participativa naquilo que eles precisam. E não a organização impor aquilo que acredita ser de direito, aquilo que ela acredita que eles precisem. Porque, entre o que eu acho que você precisa e o que você realmente precisa tem uma distância. Por exemplo, eu posso pensar que a pessoa precisa de um casaco, mas na verdade ela precisa naquele momento de uma camisa, e eu sequer questionei. Então eu acredito que a participação tem esse feedback; filantropia e feedback andam juntos.

Gedovar – Ampliando um pouco essa questão, você acredita então que a necessidade de se fazer uma ação filantrópica na organização é causa também de envolvimento das pessoas com quem trabalham na organização, para vir ao encontro da solução dos problemas sociais, no caso da sua instituição?

Eu acredito que sim. Há uma tendência de as pessoas elaborarem um projeto sem realizar uma pesquisa de campo, para saber se realmente aquilo que se está pleiteando é necessário. Acredito que quando se entra nessa questão, a ação somente terá sentido se houver a participação pelo menos das instâncias primeiras de necessidade. Como é que eu posso, em nível de instituição, elaborar um projeto ou satisfazer de repente a necessidade de toda uma comunidade, mesmo que eu tenha boa vontade, se não ouvir qual é a real necessidade daquela comunidade? Acredito que estaremos fazendo um outro caminho, oferecendo algo que pode ser muito bom, mas que não terá o mesmo resultado que teria se houvesse a participação da comunidade, para que ela mesma opinasse sobre o que realmente necessita. Penso que a ação e a participação devem andar juntas. Então, é importante formularmos projetos e propósitos, mas para um público ciente de que o

que se está oferecendo vai de encontro com as expectativas e com as necessidades do público atendido.

Gedovar – Você acha que dentro da organização, os colaboradores se posicionam nesse sentido, ou, a direção dá a possibilidade de eles pensarem sobre isso?

Eu vejo os dois os dois lados. Nós estamos crescendo ainda. Eu não vejo que a nossa Instituição já tenha conquistado uma maturidade total, mas está caminhando. Até porque, há pouco tempo, toda essa questão de Igreja, de ajuda, era muito assistencialista, e o assistencialismo não questiona o que o outro precisa, simplesmente dá. E em função dessa gestão mais participativa, em função dessa maior participação dos colaboradores, pelo menos nessa fase inicial em que estamos trabalhando, buscamos a participação, visando trazer os colaboradores para a discussão, para depois iniciarmos um trabalho. Eu acredito que nós aqui na Instituição não temos ainda uma maturidade suficiente, porque como temos bastante colaboradores facilmente podem se infiltrar outras necessidades e talvez não se consiga realizar um trabalho efetivo em curto prazo. Mas eu penso que nós, enquanto entidade formativa que trabalha com essa clientela mais necessitada, devemos buscar em médio prazo e longo prazo, que tanto colaboradores, como educandos futuramente possam também expressar suas necessidades, e não simplesmente se beneficiar daquilo que o Calábria já tem a oferecer. Vir em busca daquilo de que se necessita, seja na formação humana, seja na educação profissional; porque hoje na verdade nós oferecemos aquilo que nós temos, mas acredito que o ideal é conseguirmos oferecer aquilo que é necessário. É claro que tem toda a questão financeira, a questão de projetos, que não alcança isso. Mas o ideal seria se conseguir buscar em uma instituição aquilo que vem de encontro à minha necessidade, não simplesmente a instituição me beneficiar com aquilo que ela já tem a oferecer, mas eu também poder propor; isso se torna uma via de mão dupla.

2 – Quais as estratégias mais utilizadas para os integrantes da organização exercerem o direito de participar?

As estratégias e instrumentos que nós utilizamos para que os componentes da organização sintam-se também participantes eu acredito que sejam primeiramente o

Conselho Operacional, do qual participam apenas algumas coordenações, porque não podemos ter um conselho muito extenso, até pela prática que requer. Depois temos os Planejamentos Anuais, que são realizados com pelo menos uma representação participativa de cada setor, até porque são muitos colaboradores, e não haveria como nessa primeira instância termos uma representação participativa mais global, quem sabe futuramente inclusive com os próprios educandos assistidos. As reuniões mensais também é outro instrumento que nós temos, no qual passamos nos setores, ouvindo decisões já tomadas, conversando sobre idéias e sugestões. Também realizamos uma pesquisa de satisfação com os educandos, e acredito que esse seja um instrumento interessante para podermos analisar o próprio andamento da entidade. Mas um instrumento que eu vejo como sendo dos mais importantes é o feedback que temos, independentemente da marcação de tempo e de horários, no qual se consegue, com certa freqüência, ouvir e extrair muitas sugestões; sugestões essas que podem também ser feitas por escrito, para melhorias na instituição. E temos o apoio externo da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) também.

Gedovar – Você falou em feedback. Pode ser também essa uma possibilidade do pessoal emergir na informalidade, no dia-a-dia também; a liberdade de sugerir, de falar, de opinar?

Eu acredito que sim, às vezes na informalidade se fala o que é sério e o que não é sério, e o grau de satisfação ou de insatisfação se consegue medir mais facilmente também na informalidade. Assim, é importante o feedback, mesmo na informalidade; é importante passar nos setores, conversar; é uma ação informal, mas não deixa de ser também formal, porque estamos em um ambiente formal, e se consegue captar muitas coisas dessa forma. Nesses momentos a subjetividade vem à tona, e a partir daí, uma administração séria, que tenha ouvidos, não simplesmente estará ali no setor para bater um papo, mas estará atenta e captando o que é dito.

3 – Como os componentes da organização são motivados a participar dos movimentos?

Primeiramente pela motivação pessoal que se faz e pela conversa com os colaboradores. Também, quando surgem algumas propostas diferentes, alguma

promoção, ou atividade um pouco diferenciada das que existem, em primeira instância, ao invés de se trazer somente pessoas novas, de fora, se procura colocar as pessoas que estão dentro da própria instituição, para que estas se sintam motivadas e também valorizadas nos seus dons, e que consigam crescer; essa motivação é importante. Outro componente de motivação é as próprias reuniões que se faz mensalmente, aonde repassamos para os colaboradores os índices de crescimento, os avanços, as mudanças e as conquistas realizadas. Essas informações são importantes para que os colaboradores percebam os avanços que a instituição está tendo graças à participação de todos; acredito que isso motive bastante nas atividades do dia-a-dia.

Gedovar – Você acredita então que o fato de os componentes da organização estarem informados acerca do que ocorre, das suas ações, do seu planejamento, do seu dia-a-dia, abre um espaço para que eles possam participar de uma forma mais efetiva?

Sim. Quando se tem índices diferenciados, até mesmo negativos, mas que são repassados como uma co-responsabilidade do colaborador, percebe-se claramente uma motivação. A partir do ano passado, e também do ano passado em diante, foram ampliadas as reuniões realizadas nos setores em uma vez por mês entre o Conselho Operacional, as chefias e os educadores. Com a ampliação, passaram a participar também os colaboradores das oficinas e dos cursos, e se sentiu uma diferença de clima na própria oficina, assim aconteceu na Tornearia, na Mecânica. Foi possível perceber que as pessoas começaram a participar. Nessas reuniões não se colocava somente aquilo que acontecia de bom; eram repassados dados, informações e relatos, tanto da escola, quanto das oficinas, fossem eles positivos ou negativos, conforme as estatísticas internas. E eram também abordadas as perspectivas de novos projetos, o que se estava buscando, mas principalmente era deixado um momento para os colaboradores falarem, darem a sua opinião. Nos primeiros encontros evidentemente a maioria do pessoal ficou um pouco inibido, mas já a partir do terceiro e quarto encontros, aqueles mais tímidos começaram a falar e, de fato, pelo menos em duas oficinas percebeu-se uma mudança de clima, de participação e de motivação. Inclusive houve algumas “reivindicações”, algumas coisas que eram solicitadas e não atendidas. Mas eu acredito que a participação

requer isso, não somente falar, mas também ser correspondido, dentro das possibilidades, porque às vezes surgem idéias que são difíceis, que naquele momento não são viáveis, por uma questão financeira, uma questão de planejamento. Porém esse feedback da direção, ou do conselho aos colaboradores – mesmo para aqueles que têm uma função talvez mais simples – penso ser muito importante; que a própria direção possa dar um retorno, um respaldo, que participe juntamente com todos.

Gedovar – Então você acredita que essa participação não se torna algo somente reivindicatório dos colaboradores para com a direção, mas chega a um nível de horizontalidade, de que nem tudo aquilo que se planeja é executável?

Eu vejo que os colaboradores aceitam o fato de que nem tudo que se planeja é executável, desde que sejam dadas as motivações, as devidas explicações. Por outro lado, chegar até os colaboradores, depois de dois ou três anos de um projeto de reivindicação, de solicitação, e ser obrigado a dizer não, demanda coragem e bons argumentos que realmente motivem o pessoal. A própria presença da direção, que está lá dentro e que participa dos setores é vista de uma forma positiva. Quanto mais distante estivermos, enquanto direção, dos setores, menos os colaboradores nos verão como aliados, mesmo estando tão próximos. Eu vejo duas formas de participação: da direção que convida, e do setor que convida a direção, mas percebe que esta nunca aparece, não considera ou então manda uma resposta. E dentro daquilo que a pessoa é contratada a fazer, ela pode saber a sua função e pode realizá-la muito bem, mas ficará somente naquele trabalho, não haverá algo colegiado, participativo, de troca entre direção e funcionário. Porém, quando a direção toma a iniciativa de ir ao setor, percebe que também os colaboradores têm sugestões a dar, mesmo fora das reuniões.

Gedovar – Você acredita que se a direção abre à participação; existe a possibilidade de uma auto-organização nesses setores, de eles buscarem resultados e se auto-avaliarem?

Eu penso que são duas linhas. Existe a auto-participação dos colaboradores que é favorável, mas ao mesmo tempo existe uma direção que, enquanto conselho, enquanto coordenação, tem o dobro de trabalho. Porque se é solicitada a

participação, também precisa haver motivação, é preciso estar junto. E muitas vezes, a direção tem que acolher solicitações, que realmente não são possíveis de se realizar, mas necessita dar um retorno. Então, eu acredito que a diferença entre a participação – essa questão mais colegiada – e a não-participação, a rigidez, é que neste caso, a direção manda e acabou. Mas se a participação dos colaboradores for muito aberta, se não houver uma participação orientada por parte da direção, criam-se muitas ramificações que acabam se tornando uma malha, na qual a direção fica presa. Então, acredito que a participação é importante e tem que existir com certeza, mas uma participação dirigida, orientada e participativa, não direcionada, porque neste caso se tornaria uma ditadura.

Gedovar – Então você quer dizer que a motivação de participação dos integrantes da organização se dá efetivamente quando existem metas claras, planejamento claro. Neste caso pode haver também uma auto-organização, porque os integrantes sabem para onde devem nortear suas ações, é isso?

Quando se tem uma organização participativa, organizada, existem também metas já estabelecidas, existem objetivos, enfim todo um plano traçado. Então o que deve ser feito é buscar a participação. No momento em que se tem a participação, se consegue estabelecer metas, objetivos, demandas; torna-se mais fácil caminhar. Porém, haverá muito mais trabalho para a direção poder acompanhar tudo isso, porque não basta apenas organizar a participação e deixá-la andar sozinha, tem que haver os dois lados. Por exemplo, o Planejamento Circunstancial que se fez em conjunto; foram oito equipes que trabalharam. O trabalho foi muito elogiado, porém para levá-lo adiante será necessário criarmos estratégias, porque do contrário torna-se uma participação bonita na construção do planejamento, mas não na construção da efetivação deste planejamento.

4 – A prática da participação na organização prepara a prática cívica na grande sociedade, isto é, você acredita que o exercício da participação dentro da organização vai ter uma influência também externa, como participação nas políticas públicas do município, do estado, da união, dos movimentos sociais das associações?

Com certeza, porque a instituição é formativa. Aquele jovem que é formado na instituição levará para sua vida o que aprendeu na instituição; e assim é também nas famílias. Aqueles educandos, e também os colaboradores, que permanecem na organização por um ou dois anos, adquirem características da instituição. E se a instituição é rígida, as pessoas aprendem a ser rígidas e o serão também lá fora, nas suas vidas. Porém, se o educando vivencia um ambiente de participação, e se aprende a ser participativo, o será também lá fora. E eu percebo que a nossa instituição, por ser uma organização bastante grande, ampla, possui certas redes internas, e as pessoas aprendem a trabalhar em rede. A participação vivenciada aqui é também levada para fora, porque, hoje em dia, essa questão de se trabalhar em redes é algo muito comum. Então acredito que, com certeza, havendo uma formação na instituição para uma prática participativa na organização, esse jovem, esse colaborador levará essa prática adiante, e nisso está o poder da instituição, que pode também mudar a sociedade.

Gedovar – Então, se a pessoa, dentro da instituição, veste a camisa de uma forma destemida, abraçando os problemas da organização, sugerindo políticas, objetivos, avaliando os programas desenvolvidos, ela fará isso na comunidade dela, com referência também aos conselhos setoriais?

Acredito que sim, se a pessoa encontrar um ambiente favorável, tanto quanto dentro da instituição, e tendo os elementos na mão. Porque o mais importante é a pessoa ter elementos na mão, aprender a metodologia de uma participação, de uma atividade participativa. Porém se essa pessoa irá aplicar ou não os conhecimentos vai depender da sua própria motivação em relação ao que ela vai encontrar lá fora.

Gedovar – Essa pessoa sente-se mais capacitada a pleitear, por exemplo, as políticas públicas?

Eu penso que sim, porém existe uma distância daquela pessoa que participa de uma organização mais fechada, digamos, mais internamente fechada, que possui uma participação apenas interior; porque quando essa pessoa vai lá fora e leva os elementos, vai encontrar uma outra realidade. Então, quem já tem elementos na mão eu creio que com certeza sente-se mais capacitado.

5 – Quais os fatores internos e externos de resistência a participação? Podemos falar um pouco sobre os fatores internos primeiramente, aqueles que emperram, que dificultam essa ação participativa.

Acredito que o sistema de participação varia muito de pessoa para pessoa. Existem pessoas que não conseguem se ajustar dentro do sistema participativo. Às vezes pelo tipo de sistema criado, às vezes pela forma como a pessoa vem gerindo sua vida até hoje. São pessoas que não conseguem se abrir a uma participação mais democrática, e acredito ser este um fator de resistência interno. Outro fator de resistência que eu vejo é quando um determinado setor sente-se com muita autoridade, sente-se de certa forma isolado dos demais. Quando isso ocorre automaticamente se cria uma barreira entre os setores. Porque aquele setor sente-se único dentro da instituição, e com poder de ditar a última palavra. Esses eu acredito sejam fatores de resistência interna, embora também existam outros.

Gedovar – Pode-se dizer que é mais uma questão de um aprendizado adquirido, de uma forma autoritária de se portar dentro do setor, ou é uma questão de caráter mesmo?

Acredito que podem ser os dois motivos. Existem pessoas, que simplesmente não conseguem se portar de outra forma, seja porque de repente em outras organizações isso era comum, ou mesmo porque aqui na instituição se tenha tornado um costume, antes dessa questão mais participativa. Também pode acontecer que existisse uma necessidade em outras épocas de uma autoridade, ou a própria pessoa talvez encarasse o setor como unicamente seu, sem que pudesse haver a interferência de outros. Isso é mais uma questão de caráter ou de costume, do que de falta de capacidade. Até porque, acredito que essa questão participativa não acontece em curto ou médio prazo, ela acontece em longo prazo. Então, a organização necessita trabalhar muito; chamar para conversar, para a formação, para a capacitação, para discutir a questão das competências. E esse é um outro ponto importante: quando a organização não possui uma gestão de competência, mas uma gestão autoritária, individualista, que somente cobra resultados, sem se importar com os meios que a pessoa utilizou para chegar aos resultados. Neste caso existe também um fator de resistência.

Gedovar – E fatores externos de resistência, você acredita que existam? Fatores que podem influenciar na participação.

Creio que a questão do neoliberalismo seja um fator, na medida em que acontece uma abertura tão exagerada, que mais do que polir, não se consegue uma gestão participativa mais direta. O neoliberalismo traz elementos em que ao invés de se trazer para dentro da organização o que é importante realmente, enquanto participação, simplesmente se traz elementos externos e se colocam esses elementos sem uma reflexão. E quanto falta reflexão na atividade, acontece um bloqueio para a participação. Outro fator externo que eu vejo é o econômico. Esse fator dificulta a participação, porque são sugeridas idéias, metas, mas muitas vezes em função da questão financeira, não se consegue atingir essas metas, e isso gera desmotivação.

Gedovar – Você acredita que os convênios que a organização possui, acordos, projetos em parceria, dificultam a participação quando apresentam um modelo fechado?

As políticas públicas favorecem para a criação de redes. Esse é o ponto principal. Porém, existem muitas políticas públicas e parcerias que impõem cláusulas formatadas de uma maneira não favorável para que internamente a organização consiga levar adiante sua filosofia. Ao mesmo tempo, algumas parcerias apresentam pacotes que balançam a instituição internamente, porque se quebra um sistema existente, um sistema talvez rígido. Mas eu acredito que essas parcerias, esses convênios totalmente fechados e bloqueados, isto é, criados em uma formatação de gabinete, onde não existe essa visão colegiada, dificultem um pouco a comunicação externa e a participação.

6 – Quais os fatores internos e externos que dão impulso à participação? Você poderia falar primeiramente dos fatores internos que motivam, que dão impulso à participação?

Um fator interno que dá impulso, eu acredito ser a criação de grupos afins nas atividades, e também grupos colegiados, que possam dar sugestões de participação de melhoria; esse é um impulso, as pessoas sentem-se motivadas. Outro fator é a

formação; quando as pessoas participam da formação e fazem uma reflexão, automaticamente, começam a perceber que são mais capazes do que pensam. Nesse sentido, quando a organização valoriza as pessoas, e quando as pessoas se sentem valorizadas na organização, o processo alavanca. Também, outro fator importante, é a valorização de uma sugestão de melhoria e principalmente que esta sugestão seja contemplada dentro do projeto. Participar aos colaboradores os avanços e retrocessos da instituição é outro fator de impulso à participação, seja através de índices, seja através de indicativos; saber o que está acontecendo em nível de direção, em nível de estatísticas, em nível de resultados finais alcançados ou não, ou seja, passar a informação é muito importante.

Gedovar – Você acha que se as estratégias, as políticas, os objetivos da organização forem informados, participados, antecipadamente, já na sua elaboração, pode ser um mecanismo interno de impulso à organização?

Com certeza. Porque se a pessoa ajuda a formar um objetivo para a instituição, ou formar o planejamento, essa pessoa está se comprometendo, porque ajudou na realização. Então, acredito que convidar o colaborador, formar grupos e equipes que possam dar sugestões e também formular mudanças, será uma alavanca à participação. Pensar as estratégias em conjunto, trazer os problemas à pauta, chamar também os colaboradores para que resolvam as questões que muitas vezes eles mesmos criam no dia-a-dia, são formas de alavancar a participação, com certeza.

Gedovar – E os fatores externos que dão impulso à participação, você acredita que exista algum?

Sim. Quando fora da instituição se conquista uma abertura, ou seja, quando se consegue, através de projetos, a participação de empresas, de parcerias públicas, se está trazendo para dentro da organização uma motivação. Quando se conquista uma parceria governamental ou não governamental e se direciona essa parceria para a organização, atendendo mais e melhor, em função dessa ligação, se está gerando um fator de impulso. A própria criação de redes, muito comuns hoje e de importância primordial, favorecem à participação interna, porque se percebe que não se está vivendo em uma ilha isolada, mas que fora da instituição também existe uma

continuidade. Outro fator positivo é a própria divulgação da instituição. O colaborador sente-se bem, sente-se mais valorizado, porque a sua entidade possui uma imagem positiva externamente.

Gedovar – A instituição participa do Orçamento Participativo, ou de outros conselhos de assistência social?

Sim.

Gedovar – Você acredita que esses mecanismos públicos são mecanismos de impulso para que a instituição participe? São mecanismos externos que mobilizam a organização internamente?

Sim. Acredito que sejam mecanismos de reconhecimento da entidade e que internamente ecoam na entidade. Nós participamos do Orçamento Participativo, do CEDICA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), dos fóruns municipal e estadual, do CMAS (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), da CORAS (Comissão Regional de Assistência Social). São várias instâncias máximas das quais podemos participar. E é importante participarmos, até porque são nesses conselhos que são formuladas as nossas políticas públicas. Então, participando dos conselhos e levando a entidade e a sua filosofia ao conhecimento de todos, é possível se ter um respaldo, e os próprios colaboradores percebem isso. Trabalhamos em parceria até o ano passado; e estamos com novos projetos aprovados também para esse ano, de parcerias com essa rede externa, seja municipal, seja estadual, e também com órgãos governamentais e não-governamentais. Acredito que esse trabalho todo seja fruto dessa abertura, dessa saída. E essas participações nesses conselhos que há anos já se vem realizando e que mais atualmente estão se abrindo para essas parcerias, são fatores de motivação, porque não é somente um trabalho fechado dentro da instituição, mas são também elementos externos que motivam a participação interna.

7 - O contexto atual das condições de trabalho impede ou impulsiona a participação dos trabalhadores? Todas essas condições que envolvem o trabalho hoje, por exemplo, o desemprego, a tecnologia, são fatores que impedem ou impulsionam?

Eu creio que existem os dois lados. De um lado impede; porque se a pessoa fica tomada por uma impressão do que existe lá fora, desanima, e não se sente chamada para a participação; não vê futuro, não vê esperança. Por outro lado, a partir do momento em que a pessoa percebe a participação como uma forma de combater todo esse contexto externo, sente-se impulsionada de fato. Veja que a pessoa é impulsionada na medida em que vê essa participação como uma forma de combater o que existe lá fora. Então, se simplesmente olharmos o mundo com os olhos da realidade teremos mais motivos para desanimar, mas quando nos sentimos impulsionados a participar, a mudar, percebemos que existe também o lado positivo. Naturalmente às vezes as pessoas desanimam, porque nem sempre o ser humano consegue ver as coisas positivamente. Mas creio que a participação dos trabalhadores na gestão, na direção, na efetivação da atividade é um fator que impulsiona e inclusive muda as condições externas do trabalho, porque cria formas diferentes, cria redes, impulsiona à criatividade. Acho que a nossa Instituição é o que é hoje, em função dessa participação, tanto na questão econômica, quanto na questão de abertura – no ano passado ao todo atendemos cerca de 1200 alunos. E se não fosse a participação também dos colaboradores para sugerir melhorias, eu não acredito que nossa instituição hoje estaria atendendo esse número de pessoas. E muitas modificações realizadas, e em andamento são frutos da participação dos colaboradores, mais do que da direção. Então, acredito que o contexto atual impulsiona as equipes e os colaboradores em geral para essa participação.

Gedovar – Fatores como a situação do trabalho, do desemprego, do risco de perder o emprego, o problema financeiro, o salário baixo, a tecnologia que substitui o trabalhador, não influenciam na participação do trabalhador?

Acredito que de uma forma positiva esses fatores impulsionem a participação, porque você vê perspectivas melhores. Na medida em que eu participo, eu vou ter também melhores condições de trabalho, eu vou conseguir ter um salário melhor, ou então um percentual, dependendo das negociações da atividade e nesse caso com certeza a participação é maior, se o contexto atual das condições for favorável, se eu percebo que eu de fato quero crescer e quero que a instituição cresça, certamente haverá um impulso à participação.

Gedovar – Finalizando, você gostaria de complementar de modo geral essas perguntas?

Resumindo o que nós conversamos, eu penso que esse sistema de gestão e de participação realmente pode trazer resultados fantásticos, na medida em que as pessoas se co-responsabilizam. A participação contribui para o crescimento, especialmente para o crescimento de uma organização de educação como a nossa. Para podermos fazer uma educação participativa, ambas devem andar juntas, caso contrário não será uma educação libertadora, será uma educação operacional, na qual não existe espaço para criatividade, para o protagonismo. Participar é isso: sentir-se sujeito de transformação e de mudança.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA: F2

Centro Educação Profissional São João Calábria

1 – Qual o sentido da ação filantrópica de sua organização quanto à ampliação da participação? Isto é, a ação filantrópica favorece a ampliação da participação?

Eu acredito que sim. Não somente pela questão filantrópica, mas pelo objetivo da entidade em desenvolver nesses jovens, que hoje são educandos aqui do Centro, uma formação integral e não somente uma formação técnica, ou seja, além da parte técnica também a parte humana e a parte cidadã; e isso com certeza gera participação. Eu acredito que eles também possam participar dentro do nosso processo de educação, com algumas sugestões. Com relação aos colaboradores, existem espaços dentro da organização, dos quais também eles podem participar, seja de uma forma direta, conversando com as pessoas que estão dirigindo a instituição, mas também através de outros canais, através de formulários, através de sugestões, através da caixinha de sugestões, na qual são depositadas sugestões em todos os níveis, e que posteriormente são coletadas e encaminhadas, após uma avaliação, e sempre é dado um retorno ao colaborador, se a sua sugestão vai ser implementada e qual é o prazo. Então, a comunicação na organização é de livre acesso; não necessita passar por outros “n” canais pra chegar até a direção; Assim é também a participação direta, no dia-a-dia, no setor, com os encarregados, através de sugestões de melhoria.

Gedovar – Então essa ação, esse objetivo de se prestar esse serviço de filantropia, é fator de mobilização dentro da organização, ou seja, faz com que os colaboradores e os integrantes da organização se envolvam mais? É uma ação com a qual vale a pena se envolver? O que você acha?

Eu acredito que sim. Eu penso que a nossa organização é diferente de um outro tipo de empresa que tem simplesmente o objetivo do lucro, o objetivo econômico. E existe toda uma outra preocupação pelo fato ser uma entidade filantrópica. Naturalmente que se visam os resultados econômicos para manutenção da

atividade, mas existe uma preocupação com o ser humano que é hoje, vamos dizer assim, o diferencial de uma entidade de Terceiro Setor, que se propõe a trabalhar com pessoas. Por outro lado, é importante que essas pessoas também sejam agentes de transformação, de participação no meio em que vivem, na sociedade em que se encontram.

2 – Quais as estratégias mais utilizadas para os integrantes da organização exercerem o direito de participar?

Uma das estratégias é esse contato direto que os colaboradores têm com a direção, citado na pergunta anterior. Sempre que eles precisam, solicitam uma conversa, e nós da direção programamos e atendemos cada solicitação. Também muitas dessas conversas ocorrem no dia-a-dia, nos próprios setores; questões que não se restringem simplesmente a assuntos profissionais, mas também a questões pessoais. Ou ainda, questões que às vezes as pessoas estão enfrentando, por exemplo, dificuldades em sugerir melhorias no processo. Eu acredito que a pessoa só sugere alguma melhoria, quando ela se sente integrante, caso contrário ela é simplesmente uma executora. Então a participação acontece nesses níveis e em outros níveis também, como por exemplo, se em algumas questões as pessoas não estão de acordo, podem juntos se mobilizar e reivindicar. Nesses momentos é que ocorre a participação.

Gedovar – Você poderia nomear algumas ferramentas que a direção utiliza para que o pessoal tenha essa possibilidade de participar?

Sim. Hoje nós contamos com a SPM (sugestão para melhorias), que é o instrumento de participação mais conhecido e que se encontra disponível para todos os colaboradores. É um dos meios que se utiliza e pelo qual as sugestões são documentadas, registradas analisadas, divulgadas e por fim é dado o retorno para a pessoa que sugere. Existem outros meios, mas eu diria que este é formalmente registrado.

Gedovar – O planejamento, por exemplo, vocês o utilizam como ferramenta, como uma forma do pessoal se envolver, participar?

Com certeza, o planejamento é elaborado através de todas as vozes. Mas existem algumas equipes mais atuantes dentro Centro, com as quais são definidas várias estratégias, em várias áreas. Depois é realizado todo um trabalho de controle dessas informações, definindo-se em conjunto com os participantes quais as ações que serão implementadas e quais as áreas em que se vai atuar. As estratégias são definidas para o ano seguinte, então a participação de todos é de suma importância, dentro de todas aquelas áreas em que o Calábria atua. Hoje nós temos definidos quatro eixos: a profissionalização, a gestão, os investimentos e a pastoral. A pastoral especialmente é uma das estratégias fortes do Centro, porque trabalha essa questão da formação humana e cidadã com as pessoas que aqui convivem.

3 – Como os componentes da organização são motivados a participar dos movimentos?

Eu acredito que nós temos vários momentos em que é possível a participação da organização. Em níveis externos, temos muitas esferas aonde o Calábria se faz presente; em nível público, seja municipal, federal, estadual, através da participação em conselhos, e em instâncias que representam também os anseios da nossa sociedade, vinculada ao terceiro setor. Também existem momentos de participação interna, por exemplo, em alguns desses momentos de formação, os colaboradores também participam, apontando alguns de seus anseios. E em outros momentos internos de participação, nos processos internos de produção, aonde sempre são ouvidas as sugestões por parte dos colaboradores.

4 – A prática da participação na Organização prepara a prática cívica na grande sociedade? A participação que é desenvolvida dentro da organização, você acredita que prepara o pessoal para participar de uma forma mais efetiva, em um âmbito mais ampliado, como nas políticas públicas, campanhas políticas no município, no estado?

Eu acredito que sem dúvida. A base está embaixo. A participação não se inicia diretamente em alto nível, e sim na base. E com o tempo, as pessoas vão levando isso consigo para sua vida, na sociedade, e também para outros movimentos; e reivindicando quem sabe melhores condições dos órgãos públicos, que deveriam assegurar isso para todas as pessoas que fazem parte da sociedade. Então essa

prática da participação interna que hoje existe na organização também se traduz na prática externa. Nós temos até exemplos de ex-alunos que hoje estão muito envolvidos, seja nos conselhos, seja no orçamento participativo, seja reivindicando seus direitos.

Gedovar – Então você acha que a participação é educativa?

É educativa e ocorre de forma gradativa.

5 – Você acredita que existem alguns fatores internos e externos de resistência à participação? Você poderia nomear alguns fatores internos de resistência à participação?

Acredito que internamente se pode bloquear a participação sempre que nos não ouvimos a pessoa que nos procura, trazendo seus anseios, ou não dando abertura para que sugestões novas sejam implementadas. Não digo que isso ocorra com frequência, mas é sempre um risco que se corre, quando não há essa abertura à participação das pessoas, sejam elas do nível que for. Se as pessoas que estão na linha de frente não oportunizarem essa abertura, de ouvir, de incentivar e, às vezes, de trocar idéias com relação ao que a pessoa está sugerindo, acredito que se corra esse risco.

Gedovar – Esse seria um dos impedimentos internos. Você acredita que o costume das pessoas de não participar está talvez relacionado a fatores culturais?

Sim. Depende muito do ambiente no qual essa pessoa foi criada e também do ambiente em que ela trabalhou anteriormente. Nesse sentido, a vinda para o Calábria pode gerar algumas resistências à participação, dependendo da maneira como essa questão foi tratada em momentos anteriores.

Gedovar – Você poderia nomear alguns fatores externos de resistência à participação?

Existem fatores externos sim. Quando as pessoas percebem que momentos são pré-determinados, que a participação não ocorre efetivamente, acredito que haja um bloqueio à força, à participação das pessoas, que estão se dispondo a fazer todo um

trabalho, fazer uns caminhada juntos, até mesmo na sociedade da qual fazem parte. Se não existe essa abertura, e as pessoas não se sentem participantes, configura-se um jogo de cartas marcadas. Isso desgasta muito a participação das pessoas. Então penso que, sempre que o ambiente for transparente e aberto, mais facilmente ocorrerá a participação de todos, sem outros interesses senão a construção conjunta do próprio bem comum.

Gedovar – Outros fatores externos, como parcerias, questão econômica, você acredita que possam influenciar ou tolher a possibilidade de uma participação maior, porque já vêm pré-determinadas?

Geralmente, o que eu vejo numa questão de parceria, é que as relações são construídas em conjunto. Então existem alguns órgãos, aonde somos simplesmente agentes que executam determinado plano de trabalho. Mas algumas parcerias estão se abrindo bastante para a construção em conjunto do que se vai realizar. O Calábria, hoje em dia, possui várias parcerias, e acredito que sempre existem esses momentos de troca e de participação; não é algo totalmente imposto, e vemos isto com bons olhos. A sociedade está crescendo para isso, graças a vários movimentos que se têm, e nos quais as pessoas vão construindo uma consciência. Uma construção conjunta, de uma sociedade que queremos ver diferente no amanhã.

6 – Quais os fatores internos e externos que dão impulso à participação? Você poderia falar primeiramente dos fatores internos que motivam, que dão impulso à participação?

O que motiva muito são as sugestões dadas pelos colaboradores. O fato de elas serem implementadas também motiva muito. Outro fator é saber os rumos que queremos para a organização. Quando todas as pessoas participam, dando suas sugestões sobre o planejamento da atividade, e percebemos que essa dinâmica está ocorrendo na prática, que essas metas, esses objetivos comuns, dentro das várias dimensões, estão sendo implementados, há uma motivação muito grande do grupo na busca de uma melhoria contínua, até da implementação de variáveis que formarão o cenário no qual vivemos. Então eu acredito que a participação se dá muito em função do comprometimento e em função de as pessoas saberem onde a instituição pretende chegar, seja em nível de parcerias, seja em nível educacional no nosso fim

específico. Também a gestão, com os recursos econômicos, a questão da formação com os alunos, colaboradores. Então acredito que quando vemos isso acontecendo na prática, vários elementos novos vão surgindo, gerando participação.

Gedovar – E fatores externos que impulsionam a participação, poderia nomear alguns?

Dentro dessas esferas principalmente em nível municipal, hoje nós temos a construção de um projeto em conjunto com a FASC (Fundação de Apoio Social e Comunitário) chamado "Ação Rua". Eu acredito que quando as práticas são construídas em conjunto como está acontecendo em relação a FASC, que é um órgão público municipal, a participação é bem maior, o comprometimento das entidades e o sucesso do projeto tende a ser bem maior, diferentemente de outros que são realizados verticalmente, de uma forma autoritária sem a participação da comunidade.

Gedovar - Aqui em Porto Alegre existe o Orçamento Participativo; no Brasil existem os conselhos setoriais. Você acredita que esses movimentos favorecem à participação?

Favorecem uma participação maior e muitas vezes direcionam, digamos assim algumas ações da própria sociedade. Então os movimentos são uma grande força, porque ali é aonde se articula e aonde se mudam alguns elementos que tradicionalmente vinham ocorrendo com uma concepção um pouco diferente, não participativa. Isso faz uma grande diferença, ou seja, aqui no Orçamento Participativo as próprias comunidades estão deliberando sobre o que aquela comunidade necessita, e qual é a prioridade daquela comunidade. É claro que isso não inviabiliza outras prioridades que surgem. Essa é a luta constante da população: articular melhorias para sua comunidade e para organizações e assim por diante.

Gedovar - O Calábria participa das reuniões do Orçamento Participativo?

O Calábria participa do Orçamento Participativo. Muitos projetos também foram viabilizados através dessa participação do Orçamento Participativo. Temos hoje a rede de água da rua, que foi substituída, a pavimentação da rua, foi viabilizado o Trabalho Educativo, o SASE e outros convênios, graças a essa participação no

Orçamento Participativo. Tudo começa por aí, e depois é encaminhado-se para as outras instâncias.

7 – O contexto atual das condições de trabalho impede ou impulsiona a participação dos trabalhadores?

Impulsiona. O Calábria é uma empresa bastante aberta, que propicia a participação. Nesses últimos anos, o Calábria vem planejando suas ações em conjunto com os colaboradores, e existem várias formas de engajamento. Em função das estratégias da entidade, do trabalho em conjunto, realmente está existindo uma participação. Talvez não seja 100% dos indivíduos que compõem o Centro, mas recebemos muitas sugestões. Então percebe-se que os colaboradores também estão querendo ver o sucesso da entidade, até porque a entidade é pensada em conjunto com eles, e eles também sabem quais são os direcionamentos da entidade e aonde são alocados os recursos.

Gedovar - Aprofundando mais essa pergunta. Nós possuímos, hoje, um cenário de dificuldade de emprego, a tecnologia está substituindo as pessoas, existe a flexibilização do emprego. Toda essa realidade inibe a participação, ou é uma motivação para o trabalhador ser mais ativo e participar?

Eu não vejo como fator inibidor, porque o profissional tem que estar garantindo a sua empregabilidade, e ele não vai garantir a sua empregabilidade, querendo ser contra uma realidade da nossa sociedade. Então acredito que com certeza ele tem que estar aberto a essas questões das inovações tecnológicas, seja aqui no Calábria, seja também fora. Existem pessoas que realmente vêem esse fator como um incentivador ou até um impulsionador, até mesmo para uma qualificação pessoal. Pode acontecer um caso ou outro de pessoas que vêem isso como um impedidor, mas no grande grupo eu vejo que as pessoas percebem que a mudança sempre gera certa estabilidade, mas também nesse caso específico da mudança tecnológica ela vai trazer melhorias no ambiente como um todo.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA: S1

Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre - RS

1 – Qual o sentido da ação sindical de sua Organização quanto à ampliação da participação?

Eu estou no Sindicato como associado desde 1987. Quando me associei no sindicato, não tinha idéia da profundidade que era a entidade. Eu vim a participar da direção no final do ano de 1994, e acabei, devido à eleição ocorrida no início de 95, vindo a participar ativamente do sindicato. Na realidade, é uma forma de participação que nós temos como trabalhadores – e aí eu me coloco como trabalhador, não só como dirigente, porque na realidade antes de ser dirigente eu sou trabalhador. E é o canal de participação que nós temos, só que infelizmente culturalmente a sociedade/trabalhador não tem a visão ampla dessa questão. Tanto é que nós temos uma dificuldade muito grande em relação à participação ativa do trabalhador. E se busca meios e mais meios e não se consegue fazer fluir essa questão de ter a participação. Mas esse é o canal, e isso nós vamos mudar com o passar do tempo, acredito eu, não desistindo dessa visão. Acredito que ela está correta, que temos que buscar a divulgação, tentar trazer o trabalhador, não digo que para dentro da entidade, mas que ele saiba daqueles direitos e daquele trabalho que a direção faz no intuito de ajudá-lo. Isso é uma coisa muito clara que eu tenho como direção e a nossa direção também. Claro que nós temos todas essas dificuldades, porque o trabalhador tem uma carga horária maçante, e ele quer depois do trabalho ir para casa e descansar. Nós temos no sindicato, desde a eleição que aconteceu em janeiro 95, um leque muito grande de ações. Temos vários eventos. Tanto é, que agora, no sábado passado, no dia 10 de março, nós tivemos um evento direcionado à mulher, que é uma coisa nova para a entidade, por incrível que pareça. Há alguns anos, nós temos realizado isso. Mas é uma forma de fazer com que haja participação, ainda que muito pequena. Mas temos, durante o ano, várias atividades direcionadas para o trabalhador, naquela tendência de fazer com que ele venha a participar. Em fevereiro, realizamos o Dia do Gráfico, que é um dos eventos em que temos mais possibilidades. Temos visto que existe um atrativo maior, por ser o dia do trabalhador gráfico. Existe uma participação bem ativa, muito

longe daquilo que imaginamos ainda como ideal, mas é uma das nossas atividades que mais traz trabalhadores. Temos uma dificuldade muito grande em relação à participação do trabalhador nas assembleias. As assembleias que na realidade deveriam ser um dos eventos com maior participação, porque ali se vai decidir a questão salarial e social, enquanto convenção coletiva, e o trabalhador não têm uma participação nem perto daquela que nós temos em outros eventos, e essa deveria ser a participação maior. Então, eu coloco não a questão da falta de divulgação, mas à atual questão salarial. Porque nós não temos uma política salarial por parte do governo. O trabalhador sabe que isso é o que vai depender muito numa mesa de negociação, onde o outro lado vai ceder o mínimo do mínimo. Então, pelo retrospecto que se tem de negociação coletiva dos anos anteriores, aonde o índice não supre um reajuste superior maior – não é que ele seja pequeno, se fizer um parâmetro com a realidade atual do país – e devido ao salário ser muito baixo para dar uma condição melhor de vida, o que vem acontecendo é uma diminuição muito grande, de ano a ano, em relação a esses eventos, relacionados à convenção coletiva, que seriam as assembleias. Nós temos em torno de quatro a cinco eventos durante o ano. E os de menor participação que temos são os mais importantes: as assembleias. Porque as outras questões são direcionadas para a parte social, e o sindicato tem que oferecer, as entidades têm que oferecer. Mas não são as mais importantes. ... E a questão da participação não é somente fraca em relação à nossa categoria, isso é a cultura existente no Brasil e temos trabalhado com outras entidades e as dificuldades são idênticas ou maiores.

2 – Quais as estratégias mais utilizadas para os integrantes (da direção e da categoria) exercerem o direito de participar?

Nós temos uma direção nova, eleita no final de 2006. Por ter experiência ou pelo menos alguma, e também por alguns diretores possuírem esse acúmulo, o que nós estamos fazendo, em relação a esses novos dirigentes que estão vindo, é oferecer cursos de formação, para eles terem idéia do que significa estar à frente de uma entidade sindical. Nós tivemos há duas semanas atrás um curso de formação com o DIEESE, e ao longo do tempo nós temos realizado com a CUT – e nós não temos nenhuma filiação com a CUT. Um curso de formação acontece mais por direcionamento e por afinidade de pensamento, não há nenhuma questão política

envolvida. Poderia ser a Força Sindical, só que enquanto pensamento, a Força Sindical, em relação àquilo que atual direção busca, é completamente diferente. Não que eles estejam errados. Isso seria uma outra discussão e seria uma discussão política. Mas, trazemos a formação política, sindical para esses dirigentes novos. E existe também uma questão muito forte: todos os meses nós temos reunião de diretoria. Então, são passados os informes, é cobrada também a participação dos diretores em relação a todas as questões discutidas. É bem aberto o diálogo, às vezes até se torna um pouco pesado, mas isso é fundamental para se ter uma direção coesa e para haver a participação do coletivo. Nada é decidido somente pelo presidente, o coletivo sempre vai predominar. Enquanto categoria, temos buscado fazer acontecer a participação através do próprio corpo diretivo. Essa é a nossa maior fonte, da qual temos uma participação muito próxima. Vamos às empresas, embora essa realidade esteja muito longe ainda da ideal, mesmo porque o número de diretores que possui carteira de trabalho ainda é muito reduzido. Temos contato direto, repassamos todas as informações e respondemos àquelas questões que nos são colocadas. Temos nosso informativo, que circula há muitos anos dentro do Sindicato dos Gráficos. Há números de informativos gráficos de 1948, e somos sabedores de que antes havia a circulação de um boletim. Hoje temos uma circulação bimestral dele. Essa é também uma outra fonte de informação e de organização da categoria. Estamos também com nosso site, uma ferramenta nova; está fazendo um ano que estamos trabalhando nele – cientes, é claro, de que nem todos possuem acesso. São as formas com que o sindicato trabalha, mas a forma em que mais acreditamos é o contato direto com o trabalhador. Embora existam deficiências, a casa do trabalhador é o sindicato. Lá se vai estar disponível a qualquer momento para encaminhamentos em relação a informações ou resolução dos problemas.

3 – Como os componentes da Organização são motivados a participar dos Movimentos?

Nós acreditamos muito no trabalho corpo-a-corpo, esse, que nós visualizamos e gostaríamos que fosse o ideal; porém sabemos que está muito longe de acontecer. Então, como se faz essa composição de haver ingredientes para trazer o trabalhador? Veiculação do boletim; cartazes disponibilizados no momento dos

eventos; e também há muito do trabalho da direção. Nossa direção é composta por 31 membros, e existem aqueles que trabalham dentro das empresas, ou seja, ele é diretor do sindicato, mas em primeiro lugar, ele é trabalhador, e está lá na base. Ele vai ser alimentado pelas informações e vai fazer a distribuição destas e vai organizar o trabalhador para trazê-lo para dentro dos eventos. Além disso, já foi citada a questão do site, do boletim. Trabalhamos também a questão de espaço em determinados momentos, dependendo muito do evento a ser programado. Os próprios jornais utilizados na divulgação das assembléias, e essa é uma questão estatutária, porque a convocação deve ser feita por edital, para que o trabalhador tenha ciência em relação aos eventos realizados. E essas são as ferramentas utilizadas. Tivemos, volto a repetir, há 15 dias atrás, um curso de formação com o DIEESE, em que nos foi colocado que talvez tivéssemos que repensar as maneiras de fazer a divulgação. Porque podemos, enquanto assembléia, imaginar que não estamos atingindo o trabalhador quanto a sua participação, e de repente tenhamos que retrabalhar essa questão de divulgação, uma vez que ela é fundamental. Pela pouca caminhada que temos, precisamos analisar de outras formas também, porque às vezes não existe a possibilidade do trabalhador participar, por "n" motivos; às vezes, porque a própria empresa trabalha no sábado e no domingo. Estas são questões que são abordadas, em relação à diminuição de carga horária. Um problema muito sério, que temos trabalhado ao longo do tempo, é a questão do banco-de-horas – e eu faço esse direcionamento para vermos como se dá a não participação do trabalhador. A ferramenta negativa do banco-de-horas é que o trabalhador se torna um escravo, porque o empresário o dispensa, no momento em que não tem serviço, e, no momento que tem, ele o traz. Mas tem "n" questões; às vezes é o próprio mercado que faz isso. Muitas empresas gráficas trabalham com agências, propagandas. Normalmente, se gera um número de serviço muito grande de quinta-feira em diante; e em geral os eventos acontecem no final de semana, porque imaginamos que a folga do trabalhador vai se dar ali. Então, muitos fatores colaboram negativamente para a não participação do trabalhador; é preciso se ter o cuidado para não errar na análise sobre a participação ou não do trabalhador; é bem complexa essa questão.

Gedovar – Você participa há tempo do sindicato e a pouco como presidente?

Não. Na realidade eu tenho participação no sindicato antes mesmo de ser dirigente, porque quando eu comecei a trabalhar, em 1983 no ramo gráfico, eu vinha freqüentemente às assembléias. Era um outro período. Havia um movimento sindical, um movimento forte. Eu tinha uma participação bem ativa. Comecei a participar trabalhando no sindicato no final de 1994, como convidado, sem ser da direção ainda, sem saber se seríamos eleitos ou não. E como presidente, eu estou no sindicato desde 2002. Estou no 2º mandato como presidente da entidade. Mas isso não é o diferencial, embora o presidente tenha sua responsabilidade e que é maior que a dos demais membros, em certos momentos. Mas aqui trabalhamos de maneira equivalente, porque trabalhamos no coletivo.

4 – Você acha que a prática da participação na Organização prepara a prática cívica na grande sociedade?

Não. Falando em relação a nossa entidade, nós não chegamos ainda nesse grau de formação.

Gedovar – Mas você acha que uma participação ativa, por exemplo, na área sindical pode também preparar para uma participação na esfera maior da sociedade como nas políticas públicas?

Certeza absoluta. Nós tivemos na história, por exemplo, o primeiro vereador negro saído de um movimento sindical aqui de Porto Alegre: Carlos dos Santos, nascido em Rio Grande ou em Pelotas. Sabemos disso através da história e através do próprio neto dele. E ele chegou a ficar à frente do governo. Temos outros exemplos de pessoas que participam da formação política e que saíram de dentro do movimento sindical. Dois exemplos que eu gosto de citar são o Olívio Dutra, que veio do movimento dos bancários, e o Paim, que saiu dos metalúrgicos. São pessoas seriíssimas. Claro, existem outras pessoas e existem exemplos negativos. Mas o movimento sindical é como qualquer outro movimento, porém cada vez menos, hoje, vai acontecer isso, porque existe uma menor influência do movimento sindical em relação à formação política de trabalhadores para se chegar nesse estágio. E é uma pena, porque temos dados indicando que no congresso e no senado não existe a participação de trabalhadores. No Senado, temos o Paulo Paim; talvez haja mais algum, mas eu desconheço. E no Congresso, aqueles que estão

representando o povo são empresários; são pessoas formadas. Não que o trabalhador não seja formado, mas o trabalhador mesmo, aquele da base, que toca, que faz o Brasil andar, nós não temos. A realidade do trabalhador é diferente da realidade do empresário. Nós temos dificuldades muito grandes na formação, em relação a pessoas que saiam de dentro do movimento sindical, e por “n” motivos. Se eu trabalho, e tenho uma carga horária de 10h ou 12h eu encontro dificuldade para ter uma participação.

Gedovar – E no âmbito, mais próximo do trabalhador, como conselhos setoriais, associação de moradores, você acha que a participação sindical prepara para isso?

Eu vejo com muita reserva a preparação. Porque nós vários problemas hoje que infelizmente são mais importantes do que preparar alguém para ter uma participação mais ativa enquanto sociedade. Nós sabemos que isso é de suma importância. Mas eu não posso fugir à realidade do dia-a-dia. Eu não tenho tempo, no dia-a-dia, de pensar em outra coisa que não seja resolver os problemas dos trabalhadores em relação ao salário atrasado, em relação ao desemprego. Então, existem vários itens que não nos propiciam ter essa discussão e essa formação, que seria muito rica para nós; termos esse tempo de formar cidadão de ter consciência. Por exemplo, eu me sinto muito bem, quando realizo esse trabalho na Corag, em relação ao Projeto Pescar. Eu tenho dado lá minha colaboração na formação de jovens carentes. Ali eu estou tendo uma participação em relação à formação enquanto sociedade, porque é importante diagnosticarmos nossos direitos, mas também nossos deveres. Ali eu estou fazendo uma pequena parte. Mas sinto que também deveria ter pessoas que me dessem essa formação, e não somente para mim, mas para a sociedade gráfica. Porém, estamos muito longe disso, e não vejo uma perspectiva, em curto prazo, de atingirmos essa questão da formação enquanto cidadão, enquanto sociedade, enquanto consciência de se saber que isso é fundamental também. Existem outras prioridades infelizmente que vem à frente.

5 – você poderia relacionar quais os fatores internos e externos de resistência à participação?

Existem vários. Primeiro, e que os trabalhadores em geral usam, é o tempo – e então eu volto à questão da carga horária de trabalho. Outra, a própria família, particularmente em se tratando da mulher. Ela tem, queira ou não, ainda uma jornada dupla e isso é uma reclamação, e é uma constatação que temos como formação de direção. Por exemplo, nós temos 31 membros e temos 3 mulheres, e sempre se debate essa questão. A participação da mulher se torna mais difícil em função dessa dupla jornada. Tem uma outra questão que é importante frisar, que é quanto ao próprio empregador, que dificulta essa participação; que ainda tem aquela sistemática de intimidar o trabalhador. São situações que acabam criando dificuldades muito grandes de participação. A comodidade também. Não se pode somente trabalhar em cima daquelas dificuldades concretas. Desinteresse, por “n” motivos. Pela realidade posta, o trabalhador entende que o sindicato vai lhe representar, e vai conseguir um percentual não muito além do que ele teve no ano passado. Então ele deixa de saber que, se tivesse uma participação ativa, nossa força como instituição representativa seria bem maior. Não que uma seja mais importante do que a outra, mas a questão do desemprego tem primazia. Às vezes, o trabalhador tem uma concepção de que se ele for questionar um direito dele, vai pôr em risco o seu trabalho, e ele sabe do excesso da mão de obra. Mas tudo faz parte de um contexto, depende da realidade individual de cada um.

Gedovar – Você já nomeou algumas resistências externas, como a opressão do patrão, com ameaças de demissão. Teria alguns outros fatores externos que tu acharias preponderante?

Existem vários. Vemos que a participação do trabalhador é muito pequena. Nós realizamos eventos durante todos os anos e temos sempre uma boa participação, porque não trabalhamos direcionados somente para a categoria, mas trabalhamos para a comunidade de um modo geral, com exceção das assembleias, que são abertas e fechadas somente para a categoria. Existem outras questões que se pode ilustrar, às vezes até familiares. Eu lembro que nós convidamos algumas pessoas para fazerem parte da direção e dos eventos também. E nos foi colocado que dentro da família se abriu a discussão e que a família achou prudente não haver a

participação. E tem outras questões. Nós não temos, enquanto entidade, conseguido dar um retorno que o trabalhador imagina que seria positivo. Por exemplo, nós realizamos uma assembléia em março e estivemos nas empresas fazendo a divulgação, e nos foi questionado se o reajuste ficaria em 10%, sendo que provavelmente o reajuste não ultrapassaria 3%. Isso nos dá uma dimensão de um diferencial muito grande. É a questão do descrédito. Por outro lado, algumas pessoas, com as quais temos um bom relacionamento, nos dizem que temos de levar em consideração, que as pessoas não participam das assembléias por que confiam na direção do sindicato. Porém, isso tudo faz parte de um contexto.

Gedovar – Esse fato de os trabalhadores salientarem que adotaram a diretoria para representá-los nas negociações, você acha que é um fator que pesa bastante?

Pesa, e faço um paralelo com a política: eu ouço pessoas que tem certo nível de informação dizer que votaram nos políticos para que eles resolvam a situação. A direção do sindicato foi eleita, deram a representatividade e acreditam que essa representação vai resolver todos as questões. E pelo menos quanto à manutenção de tudo que foi conseguido ao longo do tempo, nós sempre obtivemos sucesso na negociação, mas está muito longe de ser o desejável, o necessário. Assim como cobramos dos políticos, as pessoas entendem que ao votaram elas já tiveram sua participação. Mas isso é simbólico. A participação efetiva vem depois; se eu votei, tenho que buscar, cobrar, acompanhar para saber se vai acontecer aquilo que foi promessa de campanha. E nós, enquanto direção, temos um compromisso muito sério conosco mesmo em relação a essas questões. Nós somente colocamos como promessa de campanha aquilo que podemos buscar e que talvez nem vá ser efetivado no período dos quatro anos; mas se constrói um caminho naquela direção. Alguns pontos nós temos que atingir; não é nem promessa, são lutas que nós temos. Isso tudo nós temos muito claro, mas infelizmente muitas vezes acaba caindo no senso comum; algumas pessoas dizem que esse trabalho é como o dos políticos. Muitos confiam, mas quem resolve não sou eu, o coletivo é quem vai decidir, e nós trabalhamos sempre representando a vontade do trabalhador. E não poderia ser diferente, embora não tenhamos aquela estrutura que gostaríamos.

6 – Quais os fatores internos e externos que dão impulso à participação? Poderia nomear alguns internos, para começar, que motivam a participação?

É uma questão complicada, porque a participação é mínima. Então, para se trazer coisas que motivem a participação, é preciso que ter cuidado, se ela se reduzir há um número de pessoas muito pequeno. Existe uma questão que é importante, não sei se seria um fator interno, mas nós temos ainda um grau de confiabilidade muito grande; se for realizada uma pesquisa nas empresas, vai se perceber isso. E não somos somente nós que estamos participando agora, mas já vem de longa data, de outras direções. As direções que passaram por aqui sempre tiveram uma preocupação muito grande com a categoria, então sempre houve um trabalho diferenciado. E o trabalhador sempre teve o sindicato um pouco como a sua casa; nós fazemos um trabalho bem direcionado ao trabalhador. Isso é muito positivo; o atendimento que nós oferecemos é muito importante. Quando as pessoas nos procuram, temos como prioridade dar um retorno, uma posição, mesmo que seja negativo. Isso cria uma confiança, e isso ainda é um diferencial que nós temos, se fizermos um parâmetro com outras entidades. Ouve-se muito que o sindicato dos gráficos ainda é uma entidade em que se pode confiar, porque infelizmente, na sociedade em que vivemos hoje, o movimento sindical se desvirtuou um pouco; invés de representar o trabalhador, em determinados momentos, ele se mostra contrário a todas as necessidades. Também no dia-a-dia, nós temos a questão do dentista, que é direcionada para a categoria e para os seus dependentes. Diariamente, nós temos oftalmo também, a parte jurídica. São participações positivas, que agregam positivamente. Mas digo isso com reserva, porque a participação é realmente é muito pouca.

Gedovar – Mas a participação como presença e como expansão do sindicato na indústria tem uma boa receptividade?

Essa questão é interessante, nós temos uma entrada muito tranqüila, tanto em relação ao diálogo com a categoria, quanto com o empresário. Temos uma relação boa com o patronal, e isso tem um reflexo positivo. Naturalmente, temos as discussões quanto aos direitos dos trabalhadores. Mas independentemente disso,

nós possuímos uma relação boa com os empresários, e isso nos faz ter uma relação mais próxima com o trabalhador, isso abre algumas portas e nos faz ter mais acesso ao trabalhador. Obviamente não se pode parar um setor, porque ele depende da produção. Mas já que o trabalhador não vem ao sindicato o sindicato vai até o trabalhador. E sob esse prisma a participação existe todos os dias, só que ao contrário. E lá dentro da empresa, no chão da fábrica, se consegue às vezes encaminhar ou resolver algum problema, numa conversa de dois ou três minutos. E essa participação em determinados momentos é providencial, porque não podemos imaginar que sempre o patrão trabalha com má fé, muitas vezes existe o desconhecimento em relação a determinadas coisas. Por exemplo, uma empresa nos chamou e nos solicitou uma explanação dos direitos e deveres em relação ao banco de horas. Então resolvemos um problema da empresa, esclarecemos os dois lados, e tivemos uma participação maciça da empresa, uma participação diferente, porque ao invés de os trabalhadores virem a um evento que nós organizamos, nós levamos um evento para dentro da empresa. Então nós estamos divulgando e ao mesmo tempo está havendo uma interação, uma participação.

Gedovar - Têm muitos fatores externos que tu achas que motiva a participação?

Voltando àquela questão: a participação é reduzida, então sempre vai haver um trabalho de como se fazer isso. Mas eu acredito que em primeiro lugar está a questão, que nós trazemos como positiva, do reflexo ainda de coisas que foram realizadas anteriormente; a própria história conta muito. Mas eu não vejo externamente algo que possa ser discriminado, efetivo. No geral, se consegue somar, e talvez a divulgação possa ser um reflexo. A não ser que eu pudesse tratar da questão enquanto comunidade, em um universo mais aberto. Para a comunidade, o nome do Sindicato dos Gráficos ainda é uma referência, externamente o nome ainda flui. Mas isso, por causa da sua história, não pela nossa direção, que foi organizada e criada agora. Isso tudo é muito forte, mas não se traduz em relação à categoria, a não ser talvez para as pessoas mais antigas, mas para os trabalhadores novos no ramo não se tem essa questão muito presente. Quando se realiza um evento festivo, há uma boa motivação em relação ao próximo evento. É um reflexo positivo, mas não é algo extremo; está dentro de uma realidade

de participação pequena. E isso nós temos que encarar como real; não adianta fantasiar uma coisa que não existe.

7 – O contexto atual das condições de trabalho impede ou impulsiona a participação dos trabalhadores?

Impede. Não é definitivo, mas impede. Não é que isso seja uma pá de cal que vá impossibilitar a participação. Mas é como disse anteriormente: carga horária demasiada, banco-de-horas, não ter um horário determinado. O ramo gráfico não tem um horário determinado de entrada e saída, isso na grande maioria das gráficas. São fatores pré-determinantes que acabam isolando o trabalhador de uma participação. Se um cliente solicita um impresso para amanhã eu não posso dizer que farei depois de amanhã. Nós temos o exemplo dos jornais. Os jornais têm circulação de sete dias; o pessoal trabalha todos os sete dias e tem escalas de folgas. Nós recebemos muitas reclamações do pessoal que trabalha em jornais, e que é um número significativo da categoria. Eles não participam dos eventos porque a carga horária deles inclui também os finais de semana. Hoje as empresas trabalham em três turnos ou dois; se realizamos um evento às 18h, existe um número muito grande de pessoas trabalhando nesse horário, e a tendência é o aumento, a cada ano, do número de empresas trabalhando em turnos. Aos sábados a maioria das empresas trabalha, e aos domingos essa prática vai se acelerar e se tornar rotineira. Então, é como disse anteriormente: carga horária, banco-de-horas, horas extras, serviços de última hora, trabalho aos sábado e domingos, questão do deslocamento.

Gedovar - E a questão da tecnologia? Na área gráfica as máquinas estão substituindo largamente o trabalhador.

Bastante. Essa é uma outra questão que até quanto à participação vai haver um reflexo, porque houve a diminuição no número de trabalhadores. A área gráfica e o setor bancário foram as categorias que mais sofreram com essa questão da tecnologia, porque, por exemplo, há 10 anos atrás não se encontrava máquinas de quatro cores nas empresas. E hoje a grande maioria possui máquinas quatro cores, bicolor – inclusive a bicolor não era uma máquina atual. Com isso, por exemplo, havia quatro máquinas, cada uma para uma cor, e ali eram necessários um

impressor e um auxiliar, ou seja, oito trabalhadores. E essas quatro máquinas foram substituídas por uma somente, que imprime em quatro cores, e são necessários somente 2 trabalhadores. Então, a tecnologia avança e diminui a questão de mercado em relação à mão de obra, e eu trago isso para todos os setores. Antigamente se trabalhava com filme: era necessário fazer o filme e do filme fazer a montagem, e hoje não se trabalha mais nessa sistemática. Tudo é feito no micro, por uma pessoa só e gravado direto na chapa. A tecnologia levou ao desaparecimento de determinados setores dentro do ramo gráfico. Então há uma discussão muito grande em relação a essas questões, e eu como empregado digo que a tecnologia para o trabalhador foi excelente, porque reduziu a mão-de-obra e o tempo de trabalho. Para se imprimir uma folha de 4 cores, há alguns anos atrás, era necessário passar quatro vezes na máquina e hoje se passa somente uma vez. Porém, eu não acredito que o valor tenha diminuído; se uma revista custava mil reais, ela continua sendo impressa, e em um tempo menor; e não há porque diminuir o valor da revista. Essa discussão é muito abordada nas negociações; por exemplo, se seis trabalhadores foram demitidos, porque uma máquina nova foi comprada, e se haverá condições de se fazer mais trabalhos com mais rapidez, então por que não existe uma troca em relação a um melhor salário? Essas são as grandes discussões que temos, porque a tecnologia nos leva a ter mais qualidade em um tempo menor, mas também nos leva a ter um número de trabalhadores bem menor. E o salário também é muito baixo; se houvesse uma massa salarial mais alta o índice de reajuste não importaria tanto, porque haveria uma base salarial que possibilitaria uma condição de vida mais tranqüila. Mas a tecnologia nos levou a um desemprego muito grande. Tem o lado positivo, porque faz com que a categoria busque uma formação escolar melhor, para, por exemplo, poder lidar com uma máquina que possui termos em inglês. As empresas já estão fazendo essa distinção, não para o lado negativo, mas para que o seu corpo de trabalhadores tenha pelo menos o segundo grau. E isso tem também um lado negativo, porque faz uma exclusão. Na saúde, por exemplo, a tecnologia avançou tanto que hoje vidas estão sendo salvas através da tecnologia. Mas acredito que possivelmente seja mal explorada também. Então, são muitas variantes, é preciso se ter cuidado na interpretação. Se as empresas não avançarem acabam parando. Por exemplo, tem empresas que mandam fazer trabalho em Santa Catarina, porque a entrega é mais rápida do que aqui, e mais barata. Então, se não houver o avanço, de repente um

outro estado está fazendo ou trazendo empresas aqui para o estado, é a questão da concorrência.

Gedovar - Para concluirmos o nosso bate papo, que foi bastante proveitoso, você teria alguma outra observação para fazer a respeito da participação?

Nós, enquanto direção, acreditamos que tem que haver a consciência de que o coletivo é fundamental para tudo na vida. Estamos fazendo a nossa parte dentro do coletivo, mas é fundamental que outras pessoas também façam, inclusive os empresários. Buscamos dentro do corpo diretivo, trabalhar sempre para o coletivo, porque nós fomos feitos para viver sociedade. É preciso haver a participação de todos, e não deixar simplesmente o corpo de diretivo representar. Hoje nossa direção tem um nível de confiabilidade muito grande, mas eu não sei daqui há alguns anos se as pessoas que estarão aqui serão representativas positivamente. Por isso, buscamos trazer pessoas que tenham caráter para fazer parte da direção, que pensem no coletivo e que sigam o trabalho na busca do coletivo. Porque nós somos representantes, o estatuto deixa isso bem claro. O nosso desafio é fazer com que essa representação não seja para um número tão pequeno de pessoas. Portanto, temos que construir alternativas de como ir até o coletivo e buscar sempre essa participação maior. É o coletivo que vai determinar a participação enquanto sociedade.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA: S2

Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre - RS

1 – Qual o sentido da ação sindical de sua Organização quanto à ampliação da participação?

Eu vejo que essa é a questão fundamental, de se organizar. Porque nós vivemos em um mundo globalizado, onde o indivíduo, hoje, me parece que se preocupa mais com as questões dele propriamente, do que com preceitos que seriam de solidariedade, de uma coisa mais ampla, no sentido familiar talvez. A forma da sociedade hoje, em que todo mundo tem que trabalhar, seja a mulher, seja o marido, às vezes até o próprio filho, para poder se auto-sustentar, causa um distanciamento das pessoas, seja na família, seja nas organizações. Então, na contramão disso é que eu entendo que o sindicato trabalha no sentido de buscar cada vez mais associados para formar um grupo maior, e através desse grupo maior, com ações comunitárias, com ações coletivas, cada vez mais buscar e fazer um enfrentamento realmente. Porque de maneira solitária não se consegue chegar a um denominador comum, dificilmente, a não ser que a pessoa seja brilhante e que realmente aquela empresa aonde ela labuta precise muito dela; aí muitas vezes ela pode acabar levando alguma vantagem. Mas no sentido coletivo, no sentido fraterno, no sentido solidário que é um dos principais vértices da criação do sindicato, esta pessoa acaba não ultrapassando essas barreiras.

2 – Quais as estratégias mais utilizadas para os integrantes (da direção e da categoria) exercerem o direito de participar?

Hoje por exemplo, com relação à direção, nos temos realizado seminários, realizado cursos, no sentido de preparar os mais novos e ir criando um engajamento maior, para trazer cada vez mais associados. E com relação aos associados, nós temos feito algumas programações, no sentido de atrair, através de futebol, torneios campeonatos, algumas festas, agora mesmo, tivemos o dia internacional da mulher, comemoração do dia do gráfico, baile de aniversário, o natal gráfico. Temos feito algumas incursões nesta área, na busca de cada vez mais atrair mais pessoas,

porque já não se consegue mais, como em tempos atrás, e acho que é uma questão de consciência, trazer as pessoas para assembleias, até mesmo para seminários. É uma dificuldade, a pessoa sempre tem um compromisso, sempre tem uma história ou outra, e o sindicato acaba ficando em segunda opção. É difícil se conscientizar hoje através da consciência, então se busca, através de festas, até mesmo no dia-a-dia, aqueles que são mais conhecidos, mais amigos digamos, que se conhece a mais tempo e se trabalhou junto, vir trazendo as pessoas para dentro do sindicato. Mas a estratégia que a direção tem utilizado ultimamente é através dessa questão social, através da própria sede campestre, que foi adquirida em 97 e que foi um crescimento que nós tivemos, porque o lazer também é de suma importância para os membros da categoria.

3 – Como os componentes da Organização são motivados a participar dos Movimentos?

Eu acredito que não fuja muito da resposta anterior. Eu acho que é na preparação, que é fundamental que as pessoas venham e discutam principalmente a questão do dia-a-dia. Porque nós não estamos numa ilha, nós estamos no Rio Grande do Sul, ou no Amazonas, ou no Rio de Janeiro, ou em São Paulo, ou em Brasília. Nós estamos dentro de um contexto, mesmo que em determinado setor a política de lá tenha algumas diferenças daqui, de um modo global, as políticas são as mesmas. Nós observamos, por exemplo, que em São Paulo, onde se concentra o grosso da nossa categoria em nível de Brasil – mais de 50% dos trabalhadores gráficos do Brasil estão concentrados em São Paulo – há uma indústria forte, e lá talvez até por isso mesmo, pela questão da concorrência ser maior, o pessoal é um pouco mais participativo do que aqui no Estado. Observa-se que aqui na capital, pelo fato de as pessoas morarem um pouco mais longe – porque boa parte mora na Grande Porto Alegre – se tenha algumas dificuldades de penetração, no sentido de participação. Isso é um grande desafio que nós temos: contar realmente com a companheirada. Sabemos que, por exemplo, em processos eleitorais, há uma participação massiva para votar, mas não é só isso. Se não formos até a empresa, acabamos não obtendo informações. O sindicato somos todos nós juntos, não é o diretor ou as paredes, na realidade é a categoria de um modo geral, e isso realmente tem sido uma dificuldade. Nós temos o nosso jornal bimestral gráfico, um veículo que tem

chegado, mas o retorno ainda é pouco, porque talvez não exista o hábito de se vir e de se discutir os problemas. Hoje estamos com uma página na internet, mas que infelizmente não é toda pessoa que está na indústria gráfica que tem acesso, alguns setores têm. Então essa talvez seja uma ferramenta que no futuro possa ser trabalhada melhor.

Gedovar – Você salientou que a discussão, a formação ajuda, motiva a participar dos movimentos?

Com certeza.

E isso se dá nas assembléias, nas visitas às empresas? Como se dá isso?

Na realidade as assembléias não têm obtido uma participação muito forte, aquela que nós desejamos. Mas em eventos, em algumas visitas, muitas vezes nós solicitamos um espaço na empresa, para alguma reunião rápida, de 15 ou 20 minutos. Então nós observamos que quando nós conseguimos fazer isso, há um crescimento, cria-se um elo, pelo menos em relação àquela demanda, com aquele determinado grupo de trabalhadores. Nesse sentido, aquela demanda acaba forçando uma aproximação também para outras atividades. Então tudo acontece, de uma forma ou de outra, realmente através do diálogo, ou na empresa, ou no sindicato, ou até mesmo em um barzinho perto da empresa. Interagir é que acaba trazendo crescimento a todos.

4 – Você acha que a prática da participação na Organização Sindical prepara a prática cívica na grande sociedade?

Sem dúvida, eu acho que primeiramente a pessoa tem que ter uma consciência de classe, uma consciência enquanto trabalhador. Nós devemos ser iguais, nós não devemos ser menores nem maiores que ninguém. A consciência a pessoa já traz, e não é no banco da escola que se forma consciência, acho que a consciência vem lá da família. E dentro da sociedade, o exercício dessa consciência tem que realmente formar o cidadão. Eu acredito que não é a pessoa isolada, só com seu pensamento, sem passar o seu pensamento para a outra, sem discutir possibilidades com a outra, que vai formar cidadania. A pessoa tem que ter um contato sempre, ora aprendendo, ora ensinando; acho que tudo depende de se exercitar essa questão.

Gedovar - E o sindicato é um exercício de cidadania?

Com certeza. Trabalha-se muito a questão reivindicatória, mas também é necessário trabalhar a questão dos deveres. Nós não podemos trabalhar somente os direitos; em primeiro lugar eu tenho que saber os meus deveres, eu tenho que cumprir a minha atividade com bastante competência para depois reivindicar aquilo que me é direito. Eu acredito que não importa quem seja, se o empregado ou o patrão; qualquer ator dessa sociedade tem que ter consciência disso.

5 – Quais os fatores internos e externos de resistência à participação que o senhor acha que existam?

Eu não saberia dizer se aqui propriamente dito nós teríamos essa questão mapeada, de fatores prejudiciais. Mas nós observamos que na grande mídia às vezes existem campanhas massivas contra a organização dos trabalhadores, muitas vezes até com atos irresponsáveis de alguns dirigentes, e que acabam sendo vistos como fator comum a todo mundo. Volta e meia assiste-se, por exemplo, que determinada entidade sindical não repassou valores, os quais deveria ter repassado a algum trabalhador que tenha ganho uma ação coletiva. Isso infelizmente é um erro humano que outras pessoas que cumprem suas tarefas acabam carregando nas costas, e isso é prejudicial. Existe, por exemplo, também alguns trabalhadores que reclamam que muitas vezes na entidade sindical está faltando luta, ou seja, está faltando enfrentamento, está faltando alguma coisa. É difícil se avaliar de fora, muitas vezes uma conversa, um diálogo é melhor do que o enfrentamento. Então, são fatores complicados e são fatores externos. Não é em todo lugar que se tem acesso ao trabalhador; alguns lugares procuram dificultar, não nos dão espaço. Dizem-nos que, se quisermos conversar com o trabalhador, teremos que esperar ele sair do trabalho, às seis horas, depois que ele termina a sua jornada. Aí a pessoa está com pressa, que ir para sua casa, tem outras coisas para fazer. E não se consegue. Então, existem dificuldades também nessa área. A empresa às vezes se organiza de uma forma que afasta o sindicato, quanto menos estivermos por perto melhor. Muitas vezes buscamos conversar com o encarregado dos recursos humanos, e ele tem uma boa conversa, mas na verdade ele quer vender a imagem da empresa como um modelo, e se descobre que no fundo não é bem assim. Infelizmente nós enfrentamos muito isso.

Gedovar – São fatores que impedem a participação.

Exatamente.

6 – Você poderia indicar alguns fatores internos que dão impulso à participação?

Eu acredito que, por exemplo, o esporte aqui no sindicato é um gerador de participação, porque os eventos esportivos que o sindicato realiza são os eventos com maior número de pessoas participando. Os momentos dos campeonatos aqui são bastante acirrados, com bastante disputa, e ano-a-ano mais pessoas estão participando, mais pessoas estão se associando para poderem participar dos eventos. Nós temos feito uma corrente: para participar a pessoa tem que estar sindicalizada. Essa é uma questão de anos atrás, que foi discutida e implementada, porque antes não existia essa obrigatoriedade, e nós achamos que isso foi positivo. Mas infelizmente um fator que dificulta é a questão da idade, porque quem pratica o esporte sabe que é uma atividade para certa faixa etária, que não são todos que podem participar. A partir do ano passado começamos também a realizar o campeonato de veteranos, foi o primeiro, mas já houve uma boa participação, e nós imaginamos que ele tende a crescer. Por outro lado, para a área feminina – hoje existe em torno de 30 a 35% de trabalhadoras dentro da área gráfica – infelizmente estão faltando atividades exclusivas. Não sei que tipo de atividades poderíamos criar para realmente fazer com que as mulheres participem. Dentro da própria direção, de 31 membros, temos somente três companheiras. Aparentemente parece existir um machismo, parece que não se abre espaço, mas ao contrário, é a dificuldade da dupla jornada talvez; muitas vezes o próprio companheiro não permite que a companheira participe; a questão dos filhos menores também dificulta, porém são coisas a serem buscadas para um futuro presente.

Gedovar – E as assembleias favorecem a participação?

Deveriam favorecer, mas infelizmente eu não tenho a leitura que venha a motivar. E eu não falo somente por nós, eu vejo isso no movimento sindical de um modo geral. Afora o ABC de São Paulo do ramo metalúrgico, em que as grandes empresas, com cinco mil ou dez mil trabalhadores, realizam assembleias no local, eu não vejo uma

entidade sindical que consiga colocar um grande número de trabalhadores em assembléia. A não ser algumas categorias com questões de greve, que ainda conseguem, mas não é muito fácil.

Gedovar - E alguns fatores externos que podem favorecer a participação, haveria algum?

Eu acredito que quando a dificuldade aperta, às vezes, esse fator motiva a participação do trabalhador. Nós tivemos alguns exemplos aqui nos últimos anos. Realizamos negociações em separado com uma empresa, com a qual não se conseguiu chegar a um acordo. Então, quando se voltou a discutir com eles, houve uma participação massiva, porque havia grandes interesses em resolver aquele problema. Há alguns anos atrás alguns tivemos problemas com quem assumiu a administração de uma empresa, isso em dois governos, e naquele momento os trabalhadores se motivaram e cerraram fileiras. Então me parece que quando a coisa aperta motiva-se à participação. Hoje nós vivemos em um momento com inflação baixa, inflação em que se discute 3, 4, 5% e infelizmente não se consegue motivar as pessoas para participar; muitas vezes as pessoas não entendem como o índice x atinge aquele percentual.

Gedovar – Estavam acostumados com um aumento alto e agora com aumento baixo eles acham que é o sindicato que não tem força de negociação.

Exatamente, é verdade. Está faltando alguma coisa que o trabalhador entende ser culpa do sindicato. Um outro fator externo que eu vejo e é prejudicial, é quando o associado elege uma direção; ele pensa que o diretor é o padrinho ou pai dele. Ele não assimila que é fundamental a sua participação, é fundamental que ele cobre o trabalho daquele diretor que ele colocou lá, mas que ele esteja junto.

Gedovar - Você acha que esse é um fator externo, a pessoa habituou-se a delegar responsabilidade?

Isso parece um hábito que se criou, não são todas, mas um bom percentual de pessoas age dessa forma. Não digo nem que pensem; eu acho que as pessoas têm consciência do que estão fazendo, mas agem dessa forma até para se excluir de estar participando, e aí não estão ajudando em nada.

7 – O contexto atual das condições de trabalho impede ou impulsiona a participação dos trabalhadores? As condições de trabalho em geral, no que diz respeito à entrada da tecnologia, a questão do desemprego ou a facilidade do emprego. Toda essa situação de trabalho na área gráfica tem influenciado positivamente ou impedido?

Eu acredito que negativamente, porque, por exemplo, eu iniciei na minha atividade nos anos 60, mais precisamente em 67, portanto já tenho 40 anos de estrada. Naquele período existiam postos de trabalho e faltava mão de obra, ou seja, a pessoa estava empregada em um lugar e saía, porque havia uma proposta melhor. Hoje é muito raro isso acontecer, porque a rotatividade é grande; vários postos de trabalho foram suprimidos; funções inexistem. Muitas vezes, dentro de uma categoria o número de postos de trabalho é o mesmo, mas saem pessoas e entram outras, e já os salários tornam-se mais baixos. Isso faz com que as pessoas acabem com medo de participar do sindicato; porque daqui a pouco a empresa não quer que isso ocorra, e isso inibe a participação. Muitas vezes, se faz uma campanha de sindicalização, mas a rotatividade é tanta que a pessoa permanece alguns meses e em seguida está desempregada, e quando volta, já não volta na mesma situação. Outra coisa importante, se as pessoas não se prepararem, elas não acompanham realmente o ritmo das outras. Hoje existem determinadas tarefas, para as quais a pessoa necessita de um aperfeiçoamento. É necessário saber fazer de tudo um pouco. Eu não digo que a pessoa chegue a uma empresa e vá migrar de setor em setor, mas é necessário ter preparo técnico pra isso.

Gedovar – Gostaria que Você aprofundasse um pouco mais essa questão de que a rotatividade no posto de trabalho na área gráfica dificulta essa identificação do trabalhador com o sindicato e aí impede a participação dele.

Eu vejo como uma dificuldade porque a rotatividade é tão grande, não se sabe se a pessoa, por exemplo, vai continuar nesse ramo e por quanto tempo. No meu entender essa pessoa acaba não formando um vínculo específico de categoria. Voltando um pouco atrás, eu vou me citar como exemplo: eu era linotipista, função que hoje não existe; eu tinha orgulho de ser linotipista. Quando eu aprendi, me disseram que na indústria gráfica era o topo de linha. Eu vim de escola técnica, do Pão dos Pobres. Quando eu passei do quinto ano para a primeira série, nos iríamos

aprender o ofício e eu era o primeiro da aula, eu poderia escolher; a melhor função era essa, era o topo. Automaticamente corri atrás disso. Só que o topo morreu nos anos 70, quando chegou o computador. Hoje em dia, por exemplo, existem máquinas com 7, 8 cores, isso é o topo, amanhã haverá mais cores ainda; impressor offset é uma função que todos querem ser, mas não há lugar para todos, no máximo existem 5 vagas por empresa. Então aquele que é auxiliar dificilmente tem uma seqüência para continuar na categoria, porque o mercado o está excluindo. Então essa pessoa acaba muitas vezes indo para outras funções. Eu conheço gente ao longo da minha trajetória – linotipistas como eu – que não tiveram a oportunidade de se aposentar e saíram do mercado; hoje trabalham por conta, em outras funções das mais variadas. Essas pessoas acabam perdendo o vínculo por causa dessa questão de mercado.

Então essa tensão de se atualizar na função impede também que o colaborador participe mais efetivamente das ações do sindicato.

Também, porque para tudo a pessoa precisa ter tempo, e muitas vezes ela também pensa que participar é perda de tempo, que é um jogo de cartas marcadas.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA: A1

Federação Gaúcha de Associações de Moradores do Rio Grande do Sul – FEGAM - RS

1 – Qual o sentido da ação federativa de sua organização quanto à ampliação da participação?

Nosso objetivo primeiro é o de ajudar a organizar as comunidades para buscar a solução dos seus problemas, seja através de ações próprias delas, seja na luta junto ao poder público, dentro da compreensão de direito e de cidadania e, portanto, cobrando, exigindo do Estado soluções para os seus problemas. Nós inclusive temos um debate aberto, porque o movimento comunitário é marcado por toda lógica hegemônica que existe e, portanto, tem uma forte lógica reivindicativa, que muitas vezes o mantém super-atrelado aos governos, fundamentalmente, e que precisa ser superada. Nós temos que levar, ajudar e impulsionar o processo, que seja ao mesmo tempo de lutas, e que seja educativo, que seja gerador desta consciência de direitos. Portanto, nós não estamos pedindo ao Estado; nós estamos lutando por um direito, e que se este Estado não tem condições de responder, ou se existem Governos que não têm condições de responder, a comunidade tem que se envolver concretamente para ajudar a constituir Governos que tenham outro grau de compromissos, e ajudar a lutar por um Estado mais transparente, mais democrático, mais aberto ao controle social. Acredito que o Movimento Humanitário tem essa dimensão, de estar organizando a comunidade ao redor daquelas necessidades imediatas que são sentidas – assim como a necessidade imediata dentro das quais as pessoas se mobilizam – e ao mesmo tempo de estar ajudando a entender que não existem soluções mais profundas, mais capazes, se não se atingir uma ação de massas, de mudanças inclusive da estrutura social que está aí. Então, a nossa Federação, que se organiza, que impulsiona as articulações do Município, das associações por bairros e por vilas, pretende contribuir nesse processo de ajudar a impulsionar o movimento de massas, que seja o mais massivo possível e forte o suficiente para poder ir atrás da solução dos

problemas, compreendendo que muitas soluções só haverá se mudarmos Governos, se mudarmos o Estado, se mudarmos a própria sociedade que está aí, essencialmente opressora, exploradora, injusta.

2 – Acredito que a segunda pergunta, talvez complementar o que você está falando. Quais as estratégias mais utilizadas para os integrantes exercerem o direito de participar?

Primeiramente, existe a participação interna; existe um esforço muito grande de fazer com que as associações e as uniões municipais tenham as suas instâncias funcionando efetivamente. Ou seja, que as diretorias promovam as eleições nos tempos certos, não fiquem usufruindo da entidade além do que faculta o estatuto; que impulsionem a realização de assembleias de moradores, para que efetivamente a comunidade se envolva na construção das soluções e nos encaminhamentos a serem realizados. Enfim, que as diretorias impulsionem a prática, e não somente cobrem a participação; que levem as pessoas a entenderem que a participação de cada um é importante, sob pena de não se resolver o problema. Porque nesse caso a diretoria fica desacreditada – às vezes consegue resolver algum problema, mas se não houver uma mobilização maior não conseguirá resolver problemas mais substantivos – e a comunidade acaba se voltando contra a diretoria, que por sua vez sente-se injustiçada, quando na verdade deixou de fazer o essencial: organizar o sujeito que efetivamente tem o poder, ou seja, a comunidade organizada. Então, esta é uma de nossas estratégias importantes, quer dizer, impulsionar para que as eleições aconteçam; para que as instâncias decisórias da organização, da comunidade, da assembleia de moradores, ou, no caso, das uniões municipais da nossa federação, os conselhos destas entidades, compostos pelas representações das instâncias de base, funcionem, através dos seus espaços, das assembleias, do congresso, resolvam coletivamente. Uma outra questão básica é impulsionar a participação nos espaços institucionais, por exemplo, a participação nos conselhos municipais, participação nos conselhos estaduais, conselhos federais, as conferências que existem nas várias áreas do Orçamento Participativo. Para ajudar a provocar, fazer as pessoas entenderem que é importante elas irem até lá resolver o problema delas; resolver comunitariamente, coletivamente. Não é preciso abrir

mão de uma necessidade pessoal. É preciso ajudar as pessoas a compreender que não se pode resolver o problema somente pensando na sua própria necessidade. Muitas vezes, somente se vai conseguir resolver o problema se se fizer isso articulado com outros. E nesse exercício da participação, muitas vezes, se descobre que, além de resolver um problema pessoal, é muito positivo ajudar a resolver o problema de outras pessoas que estão na mesma situação. Essa é a grande experiência do Orçamento Participativo: de pessoas que começam a perceber que outras também têm problemas, e que, muitas vezes, são problemas maiores do que os seus. Assim, torna-se uma escola, onde eu me preocupo com os outros e prioritariamente com quem tem problemas maiores do que os meus, como, por exemplo, a falta total de saneamento, quando na minha rua a discussão é pelo calçamento; então, primeiro vamos resolver o problema daquele que não tem nem o saneamento básico na sua rua, depois vamos tratar de qualificar a nossa rua. São duas estratégias. A primeira é garantir que internamente nós possamos ter soluções democráticas – e nesse sentido, existe uma coisa importante que temos que retomar muito hoje, que é a formação política, a formação comunitária, porque somos condicionados, desde o seio materno, por uma lógica dominante que se entranha em nós muito profundamente e que precisa de alguma forma ser quebrada. Isso se faz tanto pela prática participativa, real, concreta, como pela discussão, no debate sobre esta mesma prática e sobre outras práticas alienadoras que nos oprimem. A segunda estratégia é impulsionar de fato para a participação na sociedade, nos conselhos, nas juntas decisórias, no voto inclusive. O voto em si é algo limitado, mas é uma coisa importante. Que não pode ser nunca uma delegação de poder. Eu escolho representantes para exercer funções num período determinado, mas não abro mão do meu poder de estar ajudando a resolver aqueles problemas para os quais eu elegi aquele representante.

3 – Como os componentes da Organização são motivados a participar dos Movimentos?

Nós, de alguma forma, estamos saindo de um período em que a característica principal era, e talvez ainda estejamos muito neste período, a resistência pura e simples. As pessoas muitas vezes se movem a partir do sentimento de que

elas se envolvendo vão conseguir melhorar aquela situação. E muitas vezes a situação é tão ruim que as pessoas não têm este sentimento, então não participam, desesperam e assim por diante. Então qual é o nosso esforço? É tentar, em primeiro lugar, tocar naquilo que são as sensibilidades maiores da comunidade. Não adianta eu falar que a revolução é necessária, por mais necessária que seja para uma situação, para um país, para uma periferia, digamos assim. Mas é necessário articular ao redor do que a comunidade sente de mais impotente; muitas vezes é casa, moradia, estas coisas que têm sido uma luta histórica dos movimentos comunitários: o direito de morar. E depois a qualificação dos espaços da moradia, as escolas, a educação para todas as nossas crianças. E uma das coisas que se usa muito para ajudar a motivar é trazer experiências. Não somos os primeiros que estamos lutando, muita gente já lutou. Devemos ajudar as pessoas a perceber como muitas coisas que aconteceram, inclusive ali na comunidade delas, não aconteceram por obra do vereador, que um dia apareceu e foi o padrinho, ou do prefeito. Mesmo que na inauguração da obra, as palmas todas sejam dirigidas para o vereador ou para o prefeito, porque conseguiu algo para a comunidade. Mas aquele trabalho inicial daquela pessoa que foi até lá, insistiu, procurou inclusive o tal de padrinho. Essa pessoa em geral, na hora da inauguração, não merece nenhuma consideração. Então é preciso trazer, reler, socializar, fazer as pessoas perceberem como quase tudo o que existe foi através da luta comunitária, e que houve sim ajuda, colaboração, parceiros, mas que se não fosse aquele movimento inicial, nada aconteceria. Essa é uma das coisas que se tem utilizado muito, ou seja, mostrar frente, trazer outras pessoas, trazer experiências de fora, ou levar lideranças para outros lugares, para que de alguma forma essas pessoas possam contar a própria história. Essa é nossa visão, que tenta quebrar esse sentimento de impotência que as pessoas muitas vezes têm diante dos fatos, e quando não, o que é pior, o sentimento de culpa da situação em que vivem. Como se fosse uma culpa exclusiva minha, porque não me esforcei o suficiente, porque não fui aplicado o suficiente, porque não estudei como deveria estudar. Esse tem que ser o nosso papel para conseguirmos organizar lutas concretas que acumulem algumas vitórias. Isso será muito importante. Porém, em um período de exploração muito grande, como foi essa fase neoliberal, muitas vezes as vitórias são muitas escassas.

Atualmente, as classes trabalhadoras, as classes populares, têm perdido muito; toda uma série de direitos que conquistaram foi perdida, quer dizer, a cidadania foi recuando, foi perdendo. E então a pessoa tem que ter uma compreensão política da coisa; o debate, a discussão, a conversação é muito importante; recorrer à história de vida por outros momentos, noutras lutas é importante. Outra questão importante é ajudar a entender os mecanismos de estruturação da própria sociedade. Por exemplo, se olharmos uma máquina, vamos perceber que ela está errada, que ela produz mil problemas, não é difícil de perceber superficialmente. Agora, para desmontar aquela máquina, para consertar aquela máquina, se houver conserto, devemos entender os mecanismos de funcionamento daquela máquina. Assim funciona um pouco a sociedade: se vê que ela produz muitos problemas, para isso não é preciso ter óculos de lente, isso qualquer olhar minimamente sensível vai perceber. Inclusive os economistas, todo mundo sabe, possuem estatísticas e mais estatísticas; número de pobres, distribuição de renda, isso não é o problema. O problema é compreender como funciona esta máquina. Onde é que se alicerça a exploração básica, que produz meia dúzia de pessoas capazes de controlar milhares de outras pessoas? Como é que isso se dá? Como é que isso funciona? Como é que os meios de comunicação, a produção da vida, a produção das riquezas, a apropriação das riquezas, a comercialização delas, os aparelhos de construção da hegemonia, da cultura, dos valores, como funcionam para que uma sociedade se mantenha assim, nessa hierarquia? Compreender isso também é uma coisa importante; essa é uma necessidade muito grande que nossa organização a FEGAM, e o nosso movimento comunitário sente muito: retomar um processo de formação política mesmo. Por exemplo, o Orçamento Participativo, nós participamos muito no Orçamento Participativo aqui em Porto Alegre. Mas não necessariamente ele é purificador, na medida em que ele não entra nesse debate, não enfrenta o debate do Estado, aquele serviço historicamente; ele não só desconstrói uma condição historicamente anti-popular, como passa a idéia de que, dependendo do Governo, aquela máquina vai funcionar a favor do povo. Quando nós sabemos que não é bem assim, que aquilo é uma estrutura que defende um tipo de interesse, que reprime outros, e se você conseguir uma brecha, é uma brecha.

Então, como de fato, dentro da ordem, desconstruir a ordem sem ser sugado por ela?

Gedovar – O esclarecimento, a formação política, você acha que é um dos pontos importantes para motivar a participação no movimento?

Não só motivar a participação, mas ajudar a dar passos para as lideranças entenderem que é importante insistir, envolver pessoas para resolver problemas. Porque, no primeiro momento, as lideranças da vila poderiam ir até o prefeito, discutir, botar o pé na porta; algumas coisas elas talvez conseguissem. Mas isso porque até para esse modelo político interessa, ou seja, dar a impressão de que se está resolvendo algumas coisas. Porém, para soluções mais efetivas, que impliquem em, por exemplo, uma prefeitura, um governo municipal estar alterando prioridades para os gastos, já não vai mais adiantar este esforço individual, essa minha briga. A minha briga pode ir conquistando algumas coisas lá na vila, lá no bairro, mas essa conquista, em geral, já vem condicionada a um compromisso futuro, de, por exemplo, mobilizar o voto de fulano, cicrano. Agora para mudar a orientação básica da prefeitura na aplicação dos recursos que ela manipula, esse esforço individual não vai adiantar. Ou seja, eu resolvi o meu problema porque me aproximei, fiz o jogo – naturalmente que as pessoas não têm consciência disso, mas no fundo fizeram o jogo do fulano, do cicrano. Agora, se nós quisermos também resolver o problema de todo mundo, essa máquina já não tem condições de resolver. E isso é formação mesmo. Formação, que é socializar uma construção de um conhecimento histórico; não é simplesmente socializarmos o que nós sabemos. Um senso comum, ele é socialização de percepções. Nós temos que ir mais a fundo. E a formação política não é necessariamente motivadora, mas ela ajuda a compreender os passos que devem ser dados e que irão motivar a pessoa a dar passos. A motivação não é necessariamente a coisa a priori. Provavelmente esta consciência vai me ajudar a ver o tamanho do problema que vou enfrentar, mas eu tenho consciência dos riscos, que são necessários para fundamentalmente, no conjunto, superar aquela dimensão de pensar na solução somente o meu problema, ou o problema dos meus familiares. Pensar realmente em recuperar a idéia de coletividade, de povo, de classe, que hoje é uma idéia quase abandonada; perceber que faço parte de

uma classe oprimida, explorada. Por exemplo, eu posso lutar muito para que talvez meu filho, se eu fizer das tripas coração, possa fazer uma faculdade, e mesmo assim ele terá que disputar um lugar ao sol com muita gente. Mas nem meu filho tem futuro garantido, menos ainda todos os meus sobrinhos, os filhos de todos os meus colegas moradores do bairro. Então, o importante é recuperar aquela idéia de que eu não quero somente a solução do meu problema. Isso também é um processo de formação e de mobilização. Quer dizer, eu não vou ajudar alguém a entender que ele não pode pensar somente no seu problema? Não, eu vou ajudá-lo, vou falar com ele quando ele estiver lutando pelo seu problema. Não basta nós brigarmos pelo nosso problema, é necessário construirmos soluções conjuntas. E esse foi um salto de qualidade que não conseguimos produzir aqui em Porto Alegre, nesses 16 anos de governo da Administração Popular. Havia demandas que o Município não podia resolver e organizou um mutirão, uma mobilização nacional para além disso. Apesar de que se estava no período neoliberalista, em que a perspectiva maior de mudanças estava um pouco freada, estava reprimida. E o grande esforço era aqui em casa tentar melhorar e salvar alguma coisa. De certa forma, a mobilização popular remou muito contra a maré, contra a correnteza, e tentou salvar, em Porto Alegre, alguma coisa, para evitar que o neoliberalismo fosse nefasto ou que destruísse tudo. Agora estamos em outra fase, pois o neoliberalismo vem sendo questionado brutalmente, e não basta somente administrar bem os recursos do Município, existem mais problemas. Este Estado que está aí não serve, não apresenta soluções e nós precisamos de alguma forma transformá-lo. Porém, transformar não significa retirar um e colocar outro, e sim, a partir desse governo, construir sem criar ilusões a partir das soluções que se constrói. O povo cria muitas soluções para Porto Alegre; o movimento comunitário em Porto Alegre tem um papel importante. Aliás, muito poucas pessoas lembram que havia um esforço, consciente ou não, no sentido de minimizar a importância do povo. A UAMPA – União de Associações de Moradores de Porto Alegre – fundada em 1983, já em 84 defendia a participação da população na definição dos recursos públicos. Não chamávamos ainda de Orçamento Participativo, mas com a ajuda da então Fase, uma ong que assessorava os sindicatos, os movimentos comunitários, fomos rompendo aquela lógica clientelista de ficar dependendo de vereadores.

Então a comunidade passou a lutar através de conselhos. Isso foi evoluindo e boa parte dos partidos, como o próprio PT, assumiu essa luta como proposta de programa, defendendo a proposta em campanha. O próprio Olívio, quando eleito propôs imediatamente a implementação do processo, o que de alguma forma, na minha avaliação, deu um caráter *sui generis* ao Orçamento Participativo de Porto Alegre. Não porque Olívio, Raul, Tarso foram melhores do que os prefeitos de outras cidades, que também são do PT. Mas porque a idéia, a cobrança, a exigência da participação popular para decidir os recursos públicos de alguma forma amadureceu. E quando um governo que tem esta proposta abre as portas para essa participação, tem-se de certa forma, uma gama de lideranças com sede de espaço, com lutas, e que ocupam esse espaço com outra qualidade, diferentemente de quando um Governo do PT, eleito por uma circunstância, começa o processo de mobilizar a população. Então o encontro dessas histórias é que foram gerando um grau de consciência. E essa disposição do Governo em abrir espaço cria um processo *sui generis* aqui em Porto Alegre, que é mérito, tanto do governo que se propõe a realizar, como de toda uma história, da qual inclusive fazem parte esses que acabaram assumindo a Prefeitura – boa parte das equipes constituídas era parte dessa luta. Então, isso são formas de mecanismos que auxiliam as pessoas a se darem conta, a criarem consciência de como a reivindicação é uma parte importante. Não queremos reivindicar somente dos patrões, dos governos. Nós queremos construir uma sociedade, aonde não precisemos mais reivindicar. Nós vamos trabalhar e vamos dividir o fruto de nosso trabalho. Vamos reivindicar de quem supostamente é o dono das coisas? Não os donos seremos nós. Mas essa é uma cultura que tem quantos séculos para mudar?

4 – A prática da participação na Organização prepara a prática cívica na grande sociedade?

Com certeza. Por exemplo, esse processo ocorrido em Porto Alegre, essa proposta que a UAMPA vem defendendo desde 1984 que é o Orçamento Participativo; nossa definição hoje acabou amadurecendo tremendamente esse processo, quando de fato o Orçamento Participativo começou em 1989, há cinco anos. Ainda que com um grupo muito restrito de lideranças, de pessoas, foi-se amadurecendo essa necessidade, essa consciência.

Gedovar – O Orçamento Participativo é fruto dessas reivindicações das associações?

Em grande medida o PT incorpora isso, a partir dessa primeira constituição que a UAMPA vem fazendo. Justamente por isso virou programa do partido. O PT não é algo estranho à sociedade. Esse também é um grande problema: a organização política partidária. Não dá para se ver os partidos como algo estranho à sociedade, como alguém que de fora olha nossos interesses e se posiciona por A, B ou C. São os próprios sujeitos, as próprias pessoas, os próprios indivíduos que organizam seus interesses e se organizam partidariamente, porque defendem parte dos interesses da sociedade contra outros, em um conflito permanente, e sem superação, enquanto a sociedade estiver organizada em classes. Diferentemente de em um futuro sem classes, no qual nos reuniremos para discutir a questão da saúde na vila, por exemplo. Não a discussão pela saúde, enquanto indústria do lucro, mas a discussão da sociedade para que se resolva o problema da saúde sem interesse de lucro. Nesse sentido, eu posso me reunir com as pessoas e fazer uma discussão acaloradíssima para resolvermos o problema, porque eu tenho compreensão, acúmulo, entendimento. Agora, uma outra discussão seria estar participando como empresário e querendo fazer da saúde ou da doença uma grande fonte de lucro. Esta última é uma briga que somente vai se resolver como na relação entre o cavalo e o cavaleiro: somente existe paz entre os dois se um deles se der por vencido, do contrário não haverá acordo. Mas eu acredito que isso levanta uma outra questão. Baseado no último curso que participei sobre formação política do meu partido, e que faz uma releitura de Gramsci, a quem muita gente se refere para trabalhar a idéia da sociedade civil, da hegemonia, uma das coisas que eu não havia percebido era que Gramsci, que escreveu na prisão “Cadernos do Cárcere”, tinha que escrever de uma forma para ser entendido pelos seus, e para não ser entendido pelos que faziam o controle. Então, falar em classes era muito difícil, porque se ele escrevesse abertamente a partir da visão dos trabalhadores comunistas, haveria muita censura e ele talvez não conseguisse fazer chegar onde queria seus escritos. Então a própria sociedade civil, aquele espaço onde todo mundo está, onde todo mundo pode participar, na prática era referida por ele, eu acredito, como sendo a sociedade

burguesa estabelecida na época em que ele escreve. Porém, se ele falasse o termo “sociedade burguesa”, seria visto como uma crítica, porque significa uma sociedade controlada pela burguesia. Então, como é que se constroem alternativas de mudanças dessa sociedade. E há uma série de termos que são utilizados por ele, como a tal hegemonia. Mas o que nós queremos hoje? Claro que esta consciência da qual estamos falando não é uma consciência generalizada das lideranças do movimento, ainda que ele queira organizar o povo todo para resolver seus problemas e boa parte não tem nem consciência da necessidade de transformações mais profundas, e somente vai adquirindo essa consciência na medida em que se envolve na busca de soluções e percebe os limites em cada problema que tenta resolver. Portanto, nós não queremos somente uma participação cívica como se entende aqui. Nós não queremos somente os empresários financiando um pouco mais o processo; nós não queremos os empresários dando um pouco mais de dinheiro para o programa “Fome Zero”; nós não queremos o governo ampliando somente as políticas sociais, que são importantes, sem dúvida nenhuma, ao passo que continua a pagar a dívida, e a manter uma política de juros que continua sendo um paraíso fiscal para os especuladores, e que continua a não taxar as fortunas, a não controlar a circulação de capitais, a circulação do dinheiro. Então se entende participação cívica também por essa luta, não somente para dividir aquele bolo que o Estado controla, mas que o modelo popular possa incidir sobre ele; uma luta que incida sobre a disputa da riqueza que está aí. A participação comunitária pode levar à participação nos espaços institucionais, nas decisões dos orçamentos públicos. Mas esta participação na disputa do orçamento público, as definições de prioridades na aplicação do orçamento público devem também nos impulsionar a entender que nós devemos ir mais longe, que devemos disputar a riqueza que está aí e que está muito mal distribuída; e que só é possível efetivamente haver essa distribuição, quando o controle sobre ela, os mecanismos de sua geração, os meios de produção não forem privados. E eu acredito que o tempo está maduro para retomar isto, talvez mais maduro do que nunca. E nesse sentido, cada participação, começando pela mais elementar lá no bairro, na vila é de alguma forma uma escola. E dificilmente quem não começar a participar nesses espaços primários vai ter oportunidade de se conscientizar dessas coisas. No bairro, para se dar

conta do limite do Estado, tem que participar, lutando, brigando, mobilizando. E se não se obteve solução, há alguma coisa errada, não pode ser só má vontade do Raul, do Tarso. São pessoas de boa vontade e que não estão conseguindo resolver. O trabalhador da fábrica se organiza na luta sindical, e por mais que reivindique, não obtém soluções; será que não existe uma solução mais profunda? Mas esse é um processo complexo antes de tudo; é muito doloroso tanto para quem trabalha, como para quem vai se dando conta do processo. Acredito que hoje isso está posto como uma urgência, mesmo porque, a lógica do modelo atual, o modelo capitalista, é altamente predador. Max tocou muito rapidamente nessa questão; o capitalismo destrói a natureza, destrói as pessoas, e Max trabalhou mais a questão da alienação; não desenvolveu muito a questão da natureza. Hoje em dia as conseqüências desta lógica predadora são assustadoras; a lógica do consumo das grandes indústrias, da produção da guerra, da destruição da natureza, não é ação dos indivíduos, é ação do modelo fundamentado a partir dos que buscam lucro a qualquer preço. Ajudar as pessoas a defender a natureza é importante, ajudar a consumir de outro jeito é importante, mas é fundamentalmente importante também mobilizá-las para quebrar a grande máquina destruidora. Mas esse jogo, os que defendem o modelo capitalista não querem jogar, eles até se dispõem a financiar projetos de educação ambiental, existem muita empresa que financiam até para aparecer, para se justificar.

5 – Quais os fatores internos e externos de resistência à participação?

Eu ouço muitas lideranças comunitárias dizerem que as pessoas não querem nada com nada. Mas, por exemplo, uma mulher da vila, uma mulher que não participa da comunidade; em que horário ela levanta e em que horário ela vai deitar? O que ela faz no final de semana? Por que ela faz tudo isso? Então percebemos que a maioria do nosso povo faz brutais sacrifícios. Em geral, pelos mais próximos, por si, pela sua família, pelos seus filhos. Dá para dizer que uma pessoa dessas não quer nada com nada? E se essa pessoa fosse ajudada a compreender que se todo esse esforço ela fizesse também conjuntamente com a comunidade – em vez de brigar sozinha, lutar com todo mundo – poderia melhorar a vida do seu filho, de sua família, a vida dela mesma. Será que ela não faria tanto sacrifício pela organização da comunidade

como ela faz agora por sua família? Então eu acredito que falta a fé na possibilidade da organização comunitária ser uma solução, falta a compreensão dessa possibilidade. Não porque não querem fazer. E nesse sentido, existe uma série de mecanismos que o sistema procura manter, fortalecer, para não permitir que essa pessoa se de conta disso. Eu sempre cito o exemplo do Silvio Santos; o Silvio Santos nunca foi camelô, ele foi agenciador de camelôs. Ele fornecia os materiais para os camelôs, ele já era empresário dos camelôs. E os que ele organizava, os que trabalhavam para ele, dificilmente saíram daquela situação. Então, toda a lógica da organização dificulta que as pessoas se dêem conta de que coletivamente elas poderiam resolver seus problemas, e ao mesmo tempo as leva a tentar resolver seu problemas individualmente.

Gedovar – Essa situação toda leva a pessoa a se acomodar e a tentar resolver seus problemas por conta própria.

E quando não mais conseguem resolver por conta própria, recorrem a soluções superiores; e as religiões entram muito nessa questão. Espaços religiosos são oferecidos como supermercados, onde as pessoas podem buscar soluções, na medida em que se oferecer valores, sacrifícios, penitências. Novamente a solução está fora. É a fé na vida eterna, vamos dizer assim, ao invés de ser a fé num futuro melhor para todos nós, é quase como um entorpecente para agüentar o vale de lágrimas – como diz uma oração. E depois, existe toda a lógica da comunicação, da mídia, que impulsiona, envolve, fortalece o individualismo, as novelas, etc. E as Igrejas muitas vezes, ao invés de estarem encarnadas nesta vida do povo, e de ajudarem a descobrir onde estão as forças, onde o instinto de Deus está agindo, para então irem forjando, impulsionando, provocando soluções, depositam estas soluções em algum outro lugar fora do socialismo. Estão reforçando a alienação. Penso que isso tem muito a ver com o céu e o inferno. Então a lógica de alienação é operada por fora, mas ela cria raízes muito profundas internamente. E então a organização comunitária continua sendo um espaço, onde a pessoa se dá conta de que trabalhou muito e não resolveu o seu problema. Será que falta competência? Será que é um castigo de Deus? Mas existem outras pessoas na mesma situação. Não vamos romper aquela consciência alienada que temos,

através dos vícios, da novela, do pastor. Uma sopa comunitária não vai resolver o problema, enquanto lutamos por emprego. Porém, se nesse esforço encontrarmos alguém que nos convide a participar do sindicato ou da associação de moradores, esse pode ser considerado o trabalho da organização comunitária. Fazer as pessoas se darem conta de que não podem esperar que a solução dos problemas venha de fora. Vamos pensar porque estamos nessa situação, e pensar que somos muitos nessa situação. E que somos parte dos muitos que produzem as riquezas, das quais não temos o direito de usufruir. Existem outros mecanismos que impulsionam à não participação. Por exemplo, a perseguição efetiva. Muitas lideranças são ameaçadas, são “cotadas”. Ameaças concretas, ameaças às famílias, repressão. Muitas lideranças morrem em vilas, e não são disputas de espaço por gangues, espaços de poder. Pelo contrário, muitos assumem um poder paralelo, um poder que age concretamente, eliminando os indesejáveis, que não compactuam com certos interesses. Outro fator que estimula a cultura do individualismo é o consumismo. O consumo não deixa de ser uma válvula de escape, nem que seja somente uma fantasia. Um eletrodoméstico a mais, uma TV, acaba se tornando o santo que vai reforçando exatamente a alienação. Existe ainda a lógica do capitalismo, de se organizar frente ao aumento brutal da produtividade. Em boa parte, o capitalismo pode reduzir muito a força de trabalho necessária, embora não possa dispensá-la totalmente. E dessa forma, diminui-se, arrocha-se muito o pagamento da força trabalho. Institui-se uma lógica de competição, que leva à submissão, a aceitar as condições. Quantas categorias aceitaram a diminuição dos seus salários, das jornadas de trabalho, por conta dessa situação, desse excesso de mão de obra? Então existem mil e um mecanismos que impulsionam à não participação. A própria lógica do terceiro setor, de certa forma, muitas vezes, é percebida pela população como uma solução. Organizamos projetos, parcerias, e de repente nos damos conta que estamos trabalhando. E dedicamos prêmios às lideranças comunitárias, aos lutadores sociais – figuras que dedicam sua vida pelo espaço na mídia. Naquele período dá-se destaque nos jornais, para essas pessoas dedicadas, que desenvolvem projetos. E que acabam ajudando a reforçar certa prática, ao invés de romper, de apontar para a ruptura do sistema.

Gedovar – Esses são fatores que você acredita que inibam a participação mais efetiva da população?

Sim. Cria-se essa dificuldade de se compreender que as pessoas não vão para a luta porque gostam desse trabalho. Você tem consciência de que a luta é o caminho e pode chegar à compreensão de que o conflito é importante. Nessa dimensão mais transformadora, o importante é que o conflito apareça e que seja questionador. Porque isso vai fazendo com que as pessoas comecem a perceber que são levadas a optar, porque estão tendo consciência disso. E se corremos riscos, sabemos que riscos todos nós corremos, incomodações todos nós temos. Mas quem sabe nos incomodamos por uma coisa que tenha possibilidade de futuro? Então é importante fazer com que as pessoas compreendam aquela mãe que levanta às quatro e meia da manhã, que deixa a comida pronta para os seus filhos, que arruma as crianças, às deixa prontas para irem para à escola, que corre para o serviço, que faz a faxina para poder garantir a comida para o dia de amanhã e que amanhã novamente chega em casa, lava a roupa, costura a roupa e dorme à meia-noite. É preciso compreender e faz-la também perceber que comunitariamente, que coletivamente tem mais futuro. Será que ela não seria capaz de em alguma noite fazer um sacrifício para comparecer à reunião, para participar da comunidade, para ajudar nas campanhas nos fins de semana? Com certeza ela participaria.

6 – Quais os fatores internos e externos que dão impulso à participação?

Eu acredito que a necessidade continua sendo a grande mãe das invenções, da criatividade. E eu penso que a necessidade percebida, e a possibilidade de se contar com alguém que está na luta, é um pouco nosso trabalho. Não somente resolver os problemas da comunidade, mas fundamentalmente ajudar aquela comunidade a entender como ela própria pode resolver seus problemas. Por isso, um fator que impulsiona a organização são exemplos de organização, é a história; o que foi realizado para trazer luz para a nossa situação. Acredito que a melhor experiência, o melhor para quem está começando a sentir o peso da situação em que vive é encontrar alguém que tenha alguma experiência, que conheça algum lugar e que possa levar essa

peessoa a pensar essa sua situação coletivamente. Porque nós somos frágeis; individualmente somos extremamente frágeis. E não temos como resolver; não é falta de boa vontade; não é falta de empenho, falta de dedicação, é porque realmente não temos força. Se a classe trabalhadora é quem produz a riqueza, essa classe trabalhadora como um todo tem que estar disposta a não mais trabalhar para os outros usufruir, portanto estar disposta a dizer não a expropriação da mais valia. Mas para isso precisa um grau de consciência, de construção, de articulação de organismos de bases. Porque realmente para quem nunca participou de organismos e nem conhece, vai parecer que é sempre impossível. E, portanto, essas pessoas ou se ajeitam da melhor forma, ou então descambam para outro caminho, entram para o mundo do crime, se matam, procuram qualquer outra saída, menos a da organização. Porque ali não tem quem abra uma janela que conduza para um caminho organizativo. Uma revolta massiva pode estar se perdendo.

Gedovar – Eu entendi, que o que impulsiona a participação é esse conhecimento das possibilidades que as pessoas têm, ou que as federadas têm, de resolver os seus problemas na unidade. É esse o trabalho que impulsiona uma participação maior?

Por exemplo, a federação, por vários anos, esteve ausente das atividades. Então nos movimentos, nas reuniões dos municípios as pessoas iam buscando. Onde havia um OP, e através do OP havia muitas melhorias. E onde não havia OP a briga era diretamente com as prefeituras. Mas muitas vezes era preciso se subordinar às prefeituras, porque também era sabido que sem a prefeitura a situação poderia ficar pior. Então, o que uma federação pode fazer? Através da luta não precisamos ficar subordinados à prefeitura; aceitar migalhas da prefeitura. Nós temos experiência de luta, de organizar as lutas por problemas comuns. Se faltam recursos à prefeitura, recursos federais ou estaduais, o que está faltando aqui? Organizar uma luta juntamente com o prefeito, querer a prefeitura como parceira para ir lutar por mais verbas lá em Brasília. A prefeitura pode articular um ônibus para que possamos ir em caravana. Então, o prefeito terá que se posicionar. Porém, se ninguém tomar frente, se não houver quem conte e reconte: “Anunciamos Senhor a vossa morte e proclamamos a vossa Ressurreição”, não haverá quem o faça. Como

as pessoas vão acreditar que continuamos a ter tantos crucificados, e ao mesmo tempo tanta ressurreição acontecendo? Então o trabalho da federação é esse: ajudar a socializar essas experiências, ajudar a cortar caminhos que outros já tentaram. A roda não precisa ser reinventada a cada situação, o conhecimento da roda tem que chegar a todos os lugares. Como podemos fazer para a roda da história andar e se aperfeiçoar? Isso se dá fundamentalmente através da recuperação da nossa história de lutas, e a partir dela na construção, que leva à motivação. Temos que compreender que as coisas não foram sempre assim, como às vezes tentam nos fazer entender: que a vida é assim, que o mais forte sempre vence. Ações humanas determinadas produzem resultados determinados. Recuperar a história dos vencidos também é importante. Naquele momento, aquela experiência foi derrotada, mas será que essa experiência apresentava uma possibilidade ou não? E essa possibilidade está perdida pelo fato de naquele momento ter sido derrotada? As experiências nascentes da luta do povo são as que trazem as comunidades. Por exemplo, o OP; quantas pessoas vieram de fora ver o que acontece na periferia de Porto Alegre e começaram a contar diante da ofensiva neoliberal no mundo todo a nossa experiência. Essa acabou se tornando uma estrela importante. Tanto é assim, que o Banco Mundial passou a valorizar o modelo, por duas razões: na tentativa de esconder a força do OP, que são as comunidades organizadas, e porque muitos projetos financiados pelo Banco Mundial acabavam desviados, e nesse sentido, eles sabem que onde tem participação popular as chances desses recursos serem efetivamente aplicados para o fim requisitado são muito maiores. E qual é o nosso papel? Nós não substituímos a luta do povo, mas nós podemos ajudar esse povo a ler sua história e a ler histórias iguais em outros lugares; e se aperceber por onde é que passa a chave do mundo, a produção da existência; quem é que realmente produz a existência da humanidade, e porque a grande maioria que produz essa riqueza não usufruirá. Temos experiências históricas de lugares, em que as coisas eram mais divididas; a própria história dos hebreus. A experiência da decepção total com os reis, um após o outro, na qual o povo passou a acreditar que somente Deus poderia ser a salvação. E qual é a grande decepção com o Nazareno, que eu imagino? É que a expectativa de que ele iria resolver os problemas também não se concretizou; e a experiência

que seus seguidores tiveram que fazer era de que a realização do seu projeto realmente passava pela prática radical da solidariedade, do amor fraterno, da ajuda; era na palavra e na partilha do pão. E eu acredito que esse tem que ser o papel da teologia: ajudar a desmascarar a idolatria. Mas o que é a idolatria? É exatamente tornar deuses quem não são deuses – o mercado, a mercadoria, o dinheiro – e revelar a verdade, não escondê-la. Revelar que essa riqueza, esse luxo, existe porque existe a expropriação de quem de fato trabalha. Evidentemente há aqueles que não gostam disso e vão reagir, vão reprimir, perseguir, tentar cooptar, tentar anular. Pequenas conquistas, muitas vezes, são importantes para a motivação da luta, mas elas podem gerar acomodações. Por exemplo, uma diretoria que foi eleita porque seus membros eram os mais combativos do movimento – na ocupação, na fábrica – mais adiante serão os mais resistentes a novas mobilizações, porque nas conquistas que foram construídas criaram uma situação de melhoria da vida pessoal e foram se acomodando nelas, e então começaram a ser um freio para o próprio movimento. Isso vale também para as nossas congregações; no início existe aquele entusiasmo todo, mas aos poucos se cria uma estrutura, certo conforto, e então os que estão na frente, na direção, tendem a andar mais devagar. Isso ocorre até mesmo quando há vantagens financeiras para os dirigentes sindicais, dirigentes partidários, membros do governo. Uma direção tem que tenha claro que a força, a mobilização, a vida de uma entidade não depende somente da boa vontade dos dirigentes, ela depende da efetiva participação da base, e essa participação não é uma coisa que acontece porque eu quis que acontecesse. Mas se eu sou da direção, eu tenho que ter claro que se eu não ajudar a provocar essa base a estar vigilante, a estar participando, as condições para a minha acomodação vão acabar. Não é um problema de boa ou má vontade. Então, se eu, como prefeito da cidade, não impulsionar a participação, se a população não estiver unida, estarei abrindo espaço a outros setores da cidade que estão pressionando o tempo, e começarei a fazer acordos, em um primeiro momento, para tentar salvar alguma coisa para a comunidade, porque eu tenho um compromisso sincero com a comunidade. Mas em um segundo momento, não é mais somente para salvar alguma coisa, mas porque eu também tenho um interesse. Se eu tenho claro, como prefeito, que essa participação forte, rebelde, consciente e conflituada é necessária,

inclusive para eu ter força para enfrentar os outros interesses de disputa nas riquezas da cidade, as chances de eu não me acomodar são muito maiores; as chances de eu conseguir arrancar acordos mais substantivos, de eu buscar interesses que se mobilizam na cidade são muito maiores. E há até possibilidade de eu derrotar futuros interesses de, por exemplo, especulação imobiliária, ou dos que querem fazer da saúde e do transporte fonte de lucro. Então, não temos que aguardar, não temos que ter paciência; temos é que cobrar todo dia, acreditar que sempre podemos fazer mais do que conseguimos fazer até agora. E nós devemos continuar, não interessa quem estiver à frente do governo. Frei Beto disse que depois que trabalhou durante dois anos no Palácio, e depois que percebeu como o lobby está entranhado em todos os ministérios, no Planalto, no Palácio da Avorada e no Congresso, chegou à conclusão que as ocupações do MST não representam quase nada, que o povo tem que ocupar muito mais. E o governo tem que ter claro que precisa disso, é necessário, não é cobrança é estarem juntos. E os mitos são muito ruins, os mitos alienam, porque eles criam a idéia da substituição, é como um santo, um deus, a solução está fora – dependendo da compreensão de deus que se tem. Então, o mito acaba alienando, da participação de base efetiva. É importante termos lideranças qualificadas, termos deputados, prefeitos, mas eles são parte da multidão mobilizada.

7 – O contexto atual das condições de trabalho impede ou impulsiona a participação dos trabalhadores?

No primeiro momento dificulta, porque diante da lógica de consumo e de individualismo, e com o aumento brutal da produtividade, que dispensa um volume de trabalho muito grande, ainda que não dispense o trabalho que continua sendo a chave, a tendência é que as pessoas individualmente tentem correr para se preparar, para disputar esses espaços, e acredito que, na minha avaliação, elas têm sido um problema. Tanto é que o movimento sindical encontra-se em uma bruta crise, e vai encontrar muita dificuldade se não surgir uma gama nova de lideranças a partir das lutas que continuam. Temos as velhas lideranças, mas elas correm os riscos de muito rapidamente envelhecer. O sindicalismo e o próprio movimento comunitário, com esse caráter corporativo e reivindicativo, e que são duas coisas que andam de mãos dadas,

eles não se posicionaram historicamente na superação do capitalismo, como caminho da solução dos problemas; eles acreditavam reivindicar mais era o suficiente. Porém, de uma máquina que produz exclusão, vai se conseguir o que? E hoje as gorduras do capitalismo diminuíram muito. Por outro lado, o grau de contradições que esse mesmo sistema gera, a miséria, as condições ambientais, também abre a possibilidade ímpar de novos avanços da consciência da realização da participação. Então, esse é o problema do capitalismo, ele é o coveiro de si mesmo. A miséria dos trabalhadores, que são a base da sua riqueza também gera as condições que cria o que se pode capitalizar. Pierre Anderson acredita que o neoliberalismo foi responsável pela derrocada de muito sonho do idealismo socialista. Muitas pessoas recuaram, pessoas essas de muita luta, muita história, e que passaram a lutar como vereadores, como prefeitos ou organizando ONG's, para tentar evitar males maiores, para tentar salvar o que der para salvar. Porém, esse mesmo neoliberalismo não resolveu basicamente nada, nem os interesses da grande burguesia, que teve dificuldades em criar condições para uma nova acumulação de capital, até hoje vive tentando achar a saída e estão na eminência de provocar conflitos bélicos, para muito além de alguns conflitos regionais, como os do oriente médio. Sem falar na destruição do meio ambiente. Esse mesmo modelo capitalista nessa fase neoliberal, criou, pelas conseqüências sociais e no meio ambiente que produziu, as condições para uma nova retomada da luta pelo socialismo, como talvez nunca na história tenham sido criadas. Então, acredito que essa resposta tem dois lados: por um lado, impede, na medida em que favorece o individualismo, a competição e as condições objetivas de muita gente disputando poucas alternativas; por outro lado, com as experiências que as pessoas vão adquirindo, na luta, quando sentem dificuldades em resolver os problemas, aos poucos percebem que o próprio capitalismo vai criando as possibilidades para a tomada de consciência de ações mais e mais. E os exemplos estão acontecendo, desde as manifestações contra a OMC, os fóruns sociais mundiais, são todos resultados dessas mobilizações. Mas ainda continua muito brutal a fragmentação dos movimentos sociais.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA: A2

Federação Gaúcha de Associação de Moradores do Rio Grande do Sul - FEGAM - RS

1 – Qual o sentido da ação federativa de sua organização quanto à ampliação da participação?

O sentido geral de garantir uma sociedade justa, democrática e que permita o acesso de todas as pessoas a todos os bens que são produzidos; bens de serviços e conjuntos de equipamentos da vida moderna, e que as pessoas tem que ter acesso. Esse é o sentido maior, seja poder ter hospital, seja poder comprar, seja poder ter trabalho, seja a geração de renda, enfim, tudo o que faz com que as pessoas se sintam bem. Esse é o sentido da nossa organização, desde a sua fundação. Nós estamos fazendo 25 anos agora e sempre lutamos pelo bem comum das pessoas.

2 – Quais as estratégias mais utilizadas para os integrantes exercerem o direito de participar?

Nós realizamos os congressos de dois em dois anos; são congressos com delegação, e essas delegações são retiradas de cada município do Brasil. Então, nós da confederação temos essa prática, de dois em dois anos elegemos uma diretoria e realizamos o congresso. No último congresso, a nossa estratégia foi mobilizar as pessoas para participarem do encontro nacional, do 10º Encontro da Confederação, realizando assembléias municipais. Nós realizamos assembléias em mais ou menos 500 municípios brasileiros. Cada município possuía um critério de código de participação, cada município teve contato com a confederação, com a sua federação estadual, municipal, e dali saíram os delegados. Foi um encontro estadual, que depois se transformou em um encontro nacional. Essa é uma das estratégias. A pauta. A mesma pauta a que me referi na primeira pergunta, que fala sobre saúde, habitação, saneamento, meio ambiente, educação, enfim sobre o conjunto de equipamentos que são públicos e que são comuns para todos, e que às vezes

as pessoas têm pouco acesso. Essa estratégia ajudou, por exemplo, na questão da nova lei de saneamento no Brasil. A lei foi aprovada depois que nós realizamos uma ampla mobilização nacional com as comunidades. Então em um debate, no dia 05 de janeiro de 2007, o Presidente aprovou a nova lei de saneamento no país. Há 20 anos que não havia uma nova lei de saneamento, e graças ao fruto dessa participação popular, juntamente com outras organizações, nós garantimos uma nova lei para o aumento do saneamento no Brasil.

3 – Como os componentes da Organização são motivados a participar dos Movimentos?

Primeiramente, está claro que esta motivação vem das dificuldades que as pessoas enfrentam no seu local de moradia, no transporte, na segurança. Então de alguma forma, o poder público é insuficiente ou incapaz de solucionar alguns problemas, e o movimento organizado pode sim fazer questionamentos, e ao fazer questionamentos ele motiva e mobiliza as pessoas para determinadas pautas. Quando realizamos uma marcha, por exemplo, como a marcha que estamos organizando para o mês de junho, até Brasília, levamos uma pauta ampla, na qual se quer discutir rádio comunitária, saneamento no Brasil, por que o governo federal ainda investe pouco na saúde, por que existem muito poucos recursos para a saúde preventiva e mais recursos para a saúde curativa. Isso motiva as pessoas. Quem procura um hospital, procura já com uma doença, mas na verdade precisaríamos que a saúde preventiva se encarregasse disso. É somente um exemplo. Podemos ir para a área da habitação. Os programas de crédito da Caixa Federal; existem vários programas que são para pessoas de baixa renda, mas as pessoas que estão no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) ou no SERASA (Centralização dos Serviços dos Bancos de Sociedade Anônima) não têm acesso aos créditos. Isso mobiliza e motiva as pessoas a participarem dessas atividades, dessas massas, passeatas, caminhadas, bloqueio de estradas, ocupações de terrenos públicos ou privados. É um conjunto de motivações que mobilizam as pessoas.

Gedovar – E a organização mobiliza as pessoas com essas pautas de reivindicação de necessidades. Esse é um meio de motivação dos integrantes?

Sim, isso motiva as pessoas. Quando as pessoas vão ao Posto de Saúde e não são atendidas, quando não conseguem uma marcação de consulta, não encontram um médico especialista, essas pessoas percebem que esse é o poder de um Estado insuficiente. Um Estado que prioriza o déficit ou o contingenciamento de recursos. Hoje no Brasil há um patamar de déficit que não pode ser ultrapassado. Nós acreditamos que essa política está errada, nós precisamos avançar. Temos que ter mais recursos para a saúde preventiva, por exemplo, e não para os hospitais, normalmente filantrópicos – e muitas pessoas dizem que tem outro nome essa filantropia. Nós acreditamos que se pudéssemos curar as pessoas lá no seu bairro, na sua vila, antecipar os recursos para essa área soro-preventiva, seria um grande avanço. Assim é também com relação à comunicação comunitária, um problema hoje no Brasil, e que não avançou para uma solução. Passaram-se já quatro anos do governo Lula, estamos indo para o primeiro ano de governo Lula, e continuamos com a mesma política, ou ainda pior do que foi no governo FHC. Do ponto de vista da comunicação comunitária, nós estamos “embretados” em grandes grupos econômicos, nessa área de mídia, e que dizem o que querem e o que pensam sobre as pessoas, e nós não avançamos nesse sentido. Esse ano, por exemplo, nós queremos, na nossa pauta de reivindicações, denunciar que os contratos estaduais de concessão da Rede Globo, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais estão vencendo. As pessoas estão se mobilizando para que estes contratos não sejam renovados. Nós sabemos que não é fácil, mas nós acreditamos que a mobilização popular pode fazer com que outras pessoas da sociedade percebam aonde está o problema e desta forma possamos tencionar também mudar a política com relação à comunicação comunitária.

4 – A prática da participação na Organização prepara a prática cívica na grande sociedade?

Não tenho dúvida nenhuma disso. E quanto mais nós abrimos esse grau de participação das pessoas, mais estamos construindo cidadania; e uma cidadania não passiva, mas ativa. Por exemplo, o Senador do Ceará, Inácio Arruda, foi dirigente desta entidade aqui há 15 anos atrás, e ele não tinha

participação política. Ele é senador da república hoje, por conta de uma iniciativa de uma reivindicação em Fortaleza. A partir daí, ele se tornou liderança local, e depois regional, liderança nacional e hoje é senador da república. Este é um dos exemplos, teríamos muitos outros exemplos de cidadania nessa área que são construídos a partir de uma prática da organização, uma prática participativa. E não há nenhum demérito de as pessoas ingressarem na vida política, porque nós, quando realizamos uma atividade na nossa entidade, consideramos essa atividade política. O que nós defendemos na história do bem comum é política. A história é política. Portanto, a questão de cidadania também passa por este espaço, de respeito às divergências, de respeito à democracia, de respeito à própria constituição brasileira, um país de várias etnias. Esta é uma aula de formação que não se aprende na escola. A educação formal brasileira hoje forma padrão distorcido de sociedade. A formação acadêmica é muito diferente da formação popular, e esse é um fator que influencia muito na questão da cidadania, na constituição da cidade que nós queremos, do país que nós queremos, do mundo que nós queremos, principalmente com relação ao respeito às diversidades.

5 – Quais os fatores internos e externos de resistência à participação?

Cada indivíduo é diferente. Existem alguns que se contentam com essa prática coletiva e acreditam que ela é importante, mas sempre no meio destes existem alguns que tem pretensões pessoais e isso, às vezes, termina influenciando de alguma forma. As resistências acontecem muito por conta dos interesses coletivos e de alguns interesses individualizados que sempre se manifestam naturalmente; na igreja é assim, na política é assim e nos movimentos comunitários também. Então, choques acontecem por conta do coletivo, que têm uma posição e de posições individuais que avançam sem que se perceba. Por exemplo, hoje uma dificuldade muito séria está na formação de novos quadros, porque os iniciantes têm receio de falar perante os quadros formados, e também pelos interesses coletivos não muito claros. Na verdade eu acredito que quanto mais base social e mais pessoas formadas, mais haverá participação, porém não são todos que pensam desta forma, até por questões políticas ideológicas, e nesse caso se restringi a participação.

Gedovar – E externamente você acredita que exista alguma resistência?

Com certeza, principalmente a partidária. Os partidos têm interesse nesse debate, nesse instrumento, nesse aparelho. Os partidos fazem pautas diferentes e então começam os problemas da resistência. E ao deixarmos aumentar a base social que pensa de um jeito e a cúpula que pensa de outro, começam as divergências, começam as desarmonias, embora muitas vezes não sejam visíveis. Por exemplo, nós, que estamos no movimento, temos uma visão sobre o governo Lula, de que a política econômica deste governo está equivocada; taxa de juros alta, pagamento de dívida externa, política cambial, nada disso é bom, porque não gerou os empregos de que necessitávamos. A maioria dos integrantes do partido acredita que esta política está certa e tem que ser defendida, e então começam as divergências.

Gedovar – e você acredita que isso impede uma participação maior?

Com certeza. Por exemplo, eu continuo lutando e acreditando na direção e acreditando nos partidos, na política, porém quem tem um pouco menos de participação se contamina por esse sentimento, e acaba se afastando de um espaço importante de formação. Mas a nossa vida é política, embora seja importante saber separar. E existem os interesses do governo, não que eu não defenda o governo, mas acredito que o governo não avançou. Existe um conjunto de interesses não somente políticos, mas econômicos também. Por exemplo, por que a tarifa do transporte é tão cara no Brasil? Porque existe um conjunto de interesses não muito claros que trabalham em determinados setores da sociedade para que isso permaneça amordaçado; outros que não estão nessa lógica já fazem manifestações, queimam ônibus; outros ainda acham importante o diálogo, a formação.

Gedovar – E dentro da organização, não existe nada que bloqueie a participação da diretoria e da organização?

Não. Todos participam. O que talvez seja diferente é que a decisão fica restrita a algumas pessoas. Realiza-se algumas consultas e se aprova em blocos.

6 – Quais os fatores internos e externos que dão impulso à participação?

Nós acreditamos que o Brasil e o mundo precisam avançar muito. Estamos vendo agora a discussão do carbono, do avanço da esquerda na América Latina, e isso não é pouco para o momento que estamos vivendo. Eu estive no X Encontro Continental de Organizações Comunitárias e senti como é difícil para o povo argentino e o povo uruguaio a luta com relação aos papaleiros, porque existem interesses de grandes grupos econômicos que contaminam o movimento popular. Kirchner é comprometido com a esquerda; Tabaré tem toda uma história construída na esquerda; e eles acabaram brigando. Mas vamos mais adiante, Prodi, o primeiro ministro da Itália, há poucos dias quase caiu, porque apoiava a continuidade da ocupação do Iraque, juntamente com os americanos. Aqui na América, a Venezuela de Hugo Chaves; podemos discordar dos seus métodos, mas o povo venezuelano garante que ele permanecerá no poder. Então, nós precisamos ter claro que todas essas coisas internas e externas da política influenciam na nossa entidade e na participação das pessoas. A crise dos sindicatos, por exemplo, é uma crise brutal que vive hoje o sindicalismo, não somente no Brasil mas no mundo inteiro. Crise de falta de participação. Resta o movimento popular organizado para lutar, e muitas vezes, muitos dirigentes sindicais optam pela luta popular, abandonando a luta sindical, porque percebem que lá a maioria das pessoas está fazendo uma luta corporativa, para defender interesses pessoais, particulares da sua categoria. Isso influencia e motiva para a luta popular. Mesmo com todas as suas limitações, o movimento popular ainda tem muito espaço para avançar.

7 – O contexto atual das condições de trabalho impede ou impulsiona a participação dos trabalhadores?

Nós vivemos em um período importante, em uma sociedade que tem muito mais informação e contraditoriamente está apartada da luta. Em âmbito nacional nós temos quatro ou cinco confederações de trabalhadores; nem os próprios trabalhadores sabem bem qual é sua confederação e se sabem é porque estão na luta. Então, eu acredito que nesse momento existem muitas dificuldades. Há poucos dias atrás houve uma polêmica sobre a redução do limite das greves. Essa discussão é um retrocesso, um atraso; o direito de

greve é uma conquista universal dos trabalhadores. Para ver como é difícil a luta hoje, que até um governo como o do presidente Lula se dispõe a fazer esse tipo de debate. Por quê? Porque tem uma fragilização muito grande das entidades do movimento dos trabalhadores, notória, perceptível, inclusive para quem não está militando no sindicato. A luta que foi para construir a coordenação de movimentos sociais foi justamente na perspectiva de se construir as condições para que se desse um salto de qualidade nessa relação capital-trabalho, por conta dessas dificuldades que todos já haviam percebido que vivia o movimento sindical brasileiro. Hoje ninguém mais comparece nas reuniões sindicais, porque tem seus compromissos. No tempo da ditadura, como isso funcionava? Naquela época havia uma luta. É necessário que ainda hoje exista organização popular, organização sindical para que se possa impulsionar a retomada da luta. E eu gostaria de agregar um fato novo, que é a questão das ONG's. Por alguma razão elas foram se aprofundando e se qualificando ao longo do tempo e acabaram ficando entre a base sindical e a base popular. Mas porquê possuíam recursos, financiamentos internos e externos, cresceram muito e hoje existe uma onda de ONG's, composta de pessoas do bem e que ajudam a construir cidadania, mas também de pessoas que constroem seus próprios bolsos. E isso é um problema que nós enfrentamos, porque nós do movimento não recebemos salário. Nas ONG's existe obrigações com salários, técnicos. E várias lideranças populares estão inativas porque o trabalho das ONG's terminou de alguma forma substituindo essas lideranças e retirou uma parte da sociedade formada que poderia minimizar o sofrimento de algumas comunidades.

Gedovar – Você quer dizer que existem algumas ONG's que se distanciaram do movimento popular de onde elas se originaram?

Por exemplo, aqui em Porto Alegre, existe uma ONG que começou um trabalho na Vila Jardim, e que hoje está no bairro de Alcântara. E a Vila Jardim, um dos lugares onde tem mais violência, ficou somente nas fotografias.

Outro exemplo é a Vila São Pedro, onde existe uma ONG instalada que possui relações com o mundo inteiro. Mas nós precisávamos que esta ONG ajudasse a cidade inteira, não somente em um determinado ponto. Porque já que

existem os recursos, que ajudasse a cidade inteira a melhorar, a ter mais cidadania.

Gedovar – Você acredita que as ONG's não trabalham no aspecto de criar cidadania? Por quê?

Pela seguinte dificuldade, diferentemente da luta popular na ong tem um dirigente que tem uma orientação para fazer isso, por mais que pareça democrático sabemos que tem quem manda.

Mas é importante que as ONG's tenham a sensibilidade de saber que não basta somente fazer grandes projetos com grandes quantidades de recursos, que são distribuídos de forma muito dispare nas regiões de Porto Alegre. Embora as ONG's tenham um bom propósito, realizam um trabalho isolado. Não é um trabalho horizontal, um trabalho em rede.